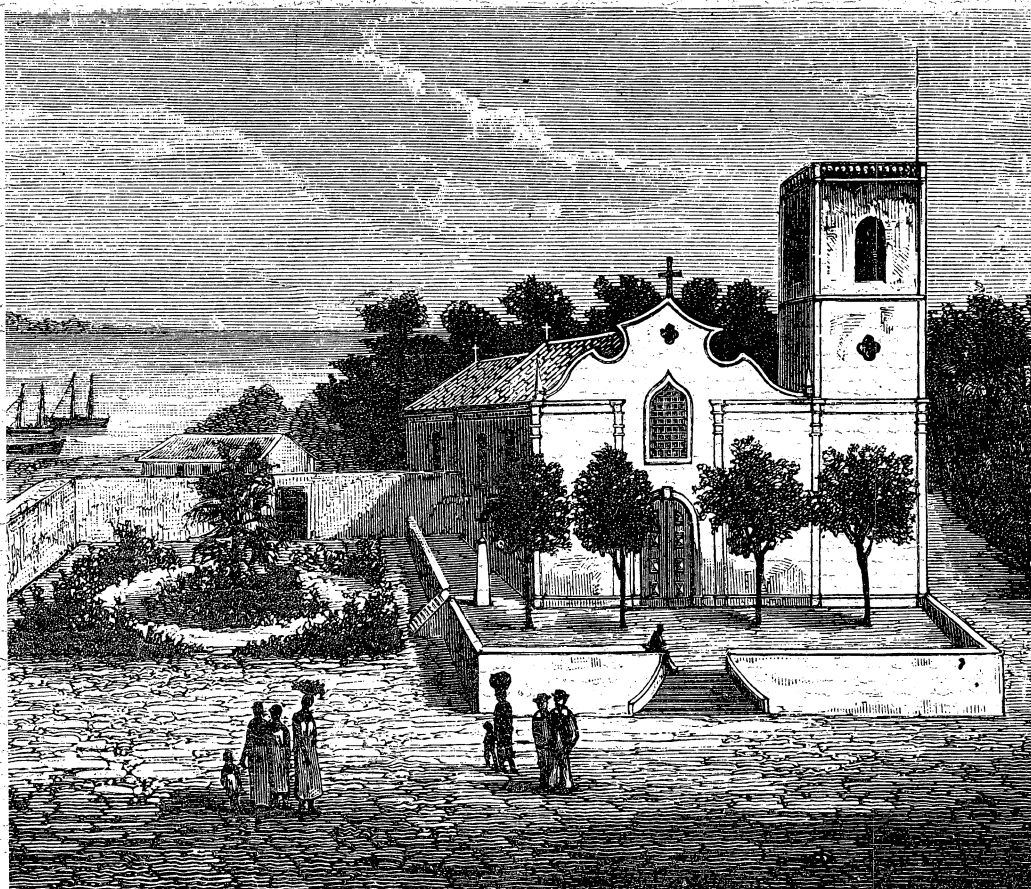


Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



INHAMBANE

nº 8

OUTUBRO DE 1990

Arquivo

Boletim Semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique

SUMÁRIO

Apresentação	3
A Fundação de Inhambane e a sua Estrutura Administrativa e Governamental nos Meados do Século XVIII, por Cândido Teixeira	5
Notas para o Estudo das Fortificações Portuguesas em Inhambane, por Bartolomeu Rungo	55
Achegas para o Estudo das Biografias de Autores de Fontes das Narrativas e Outros Documentos da História de Moçambique, II, III: Três Autores Sobre Inhambane: Vida e Obra de Joaquim de Santa Rita Montanha (1806-1870), Aron S. Mukhombo (ca.1885-1940) e Elias S. Mucambe (1906-1969), por Gerhard Liesegang	61
O Rei Mahuntse Makwakwa: Relatos de Tradição Oral, compilação de Teresa Maria Santos Oliveira	143
A Estrutura do Comércio Marítimo de Inhambane nos Meados do Século XIX, por Gwyn Campbell	151
Subsídios para o Estudo da Indústria da Baleia em Moçambique, por Bartolomeu Rungo	163
A Apropriação dos Rendimentos dos Trabalhadores Migrantes de Inhambane no Início do Século, por Ana Maria Loforte	171
Apontamento Bibliográfico Sobre a Cidade de Inhambane, por Pedro Roque	187

APRESENTAÇÃO

Inhambane constitui o tema eleito para o número 8 do Boletim ARQUIVO, referente a Outubro de 1990. Queremos aqui, através de alguns estudos, abordar questões importantes da história de uma das regiões onde mais cedo se fez sentir a presença colonial. O percurso sugerido começa com a instalação de uma pequena feitoria mercantil, num ambiente de disputa entre as "guardas avançadas" dos colonialismos português e holandês.

O primeiro estudo dá-nos conta do funcionamento dessa pequena localidade, das suas frágeis instituições, e de como a sua vida económica girava em torno do sazonal "barco de viagem" vindo da Ilha de Moçambique, com as contas e os panos, para a troca desigual.

Com o decorrer dos anos, o pequeno entreposto costeiro irá ganhar raízes. Raízes alimentadas pelo comércio e pela convivência mas, também, pela violência — violência do invasor e violência da reacção das unidades políticas africanas circundantes — o que conferiu à problemática da fortificação de Inhambane acentuada importância, comprovada pelas diversas vezes em que ela foi invadida.

Para melhor compreender a inserção da vila no território circundante, apresentamos um desenvolvido estudo em que são identificadas e estudadas as unidades políticas africanas, com incidência nos séculos XVIII e XIX, e descritas as suas relações com a feitoria. Tal é feito com exaustivo recurso às fontes disponíveis, algumas das quais, porventura das mais importantes, constituem trabalhos legados por "filhos da terra". É, portanto, também uma forma de darmos continuidade a uma série de artigos dedicados ao estudo da biografia de autores de fontes narrativas e outros documentos importantes para a história de Moçambique, iniciada com o nosso Boletim nº 3, de Abril de 1988. Sobre a mesma problemática apresentamos também algum material do vasto acervo do sector de História Oral da nossa instituição.

O quadro ficaria incompleto sem alguma pesquisa sobre a relação de Inhambane com as restantes localidades da colónia e a sua actividade como porto de mar. Tal surge num pequeno mas interessante artigo, centrado no século XIX.

Um artigo de mais um autor estreante, pertencente aos quadros do Arquivo Histórico, descreve a curiosa indústria inhambanense da baleia, tão intensa quanto de curta duração, servindo talvez como exemplo do impacto ambiental das indústrias coloniais no princípio do século.

Um último estudo detém-se sobre o impacto sócio-económico das políticas coloniais nas populações da zona, demonstrando como aqui se fizeram também sentir os efeitos de uma economia colonial estreitamente ligada à vizinha África do Sul.

Como é nosso hábito nos números temáticos de cada ano, finalizámos com um pequeno estudo de natureza bibliográfica sobre esta zona.

O nosso agradecimento é devido a todos quantos, tão amavelmente, prestaram a sua colaboração e tornaram possível este número.

A FUNDAÇÃO DE INHAMBANE E A SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E GOVERNAMENTAL NOS MEADOS DO SÉCULO XVIII

Cândido Teixeira

INTRODUÇÃO

Este estudo está dividido em duas partes principais. Na primeira parte tratamos o contexto político da criação formal do estabelecimento permanente dos portugueses em Inhambane, em 1730, criação essa que se seguiu a uma presença de facto desde 1727, e uma presença de mercadores, com certa continuidade desde meados do século XVI. Na segunda parte tratamos das instituições administrativas e governamentais do distrito de Inhambane e da elevação de Inhambane a vila, ordenada em 1761 e efectuada em 1764.

É também objectivo deste estudo uma melhor compreensão da vida de Inhambane na primeira metade do século XIX, não obstante as modificações que foram sendo, e pouco e pouco, introduzidas.

I. A FUNDAÇÃO DO PRESÍDIO

Nos princípios do século XVIII, Inhambane (Baía de Inhambane e regiões adjacentes) marcava o limite sul da influência portuguesa na costa oriental africana, de onde partiam agentes "diplomáticos" e comerciais para os "régulos" do interior.

A fundação de um estabelecimento permanente português nesta zona constituiu uma das estratégias para impedir o avanço dos holandeses que, estabelecidos em Lourenço Marques entre 1721 e 1730, procuravam atingir as fontes do ouro do "sertão", explorando os rios e a costa norte.

Os portugueses do século XVI aplicavam o termo Inhambane designando o porto que visitavam regularmente, situado a sul de Sofala e das Ilhas Bocicas¹. Os primeiros jesuítas que o visitaram (1560), notaram que o topónimo Inhambane ou Dinambane era aplicado ao porto "porque está logo pela terra dentro um lugar" com o mesmo nome².

Pouco se sabe da chegada dos primeiros portugueses ao porto de Inhambane. Não há razões suficientes para afirmar a entrada da armada de Vasco da Gama, na sua primeira viagem à Índia, a 10 de Janeiro de 1498, e a sua estadia de 5 dias³. As primeiras notícias da presença dos portugueses datam somente da segunda metade do século XVI, quando o porto já era visitado pelos barcos do comércio. Carregados de "fazendas e conta"⁴, partiam de Moçambique, chegando a Inhambane durante o mês de Novembro, para o resgate de marfim, escravos e âmbar⁵. Mediante a autorização do chefe local, que exigia o pagamento da "pousada"⁶, construíam as acomodações para se abrigarem e recolher a mercadoria. A primeira notícia que temos da "estância" portuguesa data de 1560. Era uma palhota junto à praia, nas terras de "Dinambane", onde dificilmente se acomodaram os poucos portugueses que assistiram à missa do Dia de Ramos⁷. Os portugueses que visitaram este porto, distinguiam duas estações do ano: o verão durante os seis meses de Outubro a Março, e o inverno de Abril a Setembro⁸. A "névoa" que caía durante todo o ano era mais intensa no verão, época em que também "é tamanha a torvalhada (...) que se não pode crer"⁹. Nos meses de inverno, as chuvas eram mais intensas especialmente nas terras do litoral¹⁰. A época mais saudável para os brancos ia de meados de Maio a Agosto, época em que podiam aguentar longas caminhadas¹¹.

Gozando de privilegiada situação geográfica, Inhambane foi unanimemente considerada terra "amena e sadia"¹², mas as febres não largavam corpo de português. Arrepios e frio constantes eram os sintomas da febre, que durava largo tempo e por vezes era mortal. Como era difícil encontrar quem soubesse sangrar, optava-se pela dieta: "camisa de milho com água e sal"¹³.

O Século XVIII

Os portugueses do século XVIII, através do comércio centrado em Inhambane, entraram em contacto com "diversas calidades de cafraria": Botongas, Macomates e Mocumbos¹⁴, que ocupavam a zona entre o Save e o Bombe (Limpopo), a quem os habitantes da Baía de Lourenço Marques davam o nome genérico de "Mutonge"¹⁵.

Desta vasta zona, os Botongas dominavam a faixa litoral limitada a norte pelo Save e a sul pelo Inharrime, e mercê do seu significado económico distinguiam-se vários subgrupos.

Os contactos com os Botongas do norte do paralelo de Massinga eram limitados, pois este grupo estava orientado para o comércio de Sofala. No entanto, eles desciam ao litoral, onde adquiriam o "dolo", importante para as transacções no Bárue¹⁶.

Política e economicamente mais importante encontramos a região junto à baía, onde a influência portuguesa se fez sentir mais intensamente, à qual chamavam "os districtos de Inhambane". Habitada por uma população sedentária, esta zona compreendia duas regiões distintas: a de Inhambane (Niambane) propriamente dita, e a Burronga.

A primeira estendia-se pela península da Burra e incluía a "Marranja" entre a costa de Závora e a bacia do Mutamba até à lagoa Dongane¹⁷. "As terras da outra banda" formavam a Burronga, que tinha o limite meridional na foz do Mutamba e abrangia toda a extensão litoral norte, incluindo a península de Inhalingue (Linga-Linga), e para ocidente não ultrapassava as terras hoje incluídas no distrito de Homoine¹⁸.

Os Bitongas estavam divididos em pequenas linhagens que formavam a povoação. Quando não constituía uma unidade política independente, a povoação estava sujeita a um chefe que reunia debaixo da sua soberania várias povoações, constituindo-se assim pequenos reinos. A ausência de uma organização mais ampla impediu que se desenvolvesse uma consciência política colectiva que permitisse a "união" de vários grupos, e a constituição de uma força militar capaz de fazer frente a invasores¹⁹.

Na Burronga encontramos três conjuntos político-administrativos: o Inhalingue, o Tinga-Tinga e o Inhamussua.

Quando os holandeses entraram no porto, em 1727, as terras de Inhalingue eram dominadas por quatro chefes: o Soewaane (Tesuana para os portugueses), Mahohe (Mococa), Mawhotje e Magombo (Mocumbo), cujas terras limitavam com as do Tinga-Tinga, obedecido por Kambe, Jan Mosse e Jan Bidienne. Para o interior encontrava-se o Inhamussua, cuja jurisdição se estendia teoricamente às regiões do litoral onde dominavam o Inhampata, Colongo e Namotita²⁰.

"Niambani" estava dividida em dois reinos: o Chamba ao norte, cujo poder abrangia a Burra, a pequena península de Mocucune e "quase tudo the a costa de Zavara"; ao sul o Inhampossa, senhor de várias povoações, entre as quais a sujeita ao Tembe, onde portugueses e mouros se viriam a estabelecer²¹.

A sul encontramos a região de Dongue, com os reinos de Zavara, Mocumbe, Bongo e Goamba; e no litoral o Nwamusa²².

Quando os portugueses, no século XVIII, iniciaram a exploração económica regular do porto de Inhambane, não encontraram vestígios da povoação moura. Os poucos elementos muçulmanos achavam-se dispersos pelas povoações dos chefes negros de maior prestígio, que tinham necessidade de intérpretes e emissários²³.

A origem da comunidade, tão importante para a compreensão da evolução económica, vamos encontrá-la intimamente ligada ao movimento marítimo e comercial português. Foram os mouros da "marinhagem, cabeças de rancho e manamazes" que lançaram as raízes. Permanecendo de Novembro a Maio, ocupavam-se no resgate, pois aliavam o conhecimento da língua bitonga ao das mercadorias e características do mercado local. Terminada a época, regressavam a Moçambique no mesmo barco²⁴. Como era a mesma tripulação que servia esta rota durante anos consecutivos, as relações com a estrutura local conheciam continuidade²⁵. Mas para além desta simples estadia e da fixação definitiva de vários elementos, a poligamia, defendida pelo islamismo, foi sem dúvida a causa preponderante no surto demográfico deste núcleo²⁶.

Ao mesmo tempo que este pequeno grupo se desenvolve, vai-se constituindo um corpo novo no aparelho comercial, o dos retalhistas, ocupados no trato volante e genericamente chamados "manamazes"²⁷. Recebiam as "roupas" e vendiam-nas nas "feitorias do mato", trazendo aos portugueses o produto desse comércio. Estes "mouros que negociavam com os portugueses" concentravam-se numa pequena povoação nas terras do Tembe, e em 1727 eram aproximadamente quatro dezenas²⁸.

Não sabemos se foram as necessidades económicas ou os interesses pessoais dos seus deputados que levaram a Junta a arrendar, nos primeiros anos do século (1706-1709) os portos de Angoche e Inhambane ao "gentio" Cacalnagi Velabo por três anos, a onze mil cruzados anuais cada um. O Rei teve conhecimento e insurgiu-se contra o contrato, uma vez que prejudicava a Fazenda Real, e em carta de 18 de Fevereiro de 1709 determinou que o vice-rei procedesse a um inquérito e castigasse os culpados²⁹. Pelos esclarecimentos de D. Rodrigo da Costa, em carta datada de 20 de Novembro do mesmo ano, o Rei soube que não tinha sido tirada devassa e o prazo do contrato já tinha expirado. Determinou então que os deputados só podiam arrendar os portos quando houvesse "necessidade urgente", procurando sempre defender os interesses da Coroa³⁰.

Entretanto, a "viagem de Inhambane" aparece novamente arrendada por volta de 1719-1720, a António Pereira Castel Branco, contra seis mil cruzados anuais. Como o seu barco tivesse ficado arribado em Inhambane e faltasse marfim para o pagamento das fazendas, D. Luís de Meneses, então vice-rei, responsabiliza o vedor da Fazenda da Junta, D. Francisco Soto Mayor, pois tinha infringido as ordens que recebera de Lisboa³¹.

A vitalidade dos estabelecimentos portugueses desta costa está intimamente ligada à navegação, e esta ao regime das monções. Entre Outubro e Março sopravam os "levantes", e de Maio a Agosto os "ponentes". Os meses de Setembro a Abril eram de transição.

Os navios da carreira partiam de Moçambique geralmente em Outubro e Novembro, para chegarem à barra com 10 a 15 dias de viagem, se não houvesse algum contratempo.

Chegado à barra, "onde os mares se levantão muyto e são fortes as correntes"³², o navio ficava abrigado dos ventos do sul, e por vezes demorava alguns dias aguardando condições favoráveis para entrar. Devia-se demandar o porto com vento entre N e SE, e "com crescimento de águas", quando a corrente da maré puxava no sentido SW³³.

À boca da barra encontrava-se a Ilha de Mafurrune³⁴, donde se avistavam as coroas e bancos e junto à qual havia um bom surgidouro onde, por vezes, a saída se aguardava tempo adequado³⁵.

Para se atingir o ancoradouro, distante cinco a seis léguas, tinha que se passar por dois bancos perigosos: o Banco Pequeno e o Grande (Baixo do Inhafungute)³⁶. O primeiro, entre a Ilha de Mafurrune e a península de Inhalingue, era ultrapassado seguindo-se o canal das Muvinjas³⁷, a cerca de tiro e meio de espingarda do dito banco e que em maré baixa tinha à entrada cinco e quatro braças e meia mantendo depois a profundidade de três e meia³⁸. Passada a Ponta de Inhalingue guinava-se a Sudoeste para o canal do Banco Grande³⁹, ao fim do qual se manobrava em direcção ao ancoradouro, junto às praias do Tembe⁴⁰.

Enquanto o navio estava estacionado — de Novembro a Maio — o capitão exercia o cargo de feitor, centralizando e orientando todas as operações comerciais. Construíram-se as "casas novas" para alojamento da tripulação, e os "armazéns" para as fazendas, nas terras do Tembe mais chegadas à praia⁴¹.

Segundo fonte holandesa, os portugueses da viagem 1726-1727, haviam ocupado "muitas casas" feitas de palha, so-

bressaindo a do capitão-feitor, onde eram recebidos os che fes negros. Havia também o cemitério, com muitos "túmulos de lousa", tendo cada um "uma bandeira de linho branco"⁴².

Desembarcadà a "carregação", o capitão-feitor dividia -a em dois lotes. Formava-se então um grupo — "os mercado res" — que reunia os mouros, parte dos portugueses e "al-guns negros, dos que há na terra muy peritos", que seguia com as fazendas para o resgate nas terras do interior. Os restantes, ajudados por um intérprete, comerciavam no li-toral ⁴³.

Com a participação de "cristãos sem inteligência" o co-mércio decaiu, e as funções ligadas ao "fato" foram entre-gues aos mouros, ficando os portugueses com a simples fun-ção de "acompanharé, e evitarem os descaminhos que os mou-ros fizessem"⁴⁴. Mouros "mercadores", portugueses "compa-nheiros", duas funções na mesma actividade e já direcções divergentes na mesma evolução histórica.

Com o abandono da carreira Moçambique-Lourenço Marques (1701-1703), e o estabelecimento dos holandeses na Baía da Lagoa, Inhambane viu aumentada a sua importância económica e estratégica ⁴⁵.

Quando Jan Van de Capelle, em 1723, escreve ao Conse-lho do Cabo, nota que ouvia falar muito de Inhambane, don-de chegava a missanga que via com os negros vizinhos da for-taleza. Efectivamente, os portugueses mantinham relações económicas com esta região e as suas mercadorias chegavam ao Manhiça, onde os régulos vizinhos as podiam adquirir⁴⁶.

Paralelamente aos fornecimentos dos agentes portugue-ses, que além de funções económicas acumulavam por vezes tarefas "diplomáticas"⁴⁷, os súbditos do mesmo Manhiça man-tinham relações com os potentados que negociavam directa-mente com Inhambane. Segundo declarações do seu filho, es-tas expedições empreendiam-se nos meses "frios" de Maio, Ju-nho e Julho, e a sua gente trazia enxadas, machados peque-nos, azagaias e missanga de Moçambique⁴⁸.

Holandeses

Quando em 1721 os holandeses se estabeleceram em Lou-renço Marques, numa ousada tentativa de expansão económica, desconheciam o porto de Inhambane e o seu valor. Só dois anos depois, quando nada lhes corria bem na recente feito-ria, tiveram as primeiras notícias.

Foi em Agosto que adquiriram informações objectivas do poderio económico português na costa oriental africana, que foram imediatamente remetidas ao governador do Cabo, como

exigia a rígida organização da "Vereenigde Oost-Indiese Compagnie". O informador, que era natural de Moçambique, pertencera à tripulação do barco de carreira do "Cabo das Correntes", que foi aprisionado pelos ingleses nos primeiros anos de setecentos (1701-1703). Desde então os portugueses abandonaram esta viagem e o "lascar" ficou em Lourenço Marques, onde entrou para o serviço dos holandeses com a função de intérprete⁴⁹. Interrogado por Capelle, referiu-se às grandes linhas de comércio nos Rios de Sena, Sofala e Inhambane, esclarecendo que o 'Rio Niambani' ficava próximo de Sofala e tinha fundo suficiente para a entrada de navios, e na foz havia duas ilhas pequenas. Os portugueses, embora visitassem regularmente o porto, onde tinham uma "fortaleza arruinada e abandonada", não tinham ainda penetrado para o interior e, por isso, nada sabiam da existência de ouro. Mas o rio não aparecia nas cartas. Estas representavam entre o Cabo da Boa Esperança e Cuama quatro rios que atravessam o Monomotapa. O rio Niambani seria o mesmo que aparecia sob a designação de Sambre (Save), pois tinha na sua foz duas ilhas (Arquipélago Bazaruto)⁵⁰.

A "relação" de Capelle criou nos desanimados "funcionários" da Companhia a perspectiva de novas riquezas e mercados, que compensassem as vidas e quantias consumidas pela feitoria do rio da Lagoa. Obedecendo a ordens do Cabo, partiu no ano de 1725 um barco com a missão de explorar a costa, mas não conseguiu reconhecer e entrar no porto⁵¹.

Em Setembro de 1727 o bergantim Victória entrou no porto. Embora fontes portuguesas se refiram a um incidente com o Chamba⁵², os holandeses levaram dos bitongas a impressão geral de ser "gente muito boa", pois quatro ou cinco homens podiam comerciar pelo interior sem nada temer, o que não acontecia com os negros da baía de Lourenço Marques, cujo temperamento belicoso dificultava o contacto⁵³. Com esta garantia puderam organizar o comércio em terra, indo a bordo sempre que a mercadoria se esgotava.

Convidados por Camba Manha, mantiveram "casa pública" na povoação de seu irmão Inhamboando, um dos grandes da terra do Tinga-Tinga. Durante as duas campanhas mercantis (17 a 19 de Setembro e 21 de Setembro a 8 de Outubro de 1727) adquiriram marfim, escravos e âmbar⁵⁴, pagando com "bons amadabas, bons panos brancos, e bom velório azul"⁵⁵.

Quando já faziam aguada foi a bordo o mouro Schaha (Xeá para os portugueses) com escravos. Foi este mouro que os levou à terra de "Niambani", onde visitaram a povoação dos portugueses, e reuniram os três chefes locais, a quem

pediram autorização para "construir ali uma casa" quando voltassem, ao que eles acederam sem restrições. Pouco mais comerciaram, porque já não tinham panos e com missanga só se obtinham "pequenas coisas, como alimentos, galinhas, peixe, etc." ⁵⁶

Entretanto, a 30 de Outubro entra o barco português "N. Senhora das Angústias", capitaneado por Bernardo de Castro Soares ⁵⁷. Esclarecidos da identidade do navio, explicam ingenuamente que tinham entrado forçados pelas condições atmosféricas, e a 3 do mês seguinte deixam o porto, quando o capitão português planeava tomar-lhes a barquinha ⁵⁸.

Esta viagem de reconhecimento económico deixou esperança de grandes lucros, pois além do marfim e do âmbar o novo mercado oferecia bons escravos, que resolveriam o grave problema da mão-de-obra ⁵⁹. Mas para parte dos seus compatriotas, para quem a vida se tinha tornado insuportável, a notícia provocou a deserção de um grupo de dezasseis homens, que chegaram a Inhambane no dia de Natal, onde depois de socorridos seguiram para Sofala ⁶⁰.

Como havia prometido, o mesmo barco holandês voltou a 12 de Abril de 1728, e segundo testemunho português trazia 44 homens, 10 peças e 4 pedreiros. Bernardo de Castro Soares, logo que teve esta notícia, mandou emissários ao Inhalingue e Tinga-Tingá, para que não consentissem que os "ladrões" fossem às suas terras, e se possível os matassem. Os dois chefes assim prometeram, acrescentando que nenhum dos seus súbditos iria negociar a bordo ⁶¹.

Depois de tentarem em vão encontrar os irmãos Manha, os holandeses resolveram dirigir-se ao capitão com uma "carta de amizade", do comandante do Forte Lagoa, a fim de obter informações dos desertores. Ao mesmo tempo que dão notícias dos holandeses fugidos, os portugueses protestam contra o comércio que os seus rivais faziam, e "que a sua frequência naquellê porto seria cauza de dezasocego publico" ⁶².

Segundo os argumentos portugueses, o porto pertencia ao exclusivo comércio do seu Rei, por posse hereditária e em consequência de há longo tempo só eles terem ali comerciado, sem interferência de outra nação ⁶³. Os holandeses não aceitavam esta explicação, baseando-se na ausência de algo que garantisse essa posse, pois o que chamavam fortaleza não passava duma casa de palha, que pouco diferia das dos negros, e que o porto estava aberto a quem quizesse ⁶⁴.

Embora intimidados, os irmãos Manha e o Inhalingue ainda negociaram com os estrangeiros durante o mês de Maio,

mas desiludidos e temendo possíveis hostilidades, abandonaram o porto a 12 de Junho⁶⁵.

A Conquista

Como os direitos alegados pelos portugueses, na defesa do exclusivo do comércio, não provocaram a retirada dos holandeses, o "capitão da viagem" procurou por outros meios anular as pretensões comerciais que se tornaram claras na viagem de Abril de 1728.

A superioridade dos holandeses era indiscutível. Para esta viagem haviam-se abastecido com munições de guerra⁶⁶ e o bergantim trazia 44 homens e 10 peças⁶⁷. Em Lourenço Marques, de onde podiam facilmente ser socorridos, dispunham de 40 peças de artilharia e mais de 150 homens armados, em bora "morressem como formigas". As quatro balandras assegurariam as ligações com o Cabo e a possibilidade de auxílio imediato⁶⁸. Todos estes números, fornecidos pelos desertores e pelo "malemo" que chegou do Manhiça precisamente no dia em que entravam os holandeses⁶⁹, embora sujeitos a correcção, exprimiam as disponibilidades dos holandeses.

Os portugueses encontravam-se em posição bem diferente. Dispunham somente de uma arroba de pólvora e outra de balas para a defesa da "feitoria" e do barco, que se encontrava "aberto em água", e com tripulação diminuída do 1º piloto e dois lascares⁷⁰.

Se se conseguisse uma posição forte no mercado local, factor mais importante para o domínio do porto, os portugueses teriam a possibilidade de compensar a fraqueza militar. Mas neste campo a situação era igualmente desproporcionada, como verificou o capitão, que em carta dirigida ao governador António Cardim Fróis, datada de 24 de Abril de 1728, escreveu: "o fato que eles trazem para o contrato hé melhor mil vezes que o nosso porque em lugar de Bergantil trazem amadabas e caniquins pretos, goras folhinha de Bengala, inxadas do Cabo das Correntes, vellorio azul, e hũ vellorio amarelo coaze como conta de Balagate"⁷¹. Ainda que no comércio junto ao seu "Fort Lijdzzaamheijd" não obtivessem grande lucro "pello modo de comércio ser muy alheo da natureza dos cafres", o problema do conhecimento das técnicas mercantis de Inhambane não era fundamental uma vez que se limitavam a resgatar junto "à praia"⁷².

Bernardo de Castro Soares, vendo-se na necessidade de evitar um encontro directo, tentou, numa política de promessas e ameaças, conseguir a adesão dos chefes negros. Seguindo esta directriz, mandou chamar o Inhalingue propondo

-lhe que aprisionasse a barquinha e matasse os que fossem nela. Desta maneira pensava anular os meios de que o inimigo dispunha para chegar a terra. Para assegurar a acção deu-lhe duas peças de acanda, e para fugir a alguma hostilidade holandesa, caso viessem a saber, avisou-lhes "que se não fiassem dos cafres que facilmente os poderiam matar". Mas este plano ficou sem efeito porque partiram alguns dias depois⁷³.

As pretensões portuguesas tornaram-se insistentes quando o bergantim voltou em Abril do ano seguinte. O Inhalingue, Tinga-Tinga, Inhamboando e outros foram avisados dos objectivos dos portugueses, com promessas de avultadas recompensas, mas nenhum pôs em prática aqueles planos, aproveitando antes para negociar durante todo o mês de Maio. A partir de então a pressão portuguesa tornou-se mais forte.

O comércio decrescia e o bergantim deixou o porto nos meados do mês seguinte⁷⁴.

Provada a fraqueza desta estrutura comercial marítima, que aparecia sem força capaz de impôr alterações significativas em face à concorrência estrangeira, Castro Soares procurou estabelecer o "respeito tão necessário (...), que consiste o estar os portugueses dominando tudo sem força alguma"⁷⁵.

O objectivo era defender a baía e Linga-Linga, zona essencial nessa estratégia. Distante cinco a seis léguas do ancoradouro, a península dispunha na sua extremidade meridional de um bom surgidouro⁷⁶ que os holandeses sempre aproveitaram, evitando a travessia perigosa do Banco Pequeno⁷⁷. Com água e lenha suficientes para abastecimento⁷⁸, o pequeno istmo a ocidente defendia a ponta sul, onde uma vez construída uma fortificação ficaria defendida contra qualquer ataque terrestre, ao mesmo tempo que controlaria a entrada da barra⁷⁹.

Os holandeses, que já haviam notado estas qualidades em 1728, segundo revelou o Tinga-Tinga, tinham feito "delinhiações" para uma futura construção. Felizmente para os portugueses, o projecto não foi posto em prática, pois o capitão Soares, que imaginou a fortaleza inimiga com "artelharia grossa", chegou à conclusão que seria impossível expulsá-los, e perdido Inhambane "esta perdida Sophalla que será o seu mayor empenho por meterem pé em terras donde haja ouro"⁸⁰.

Após a saída dos holandeses (12 de Junho de 1728), numa tentativa de solução militar, organizou-se uma expedição contra o Inhalingue, porque além de não ter tomado a

barquinha como prometera, tinha-lhes dado "cazas, mulheres, agoa e lenha na sua povoação e quando socedia hir alguma pessoa nossa lá dizião, que os olandezes era o seu barco, e aquella terra delles e não dos Portuguezes"⁸¹. O empreendimento mobilizou portugueses, lascares, manamazes e duzentos negros, que embarcaram na barquinha e mais três embarcações. Mas "por desgraça, morrerão muitos frechados e afogados"⁸². Era preciso readquirir o antigo "respeito", e como a solução tentada havia fracassado, pediu-se auxílio a Sofala.

A notícia da presença holandesa em Inhambane tinha sido remetida ao governador de Moçambique, em carta de 7 de Novembro de 1727, quatro dias depois da saída do bergantim "Victória". O capitão e feitor da viagem, num relato circunstanciado e objectivo, não parecia temer a presença estrangeira, que lhe surgiu como uma simples viagem de reconhecimento⁸³. Mas esta notícia, assim como outra carta de 24 de Abril do ano seguinte, só chegaram a Moçambique em Julho. Remetidas por Sofala, foram registadas na secretaria a 19 desse mês.

Logo que o governador António Cardim Fróis tomou conhecimento, reuniu o Adjunto, que votou o auxílio imediato. Como se encontrava no porto o "N.Sra. de Monserrate", o governador participou ao almirante António de Figueiredo a gravidade da situação, e pediu que deixasse o pataxo com todo o aparelho de artilharia e munições, apoiando o requerimento num parágrafo duma carta do Rei, que expressamente lhe recomendava que "não consinta que nação alguma de Europa tenha tratto ou comércio com os negros daquella costa, e o mesmo avizareis ao Tenente General dos Rios de Sena e ao Capitão de Soffala e que muito menos deve permitir que alguma das ditas Naçoens se estabeleção em terra valendose pera o impedir de todos os meynos que forem possiveis para o que convira muito não ter escandelizado aos negros habitantes daquellas costas"⁸⁴.

Em resposta (21 de Julho de 1728) o almirante afirma que não lhe pertencia a decisão uma vez que o barco se encontrava sob regimento do general da Armada, e só Luís Vieira Matoso, seu capitão, poderia resolver⁸⁵. Cardim Fróis formula novamente o pedido, ao que o capitão responde lacónicamente: "Tenho razoens para não poder deixar o Pataxo, as quaes darey ao Exmo. Sor. VizoRey"⁸⁶.

Perdida a única possibilidade de socorrer Inhambane ainda esse ano, Cardim Fróis narrou os acontecimentos ao Vice-Rei, a quem passou as responsabilidades⁸⁷. Entretanto,

pelo barco da carreira de Sofala ordenou ao capitão desta praça que empreendesse a expedição, mas como a maior dificuldade era de natureza económica, aconselhou-o a reunir o Adjunto para votar o quantitativo a dispendar, e que amortizasse parte da despesa com a venda da presa⁸⁸.

A expedição, chefiada por Domingos Lopes Rebelo e integrando cerca de 1500 negros, alguns "filhos da terra" e portugueses, já se encontrava nas terras do Inhamotavira quando chegaram estas notícias. Os objectivos do empreendimento eram claros: castigar a "ousadia" dos negros, esperar os holandeses e acudir ao barco com o material e pessoal competentes, enviados da capital⁸⁹.

Chegados aos "districtos de Inhambane", foram ao seu encontro as forças coligadas do Inhalingue, Tesuana e oito povoações da Burronga, que foram desbaratadas. A acção estendeu-se então às terras do Tinga-Tinga, onde também foram aprisionados os habitantes e o gado, as "maxambas" arrasadas e as povoações incendiadas⁹⁰.

Todos os que negociaram com os holandeses foram mortos e as suas povoações destruídas. Só as necessidades económicas fizeram "disfarçar com os menos culpados", e não "bulir" nas terras do Chamba, Inhampossa e Tembe, onde ficou a "nossa Bandeira e Feitoria, com duas pessoas para a largarê Domingos e dias Santos"⁹¹.

Nesta campanha dispenderam-se 15 bares de fato, mas a venda da presa — gado e escravos — tão recomendada, fez a quantia descer a 5 bares e 14 corjas⁹².

A Fundação da Povoação

O primeiro projecto que conhecemos para a fundação de um estabelecimento permanente data de 1697, quando frei Rafael de S. Martinho propõe à Junta Geral do Comércio a construção de um "chuambo". A guarnição para esta "trincheira de madeira" seria constituída pelos 12 soldados da fortaleza de Moçambique que iam normalmente no barco. Para o povoamento atraíam-se alguns casais de Goa, Moçambique e Sofala⁹³. Este pequeno agregado obedeceria ao capitão e tinha para seu conforto espiritual um vigário, ambos com os mesmos soldos e liberdades⁹⁴.

"Se S. Mage., que Deos guarde, não cuidar em fazer fortificação, perca as esperanças a este porto". Esta afirmação fria e objectiva do capitão Soares, na carta de Abril de 1728, nascia da necessidade imperativa de deter o avanço holandês, e a posse de Inhambane significava estrategicamente a defesa de Sofala e do ouro do seu sertão⁹⁵.

Este apelo, nas circunstâncias já referidas, mereceu do governador de Moçambique um interesse especial. Embora Cardim Fróis afirme, no pedido ao almirante, que o barco se destinava a "socorrer o navio, e tornar permanente a nossa posse naquelle destrito" ⁹⁶, não defende o mesmo quando escreve ao Vice-Rei. Para ele os holandeses deviam ser desalojados de Lourenço Marques, num ataque em duas frentes: no mar dois navios (uma nau da Índia e o barco de viagem de Inhambane), e em terra a gente de guerra de Sofala. Tomada a fortaleza, seria fundada "nova collonia", sendo escusada a povoação em Inhambane ⁹⁷. Um plano aliciante na verdade, mas que posto em prática traria certamente grandes despesas e graves problemas à soberania portuguesa nesta costa. A fraqueza dos meios exigia limitações nas acções.

Pela fragatinha "Monserrate" teve Cardim Fróis conhecimento da decisão do Vice-Rei, que lhe ordenava a construção de uma fortificação em Inhambane ⁹⁸, resolução maistar de confirmada pelo Rei ⁹⁹.

O mesmo barco, capitaneado por António Carlos, deixou a capital a 12 de Março de 1729 ¹⁰⁰, levando, além da carga da Junta, o essencial para a fortificação: o capitão e feitor João da Fonseca Moniz, dez soldados para a guarnição, cinco peças de artilharia e munições ¹⁰¹.

O local apontado no "risco da barra" para a construção da "fortaleza" tem, de facto, características especiais, pois dele "se descobre todo o mar, e hé o unico lugar de poder impedir a entrada dos Navios", como escreveu o governador, certamente elucidado por Bernardo de Castro Soares ¹⁰².

Contrariando o projecto, a fortificação foi levantada nas terras do Tembe, local sem condições estratégicas, mas onde se contava com o apoio dos três chefes locais ¹⁰³.

Os preparativos para a construção iniciaram-se imediatamente após a chegada do navio, e por meados de Julho, quando António Carlos deixou o porto, havia já madeira cortada mas a falta de mão-de-obra atrasava os trabalhos ¹⁰⁴.

A descrição mais antiga da povoação portuguesa, possivelmente incompleta, data de Outubro de 1731, e nota a existência de uma paliçada dentro da qual sobressaíam a igreja e as moradias do capitão e do padre, e uma pequena horta ¹⁰⁵.

Em Junho de 1730 o Conselho do Cabo resolve abandonar definitivamente Lourenço Marques, depois de difícil ocupação. Decidida a retirada, foram enviadas duas embarcações para o transporte do que ainda restava, e a 25 de Novembro do mesmo ano os últimos holandeses deixam a baía ¹⁰⁶.

A existência ainda, apesar de tudo, de uma leve esperança em relação à costa leste africana, levou-os a adiar para 14 de Setembro de 1731 a partida das duas embarcações. Depois de ter perdido contacto com a urca "Zeepost", a "Snuffllaer" entrou em Inhambane a 8 de Outubro¹⁰⁷. Embora bem acolhidos pelos súbditos de Inhalingue e Tinga-Tinga, não conseguiram nem comerciar nem obter mantimentos. Tiveram a confirmação "oficial" de que nada podiam adquirir quando um "caf^{re} vestido" lhes comunicou que só com autorização dos portugueses o conseguiriam. Decidiram então ir a "Niambani", onde encontraram um aparato bélico de muitos negros armados de arco e flecha, os chefes empunhando azagaias, e os portugueses armados "à europeia", que lhes prestaram honras militares. O capitão e feitor João da Fonseca Moniz informa então que era impossível negociarem, pois estavam em "território do Rei de Portugal", e todos os habitantes eram súbditos do mesmo Senhor, que "há mais de duzentos anos possuía aquela terra", mas que lhes forneceriam mantimentos frescos, água e lenha¹⁰⁸.

Estas razões, que não haviam pesado nos "encontros" anteriores, passavam a ter novo significado mercê da recente estrutura administrativa e do apoio do barco de carreira que acabava de chegar, e que os holandeses julgaram com 100 tripulantes e 10 peças. Sem insistir, abandonaram o porto a 22 de Outubro¹⁰⁹.

II. FEITORIA E PRAÇA

Antes de analisarmos pormenorizadamente os vários aspectos da administração é importante focar alguns pontos.

Aos estabelecimentos que fundavam com carácter permanente, os portugueses davam o nome de Praças, Presídios e Feitorias. Estes termos, muitas vezes usados indistintamente, designavam realidades bem diferentes.

Para Caetano Montez, Presídio é "a força militar que guarnecia uma fortaleza e, por extensão, designava a própria fortaleza, a localidade onde ela se achava e, mais tarde, foi o título duma jurisdição administrativa¹¹⁰.

É necessário não generalizar, pois se esta definição é válida para a evolução histórica de Lourenço Marques, não o é para Inhambane. Aqui, a "guarnição", estacada, a fortificação, armamento e tudo o que fosse claramente de natureza militar, diziam respeito à Praça, enquanto que a Feitoria centralizava as operações comerciais, as contas da Fazenda Real, a vigilância da entrada e saída, carga e des-

carga dos navios, controlo das relações diplomáticas, etc. E como as preocupações económicas ultrapassavam as militares, a Feitoria sobrepôs-se desde os primeiros tempos, e é por esta razão que muitas vezes esta designação inclui aspectos militares.

O "capitão de viagem de Inhambane" acumulava as funções de capitão de mar e guerra do "barco de carreira", e dirigia todos os aspectos da Fazenda Real, enquanto em Inhambane. A sua responsabilidade, portanto, compreendia a viagem e o comércio¹¹¹. Com o aumento das responsabilidades mercantis passou a chamar-se "capitão e feitor da viagem de Inhambane"¹¹², mas a fundação do estabelecimento permanente devolveu ao capitão de mar e guerra as funções específicas de viagem, e o capitão-mor e feitor ficou com a chefia do estabelecimento permanente. Este título foi mantido como o mais alto cargo oficial deste porto até a povoação receber o estatuto de vila; a partir de então passou a ser dirigida por um "governador e capitão-mor e feitor".

Enquanto que Moçambique esteve subordinada ao governo do Vice-Rei, em Goa, até 1752, os capitães e feitores de Inhambane serviam no cargo por "carta patente" passada em nome de Sua Magestade e assinada pelo Vice-Rei¹¹³.

Como as ligações Moçambique-Índia-Moçambique-Inhambane não permitiam uma consulta rápida, o capitão general guardava a liberdade de nomear e passar "provisão" a quem entendesse, e em devido tempo dava a conhecer a decisão a Goa¹¹⁴.

A separação do governo, em 1752, deu ao Governador Capitão-General autonomia e autoridade maiores, pois conferiu-lhe a "Jurisdição sobre todos os Feitores e mais pessoas... podendo-lhes... tirar dos ditos empregos e pôr outros em seu lugar a favor dos povoadores..."¹¹⁵. Ao abrigo desta prerrogativa, passaram-se 14 provisões ainda em 1753, três das quais pertenciam a Inhambane¹¹⁶. No entanto, foi posteriormente fixado, por decisão régia, que todos os cargos a preencher acima de Capitão de Infantaria deviam ser-lhe presentes, por proposta ao Conselho Ultramarino. Esta medida raramente foi seguida, pela morosidade das viagens, e o Governador Capitão-General defendia-se alegando que as suas provisões eram a título interino.

Nomeado e provido para servir em Inhambane, o Capitão-Mor e Feitor, antes de receber a "patente", devia pagar na Secretaria de Moçambique os "novos direitos", o "selo, assinatura e registo"¹¹⁷, e, ao partir, recebia a "carta credencial"¹¹⁸ que o acreditava junto ao colega cessante,

que recebia a "carta de guia", informando-o da chegada do substituto, a quem devia entregar o Governo e prestar todos os esclarecimentos¹¹⁹.

Procurando preencher a vaga criada por incapacidade ou morte, elaborava-se a "via de sucessão". Este documento só poderia ser aberto por ordem expressa de Moçambique, ou por "urgente necessidade", e nomeava por ordem de prioridade, uma de duas outras pessoas indicadas, que passaria a desempenhar o cargo como se houvesse recebido provisão¹²⁰. Até 1762, as entidades indicadas para o cargo foram o oficial de maior patente (Capitão de Infantaria) e o Reverendo Padre Vigário¹²¹, mas três anos mais tarde, por ordem de Baltasar Manuel Pereira do Lago, o lugar devia ser entregue ao governo conjunto do 1º vareador da câmara e do oficial mais graduado¹²². Entretanto, em Novembro de 1784, em virtude de José Ferreira Nobre se ter ausentado para Moçambique, foram nomeados "por via" o Reverendo Vigário, o Juiz Ordinário e o oficial de maior patente¹²³, mas no ano seguinte (7 de Novembro de 1785) determinava-se-lhes que entregassem o governo a Teodoro dos Santos Pinto, sem embargo da via de sucessão que interinamente os tinha nomeado¹²⁴.

O primeiro conjunto de normas que definem as funções do Capitão e Feitor encontra-se no "Livro de Carga da Pala N.ª da Conceição e Stº António". A "Instrução" passada em Moçambique, a 27 de Novembro de 1745, compreende seis parágrafos, que passamos a resumir¹²⁵.

O Capitão e Feitor não devia intrometer-se ou embarçar os navios e seus oficiais, pois levavam "regimen" próprio; competia-lhe dar todo o apoio para a sua expedição; mandaria desembarcar a "carregação" para o "armazém", lançando-a no Livro da Receita; os parágrafos 2 e 3 expõem as normas para o "resgate" (aquisição por troca) do marfim¹²⁶, e para manter as boas relações com os Regulos e Fumos, devia enviar os saguates e fazer a Banja. O parágrafo 5 refere uma medida de circunstância¹²⁷ e o documento termina dando liberdade de acção em situações não especificadas.

Aqui encontramos já esboçadas as preocupações dominantes do Governo: navegação, arrecadação da Fazenda Real, comércio e relações com os chefes locais. A este documento seguiram-se: o Regimento de 18 de Outubro de 1759; a Instrução de 7 de Outubro de 1763; o Regimento de 8 de Novembro de 1765; o Regimento e Instruções de 24 de Setembro de 1782; o Regimento de 23 de Novembro de 1790¹²⁸.

Quando o Capitão e Feitor não recebia Regimento ou Instrução, o antecessor, ao entregar-lhe o governo, prestava os esclarecimentos necessários e deixava-lhe os "papéis" da Feitoria, por onde se devia reger.

Navegação

O Capitão e Feitor tinha "mando e jurisdição" sobre todos os Comandantes e Oficiais dos Navios que entrassem no porto ao serviço de Sua Magestade, que deviam obedecer "de palavra ou por escrito"¹²⁹. Mandaria descarregar com todo o cuidado a carrega^{ção}¹³⁰ e, para evitar o contrabando, devia pôr guarda a bordo e fazer "buscas", sendo os oficiais obrigados a entregar-lhe as "chaves das escotilhas, câmaras, camarotes e despensas"¹³¹. Terminada a descarga, à qual devia assistir com o seu escrivão, pagava os "calazes" à tripulação. Em tempo oportuno reuniria os oficiais e malemos (pilotos), para decidirem da partida, e faria todos os esforços para ter o navio consertado a tempo e abastecido de água e lenha¹³².

Relações com os Chefes Locais

Logo que o navio chegava, o Capitão e Feitor devia dar a notícia aos Fumos, enviar-lhes os saguates e avisar da data de realização da Banja (reunião anual dos chefes). Nesta política de captação, agiria sempre dentro dos "estyllos antigos para que a novidade de outros não motivasse alguma desconfiança aos cafres", o que poderia prejudicar o comércio. O Regimento de 1765 refere-se à competência jurídica do Capitão e Feitor relativamente aos "milandos" entre "cafres", afirmando que tocava o "conhecimento" de todas as questões, "julgando-as como for justiça", mas não se intermeteria na "averiguação" e decisão de suas contendas, deixando "que sigão nellas os seus styllos cafreaes". Este aspecto será novamente focado no Regimento de 1790, que dedica um capítulo especial às relações com os negros e seus chefes¹³³.

Administração da Fazenda Real

Depois de receber a carrega^{ção}, o Capitão e Feitor fazia as primeiras despesas "certas" com os pagamentos ao Presídio, "consignados" e prelados¹³⁴. Era igualmente considerada despesa ordinária a compra de certos gêneros (breu, ma furra, mutiana, gamelas, carne e madeiras) encomendados pelo Provedor-Mor¹³⁵; no entanto, não podia dispôr livremente de fundos para alguma despesa extraordinária sem ter si

do previamente autorizado por Moçambique ou ter sido votado em reunião do Adjunto ¹³⁶.

Não podia enviar para o resgate "nos matos" o fato da receita da Feitoria e estava proibido de comerciar "por si ou por interposta pessoa", a não ser na aquisição dos géneros indispensáveis ao seu passadio, em que podia investir o fato equivalente ao seu soldo ¹³⁷. Toda a roupa "avariada" que não tivesse sido comercializada devia ser remetida para Moçambique. Enviava anualmente a folha das suas contas, e era o único responsável por qualquer "descaminho" da Fazenda Real ¹³⁸. Recebia as ordens — Bandos — que publicava e fazia cumprir, e tomava todas as medidas em defesa da gente, Fazenda e prestígio de S.Magestade ¹³⁹.

Relativamente aos mouros, procuraria por todos os meios possíveis evitar e impedir que manifestassem publicamente a sua crença ("publicas procissões, circuncizações e outras execrandas serimoniais") e difundissem a lei maometana. No entanto, o Regimento de 1790 assegura-lhes a liberdade de "culto interno" ¹⁴⁰.

As preocupações constantes que os portugueses sentiam de eliminar a sua influência, especialmente no campo económico, está claramente exposta nestes Regimentos e Instruções. Os mouros só podiam comerciar em escravos sob condição de os mandarem à igreja "para serem instruídos nos mistérios da fé", e de os vender somente a cristãos, não os podendo exportar para parte alguma que não fosse dos domínios da Coroa de Portugal ¹⁴¹.

Aconselhado a seguir um regime intransigente e duro, o Capitão e Feitor devia prender os "protectores e instructores daquela diabólica seita de Mahomé", e remetê-los a Moçambique onde seriam justicados ¹⁴².

Quando à entrada de "barcos estrangeiros", deviam ser obedecidos alguns pontos. Em primeiro lugar o Capitão e Feitor enviava a bordo um oficial militar para se informar da identidade e dos objectivos da viagem, ao mesmo tempo que espiava o seu potencial bélico. Se tivesse entrado por falta de víveres, água, lenha, por estar "aberto em água" ou perseguido por algum inimigo, seria assistido ou abastecido fora da barra ¹⁴³. No caso de não se justificar a sua entrada, era redigido um "protesto" onde se exprimiam os direitos exclusivos dos portugueses naquele porto. Se persistissem em ficar e tivessem desembarcado alguma gente, o Capitão e Feitor, com dissimulação e astúcia, procuraria que os "cafres os expulsassem", mas se se notassem "disposições de conquista" seriam considerados "inimigos da paz" e contra eles movia-se uma guerra aberta ¹⁴⁴.

Especificamente ao serviço da gente portuguesa, o clero que assistia no porto recebia "congrua" e estava inserido no quadro da administração local. Desta maneira podemos compreender que o Capitão e Feitor também controlava a acção religiosa.

A conservação das construções destinadas à administração, defesa e economia, era uma das tarefas mais importantes que cabiam ao Capitão e Feitor. Devia cuidar da Fortificação, da Igreja, da Feitoria e, especialmente, dos "armazéns das roupas e munições" ¹⁴⁵.

Se fosse preciso fazer alguma "obra, conserto ou reedificação", convocava o Adjunto. Depois da avaliação e orçamentos (em que participavam também os obreiros), iniciava a obra, que era dirigida por um oficial da tropa, sob "inspecção" directa do próprio Capitão ¹⁴⁶.

Com esta diversidade de tarefas, o Capitão e Feitor foi apoiado desde os primeiros tempos por um corpo administrativo, que se foi tornando cada vez mais complexo.

Em 1731, os holandeses notaram que os elementos mais importantes eram o Capitão e Feitor, os Comandantes da Guarda e do navio, e o Padre ¹⁴⁷. É certo que estes, mercê dos seus cargos, eram os homens mais influentes. No entanto, o núcleo que se manteve sempre activo foi o do Capitão e Feitor com o Escrivão. Porém, se alguma decisão ultrapassava as suas atribuições, reuniam-se com o Comandante do Presídio e o Reverendo Padre Vigário, formando o Adjunto.

Nas relações com os negros, a Feitoria dispunha de um intérprete e do Capitão-Mor das Terras, e a segurança da navegação estava entregue a um Patrão-Mor. Para todos os serviços menores havia os "manamazes" (marinheiros, intermediários, enviados).

Com a fundação da Câmara e o esboço da organização civil, a Feitoria teve necessidade de preencher certas funções. Desta maneira surgiram o Cirurgião-Mor e o Meirinho da Fazenda Real.

O Escrivão da Feitoria recebia provisão por 3 anos e devia jurar "aos Santos Evangelhos na forma de estilo para bem, e fielmente fazer a sua obrigação". Segundo o "regimento de novos direitos" (27 de Outubro de 1753), devia pagar 87 cruzados e 200 réis à Secretaria, e o que estivesse tabelado à Chancelaria. Depois de registado em Moçambique e na Feitoria, poderia exercer o seu cargo ¹⁴⁸. Este funcionário, também chamado "Oficial Escrevente" era o elemento mais chegado ao Capitão e Feitor, e estava encarregado da escrituração dos documentos oficiais. Relativamente às con

tas da Feitoria, fazia a escrita dos Livros da Receita e Despesa, e apurava o balancete mensal. Estava presente em todos os actos que justificassem documento comprovativo como reuniões do Adjunto, leilões, pagamentos, devassas, sequestros e mais "diligências". Além de satisfazer os pedidos de "treslados, certidões, recibos e mais papéis" requeridos pelos moradores ou necessários à administração, registava toda a correspondência de Moçambique, em especial os bandos, alvarás, etc. Redigia ainda as cartas de serviço destinadas ao governo central, preparando a "via" que deviam seguir, no barco de viagem ou através de "patamares"¹⁴⁹. Findo o ano económico, elaborava o balanço, e terminado o mandato do Capitão e Feitor, fazia o inventário do Património Real, incluindo a documentação existente em "arquivo".

Em 1745, o Escrivão da Feitoria vencia o mesmo que o Vigário — 424 panos anuais, mas, a partir de 1765 é-lhe acrescentada uma praça — quantia que se mantém por todo o século XVIII ¹⁵⁰.

O primeiro documento que nos fala do Capitão-Mor das Terras data de 12 de Agosto de 1759, e trata-se da "justificação" de Manuel Gonçalves de Almeida Barreto¹⁵¹, então Capitão e Feitor, contra André de Almeida, Capitão-Mor das Terras, o que nos leva a recuar a criação do cargo pelo menos para os primeiros anos da década de cinquenta ¹⁵².

Da provisão passada em 25 de Outubro de 1759 a favor de Tomás das Chagas, conseguimos apurar que a "ocupação" recebida por "mercê" seria válida enquanto o Governador Geral "não mandasse o contrário", e entraria em vigor depois do beneficiado prestar juramento e de o documento ter sido registado em Moçambique e na Feitoria ¹⁵³.

Este representante e delegado do Capitão e Feitor nas relações com os negros e mouros, era também conhecido por Capitão-Mor do Distrito de Inhambane, ou das Terras de Inhambane. Como tal, cabia-lhe ouvir e apresentar superiormente os "milandos"; intervir nos contratos de compra e venda, partilhas, dívidas, etc.; tomar conhecimento dos óbitos na área da povoação e organizar a Banja na devida altura ¹⁵⁴. Excepcionalmente, foi em 1762 encarregado da "diligência do descobrimento de salitre" ¹⁵⁵, e, segundo o Bando publicado em 17 de Janeiro de 1787, devia prender todos os "atravesadores" que provavelmente tivessem faltado ao determinado ¹⁵⁶. Nestas tarefas importantes, e muitas vezes delicadas, o Capitão-Mor das Terras era auxiliado pelo Sargento-Mor das Terras, que também não vencia soldo da Fazenda Real ¹⁵⁷.

Nas conversações oficiais com os negros, os portugueses dispunham de um intérprete a quem chamavam Língua de Estado ou Língua da Feitoria. Este posto foi extinto em No vembro de 1764, por carência de verba, mas António José de Melo, reputando-o de indispensável, decidiu nomear um Língua em Maio de 1769, expondo as suas razões ao Governo Central. Os mouros, particularmente dotados para este trabalho, foram os primeiros a ocupar o cargo, até que Ali Mala ta foi afastado (1760), e a partir de então foi entregue a portugueses. O Língua apresentava ao Capitão e Feitor as queixas contra os "muzungos", e na Banja explicava aos Fumos o que "se lhes costumava dizer e ensinar a bem do Real Serviço" ¹⁵⁸. Quando os Régulos e Fumos chegavam ou enviavam "embaixadas", só ao Língua de Estado reconheciam competência para os "ouvir e explicar" as suas "representações" ¹⁵⁹. Participava na averiguação de "milandos" e ao serviço da Feitoria podia ser enviado a outras terras.

A navegação no porto estava entregue aos "malemos", especialmente ao "malemo da Barra". António Correia Monteiro de Matos, que os achava "cheios de abusos, de natureza rabinos, rabeiros e puzilânimes", propôs, em Junho de 1760, que fossem substituídos por um Patrão-Mor português ¹⁶⁰. Este, nomeado por três anos por proposta do Capitão e Feitor, vencia 432 panos anuais, o segundo vencimento mais alto ¹⁶¹, e cabia-lhe o comando da lancha da Feitoria, a direcção de entrada e saída do Barco de Viagem ¹⁶² e a orientação dos trabalhos da "Ribeira" ¹⁶³.

Em Junho de 1787, o Patrão-Mor requereu a nomeação de um Sota-Patrão que o auxiliasse, sugerindo António José Quinhas, então Alferes dos Auxiliares ¹⁶⁴. Não podemos afirmar que o pedido tenha sido rapidamente satisfeito, mas sabemos que o lugar se encontrava preenchido em 7 de Maio de 1794 ¹⁶⁵.

Os primeiros documentos que nos falam dos "manamazes" referem-nos como agentes dos portugueses no comércio do interior ¹⁶⁶, e integram-nos no corpo expedicionário que se opôs aos Fumos que haviam comerciado com os holandeses ¹⁶⁷. Com o desenvolvimento da Feitoria e a crescente diversificação de funções, os manamazes mouros e negros ocupavam-se nos serviços menores, indispensáveis à vida da Feitoria. Competia-lhes levar anualmente aos fumos da Feitoria os "quirilos e murilos" e os saguates ¹⁶⁸. Sempre que era preciso, renovavam a cobertura das casas da Feitoria, "reformavam" a estacaria da Fortificação e ajudavam no corte e transporte da madeira. Formavam a tripulação dos barcos da Feito-

ria, e em tempo de guerra eram integrados no exército, ao lado dos "mulunguanas"¹⁶⁹.

Em 1745 havia ao serviço 15 manamazes, que venciam cada um 35 corjas de fato anuais¹⁷⁰. Diminuídos de 3 e mais tarde elevados para 16, número ideal para a lotação da lan^{cha}, pelo "serviço efectivo" semestral recebiam 1 bar 8 corjas e 16 panos de fato sortido, equivalente a 576 panos, a razão de 6 panos mensais cada um. Entretanto, por ordem de Moçambique de 10 de Novembro de 1764, foram riscados da folha de vencimentos, passando a receber por tarefa, o que veio prejudicar o trabalho, como manifestou José Coelho Loureiro. Este Capitão e Feitor, para o corte de madeira, só "por me^{ys} obrigatorios" conseguiu 8 homens que manteve em serviço efectivo a 6 panos mensais cada um¹⁷¹. Apesar dos inconvenientes e prejuízos, só Luís Correia Monteiro de Matos em 1788 conseguiu matricular mais 4¹⁷².

O Adjunto

A necessidade do Capitão e Feitor se aconselhar quando tivesse dúvidas, ou a decisão de alguma questão que ultrapassava as suas atribuições sem que ele tivesse possibilidade de consultar Moçambique, levava à reunião dos elementos que formavam o Adjunto: o vigário, oficiais de "Patente da Guarnição", o escrivão e, a partir de 1765, o varreador mais velho da Câmara¹⁷³.

Era da competência específica deste "conselho" a decisão das despesas extraordinárias, nomeadamente de alguma "obra, reedificação ou conserto", ou expedição militar. No primeiro caso, após a votação, seguia-se o "acto de avaliação e orçamento", com a presença dos "obreiros" como avaliadores¹⁷⁴. Para alguma acção de "guerra defensiva" os Fumos da Feitoria deviam ser ouvidos, embora pertencesse ao Capitão e Feitor a última palavra. Quanto à decisão da "guerra ofensiva", em princípio exclusiva do Governo Central, foi entregue em Novembro de 1779 também ao Adjunto¹⁷⁵.

De todas as reuniões, o Escrivão redigia a acta — o termo do Adjunto "registando-o depois de assinada pelos deputados"¹⁷⁶. Quando fosse preciso fazer a avaliação e orçamento, o respectivo "auto" seria também assinado pelos obreiros¹⁷⁷. Destes documentos extraíam-se duas vias, para que o Governador Geral fosse informado¹⁷⁸.

A Vila e a sua Câmara

A carta régia de 7 de Maio de 1761, entregue no Palácio da Ajuda a Calisto Rangel, ordena a elevação da Praça

de Moçambique a Vila, com todos os privilégios de que gozavam as vilas do reino. O mesmo documento acrescenta, no parágrafo seguinte, que "na mesma conformidade" o Governador daquela Praça devia "procurar erigir em vilas todos os portos de Quelimane, Sena, Tete, Zumbo, Manica, Sofala, Inhambane e Ilhas Querimba, em que houver ou se forem estabelecendo lugares capazes de serem erigidos em vilas... Com estas medidas procura-se reduzir os habitantes... e seus termos à sociedade civil e viverem os mesmos respectivos moradores na união cristã"¹⁷⁹. As disposições deste diploma, no que respeita à Praça de Moçambique, foram executadas a 19 de Janeiro de 1763, tendo sido lavrado o respectivo auto de Fundação da Vila ¹⁸⁰. Para as outras povoações seguiram ordens semelhantes ainda esse ano, e em Julho, João Pereira da Silva Barba tinha conhecimento que havia um número suficiente de "residentes" em Quelimane, Sena, Tete, Zumbo e Sofala, para a fundação de vilas ¹⁸¹.

Estas medidas, redigidas em Outubro, seguiram para Inhambane inseridas no Regimento entregue a José Coelho Loureiro, que ia ocupar o cargo de Capitão e Feitor ¹⁸². Como trabalhos preliminares, este devia escolher os terrenos para a construção da "casa da vereação e audiência, cadeya e mais oficinas publicas", e enquanto não houvesse acomodações próprias, valer-se-iam das "cazas da Fazenda Real ou particulares". Procuraria "delinear as casas dos moradores por linha recta de sorte que fiquem largas e direytas as ruas" ¹⁸³. Remeteria para Moçambique a relação dos "moradores da povoação" que, reunidos na "Praça Pública", decidiriam onde seria levantado o Pelourinho ¹⁸⁴.

O Senado da Câmara de Inhambane seria composto por um Juiz Ordinário, três Vereadores, o "Procurador do Conselho" o Escrivão e dois Almotacês ¹⁸⁵.

Como uma das funções mais importantes dos "oficiais" era a administração da "Justiça aos Povos", o Juiz Ordinário julgava em primeira instância as causas ordinárias e os casos crimes que não estivessem compreendidos nas "Resoluções Reais" que determinavam o julgamento na presença do Governador General. Fariam as "Inquiridorias das Testemunhas", para maior segurança do "Direito das Partes", e quando a povoação atingisse os quatrocentos "fregueses" acumularia o cargo de "Juiz dos Órfãos". Servia também como "Chanceler da Câmara, autenticando as provisões dos juizes e escrivãos, cartas de exame dos oficiais mecânicos, licenças gerais", e mais documentação ¹⁸⁶.

O vereador mais velho "revia e examinava" as despesas do Conselho¹⁸⁷, com a ajuda do segundo vereador, a quem pertencia especialmente "o cuidado das calçadas e limpeza da vila". O terceiro vereador, como provedor da saúde, acompanhado do cirurgião, inspeccionava as "embarcações que vem de mar em fora" a fim de se evitar algum "mal contagioso"¹⁸⁸.

O procurador do Conselho devia "requerer tudo que fosse em beneficio do povo e do Conselho", e o Escrivão redigia os autos e termos, e escriturava os "Livros de Registos"¹⁸⁹.

O quadro ficava completo com a nomeação semestral ou anual do "Escrivão Público Judicial e Tabelião das Notas", do Alcaide Pequeno e seu Escrivão, do Carcereiro e do Pregoeiro¹⁹⁰.

A Câmara devia seguir e observar "inviolavelmente" as ordens do Governo Central, e a Vila estava isenta por 12 anos do pagamento de "fintas, taxas, pedidos, e quaisquer outros tributos", excepto os "dízimos dos frutos da terra"¹⁹¹. Deviam ser distribuídas aos moradores parcelas nos "lugares que para isso houverem alinhado", destinadas a "casas ou quintas", mantendo livre um "destricto" para novas construções e "logradouros públicos". O Termo da Vila seria definido numa área de 6 léguas ao "redor da vila", onde cada morador não podia receber de sesmaria mais que meia légua "em quadro"¹⁹².

Os oficiais que constituíam o Primeiro Senado da Câmara, e deviam iniciar os trabalhos em Janeiro de 1764, seriam nomeados por provisão do Capitão General, que os escolhia de entre os citados nas "Pautas" enviadas de Inhambane¹⁹³, mas quando estivesse tudo normalizado, observar-se-ia o formulário na "Colecção 12 das Leis Extravagantes do Livro 12 da Ordenação título 67, nº 3, que serviu de modelo à Câmara de Goa"¹⁹⁴. Aquele documento era registado no "Livro da Vereação", e o juiz ordinário¹⁹⁵ "convidava por cartas que escreveria o seu Escrivão, os eleytos para se acharem de capa, e volta, sendo possível, assim preparados no dia determinado na Casa da Câmara para a posse e juramento..."¹⁹⁶. Neste dia, traziam o "alvará de folha corrida", a certidão de idade¹⁹⁷, e depois do juiz ordinário, que presidia à sessão, "deferir o Juramento de que se faz termo", tomavam posse, assinando todos os documentos comprovativos¹⁹⁸. Do "auto da criação e posse" da Câmara seria extraída uma certidão autenticada, que seria enviada para Moçambique, provando a "erecção da povoação a Vila"¹⁹⁹.

Não sabemos a data exacta em que se constituiu o primeiro Senado da Câmara, mas a correspondência assinada por três vereadores em Junho de 1764, permite fixá-la entre Novembro de 1763 e aquela data ²⁰⁰.

Ao analisarmos o núcleo cristão de 1762, encontramos 41 fogos com 107 almas. Acrescentando 18 órfãos e 19 soldados, apuramos 141 indivíduos para a população branca e descendentes, dos quais 59 do sexo masculino, entre os 15 e os 60 anos, isto é, aptos a servirem a administração local ²⁰¹. Esta carência de moradores foi manifestada pelo próprio Senado em 14 de Junho de 1764 que, por isso, se viu impossibilitado de executar o que estava previsto no "formulário" sobre a eleição dos oficiais ²⁰².

A maior parte dos moradores que aceitaram lugares na Câmara já havia desempenhado funções na Feitoria ou no Presídio, e não são poucos os exemplos dos que ocupavam simultaneamente os dois quadros. Além disso, nem sempre foram os mais dotados que estiveram à frente dos trabalhos, mas sim "homens, [mercadores] volantes, solteiros e ignorantes..." que procuravam apoiar os seus negócios e multiplicar os lucros em prejuízo dos interesses gerais ²⁰³.

A Câmara ficou instalada nas casas alugadas a Luis Francisco da Fonseca ²⁰⁴, mas o Governador General achou que não era "decente" e ordenou a António José de Melo que as comprasse. Avaliadas em 360 panos ²⁰⁵ e adquiridas a 2 de Dezembro de 1765 ²⁰⁶, estas casas, consideradas as "mais próprias", deveriam sofrer grandes reparações, para as quais o Senado não dispunha de meios ²⁰⁷ pois até para as "vereadorias" tinha que pedir emprestados a mesa, bancos, cadeiras, varas de palio e estrado", e o Livro de Registo tinha sido oferecido pelo Governador e Feitor ²⁰⁸.

Segundo o §36 do Regimento de 7 de Outubro de 1763, o rendimento da Câmara seria fundamentalmente apurado do aforamento das Terras do seu "Termo" ²⁰⁹, mas o Governador de Moçambique esquecia-se que os portugueses não tinham o direito de dispor da terra, uma vez que não tinha havido conquista "e somente introdução". O estabelecimento existia por "consentimento" dos Fumos, a quem anualmente se oferecia a Banja e os saguates. Em face desta situação, o governo central procurou remover as primeiras dificuldades. Enviou 600 panos ²¹⁰ e entregou o rendimento de dois palmares ²¹¹.

O citado Regimento de 7 de Outubro de 1763 dispunha, no §38, que o Juiz Ordinário acumulava o cargo de "Juiz dos Orfãos" ²¹² quando a população atingisse os 400 moradores.

Vimos já que neste ano a população portuguesa²¹³ estava longe de atingir este número. Apesar disso o "Juiz dos Orfãos" entrou em exercício com a fundação da Câmara, mas as suas responsabilidades relativamente aos bens dos defuntos e ausentes só surgem claramente definidas no Regimento de 30 de Outubro de 1775²¹⁴. Após a morte de algum morador, devia fazer o inventário dos bens, proceder ao leilão, dando conhecimento de tudo ao Governador e Feitor, ao Governador General e ao Provedor-Mor, de quem dependia. Para maior segurança dos bens, era nomeado um "militar graduado e inteligente" e o juiz não podia adquirir nada "por sy nem por interposta pessoa"²¹⁵. Verificado o óbito²¹⁶, todos os "domésticos da Casa, e convezinhos", juravam declarar fielmente todo o espólio — condição preliminar para o inventário²¹⁷.

Se houvesse testamento e os herdeiros não estivessem presentes, o inventário e o leilão far-se-iam na presença do testamenteiro, que também era o depositário. Caso o morto tivesse legado, por "testamento solene", os bens a "obras pias", a sua vontade seria cumprida, destinando-se 100 réis aos "sufrágios". Se a herança não atingisse aquela cifra, o pároco celebrava missa e "pequenas exequias", ficando o restante para as dívidas que porventura tivesse deixado²¹⁸.

O Regimento, extensivo aos bens dos clérigos e estrangeiros, ainda determinava que a "fazenda movel" era leiloada em hasta pública, mas os "bens de raiz" só poderiam ser vendidos com conhecimento dos herdeiros; no entanto, podiam ser arrendados a quem fizesse a melhor oferta²¹⁹.

O produto obtido era convertido em marfim e enviado, com a documentação respectiva, para Moçambique²²⁰. Terminado o mandato do Juiz, as contas eram cuidadosamente examinadas, e se se verificasse alguma irregularidade o Escrivão seria também sequestrado²²¹.

Volvidos treze anos, António Manuel de Melo e Castro (em carta de 25 de Outubro) ordenou a suspensão deste Regimento, comunicando em 23 de Novembro de 1790 que ficava abolida a "parte que tocava aos Governadores e Capitães-mores, ficando em seu inteiro vigor o que respeita aos Juizes"²²².

A documentação que se refere à administração dos bens dos defuntos e ausentes é muito restrita. A que conseguimos reunir esclarece-nos especialmente do "juizado" de Teodoro dos Santos Pinto, cirurgião de profissão e antigo tesoureiro da Irmandade de N.ª S.ª da Conceição²²³. Teve desde 1765 assento no Senado da Câmara, onde se manteve até ser suspenso com o seu escrivão, em Novembro de 1767²²⁴. Santos

Pinto e José Francisco Colaço eram acusados de má "arrecadação"²²⁵ e descaminhos dos fundos municipais²²⁶, o que foi devidamente provado²²⁷.

A falta de gente apta e a ausência de rendimentos fizeram com que a Câmara fosse auxiliada pela Feitoria e por vezes sofresse a sua intromissão, o que provocava frequentes choques e incompatibilidades com a vereação.

O Senado devia seguir as ordens de Moçambique²²⁸, e o Governador procurava apoiá-lo, "zelando-lhe todas as isenções, regalias e autoridades que lhe são permitidas, ampliando-lhe todos os meios e liberdades de exercerem os seus cargos". E o mesmo documento, de 6 de Novembro de 1766, especifica que não lhe competia "mais do que emendar os erros que fizerem, mas isto de forma que não possa nunca esmorecer-lhe o ânimo em que todos devem viver para hum estabelecimento necessário..."²²⁹. Por outro lado (em documento de 2 de Novembro de 1767), o Senado devia "com grande actividade ajudar o seu Governador em obras publicas, e naqueles destinos que só lhe poderão adquirir as honras de Catholico e de bons vassallos como são applicarem as creaçoens des sa colônia a uzo de ler, e escrever, ao ensino dos officios e pratica da Santa Doutrina"²³⁰.

Apesar das recomendações superiores, cedo se verificaram choques por causa da eleição dos vereadores e da administração da justiça.

Pelo Regimento de 1763, enquanto a Câmara não funcionasse regularmente, a eleição dos vereadores seria feita em Moçambique com base na "pauta" que citava os moradores "mais capazes e proporcionados aos officios", enviada de Inhambane²³¹. Esta prática não foi mantida por José Coelho Loureiro (Outubro de 1763 a Dezembro de 1765) e António José de Melo (Dezembro de 1765 a 17 de Novembro de 1768), que procediam à "limpeza da Pauta" sem ordem expressa. Este facto, que atentava contra a liberdade municipal, foi anulado depois que o Senado pediu esclarecimentos superiores, em 5 de Junho de 1766²³². A partir desta data, Moçambique retomou esta prerrogativa, negando o parecer de alguns Governadores²³³.

Para que fossem nomeadas "pessoas inteligentes", José Ferreira Nobre e Luis Correia Monteiro de Matos defendiam que a "limpeza da pauta" fosse feita em Inhambane, onde tinham conhecimento directo dos moradores e das suas reais aptidões, enquanto que Moçambique podia ser traído por uma pauta ou votação forjadas²³⁴. Apesar da clareza das razões o governo central manteve-se intransigente; no entanto, pa

rece-nos estranho nunca ter sido dirigida uma palavra aos governadores que depuseram juizes, substituindo-os por outros ²³⁵.

Para evitar, tanto quanto possível, os atritos entre juizes e governadores, foi recebido um documento com data de 11 de Outubro de 1787, que procurava definir a amplitude das respectivas funções, especialmente no que se referia à administração da justiça. Esta matéria foi pouco depois detalhadamente regulamentada por António Manuel de Melo e Castro, no Regimento de 23 de Novembro de 1790²³⁶.

O Governador não tinha qualquer jurisdição sobre a Câmara e "Cadeias de Justiça", e não podia intrometer-se nos actos do Juiz Ordinário, uma vez que este estava directamente dependente do "General" (Governador Geral). Pertencia ao Governador a "disciplina da Tropa, sua economia, e arrecadação da Fazenda Real" ²³⁷. Porém, quando ele pedisse "gente, barcos, mantimentos ou outra qualquer coisa necessaria para o transporte, marcha, quartéis e provisão da tropa, ou precisa para o Real Serviço", o Juiz e a Câmara deviam atendê-lo prontamente, contando com a mesma colaboração caso pedissem algum socorro em favor da justiça²³⁸.

O segundo documento reafirma a competência do Juiz nas causas civis de primeira instância, o conhecimento "ex-officio" de todos os pleitos, incluindo os casos crime e, se houvesse magistrados criminais do foro militar ("Auditores de Guerra"), cabia-lhe o conhecimento e elaboração do corpo de delicto onde tivesse ocorrido o facto, ainda que tivesse sido na fortaleza, quartel ou alojamento da tropa, depois de ter obtido licença do Comandante ²³⁹.

Quando um militar fosse preso em flagrante delicto, seria enviado ao Governador, caso o crime devesse ser julgado em Conselho de Guerra. Nos casos de devassa esta seria enviada ao Governador para seguir para Moçambique.

Se alguma pessoa que gozasse do foro militar estivesse implicada nalgum crime cometido por "paisano", o Juiz enviava o traslado ao Governador e o original ao Ouvidor Geral²⁴⁰.

O Governador só podia intervir judicialmente se os juizes deixassem algum crime impune, ou não tivessem tido conhecimento. Embora pudessem prender e castigar os culpados de "crimes menores", nos "mais graves" devia participar aos juizes antes ou depois de prender os réus ²⁴¹.

Apesar de todas as dificuldades, a Câmara conseguiu levar a cabo algumas obras de utilidade pública. A água consumida na vila era transportada de uma "légua de distancia"

(Lagoa de Chivanene?) ou de "humas pequenas covas" que tinham o nome de "mixeiras"²⁴². A 5 de Junho de 1767 o Governador ordenou ao Juiz Ordinário que a Câmara pedisse aos moradores cristãos e mouros que contribuíssem para a construção de um poço. A Câmara pagava o pedreiro e os moradores forneciam "pedra, marisco para cal e lenha"²⁴³. No ano seguinte (11 de Junho de 1768) a obra estava concluída e já havia material reunido para o Pelourinho, mas como o pedreiro adoecera, a obra estava demorada²⁴⁴.

Institucionalização dos Contactos com os Chefes Locais

O verbo "fumar" era empregue significando o acto pelo qual um Fumo sucedia no governo das suas terras. Quando o Capitão e Feitor afirma "ter mandado fumar" determinado chefe bitonga quer dizer que apoiou a eleição, dando-lhe o auxílio pedido — fato, garantia de comércio ou ajuda militar — para que, sobrepondo-se a rivais ou eventuais pretendentes, ocupasse o cargo.

Os chefes menores das terras — mucazambos — também podiam estabelecer este tipo de laços com a Feitoria, mas unicamente como súbditos fiéis dos seus fumos.

Os portugueses, como não eram senhores do território, procuravam com estas alianças estabelecer um equilíbrio entre os chefes, evitando tudo o que pudesse prejudicar os seus interesses, procurando pois o controlo das sucessões e dos problemas directamente relacionados com os "negros mais chegados à Praia".

Os fumos, associando-se à Feitoria, procuravam fortalecer o seu poderio, conseguir apoio militar ou serem facilmente reconhecidos e obedecidos como legítimos sucessores.

A "suplica" era dirigida ao Capitão e Feitor por um "enviado" ou pelo próprio requerente. Se não houvesse impedimento ele era aceite como "filho da Feitoria", mas por vezes tinha de esperar pelo voto do Adjunto. Quando as circunstâncias o impunham, as "cerimónias" realizavam-se na povoação dos fumos com a presença dos "grandes" das suas terras, e aonde o Capitão e Feitor enviava um seu representante²⁴⁵. Se a pretensão pudesse aguardar a realização da Banja, o caso era exposto na presença dos fumos da Feitoria, que apreciavam a "justiça" do pedido e, depois de eles se terem pronunciado favoravelmente, o Capitão e Feitor mandava-o "fumar"²⁴⁶.

Segundo Bernardo da Costa Soares, em 1729 havia 11 fumos "feitos pela Feitoria"²⁴⁷. Este numero subiu para 12 antes de 1745, e manteve-se como cifra ideal para a políti

ca portuguesa até ao feitorado de António Carvalho Corte Real (1780-1782), subindo para 14 quando o Nhamotitima foi fumado na Banja de 1783²⁴⁸.

A região de Inhambane era dominada por três fumos: o Tembe, o Chamba e o Inhampossa. Como a Feitoria estava estabelecida na região do primeiro ²⁴⁹, os portugueses mantiveram com ele e os outros um tipo especial de relações.

O domínio teórico do Chamba abrangia toda a Península da Burra até à Marranga, excepto as terras do sul do Tembe mais chegadas à baía, que pertenciam ao Inhampossa. Com "as sento" em Mucucune²⁵⁰, mantinha sob a sua jurisdição 22 povoações²⁵¹, o que o impunha como o chefe mais importante da região. Quando da ofensiva "Landim", nos últimos anos da década de cinquenta, os portugueses mantiveram nas povoações do Bongo e Macata dois "destacamentos", e em 1762 acorreram a seu favor, abafando uma revolta em Xamane²⁵². Pelo mapa elaborado em 1766-1767 notamos que algumas povoações mais afastadas da "sede" do Chamba já não lhe obedeciam. Acusado de se ter aliado aos mouros na conspiração de 1755, este fumo foi executado e nove povoações arrasadas e obrigadas a pagar um "tributo" anual²⁵³.

Estes fumos da Feitoria, que ajudavam a organizar a Banja²⁵⁴, tiveram um papel importante nas acções militares de 1761, e a partir de 1766 deviam acorrer à Feitoria ao sinal de um disparo de artilharia²⁵⁵.

O fumo Mucoca; que ocupava a península de Inhalinga, manteve-se sempre, depois da fundação da Feitoria, um súbdito fiel dos portugueses, e como as suas terras não eram cobiçadas não o vemos envolvido em guerras ou milandos. O mesmo não aconteceu com os fumos da Bugada — Macumbo e Macboxa — que sofreram o domínio dos régulos Ticane e Macia depois de 1760²⁵⁶.

Nos primeiros anos da Feitoria, a Burronga era dominada pelos fumos Tinga-Tinga, Inhampata, Colongo, Namutita e Inhamussua²⁵⁷. António Correia Monteiro de Matos, ao delimitar, em 1761, a zona de influência dos "Landins", enumera os fumos que não se haviam submetido, e cita entre eles dois novos "filhos da Feitoria": o Inhambanda e o Munhembe, antigo súbdito do Inhamussua. Com a elaboração do exaustivo mapa de 1766-1767, o Colongo, citado em 1729, aparece como súbdito rebelde do Inhampata, e o Inhamutitine como fumo na povoação de Machiche.

Após a chegada do barco, a Feitoria enviava aos fumos os "quirilos e murilos", os saguates, e aproveitava a oportunidade para os avisar da data de realização da banja.

O significado de "quirilos e murilos" deverá ter sido "contribuição para o choro de chefes falecidos". Sabemos que se dispenderam em "quirilos e murilos" 80 (1763 a 1766), 86 (1769), 88 (1768) e 100 panos (1787), cabendo respectivamente a cada fumo a média de 6.6, 7.1, 7.3 e 8.3 panos.

Na documentação setecentista o termo "saguete" surge com várias acepções, mas de maneira geral é sinónimo de dádiva, oferta, presente.

Quando um chefe mandava uma embaixada, esta levava por cortesia um dente de marfim como saguete, mas se vinha "falar" sobre algum milando devia dar a "boca", também designada por saguete. Os portugueses distribuíam anualmente saguates pelos seus fumos e mucazambos, aspecto importante e tradicional da sua política diplomática. Em 1745 foram enviadas 12 cabaias e igual número de barretes de chita, 20 facas flamengas e 1 faraçola de pimenta²⁵⁸, mas alguns anos depois, pelo menos a partir de 1753, cada fumo, além da cabaia e do barrete²⁵⁹, da faca flamenga e de alguma pimenta²⁶⁰, contava com um chauder, um tucurim chicoriã e a touca de Surrate²⁶¹.

A Banja

A Banja era um banquete²⁶² oferecido todos os anos aos fumos da Feitoria e mucazambos "em que se fazem os ajustes anuais segundo a conveniência do tempo e se ractificam os antigos"²⁶³. Entenda-se por ajustes anuais todos os acordos, alianças, contratos, etc., especialmente de natureza comercial. Esta reunião durava três dias²⁶⁴ e não se realizava em data certa, mas procurava-se que se fizessem nos primeiros meses do ano, entre Fevereiro e Junho²⁶⁵.

Para as despesas destes dias havia uma verba destinada especialmente à compra de mantimentos para alimentar os fumos e seus séquitos²⁶⁶. Como esta tarefa nem sempre era fácil de resolver, adoptou-se o costume de distribuir fato a alguns fumos para a aquisição dos géneros mais necessários²⁶⁷. A partir de 1775, a Feitoria contou com o tributo das povoações do Chamba²⁶⁸, e em 1784 com a contribuição do Munhembe, reuniram-se 22 quissapos de mexoeira para "ajuda do pombe"²⁶⁹, e três vacas de duas condenações e uma "recompensa"²⁷⁰.

Para esta ocasião Moçambique enviava os vinhos, que deviam ser distribuídos de acordo com as hierarquias²⁷¹. Sabemos que os fumos tinham direito a um "frasco no lódia da banja, e a dois no dia seguinte, enquanto que aos mucazambos cabia uma "bottle" no dia inaugural e um frasco no dia seguinte²⁷².

Este banquete não passava de pretexto para fumos e mucazambos, portugueses e moradores se encontrarem a fim de discutir e fixar os aspectos fundamentais do programa comercial seguinte. De acordo com a "carregação" chegada, escolhiam-se os mercados, esboçavam-se as rotas, negociavam-se as garantias de circulação livre e segura de homens e mercadorias, e estudavam-se mais problemas importantes do resgate. Estas discussões ocupavam provavelmente a maior parte do tempo, mas ainda se resolviam outros casos (juízo de milandos, admissão de novos fumos, etc.), e realizava-se a "Fala da Banja". Este acto, especialmente dirigido aos fumos, consistia na leitura e explicação dos temas fundamentais para a defesa dos interesses da Coroa Real²⁷³, e era feito pelo Língua de Estado, com presença obrigatória de toda a guarnição, moradores e habitantes da povoação²⁷⁴. Os aspectos focados na "fala" eram vários.

Os fumos e mucazambos deviam conservar fidelidade e obediência à Feitoria, que os socorreria em caso de necessidade. Era importante que se mantivessem unidos. Para decisão sobre algum milando procurariam o Governador e Feitor, e não os "Landins" a quem se não podiam associar. Se sofressem qualquer "violência dos mozungos, comunicariam o caso ao Língua de Estado. Logo que chegasse o barco anual de Moçambique com a mercadoria, deviam mandar "baixar o arco e flecha e abrir todos os caminhos", dar "boa passagem" e impedir que os mercadores fossem roubados. Deviam dedicar-se à agricultura, vender os géneros à Povoação e ajudar com madeira e gente as reparações da Fortificação.

Quando fossem a Inhambane eram obrigados a desembarcar na "Praia da Feitoria" e ao sinal de dois disparos de artilharia acorreriam prontamente, mas se ouvissem um só disparo, o aviso limitava-se ao Chamba, Inhampossa, Tembe e Macata.

Não permitiriam a entrada de estrangeiros nem podiam negociar com eles, sob pena de serem castigados "como traidores da Coroa de Sua Magestade".

A "Fala" de 1787, que de uma maneira geral foca estes aspectos, acrescenta que não podiam aceitar nas suas terras "mouros ou mulunguanas", devendo prendê-los e entregá-los ao Governador e Feitor, que lhes daria um prémio.

Como a maior parte do marfim exportado era "resgatado" nas terras dos "Landins", os portugueses procuraram manter relações amistosas com os régulos mais influentes daquelas áreas.

Na primeira metade do século, o régulo Bila dominava a região economicamente mais representativa e enviava regularmente à Feitoria os seus "manamucates"²⁷⁵. Foi durante o feitorado de Manuel Gonçalves de Almeida Barreto (1756-1759) que os contactos foram mais estreitos. Como os benefícios eram substancialmente compensadores, o Governador General, no Regimento de 12 de Agosto de 1759, aconselha António Correia Monteiro de Matos a que mantenha a amizade daquele régulo, mesmo que tivesse que gastar algum fato²⁷⁶.

Com a ofensiva dos "Landins" Matives, que atingiu alguns fumos da Feitoria²⁷⁷, as terras do Bila foram ocupadas pelo Macia²⁷⁸, que tinha o "assento na paragem em que he boca dos caminhos, nas mais principais terras, donde se extraíam os melhores e mais importantes dos mesmos géneros"²⁷⁹. A instabilidade provocada pelas guerras (1759 a 1762) destruiu os laços tradicionais do comércio, dificultou a circulação, encareceu os mantimentos, o que fez com que os portugueses se virassem para os chefes que podiam garantir alianças estáveis — os fumos da Feitoria não tributários dos "Landins", e só assim conseguiram organizar a contra-ofensiva militar (Julho de 1761 a 1762)²⁸⁰.

Suspensas as hostilidades, os régulos, pressionados pela ausência de fato, procuraram restabelecer o contacto com a Feitoria. O Ticane, que já vendia mantimento aos mercados, foi o primeiro dos Matives invasores a mandar embaixada, mas não conseguiu negociar²⁸¹. O Macia, mais prudente, começou por enviar 3 dentes de marfim, por conta de um roubo feito pelos seus súbditos havia dois anos, e pelo fato que o seu "irmão" Mapamane tinha tirado ao fumo Manembo e que se destinava à compra de mafurra para a Feitoria²⁸². Em 1762, pelos "seus grandes", ofereceu um dente de marfim de saguate, manifestando o bom sucesso da chegada do barco, dizendo que tinha marfim e mantimento para negociar, ao que o Governador respondeu com uma demonstração de fogo da "pesinha da nova invenção" que tinha recebido²⁸³. Como o marfim chegava aos fumos bitongas das "terras firmes da outra banda" a Feitoria não procurou tão depressa renovar alianças no sertão²⁸⁴, apesar das insistências dos régulos, especialmente do Macia, que até ameaçou suspender a venda de mantimento em Morrumbene²⁸⁵. Depois da morte do Macia (talvez em 1777) surgem dois pretendentes: o Masso, legítimo sucessor, apoiado por Mapamana e Luango, e o Inguana, mais "apotentado e com maior sequito", que ocupou o lugar. Para fortalecer a sua posição, este régulo pediu a Joaquim de Araújo (1777-1780) que afastasse os seus adversários, pois

dominavam parte das rotas do comércio²⁸⁶. O Governador e Feitor assim fez, chegando a empreender uma expedição militar contra Mapamane, mas em 1783 o Masso, já senhor das suas terras, pediu apoio a José Ferreira Nobre em troca de melhores garantias de comércio, inaugurando-se nova fase nas relações entre a Feitoria e os "Landins"²⁸⁷.

NOTAS

- ¹Arquipélago do Bazaruto.
- ²Carta de D.Gonçalo da Silveira aos padres e irmãos do Colégio do Gov. de Moç., 9 de Agosto de 1560, in Paiva e Pona, Dos Primeiros Trabalhos dos Portugueses no Monomotapa, Lisboa, 1892, p.44.
- ³Alvaro Velho, Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499), A.G.C.Lisboa, 1940, nota 54, pp.112-113.
- ⁴Paiva e Pona, op.cit., p.26.
- ⁵Diogo do Couto, "Relação do naufrágio da nau S.Thomé", in História Trágico-Marítima, Lisboa, 1955, Vol.II, p.259.
- ⁶Paiva e Pona, op.cit., p.28.
- ⁷Idem, p.47.
- ⁸Idem, p.25.
- ⁹Idem, p.29.
- ¹⁰Idem, p.76.
- ¹¹Idem, p.25.
- ¹²Idem, pp.29, 47, 49, 76.
- ¹³Idem, pp.23, 24, 40.
- ¹⁴Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), 1ª Secção cofre, Moç. docs. anexos e plantas, "Informação...", Moç.1729.
- ¹⁵"Relação de Jan van Capelle...", in Moçambique, Documentário Trimestral, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, 1942, nº30, p.18.
- ¹⁶Ver nota 14.
- ¹⁷Na língua bitonga, "Burronga" significa Norte e "Marranja", Sul.
- ¹⁸Ver nota 14.
- ¹⁹A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç. docs. anexos e plantas, "Informação..." Moç.1729.
- ²⁰"Diário...", in Moçambique, Documentário Trimestral, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, 1943, nº35, pp.8-9.
- ²¹Ver nota 19.
- ²²Idem. Dedicam-se especialmente à agricultura, plantando as árvores de cujo caule se extrai a matéria-prima para confecção do "chalo", de que se vestia grande parte da "Botongagem".
- ²³A.H.U., Moç., Caixa (Cx.) 10, Inhambane, 2 de Maio de 1763, doc.nº143.
- ²⁴Idem.

- 25 Moçambique, Documentário Trimestral nº30, p.11. O "intérprete" que contactou com os holandeses em Agosto de 1723 era natural de Moçambique e já havia feito sete viagens à baía de Lourenço Marques.
- 26 A.H.U., Moç., Cx.10, Inhambane, 2 de Maio de 1763, doc. nº143.
- 27 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos e plantas, "Informação..." Moç.1729.
- 28 "Diário mantido no Rio S.João Vaz...", in Moçambique, Documentário Trimestral nº35, p.11.
- 29 Carta do Vice-Rei da Índia, Lisboa, 18 de Fevereiro de 1709, in Theal, Records of South Eastern Africa, reprint 1964, vol.V, pp.14-15.
- 30 Carta ao Vice-Rei da Índia, Lisboa, 11 de Setembro de 1710, idem p.26.
- 31 Carta do Vice-Rei ao Tribunal da Junta Geral do Comércio de Moçambique, Panelim 19 de Janeiro de 1720, idem, p.86.
- 32 A.H.U., Moç., Cx.24, Inhambane 30 de Junho de 1787, doc. nº350.
- 33 A.H.U., Moç., Cx.8, Inhambane 20 de Maio de 1760, s/nº, Inhambane 5 de Agosto de 1760; A.H.U., Cx.24, Inhambane 28 de Junho de 1787, s/nº.
- 34 Esta Ilha, registada no Plano da Barra e Porto de Inhambane de 1858, desapareceu na segunda metade do mesmo século. A carta elaborada pela Comissão de Cartografia, em 1903, já não a assinala.
- 35 A.H.U., Moç., Cx.24, Inhambane 28 de Junho de 1787, s/nº; A.H.U. Moç., Cx.8, Mafurrune 12 de Julho de 1760, s/nº.
- 36 A.H.U., Moç., Cx.4, Moç. 22 de Novembro de 1753, s/nº; A.H.U., Moç., Cx.24, Inhambane 28 de Junho de 1787, s/nº.
- 37 A.H.U., Moç., Cx.8, Inhambane 20 de Maio de 1760, s/nº.
- 38 A.H.U., Moç., Cx.8, Mafurrune 15 de Julho de 1760, s/nº.
- 39 A.H.U., Moç., Cx.8, Mafurrune 12 de Julho de 1760, s/nº.
- 40 Ver "planta da barra de Inhambane".
- 41 B.A.51-VIII-40, fl.31v.
- 42 "Diário...", in Moçambique, Documentário Trimestral nº35, p.13.
- 43 B.A.51-VIII-40, fl.31v.; A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç. docs. anexos a plantas, "Informação...", Moç.1729.
- 44 Idem, ibidem.
- 45 Alexandre Lobato, Quatro Estudos e uma Evocação para a História de Lourenço Marques, Lisboa 1961, pp.48 e sgs.
- 46 "Relação...", in Moçambique, Documentário Trimestral nº30, pp.14-16.
- 47 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Inhambane 7 de Novembro de 1727.
- 48 Ver nota 46.
- 49 "Relação...", in Moçambique, Documentário Trimestral nº30, pp.9, 24.
- 50 Idem, pp.14, 24.
- 51 A.H.U., 1ª Secção cofre, docs. anexos a plantas, "Informação...", Moçambique 1729.
- 52 A.H.U., 1ª Secção cofre, docs. anexos a plantas, Inhambane 7 de Novembro de 1727; A.H.U., 1ª Secção cofre, docs. anexos a plantas, Sofala 28 de Maio de 1729.

- 53 "Diário...", in Moçambique, Documentário Trimestral nº35, pp.16-17.
- 54 Idem, pp.7, 15.
- 55 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas. "Informação..." Moç.1729.
- 56 "Diário...", in Moçambique, Documentário Trimestral nº35, pp.12, 17.
- 57 Idem, p.15.
- 58 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Inhambane 7 de Novembro de 1727.
- 59 A.Lobato, Quatro Estudos..., op.cit., pp.63 e segs.
- 60 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Inhambane 24 de Abril de 1728.
- 61 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas. "Informação..." Moç.1729.
- 62 Idem.
- 63 "Notícia e diário redigidos por H.Goutsberg e M.Zomer...", in Theal, Records of South Africa, Johannesburg, vol.I, pp.443, 467.
- 64 Idem.
- 65 Idem.
- 66 Idem.
- 67 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, "Informação..." Moç.1729.
- 68 Idem. A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Inhambane 24 de Abril de 1728.
- 69 Idem.
- 70 Idem.
- 71 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Inhambane 24 de Abril de 1728.
- 72 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, "Informação..." Moç.1729.
- 73 Idem.
- 74 Idem.
- 75 Idem.
- 76 A.H.U., Cx.8, Inhambane, 26 de Maio de 1760, s/nº.
- 77 A.H.U., Moç., Cx.3, Inhambane 2 de Novembro de 1727, s/nº, e Inhambane 24 de Abril de 1728, s/nº.
- 78 A.H.U., Moç., Cx.4, Moç., 22 de Novembro de 1753, s/nº.
- 79 A.H.U., Moç., 22 de Novembro de 1753, s/nº; A.H.U., Codice 1310, fl. 175/175v, Moç. 21 de Novembro de 1755.
- 80 Ver nota 75.
- 81 Ver nota 75.
- 82 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Sofala 28 de Maio de 1729.
- 83 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Inhambane, 7 de Novembro de 1727.

- 84 A.H.U., Moç., Cx.3, Moç. 20 de Julho de 1728, s/nº.
- 85 A.H.U., Moç., Cx.3, Moç. 21 de Julho de 1728, s/nº.
- 86 A.H.U., Moç., Cx.3, Moç. 22 de Julho de 1728, s/nº e Moç., 23 de Julho de 1728, s/nº.
- 87 A.H.U., Moç., Cx.3, Moç. 14 de Agosto de 1728, s/nº.
- 88 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Moç. 10 de Agosto de 1729.
- 89 Idem.
- 90 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Sofala 28 de Maio de 1729.
- 91 Idem.
- 92 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Moç. 10 de Agosto de 1729.
- 93 B.A.51-VIII-40, fl.32.
- 94 Idem.
- 95 A.H.U., Moç., Cx.3, Inhambane 24 de Abril de 1728, s/nº.
- 96 A.H.U., Moç., Cx.3, Moç. 20 de Julho de 1728, s/nº.
- 97 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Moç. 10 de Agosto de 1729.
- 98 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Goa 2 de Janeiro de 1730.
- 99 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Lisboa 18 de Abril de 1730.
- 100 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Moç. 10 de Agosto de 1729; se o "N.Srª das Angústias" deixou Inhambane a 5 de Abril de 1729, e à partida Domingos Lopes Rebelo deixara a "bandeira e feitoria" entregues a duas pessoas, podemos concluir que até aquela data a fragatinha "Monserrate" ainda não havia entrado em Inhambane, o que leva a pensar numa viagem muito demorada, pois saíra de Moçambique a 12 de Março.
- 101 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Moç. 10 de Agosto de 1729.
- 102 Idem.
- 103 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Sofala 28 de Maio de 1729. O lugar ficou escolhido quando Lopes Rebelo decidiu não atacar os três fumos porque a Feitoria ficaria nas suas terras.
- 104 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç., docs. anexos a plantas, Moç. 10 de Agosto de 1729.
- 105 "Viagem ao longo da costa...", in Theal, op.cit., vol.II, pp.472-483.
- 106 A.Lobato, Quatro estudos..., op.cit., pp.68-69.
- 107 Theal, op.cit., vol.I, pp.472-483.
- 108 "Viagem ao longo da costa...", in Theal, op.cit., vol.I, pp.467-506.
- 109 Idem.
- 110 Caetano Montez, Descobrimento e fundação de Lourenço Marques 1500 - 1800, Ed.Minerva Central, Lourenço Marques 1948, p.107.

- 111 Concretamente, competia-lhe "fazer o churro", conservar as terras, verificar se o barco precisava de algum conserto, orientar as operações mercantis e comandar o barco. A.H.U., Moç., Cx.3, Inhambane 7 de Novembro de 1727.
- 112 A designação "Capitão das viagens de Inhambane" ainda surge em 18 de Março de 1752, citada para Sebastião da Silva Correia de Abreu, capitão de mar e guerra do barco de carreira de Inhambane, somente com atribuições no mar. A.H.U., Moç., Cx.3, Moç. 18 de Março de 1752.
- 113 A.H.U., Índia, Maço 41, Matrícula Geral, Goa 20 de Janeiro de 1734; A.H.U., Índia, Maço 47, Goa 14 de Janeiro de 1735.
- 114 O Capitão General passou a provisão a António Ventura e a 15 de Março de 1741 deu a notícia para a Índia (A.H.U., Moç., Maço 32, Moç., 15 de Março de 1741), e a 21 de Janeiro do ano seguinte escreve-se: "foy vista a carta que dis do provimento que fizestes em António Ventura para feitor de Inhambane, e se vos ha por bem em a dita minha junta pello muito que de vos confia de obrares com aserto nas vossas disposicoens ..." (A.H.U., Moç., Maço 32, Goa 21 de Maio de 1742).
- 115 A.H.U., Moç., Cx.3, Lisboa 23 de Abril de 1752.
- 116 A.H.U., Moç., Cx.4, Moç. 24 de Dezembro de 1753.
- 117 António Correia Monteiro de Matos pede que seja despachada a sua proposta para Capitão-Mor e Feitor de Inhambane, que "há mais de hũ anno" havia subido a consulta real. Assim foi despachada a 4 de Fevereiro de 1765, e a proposta datava de 22 de Dezembro de 1761, em Moçambique, e António Correia Monteiro de Matos havia ocupado o cargo de Novembro de 1759 até 1763 (A.H.U., Moç., Cx.11, Lisboa 4 de Fevereiro de 1765).
- 118 A.H.U., Moç., Cx.5, Moç. 27 de Outubro de 1753.
- 119 A.H.U., Moç., Cx.9, Moç. 15 de Dezembro de 1761; A.H.U., Moç., Cx.9, Moç. 22 de Dezembro de 1761.
- 120 A.H.U., Moç., Cx.9, Inhambane 14 de Fevereiro de 1762; A.H.U., Codice 1328, Moç. 15 de Novembro de 1765, fl.280. A via de sucessão era "fechada em pano branco, lacrada e senetada com o sello das Armas Reaes".
- 121 Este documento ficou até 1762 depositado no cofre do Reverendo Padre Vigário mas a "via" enviada por Pedro Saldanha de Albuquerque ficou fechada no cofre da Irmandade de N.ª S.ª da Conceição com 2 cadeados, cujas chaves foram entregues, uma ao Capitão e Feitor e outra ao Reverendo Padre Vigário. Além destes, estiveram presentes ao acto o Tesoureiro da Irmandade e o Escrivão, que lavrou o termo respectivo. (ver A.H.U., Moç., Cx.9, Inhambane 14 de Fevereiro de 1762).
- 122 Baltasar Manuel Pereira do Lago, em 1765, ordenou que a via ficasse no cofre da Câmara, cabendo uma das chaves ao Primeiro Vareador e a outra ao Governador e Feitor (A.H.U., Codice 1328, Moç., 16 de Novembro de 1765, fl.279; A.H.U., Moç., Cx.12, Inhambane 3 de Dezembro de 1765). Quanto ao documento congénere enviado pelo antecessor, devia ser-lhe devolvido, por não ter validade (A.H.U., Moç., Cx.12, Inhambane 5 de Junho de 1766, nº 180; A.H.U., Moç., Cx.12, Inhambane 5 de Junho de 1766, nº 175; A.H.U., Codice 1349, Moç., 29 de Outubro de 1782, fl.10-10v).
- 123 A.H.U., Moç., Codice 1349, Moç. 29 de Outubro de 1782, fl.11-11v.
- 124 A.H.U., Codice 1349, Moç. 7 de Novembro de 1785, fl.13v. Esta decisão teve por causa as queixas recebidas pelas desordens do Reverendo Padre Vigário.
- 125 A.H.U., Codice 1546, Moç. 27 de Novembro de 1745, fls.3v-5.

- 126 Convocar os melhores "manamazes" (marinheiros e intermediários no comércio) e dar-lhes na presença do vigário, Comandante da Pala, e "Cabeças de Rancho", que estariam presentes no seu regresso "para terem fé do resgate" e não haver queixas.
- 127 Investir no comércio do marfim os bens do Capitão e Feitor antecessor e enviar para Moçambique o produto.
- 128 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fls.68-74v; A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fls.264-271v; Idem, Moç.8 de Novembro de 1765, fls.275-279v; A.H.U., Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782; A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fls.31v-39v.
- 129 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.68-68v; A.H.U., Códice 1328, Moç.8 de Novembro de 1765, fl.275.
- 130 A.H.U., Códice 1546, Moç.27 de Novembro de 1745, fl.3v; A.H.U., Códice 1328, Moç.8 de Novembro de 1765, fl.277.
- 131 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.266v; Idem, Moç.8 de Novembro de 1765, fl.278v; A.H.U., Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782; A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.36v.
- 132 O mestre apontaria as avarias e os consertos a fazer. A.H.U., Códice 1546, Moç.27 de Novembro de 1745, fl.2; A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.74v.
- 133 A.H.U., Códice 1546, Moç.27 de Novembro de 1745, fl.4v; A.H.U. Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.71; A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.267; Idem, Moç.8 de Novembro de 1765, fl.276v; Idem, fl.278v; A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.39.
- 134 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1729, fl.69; A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.266; A.H.U. Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782; A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.35.
- 135 A.H.U., Códice 1328, Moç.8 de Novembro de 1765, fl.276v.
- 136 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.70; A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.266v; Idem, Moç.8 de Novembro de 1765, fl.276v; A.H.U., Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782; A.H.U. Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.35v.
- 137 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.266v; Idem, Moç. 8 de Novembro de 1765, fl.278; A.H.U., Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782; A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.38v.
- 138 A.H.U., Códice 1328, Moç.8 de Novembro de 1765, fls.276v, 279; A.H.U. Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782.
- 139 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.264.
- 140 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.69v; A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.266v; A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.31v.
- 141 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.267; A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.32.
- 142 A.H.U., Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782.
- 143 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.70; A.H.U., Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782.
- 144 Idem, ibidem.
- 145 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.69; A.H.U., Códice 1328, Moç.8 de Novembro de 1765, fl.275v.

- 146 A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.36.
- 147 "A viagem ao longo da costa..." in Theal, op.cit., Vol.I, pp.467-507.
- 148 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Setembro de 1759, fl.41.
- 149 Os Patamares eram correios terrestres.
- 150 A.H.U., Moç. Cx.11, Inhambane 4 de Dezembro de 1765; A.H.U., Moç. Cx. 11, Inhambane 25 de Abril de 1766; A.H.U., Moç. Cx.33, Inhambane 1796 97 (?).
- 151 André de Almeida acumulava três cargos: Capitão-Mor das Terras, Língua da Feitoria e Malemo.
- 152 A.H.U., Moç. Cx.8, Inhambane 12 de Agosto de 1759.
- 153 Tomás das Chagas pede uma praça de soldado na folha dos consignados que lhe foi concedida em 29 de Fevereiro de 1760 (A.H.U., Moç. Cx.9, Inhambane 4 de Maio de 1761).
- 154 A.H.U., Moç.Cx.8, Inhambane 16 de Agosto de 1759.
- 155 A.H.U., Moç. Cx.9, Inhambane 3 de Junho de 1762.
- 156 A.H.U., Moç. Cx.24, Inhambane 17 de Janeiro de 1787.
- 157 João da Costa Xavier em carta de 19 de Maio de 1769, refere-se ao posto de "Ajudante das Terras Firmes" que havia sido entregue ao falecido pai de Luís Marques, por provisão de Novembro de 1758 (A.H.U. Moç. Cx.13, Inhambane 19 de Maio de 1769). Parece-nos que este cargo coincide com o de Sargento-Mor das Terras, embora nos falte documentação que confirme esta hipótese.
- 158 A.H.U., Moç. Cx.13, Inhambane 19 de Maio de 1769.
- 159 Por isso, logo que chegavam dirigiam-se à casa do "Língua da Feitoria" que tinha a obrigação de os hospedar enquanto não "conseguiam decisão aos seus casos". Este costume era retribuído quando o Língua ia às suas terras, em serviço. (Vide nota anterior).
- 160 A.H.U., Códice 1310, Moç.17 de Fevereiro de 1755, fl.84v.
- 161 A.H.U., Códice 1328, Moç.10 de Novembro de 1764, fl.273; A.H.U., Moç. Cx.11, Inhambane 4 de Dezembro de 1765.
- 162 A.H.U., Códice 1349, Moç.18 de Dezembro de 1786, fl.14; A.H.U., Moç. Cx.13, Inhambane 15 de Maio de 1769.
- 163 A.H.U., Moç. Cx.13, Inhambane 19 de Maio de 1769. Excepcionalmente, a 20 de Agosto de 1767, a pedido do senhorio da corveta "N.Srª da Conceição e S.Francisco Xavier", José Vieira foi autorizado a seguir como comandante, por incompatibilidade entre os elementos da tripulação (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 20 de Agosto de 1767).
- 164 A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 30 de Junho de 1787.
- 165 A.H.U., Códice 1349, Moç.7 de Maio de 1794, fl.53.
- 166 Pela descrição de Bernardo de Castro Soares, parece-nos que estes eram mouros (A.H.U., 1ª Secção Cofre, doc.anexos a plantas, 1729?).
- 167 Esse exército compunha-se também de portugueses, lascars e duzentos cafres (A.H.U., 1ª Secção Cofre dos anexos à planta de Sofala, 28 de Maio de 1729).
- 168 A.H.U., Moç. Cx.11, Inhambane 14 de Maio de 1765.
- 169 Mulunguanas eram os "mouros naturais do país", diferenciados dos mouros vindos do Norte da Índia e de outras partes (Resposta das questões sobre os cafres..., G.Liesegang, nota 27, p.33, Junta de Investigação do Ultramar, est. Antr.Cultural nº2, Lisboa 1966).

- 170 A.H.U., Códice 1546, Moç.27 de Novembro de 1745, fl.5.
- 171 A.H.U., Moç.Cx.8, Ilha de Mafurrune 15 de Julho de 1760.
- 172 A.H.U., Códice 1328, Moç.10 de Novembro de 1764, fl.273; A.H.U., Moç. Cx.10, Inhambane 11 de Maio de 1763; A.H.U., Moç.Cx.11, Inhambane 14 de Maio de 1765; A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 15 de Maio de 1769.
- 173 A.H.U., Códice 1328, Moç.8 de Novembro de 1765, fl.276v; A.H.U., Moç. Cx.25, Inhambane 25 de Junho de 1788.
- 174 A.H.U., Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782.
- 175 A.H.U., Códice 1339, Moç.21 de Novembro de 1779, fl.182.
- 176 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.70v.
- 177 A.H.U., Moç. Cx.19, Inhambane 16 de Março de 1783.
- 178 A.H.U., Moç. Cx.25, Moç.24 de Setembro de 1782.
- 179 A.Lobato, No V Centenário da Instituição do Municipalismo em Moçambique, Ed.Livraria Portugal, Lisboa 1961, pp.13-14.
- 180 A.H.U., Moç.Cx.10, Moç.20 de Julho de 1763.
- 181 Quatro dias depois de ter sido registado na Secretaria. A.H.U., Moç. Cx.10, Moç.23 de Julho de 1763.
- 182 Este Capitão e Feitor foi acompanhado do Escrivão da Câmara nomeado em Moçambique, Belchior Baltasar Pires, que prestou juramento em Inhambane a 16 de Novembro de 1763 (A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.272; A.H.U., Moç.Cx.13, Moç.4 de Outubro de 1763).
- 183 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.268.
- 184 Idem, ibid.
- 185 Idem, fl.268v.
- 186 Idem, fls.270v, 271v.
- 187 Estas despesas eram liquidadas pela Câmara e aprovadas pelo Ouvidor Geral do Estado.
- 188 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.271v.
- 189 Idem, fl.267v.
- 190 Estes "terião os salários da ley de 10 de Outubro de 1754 da Capitania das Minas, e Regimento que dey em 16 de Janeiro do presente ano". O Governador Capitão-Mor podia, excepcionalmente, nomear o Alcaide Pequeno, o Escrivão, o Carcereiro, e o Pregoeiro "em uma ou mais pessoas havendo-as", com a obrigação de serem confirmadas pelo Governador Geral (A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.269v).
- 191 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1753, fls.269, 270.
- 192 As casas deviam ser "sempre fabricadas na mesma figura uniforme pella parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve sempre a mesma formuzura na villa, e nas ruas della a mesma figura..." Idem, fl.269v.
- 193 As despesas de transporte corriam por conta da Câmara de Inhambane. Os oficiais eleitos pelo Capitão General seriam convocados e o Escrivão da Feitoria faria o "auto de posse", assinado pelo Capitão e Feitor e pelos "novos oficiais da governança". A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.268v.
- 194 Idem, fl.269
- 195 "não sendo presente o Ouvidor Geral do Estado". Idem, fl.271v.

196 Idem, fl.271v.

197 O primeiro documento seria "para se mostrarem sem culpas" e a certidão de idade podia ser substituída por "inspecção occular da representação da mesma idade; por ser comumente laborioso o buscar-se os assentos, e não serem as vezes os nomeados Nacionais do mesmo Pais". Idem, fl.271v.

198 A distribuição dos lugares, por cadeira de espaldar, também estava fixada. À direita do Juiz Ordinário ficavam sucessivamente: o "vereador mais velho", o "da idade medea", o "mais mosso" e o Procurador do Conselho; à esquerda o Escrivão da Câmara. Na votação a ordem era inversa: primeiro o Procurador e por último o "voto decisivo do juiz. Idem, ibidem.

199 Em 14 de Junho de 1764, o Senado constituído por 3 vereadores, envia a notícia de que não pôde por vários obstáculos satisfazer o formulário da eleição dos Officiais da Câmara (A.H.U., Moç.Cx.11, Inhambane 14 de Junho de 1764). A 23 de Fevereiro de 1765 o Governador Geral, quando remeteu para o Reino "as Certidões de Erecção" das Vilas das Ilhas Querimba, Quelimane, Sena, Tete, e Zumbo, acrescentou que embora não seguissem as certidões de Sofala e Inhambane, as respectivas Câmaras já estavam em exercício (A.H.U., Códice 1328, Moç.12 de Abril de 1765 fl.274v). Em 12 de Abril de 1765 envia para Inhambane o modelo a que devia obedecer a certidão, que seria enviada por Patamares a Sofala, donde, pelo Barco de Viagem, seguiria para Moçambique, a fim de ser remetida sem demora ao Reino (A.H.U., Códice 1328, Moç.12 de Abril de 1765, fl.275).

200 Na guerra contra o Inhamussua (1764) tinham morrido o Juiz Ordinário, Feliciano José de Almeida, que era também o Sargento-Mor dos Auxiliares, e o "Escrivão dos Offícios do Judicial, de Notas de Exeção e de Almotacaria", Lourenço Alexandre Pinto (A.H.U., Moç. Cx.11, Inhambane 7 de Junho de 1764).

201 A.H.U., Moç. Cx.9, Inhambane 26 de Abril de 1762.

202 A.H.U., Moç.Cx.11, Inhambane 14 de Junho de 1764.

203 A Feliciano José de Almeida sucedeu Tomas das Chagas, que servia como Capitão-Mor das Terras (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 23 de Dezembro de 1767; A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 29 de Maio de 1768). João Martins dos Anjos, escrivão da Feitoria e vereador em 1765. Foi acusado de viver em "mancebia pública" (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 13 de Março de 1766). Domingos de Araújo Lima, degredado por 10 anos para Inhambane, em Novembro de 1755, foi Juiz Ordinário (Fevereiro de 1766) e Capitão de Infantaria. Também foi acusado de viver em "mancebia" e em 1767 esteve em desacordo com o Governador e Feitor (A.H.U., Códice 1310, Moç. 20 de Novembro de 1755, fl.171v; A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 19 de Fevereiro de 1766; Idem, Inhambane 13 de Março de 1766; Idem, Inhambane 30 de Maio de 1765). Manuel Gonçalves Fragozo, vereador e condestável em 1766 (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 5 de Março de 1766; Idem, Inhambane 30 de Maio de 1767). Antonio Pereira Reinol Ajudante da Praça e Tesoureiro da Câmara em 1767 (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 30 de Maio de 1767; Idem, Inhambane 8 de Outubro de 1767). Isidoro Avelino de Me nezes faleceu em Setembro de 1787 como Juiz Ordinário e Sargento-Mor dos Auxiliares. Teve questões com o Governador e Feitor por causa dos bens dos mouros e participava em "convencículos e assembleias offensivas" contra as disposições oficiais (A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 9 de Junho de 1787; A.H.U., Códice 1349, Moç.22 de Maio de 1796, fl.62v). José Gonçalves, Ajudante da Praça, assina a 22 de Maio de 1769 como vereador (A.H.U., Códice 1349, Moç. 22 de Maio de 1796, fl.62v). Teodoro dos Santos Pinto, Juiz Ordinário, foi suspenso do cargo em Novem-

- bro de 1767, assim como o Escrivão José Francisco Colaço, culpados de desvio dos bens dos defuntos e ausentes (A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 12 de Novembro de 1767). Miguel Ferreira é Juiz Ordinário nos fins de 1787 e considerado "ignorante dos justos termos das leis", bêbado e por ter injuriado o Governador e Feitor esteve preso em ferros 6 dias (A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 26 de Outubro de 1787). António José Quinhas esteve preso um mês por ter caluniado o Padre Benedito Furtado, em 1787. Foi vereador e segundo a carta de 29 de Junho de 1787, não sa**bia** ler nem escrever, assim como o seu colega Joaquim de Ramos (AHU, Moç.Cx.24, Inhambane 29 de Junho de 1787). José Caetano Gonçalves, vereador em 1788, é considerado "doido confirmado" por Luis Correia Monteiro de Matos (A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 26 de Outubro de 1787).
- 204 A.H.U., Moç.Cx.11, Inhambane 14 de Junho de 1764; A.H.U., Códice 1328 Moç. 18 de Novembro de 1766, fl.280v.
- 205 Foram avaliadores Tomas das Chagas e Inácio Matos Quintal (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 2 de Dezembro de 1765).
- 206 A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 13 de Fevereiro de 1766.
- 207 Falta de mão de obra e material. Havia sido publicado um Bando para que os moradores que tivessem "cochos" (embarcações) contribuíssem com "um carregado de madeira". O Governador e Feitor podia dar alguma "pre**ga**dura" e dirigir a obra (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 19 de Fevereiro de 1766; Idem, Inhambane 6 de Março de 1766).
- 208 A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 6 de Junho de 1766.
- 209 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.270.
- 210 A.H.U., Moç.Cx.12, Moç.10 de Agosto de 1772.
- 211 Os 600 panos seriam reduzidos a marfim e enviado para Moçambique onde se comprava o necessário para o "asseyo e ornato" da casa da Câmara (A.H.U., Códice 1328, Moç.5 de Novembro de 1766, fl.283). A doação de Palmares - "do Rei e dos Portugueses" - foi sugerida por António José de Melo a 6 de Junho de 1766 (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 6 de Junho de 1766). O que confirma em carta de Moçambique a 5 de Novembro de 1760, por alvara (A.H.U., Códice 1328, Moç.5 de Novembro de 1766, fl.283). Seriam arrendados a quem fizesse a sua "cultivação e augmento de 20 palmeiras por ano" (A.H.U., Códice 1328, Moç.1 de Novembro de 1767 fl.285v; A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 11 de Junho de 1768). Desconhecemos o montante deste rendimento, mas temos notícia que o "Palmar do Rei" com 30 palmeiras, mais ou menos, em 1763, dava à Feitoria 73 panos anuais (A.H.U., Moç.Cx.11, Inhambane 13 de Junho de 1765). A doação destes palmares provocou troca de correspondência com Lisboa, que se arrastou até 1783. O rendimento dos dois primeiros anos foi dissipado pelo Juiz Ordinário e pelo Escrivão, mas ao fim de um ano o Sendo tinha recebido 9 corjas e 1 pano, esperando obter mais num futuro próximo (A.H.U., Moç.Cx.25, Inhambane 5 de Julho de 1788).
- 212 Também "Juiz dos Defuntos e Ausentes", "Juiz dos Orfãos e Ausentes", "Juiz dos Defuntos e Menores" (A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.270).
- 213 Inclino-nos a considerar "morador" o indivíduo cristão, português do reino, de Moçambique, da Índia ou de Inhambane, ou seu directo descendente residindo na povoação. Excluimos, portanto, os mouros e negros, mesmo residentes nas terras do Tembe.
- 214 A.H.U., Moç.Cx.25, Moç.30 de Outubro de 1775.
- 215 Idem, ibidem.
- 216 O pároco avisava não só os falecimentos como o "decadente estado de vida" dos moradores (Idem, Idem).

- 217 O inventário devia mencionar o nome, estado, naturalidade, ofício do morto, o dia, mês e ano de falecimento, se era ou não credor, etc. Se o falecimento ocorresse em viagem, o Comandante, oficiais e testemunhas fariam o inventário e leilão no porto de destino, e no regresso, o produto seria entregue na Tesouraria. Se o morto fosse somente encarregado da mercadoria, esta reverteria a favor do possuidor ou seu procurador. Em caso de naufrágio, o que fosse recuperado seria entregue a quem provasse pertencer-lhe (Idem, ibidem).
- 218 Para o pagamento de alguma dívida ainda que declarada em testamento, devia ser apresentada a "escritura publica", e só se a importância não atingisse 10 mil réis e tivesse sido contraída por compra do "alimento natural ou do seu próprio vestir" podia ser satisfeita a dívida sem escritura (A.H.U., Moç.Cx.25, Moç.30 de Outubro de 1775).
- 219 A.H.U., Moç.Cx.25, Moç.30 de Outubro de 1775.
- 220 No arquivo da Câmara eram registados todos os inventários, leilões, peso e qualidade do produto enviado ao Tesoureiro da Sta Casa da Misericórdia, e todos os documentos afins (Idem, ibidem).
- 221 Idem, ibidem.
- 222 "...Não sendo da inspecção do Governador Capitão-Mor o conhecimento dos inventários e mais couzas dos defuntos e ausentes; e sendo assaz impróprio o mandar hum official militar assistir aos Inventários e leilões, e assinar nelles como Juiz, perdendo em negócios alheios da profissão militar..." (A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Julho de 1790, fl. 33v).
- 223 A.H.U., Moç.Cx.9, Inhambane 14 de Fevereiro de 1762.
- 224 A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 12 de Novembro de 1767.
- 225 O produto dos leilões era recebido em panos sem a "sortiação" (roupa branca, preta e pintada de diferentes qualidades) conveniente, para o resgate do marfim, e por isso só se recebia a 60 e mais panos a arroba (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 29 de Agosto de 1766).
- 226 O Escrivão, em 7 de Outubro de 1767, confessava que o Livro de Registro se encontrava em branco, e o Tesoureiro nomeado no princípio desse ano declarou desconhecer a existência do cofre e alguma receita da Câmara (A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 30 de Maio de 1767, 7 de Outubro de 1767 e 8 de Outubro de 1767).
- 227 Santos Pinto foi alcançado em 1287 corjas e 18 panos em fato e 136 arrobas de marfim, e J.F.Colaço em 28 arrobas, 7 corjas e 13 panos (AHU Moç.Cx.12, Inhambane 20 de Maio de 1768).
- 228 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.269.
- 229 A única intervenção do Governador na Câmara, prevista pelo Regimento de 1763, dizia respeito à nomeação excepcional do "Alcaide Pequeno", Carcereiro e Pregoeiro, facto que nunca se verificou (A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.269v; Idem, Moç.6 de Novembro de 1766, fl.284).
- 230 Devia "socorrer a devoção e N.ª.ª da Conceição" e pagar um arretel de cera para as velas do altar mor no dia de N.ª.ª. (A.H.U., Códice 1328, Moç.2 de Novembro de 1767, fl.285v).
- 231 A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.271.
- 232 A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 5 de Junho de 1766. A carta de 6 de Junho de 1783 afirma que a "limpeza da Pauta" fora entregue aos Governadores Feitores por ordem de João Pereira da Silva Barba (A.H.U., Moç.Cx.19, Inhambane 6 de Junho de 1783).

- 233 A 22 de Maio de 1796 determinava-se que a Câmara devia dar conhecimento ao Governador de todas as eleições ordinárias e extraordinárias e que nenhum militar podia aceitar funções civis sem sua licença (A.H.M. Códice 1349, Moç.22 de Maio de 1796, fl.62v).
- 234 José Ferreira Nobre, a 6 de Junho de 1783, e L.C.M.de Matos, em carta de 29 de Junho de 1787. Diz este Governador que no tempo do coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos (1781-1782), como se verificassem irregularidades, o Ouvidor Geral Francisco de Santa Teresa decidiu que fossem enviados para Moçambique os "próprios bilhetes com os votos dos eleitores". Os moradores reagiam contra um grupo de "homens volantes, solteiros e ignorantes", que artificialmente ocupavam o Senado (AHM, Moç.Cx.19, Inhambane 6 de Junho de 1783; A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 29 de Junho de 1787).
- 235 12 de Novembro de 1767. Suspensos e depostos, o Juiz Ordinário Teodoro dos Santos e o seu Escrivão J.F.Colaço (A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 12 de Novembro de 1767); 1782, os oficiais da Câmara foram devassados (A.H.U., Moç.Cx.19, Inhambane 30 de Maio de 1783); 1787, foi deposto o juiz Miguel Ferreira (A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 26 de Outubro de 1787).
- 236 A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.32v.
- 237 A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 11 de Outubro de 1787.
- 238 Idem, ibidem.
- 239 A.H.M., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.33.
- 240 Idem, fl.33v.
- 241 Idem, fl.34.
- 242 A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 5 de Junho de 1767.
- 243 Idem, ibidem.
- 244 A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 11 de Junho de 1768.
- 245 A.H.U., Moç.Cx.9, Inhambane 24 de Abril de 1761. Quando o Inguana foi fumado, em 1783, recebeu da Feitoria um saguate de panos de vestir que distribuiu pelos seus "conselheiros" e cabos de guerra, a fim de se fazer mais respeitoso e reconhecido como Fumo (A.H.M. Moç.Cx.19, Inhambane 6 de Junho de 1783).
- 246 A.H.U., Moç.Cx.19, Inhambane 11 de Junho de 1783.
- 247 A.H.U., 1ª Secção cofre, Moç. docs.anexos a plantas 1729(?).
- 248 A.H.M., Moç.Cx.19, Inhambane 11 de Junho de 1783.
- 249 Em documento de 12 de Agosto de 1759, temos conhecimento que havia um mucázambo para Balane, bairro setentrional da povoação, que supomos obedecer ao dito fumo. Este fumo dominava somente esta povoação (AHU, Moç.Cx.8, Inhambane 12 de Agosto de 1754).
- 250 Em 1764, António Luis tinha em Mucucune 26 palmeiras (A.H.U., Moç.Cx.11, Inhambane 7 de Junho de 1764).
- 251 A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 1766/1767(?).
- 252 A.H.U., Moç.Cx.9, Inhambane 14 de Maio de 1762.
- 253 A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 27 de Junho de 1787.
- 254 A.H.U., Moç.Cx.8, Inhambane 12 de Agosto de 1759.
- 255 A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane s/d; A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 30 de Junho de 1787.

- 256 A.H.U., Moç.Cx.9, Inhambane 11 de Junho de 1761.
- 257 A.H.U., 1ª Secção cofre, docs. anexos a plantas, 1729(?).
- 258 A.H.U., Códice 1546, Moç.27 de Novembro de 1745, fl.6v.
- 259 Em 1745 e 1748 eram de chita (v. nota anterior; A.H.U., Códice 1556, Inhambane 18 de Novembro de 1768, fl.12v) mas em 1753 foram confeccionadas de marecha (?) de Diu e forradas de pano branco (A.H.U., Códice 1550, Moç.13 de Novembro de 1753, fl.15). Nos anos de 1769 e 1770 usou-se catavenins (A.H.U., Códice 1556, Inhambane 29 de Novembro de 1769, fl.15; Idem, Inhambane 27 de Novembro de 1770, fl.17) e no ano seguinte foram feitas de linha (?) e forradas (A.H.U., Códice 1556, Inhambane 4 de Dezembro de 1771, fl.2v). José F.Nobre, em 1783, recebeu somente 12 cabaias para os 14 fumos, mandou fazer mais duas, mas como eram diferentes os fumos não tinham ficado satisfeitos (A.H.U., Moç.Cx.19, Inhambane 11 de Junho de 1783).
- 260 Em pimenta redonda enviou-se, em 1745, uma fracolha (A.H.U., Códice 1546, Moç.13 de Novembro de 1753, fl.5), em 1768 uma arroba (A.H.U., Códice 1556, Inhambane 18 de Novembro de 1768, fl.2v), e a partir do ano seguinte meia arroba (A.H.U., Códice 1556, Inhambane 29 de Novembro de 1769, fl.15; Idem, Inhambane 27 de Novembro de 1770, fl. 17; Idem, Inhambane 4 de Dezembro de 1771, fl.3; A.H.U. Códice 1558, Inhambane 30 de Novembro de 1772, fl.15).
- 261 A.H.U., Moç.Cx.19, Inhambane 11 de Junho de 1783.
- 262 A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 30 de Junho de 1787.
- 263 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.71v; A.H.U., Códice 1328, Moç.7 de Outubro de 1763, fl.267; A.H.U., Códice 1349, Moç.23 de Novembro de 1790, fl.39.
- 264 A.H.U., Moç.Cx.15.
- 265 A Banja acabou de ser feita no dia 20 de Junho de 1761 (A.H.U., Moç.Cx.9, Inhambane 22 de Junho de 1761). Este atraso verificou-se porque o Capitão e Feitor tinha adoecido (A.H.U., Moç.Cx.9, Inhambane 11 de Junho de 1761) e por falta de mantimentos. A Banja de 1769 realizou-se a 9 de Fevereiro (A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 15 de Maio de 1769) e a de 1789 ainda não se tinha realizado a 20 de Julho de 1789, por "moléstias de toda a minha casa" e devido à guerra do Inhamussua (AHU, Moç.Cx.26, Inhambane 20 de Julho de 1789).
- 266 Despesas com a Banja: 1763 - 190,5 panos (A.H.U., Moç.Cx.10, Inhambane 11 de Maio de 1763); 1764 - 138 panos (A.H.U., Moç.Cx.11, Inhambane 26 de Maio de 1764); 1765 - 138 panos (Idem, Inhambane 13 de Junho de 1765); 1766 - 180 panos (Idem, Inhambane 25 de Abril de 1766); 1768 - 122 panos (A.H.U., Códice 1556, Inhambane 15 de Novembro de 1768, fl.23); 1769 - 113 panos (Idem, fl.26); 1770 - 109 panos (Idem, fl. 29); 1787 - 208,5 panos (A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 30 de Junho de 1787).
- 267 A.H.U., Moç.Cx.9, Inhambane, 24 de Abril de 1761.
- 268 A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 27 de Junho de 1787.
- 269 Segundo o registo de 12 de Setembro de 1784, as nove povoações do Chamba tinham pago 10 quissapos de meixoeira e o fumo Munhembe 12 quissapos (A.H.U., Códice 1560, Inhambane 12 de Setembro de 1784, fl.8).
- 270 Uma vaca foi cobrada duma condenação a um mucazambo do Chamba, outra paga pelo régulo Chiguengue, por ter preso um "cafres" dum mercador da Feitoria; a terceira foi oferecida pelo Inhambamba, em recompensa dos cartuchos que se gastaram quando ele reocupou o cargo no tempo de José F.Nobre (A.H.U., Códice 1560, Inhambane 12 de Setembro de 1784, fl.8 e 9).

- 271 Vinhos enviados de Moçambique para a Banja: 1753 - 25 almudes de aguardente (A.H.U., Códice 1550, Moç.13 de Novembro de 1753, fl.5); 1760 - 1 pipa de vinho de caju (A.H.U., Moç.Cx.8, Inhambane 1 de Agosto de 1760); 1765 - "vasilhas com vinho da terra" (A.H.U., Códice 1328, Moç. 8 de Novembro de 1765, fl.276v); 1768 - 2 barris de vinho de caju com 12 almudes e dois barris de Urraca com a mesma capacidade (A.H.U., Códice 1556, Inhambane 18 de Novembro de 1768, fl.3); 1769 - 1 pipa de 25 almudes de cachaça (Idem, Inhambane 29 de Novembro de 1769, fl.15); 1770 - 1 pipa de 30 almudes de cachaça (Idem, Inhambane 27 de Novembro de 1770, fl.17v); 1771 - 1 pipa de 28 almudes (Idem, Inhambane 4 de Dezembro de 1771, fl.3); 1772 - 1 barril e uma barrica com 25 almudes de vinho (A.H.U., Códice 1558, Inhambane 30 de Novembro de 1772, fl.15).
- 272 A.H.U., Moç.Cx.12, Inhambane 4 de Fevereiro de 1766.
- 273 A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 19 de Maio de 1769.
- 274 A.H.U., Moç.Cx.24, Inhambane 30 de Junho de 1787.
- 275 O mesmo que enviados, emissários, embaixadores (A.H.U., Códice 1310, Moç.20 de Novembro de 1755, fl.166v).
- 276 A.H.U., Códice 1318, Moç.18 de Outubro de 1759, fl.73.
- 277 O Munhembe, Inhampata, Inhambanda, Tinga-Tinga e Mucoca, foram os fumos da Feitoria que não sofreram o domínio "Landim" (A.H.U., Moç. Cx. 9, Inhambane 20 de Abril de 1761).
- 278 O Macia e o Ticane eram súbditos do Macuaco (A.H.U., Moç.Cx.9, Inhambane 27 de Março de 1762).
- 279 A.H.U., Moç.Cx.8, Inhambane 28 de Abril de 1761.
- 280 A.H.U., Moç.Cx.9, Inhambane 27 de Março de 1762.
- 281 Idem, ibidem.
- 282 Idem, ibidem.
- 283 Idem, ibidem.
- 284 O Bando de 9 de Dezembro de 1765 só autorizava a ida dos panos aos fumos Chamba, Inhampata, Tinga Tinga, Mabocha e Mucoca (A.H.U., Moç.Cx. 12, Inhambane 9 de Dezembro de 1765).
- 285 Enviou nova embaixada em 1769, chefiada por um filho e acompanhada de "bastante cafraria". Levava o tradicional saguate de 1 dente de marfim e pedia permissão para que o fato pudesse ser vendido também nas suas terras. Não foi atendido (A.H.U., Moç.Cx.13, Inhambane 17 de Maio de 1769).
- 286 A.H.U., Moç.Cx.19, Inhambane 6 de Junho de 1783.
- 287 Idem, ibidem.



NOTAS PARA O ESTUDO DAS FORTIFICAÇÕES PORTUGUESAS EM INHAMBANE

Bartolomeu Rungo

I

A ocupação de Inhambane data de 1729 e, como a de Lourenço Marques, foi determinada pela frequência desse porto pelos holandeses do Cabo da Boa Esperança, que já então se haviam estabelecido em Lourenço Marques.

As expedições portuguesas à costa oriental, que se seguiram à primeira conquista, desde logo conheceram este porto, mas só muito mais tarde os portugueses ali concentraram elementos de ocupação. Todavia, antes de o fazerem já mantinham relações comerciais com os reinos locais.

As explorações de Inhambane pelos holandeses, em 1727 e 1728, foram imediatamente conhecidas porque Bernardo de Castro, capitão do navio que da Ilha de Moçambique ali ia comerciar, encontrou na baía navios com aquela origem.

Na correspondência com data de 2 de Janeiro de 1730, que o Vice-Rei da Índia escrevera para Lisboa¹, era já notória a preocupação dos portugueses em expulsar os holandeses da baía, que já tinham penetrado duzentas léguas para o interior, descoberto minas de ouro, e ainda estabelecido laços com algumas autoridades locais. Esta ousadia holandesa — conforme designava a coroa portuguesa — era motivada pela ausência, na baía, de uma fortaleza com bandeira portuguesa.

Os portugueses, apercebendo-se desta situação, edificaram fortalezas como forma de travar o comércio holandês na baía e os constantes ataques nguni. Na realidade, as fortalezas de Inhambane não foram senão obras rudimentares de pequeno vulto e de elementar traçado, simples muros abaluartados para abrigo contra um inimigo que não dispunha de mais que armas primitivas e, quando muito, de um pequeno número de espingardas.

As primeiras fortificações que se ergueram na baía de Inhambane eram simples recintos fechados por paliçadas e, por serem tantas e não terem grande interesse histórico², só duas é que se notabilizaram pelas suas características.

A primeira tinha uma casa e a paliçada era muito fraca, com aberturas próprias para uma peça pequena em ambos os lados da entrada. A segunda, também quadrada, mas com uma paliçada mais forte, tinha em cada esquina uma espécie de rotunda ou torrinha de palha, à moda do tecto das palhotas, com umas quatro seteiras com peças pequenas e um mastro de bandeira num dos ângulos.

Em 30 de Dezembro de 1758, Pedro de Saldanha de Albuquerque, informando sobre as fortificações, dizia que Inhambane tinha simplesmente uma trincheira de paus, e de guarnição setenta praças ³.

II

Inhambane, elevada à categoria de vila pela Carta Régia de 9 de Maio de 1761 ⁴, foi finalmente inaugurada em 1764. Tomou logo grande desenvolvimento no comércio com o interior, acudindo a ela caravanas comerciais de longo curso. Alguns colonos europeus procuravam aquele porto para se internarem até às povoações boers, ou quando regressavam destas para a costa.

A princípio a vila, além do presídio, era apenas composta de casas de palha e alguns alpendres, dispersos pela floresta que se estendia ao longo do rio.

Havia outrora nesta vila um estabelecimento que tinha o nome de Praça de Nossa Senhora da Conceição, mas que não era uma fortaleza, como o nome parece indicar, mas sim, com mais propriedade, um recinto fortificado. Havia dentro deste recinto uns quartéis em más condições, que albergavam 120 a 150 praças, quanto muito.

Em 1761 os vátuas vieram sobre a vila e fizeram nela uma grande carnificina. Em 1787, piratas franceses tentaram também assaltar o porto, e a 3 de Novembro desse mesmo ano novamente os vátuas voltaram à vila, perecendo na luta a maior parte dos moradores europeus, entre eles o próprio governador ⁵. Os resultados devastadores destes assaltos muito se ficavam a dever às condições precárias da Praça.

Em 1779, o governador Baltazar do Lago mandou construir e ampliar a fortificação de Inhambane como forma de fazer frente aos sucessivos ataques vátuas.

A Praça ficou, na parte frontal para o mar (poente), com uma bateria de 73 metros de comprimento e 3 de altura, mas estava completamente dominada pelas casas mais próximas e pelas ruas com que encarava de norte a sul, que impediam que os artilheiros fizessem uso das peças. Pela parte sul era um comprido e velho muro onde existia a porta prin

cipal da entrada da bateria citada. A porta tinha por dentro umas casernas cobertas de palha que se viam de fora, e que serviam de cadeia da Companhia, quartel, armazém de material e casa da guarda. Na parte de nascente continuava o mesmo muro, que tinha por dentro um paiol completamente ar ruinado, um barracão de palha que servia de armazém de cal e de carpintaria do Estado. No fim deste muro havia uma coⁱsa que o governador Guilherme Frederico de Portugal e Vasconcelos (1862-1863) alcunhara de baluarte de São Rodrigo, e que estava completamente dominado por uma rua que lhe pas sava a norte e por todas as casas próximas, o que fazia com que a artilharia ali colocada não pudesse ser utilizada a não ser que se tivesse o absurdo propósito de derrubar as casas da vila. Pela nascente seguia-se um muro igual com uma porta falsa para a Praça — saída particular dos gover nadores que habitavam dentro — o qual, no fim, fazia sime tria com o baluarte e Igreja Paroquial, por onde a Praça po dia ser invadida sem obstáculos. Pela parte norte, seguia-se a parede da igreja e depois um velho muro de altura va riável, que ia fechar com a bateria do mar.

Dentro desta praça havia um barracão coberto de palha, que era a Alfândega, duas casernas idênticas que serviam de armazém da Companhia e sala de escrituração da mesma, e duas outras casernas que serviam de prisão e de tesouraria do Almojarifado. Havia também uma casa pequena, mal coloca da, que servia de residência do governador do distrito, e uma palhota no meio de uma praceta quadrada, de pedra e cal, com um mastro de bandeira e seis peças de artilharia.

Em 1847, o governador-geral Abreu e Lima visitou a vi la⁶, mandando então executar grande número de providências, de que resultaram um maior desenvolvimento da vila e a me lhoria das condições dos Fortes. Mas, dois anos depois, os vátuas atacaram novamente a vila, morrendo na luta o pró prio governadór da Praça, Manuel Pereira Chaves⁷. Este desastre não tardou a ser vingado pelos portugueses, o que não impediu porém os vátuas de, pouco depois, voltarem, cau sando danos a Praça⁸.

Como a sua construção não oferecia garantias de dura ção, e sendo necessário dotar a vila de um quartel adequa do à sua categoria e às exigências da altura, foi a maior parte do recinto demolida, e com ela os antigos quartéis. A demolição parcial da Praça terá sido efectuada entre 1877 (ano em que a expedição das obras públicas chegou à colô nia) e 1882⁹, sem que antes se garantisse outro edifício próprio para fazer as vezes de quartel. Esta medida fez com

que as praças, que já antes estavam alojadas num armazém por baixo da enfermaria e numa antiga arrecadação junto ao muro da igreja, fossem alojadas num edifício que estava também na área do antigo recinto amuralhado e que servia, ao que se presume, de residência dos governadores e, mais tarde, de secretaria do batalhão.

A quando da inspecção ao Batalhão de Caçadores 3, aquartelado neste recinto, pela Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas, em 1946, constatou-se que as arrecadações das duas companhias, as duas casernas, as barracas que serviam de cadeia civil e militar, e a cozinha, ameaçavam ruína em alguns sítios. Do recinto fortificado restava apenas um lanço de muralha para o lado do mar, onde havia um mastro em que se içava a bandeira e se faziam sinais do porto. Havia também neste lanço alguma artilharia de ferro muito antiga, onde os soldados do Batalhão de Caçadores 3 eram adestrados nos rudimentares serviços de artilharia para darem salvas nos dias de festa. Restava também intacta uma parte da muralha do lado da alameda, que fazendo ângulo no chamado baluarte de São Rodrigo, seguia até à Igreja Paroquial, a qual completava o recinto. De referir que a área ocupada actualmente pela Capitania do Porto, Governo Provincial, Direcção Provincial de Finanças e pela Igreja de Nossa Senhora de Inhambane, corresponde aquilo que outrora foi a Praça de Nossa Senhora da Conceição.

III

Quando, em 1779, o governador Baltazar do Lago mandou ampliar a fortificação de Inhambane, foi construída também uma fortaleza melhor, que se denominava Forte de S. João da Boa Vista.

Em 1863 o governador do distrito Guilherme Frederico de Portugal e Vasconcelos, num ofício dirigido ao governador-geral¹⁰, expondo o estado em que encontrou a fortificação de S. João da Boa Vista, dizia simplesmente que:

"(...) Passei a visitar um monte de areia acessível por toda a parte com uma palhota no meio, um quadrado de meia braça de pedra e cal com um pau de bandeira espetado e seis peças de artilharia e que há séculos se chama Forte de S. João da Boa Vista (...)"

Dadas as condições precárias e a insegurança da vila que o Forte não conseguia resolver, face às invasões constantes dos vátuas, o governador do distrito mandou chamar p comandante das terras João Loforte para estudarem as formas de edificar um novo forte recorrendo a meios locais, dada a ausência de fundos para o efeito.

Com uma requisição de doze picaretas, foi o comandante de terras encarregado de mandar fazer um grande corte de pedra. Dirigiu-se a S. João da Boa Vista, onde marcou os alicerces e distribuiu uma circular aos habitantes, pedindo o auxílio das suas lanchas para o transporte da pedra necessária para a edificação de uma fortaleza regular para a defesa da vila, ao que aqueles se prontificaram com quarenta barcadas de pedra e cem barricas de cal.

A primeira pedra foi colocada no dia 3 de Setembro de 1862, numa cerimónia presidida pelo governador do distrito¹¹. Construíram-se logo três fornos de cal, um no sítio da Barra, na Maxixe e em Linga-Linga, conseguindo-se desta forma em pouco tempo erguer as quatro muralhas do forte, com 48 metros de comprimento e 7 1/2 de altura, incluindo os alicerces, que tinham 2 metros, e de largura 5 palmas.

Todavia, no relatório de 2 de Janeiro de 1864, o governador interino João Eduardo Ribeiro, no exercício do governo desde 24 de Agosto de 1863, referia-se nada lisongeiamente à obra do Forte de S. João da Boa Vista, iniciada pelo seu antecessor. No capítulo sobre as Obras Públicas dizia o seguinte¹²:

"(...) Havia muito a empreender se o Governo auxiliasse com os meios precisos, como era a reconstrução de um Forte principiado pelo meu antecessor no alto de S. João da Boa Vista, que era necessário para a segurança da vila e continuando da maneira como se achava construído era inútil, pois, sendo formado sobre areias soltas com pouco alicerce, sem talude nas muralhas, não aguentava o entulho que lhe era deixado por dentro para o terraplenar, tendo já naquela invernada rachado pelo lado sul; a construção de uma Alfândega perto da Praça junto à praia era um largo próprio para tal fim¹³; melhorar a Praça concluindo um quartel para a Companhia que se achava principiado (...); e finalmente estabelecer alguns pontos fortificados do lado sul da vila a fim de a tornar defensável de alguma invasão dos vátuas (...).

Em ofício datado de 7 de Junho também de 1864, respondendo ao Governo Geral que lhe pedira informações sobre o estado das obras do Forte, a Comissão Militar por ele nomeada — para fazer um exame minucioso às obras — constata que o referido Forte precisava de ser reconstruído, porque sendo construído sobre areias soltas com pouco alicerce, sem talude nas muralhas, não aguentava o entulho para o terrapleno, o que se verificava pela inclinação que uma das paredes já tinha para a parte exterior, assim como por uma fenda no cimo da muralha.

Em 1877, o Forte de S. João da Boa Vista achava-se abandonado e arruinado, sem se terem alcançado os objectivos para que fora construído, segundo se depreende do ofício nº19, de 24 de Fevereiro, do governador para o Governo Geral:

"(...) No chão do Forte de S. João da Boa Vista há um sombreiro pertencente ao Governo, que de nada serve, e que estando desabitado a pouco e pouco se irá desmantelando, quando se fosse vendido em hasta pública juntamente com o terreno do mesmo Forte, a Fazenda aproveitaria o seu valor, o que mais tarde não será possível, porque de dia para dia se vai depreciando. Há alguns indivíduos que desejam fazer a aquisição do referido sombreiro e chão, e por isso pedia a V. Excia. para que fazendo ciente deste meu off. a Sua Excia. o Snr. Cons^o. Gov. Geral S. Excia. de dignasse determinar o que melhor entender a este respeito (...)"

Esta relíquia de Inhambane, que se situava atrás do quarteirão compreendido entre o Cemitério, a Cadeia Civil e o Hospital Provincial, desapareceu quando, em 1878, a sua pedra foi concedida à Câmara Municipal para o empedramento das ruas, e o morro de areia para o aterro de pântanos que se fazia em Inhambane.

NOTAS

¹Bocarro, António, Notas ao Livro das Plantas de Todas as Fortalezas do Estado da Índia Oriental. Bastora, 1938.

²Deduz-se a partir do diário de bordo do navio holandês "De Snuffellaar" (O Farejador), traduzido e publicado no livro "Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses", que as primeiras construções na baía estavam cercadas de paliçadas a que chamavam fortalezas.

³Fortificações de Moçambique, "Arquivo das Colónias", Vol. IV, nº 20.

⁴B.O. nº 26, de 1856.

⁵Rego, Leotte de, Guia de Navegação, Lisboa, 1904.

⁶Idem.

⁷Idem.

⁸Parece, contudo, dever concluir-se por uma coincidência dos anos, e como achega a este trabalho, que o incêndio a que faz referência Armando Maria Dionísio, no seu artigo publicado no Brado Africano nº 2013, de 3 de Outubro de 1964, com o título 'Da Fortificação de Inhambane: Forte de S. João da Boa Vista e Praça da Nossa Senhora da Conceição', e que assim escreve: "(...) Em 1854, houve um grande incêndio, tendo ardido grande parte da Praça, a Igreja e muitas casas (...)", terá sido provocado pelos vátuas aquando da invasão à Praça.

⁹Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses, [Lourenço Marques], 1947.

¹⁰Documentos para a História de Inhambane, "Arquivo das Colónias", Vol. II nº 7, p.13.

¹¹Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses, [Lourenço Marques], 1947.

¹²Notícias de Inhambane, "Annaes do Conselho Ultramarino — Parte Não-Oficial", Série VII, p.39.

¹³A construção da Alfândega fora da Praça e junto à praia, tinha em conta aumentar o seu movimento, pois durante o tempo em que funcionou dentro da Praça o seu movimento era fraco.

ACHEGAS PARA O ESTUDO DAS BIOGRAFIAS DE AUTORES
DE FONTES NARRATIVAS E OUTROS DOCUMENTOS
DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE, II, III:

TRÊS AUTORES SOBRE INHAMBANE:
VIDA E OBRA DE JOAQUIM DE SANTA RITA
MONTANHA (1806-1870), ARON S.
MUKHOMBO (ca.1885-1940)
E ELIAS S. MUCAMBE (1906-1969)

Gerhard Liesegang

I. INTRODUÇÃO

I.1. O âmbito deste estudo*

Tal como anunciámos no primeiro artigo desta série (v. Arquivo 3:14-34), este artigo versará sobre a vida do pároco Joaquim de Santa Rita Montanha em Inhambane, o meio em que viveu, a sua surpreendente viagem — se considerarmos a sua vida sedentária anterior — ao Transvaal, em 1855-6, e a descrição que nos deixou dessa viagem, bem como uma abordagem sobre as relações com o Governo Geral na Ilha de Moçambique, das rebeliões contra os representantes desse governo e das relações com o interior.

Para alargarmos o enfoque, incorporando ainda outros elementos da história da Província de Inhambane, um outro tipo de experiência social e outros níveis cronológicos, juntámos aqui uma primeira apreciação do trabalho de Aron S. Mukhombo e Elias Mucambe. Eles eram professores e pastores da missão metodista de Cambine, mas efectuaram também algumas investigações históricas, que chegaram a publicar. Recolhe-

*Queremos agradecer a Albino Dimene, do Arquivo Histórico de Moçambique, o empréstimo e algumas explicações das partes mais difíceis da biografia de Mucambe por N. Mbanze, ao pastor F. Njetimane uma entrevista e o empréstimo do vol.11 dos Minutes of the East Central African Mission Conference (único volume que conseguimos localizar em Moçambique), a A.Rita-Ferreira, que nos forneceu um exemplar da primeira edição da obra de E. Mucambe, e a Cândido Teixeira a consulta de capítulos da sua tese em preparação sobre Inhambane no século XVIII, e algumas informações sobre o testamento do padre Montanha. (Informou-nos que existe no Tribunal de Inhambane o testamento de Montanha, que deve ser uma fonte importante).

ram fontes orais, por volta de 1923-1937. Como os seus trabalhos incluem elementos e alguns dados referentes a ocorrências e períodos antes do século XIX, apresentamos aqui, na segunda parte desta introdução, uma periodização na qual se esboçam também movimentos populacionais e modificações de terminologia no que toca a grupos étnico-linguísticos.

Tanto o estudo da biografia do padre Montanha como o do trabalho de Mukhombo e Mucambe não se podem considerar acabados. No que toca a Montanha, encontramos para alguns períodos da sua vida mais fontes e dados do que esperávamos, especialmente no Cod.1226 do Arquivo Histórico de Moçambique. Este traz indicações sobre pais e padrinhos de mais de 600 pessoas baptizadas por Montanha, e é de uma grande ajuda para a reconstituição da sociedade da vila de Inhambane nesse período. Mas faltavam dados para os últimos quinze anos de vida do padre. No caso de Mukhombo e Mucambe, a falta de dados é ainda mais gritante, e só uma pesquisa nos arquivos e nas publicações da Igreja Metodista poderá atenuá-la. Mas como a obra deles é bastante importante e merece uma apreciação, optámos por apresentar desde já este produto incompleto.

1.2. Periodização da história da zona da actual Província de Inhambane, ca.900-1850

1.2.1. 900-ca.1560

Quando aparecem as primeiras fontes escritas sobre esta zona, referentes ao período por volta de 1560, Inhambane situa-se na orla da zona de influência da formação Zimbabwe-Mutapa. Esta situação político-cultural já terá sido criada dois ou três séculos antes, visto que segundo os cálculos sobre a cronologia do estado Mutapa, este se teria expandido a partir de cerca de 1450, sendo também provável que o próprio estado centrado no Grande Zimbabwe, que data do século XIV e cujo centro se localizava relativamente mais perto de Inhambane, tivesse tido alguns contactos com esta região. Outros contactos com o exterior deram-se por via marítima. À zona ao norte de Inhambane, e talvez mesmo a Inhambane, devem ter aportado mercadores da área do Golfo Pérsico, a partir do século X. Existem traços arqueológicos dessa presença na zona das ilhas de Bazaruto, que aliás são facilmente identificáveis numa fonte árabe do século XV¹.

Há também traços destes contactos no Gi-Tonga de Inhambane e na antiga língua da zona de Bazaruto. Essas línguas parecem as únicas, na costa oriental de África, que adopta-

ram um numeral, a designação para cinco, do persa, enquanto que o swahili conservou o radical bantu (tanu) ².

É provável que uma parte dos nomes para grupos étnicos ³ se tenha formado no período do contacto com a formação Zimbabwe-Mutapa. O nome Tonga (popularmente "bitongas") já se encontra documentado no século XVI e designava inicialmente talvez não um grupo étnico mas um grupo não integrado na formação política karanga ⁴. No que toca a Inhambane, uma fonte portuguesa distingue em 1560 apenas dois grupos diferentes: "Botongas" (vivendo na zona de Butonga) e "bocalangas" (vivendo na zona de Vukalanga). Os "bocalangas" podem ser identificados como antepassados dos Chopi de Guambe, ao norte do rio Inharrime. O padre André Fernandes explicou a presença desse último grupo, que como ele sabia tinha a sua principal área de distribuição no planalto zimbabweano, como segue numa carta datada de 1560:

"a causa de todos estes Mocarangas estarem entre os Botongas, cercados de todas as partes, foi porque um pae deste tinha o seu senhorio dentro no Bocolonga [Bocaranga ou Bocalanga⁵] e teve guerra com outro senhor mais potente que elle venceu [que ele o venceu? = e foi vencido]. Este filho com a gente que ficou do desbarate se veio aqui e pellejou com o senhor d'elle e tomou-lhe a terra e assim ficou entre os Botongas".

A tradição oral desta zona conservou parte dessa informação mas reinterpretou provavelmente os dados sobre a área de origem à luz do conhecimento geográfico e dos contactos comerciais nos séculos XVIII e XIX. Nesse período, os únicos grupos conhecidos da área de Inhambane que também tivessem tido origem entre os Karanga eram os Venda e os Sothoda rainha Mojaji, no noroeste do Transvaal actual. As suas dinastias derivavam, em parte, do estado Rozwi ou dos seus predecessores, e com eles havia um intercâmbio regular, enquanto que os contactos com o planalto do Zimbabwe e a zona karanga eram mais limitados. Parece, por isso, que "Suto", "Vecha" e "Mojaji Thovele" substituíram o "Karanga" nas tradições ⁶. Trata-se de um tipo de actualização de nomes (por vezes errada) que se encontra muitas vezes em tradições populares.

A existência de fontes portuguesas sobre esta zona neste período deve-se ao facto de, por volta de 1540-45, o comércio de marfim ter ganho uma grande importância para os portugueses de Sofala e da Ilha de Moçambique. Parece que João Raposo, um mulato natural de Sofala e que já tinha estado em Portugal, havia estabelecido uma casa na chefatura Gwambe. Em 1557 ou 1558, Raposo levou um dos filhos do chefe para a Ilha de Moçambique, onde ele foi baptizado (prova

velmente com o nome do então governador, Bastião de Sá). O filho do chefe regressou então, vestido à moda da costa (ou dos portugueses?). Outro filho do chefe, o mais velho, quis então viajar também para a Ilha. Como o pai não tivesse achado tal viagem muito conveniente, concordou-se que poderia vir um missionário. Raposo, que era agente comercial do governador na Ilha de Moçambique, transmitiu esse facto a Bastião de Sá, que por sua vez convidou jesuítas da Índia a virem a Moçambique. A carta deve ter chegado ali em Outubro de 1559. O pedido foi aceite em Novembro do mesmo ano, e no início de Janeiro do ano seguinte três missionários viajaram de Chaul, na Índia, para Moçambique⁷. Dali embarcaram para Sofala, que atingiram após 27 dias de penosa viagem num "sambuco", espécie de dhow ou pangaio, que deve ter ido apinhado de gente. Num outro barco terão depois seguido sem problemas até Inhambane. Em Abril, André Fernandes, um dos padres, estava já em "Tongue", lugar principal da chefatura de "Gamba" (Gwambe). Mesmo no início do século XIX as viagens no Índico não eram ainda mais rápidas.

Os missionários vieram, portanto, na senda dos comerciantes de marfim. Encontraram cinco portugueses em Inhambane, mas o seu principal agente deve ter sido João Raposo, que também lhes viria a servir de intérprete em Gwambe. Falava provavelmente swahili⁸, português e ainda, possivelmente, a língua local.

Esta profunda penetração comercial vinda da costa, que se ligava também às redes internas de África nas quais se transportava por exemplo cobre, provavelmente do Transvaal para a zona costeira, tem de ser tida em conta quando se explica a vasta penetração de termos derivados do árabe, por exemplo para dinheiro ("mali") e ouro ("ndarama" ou "ndzalama"). As sociedades moçambicanas nunca estiveram totalmente fechadas ou isoladas depois de ca.900. Havia trocas inter-regionais e contactos culturais com outros povos da zona do Índico.

O padre André Fernandes, que antes de ir para a Índia tinha já viajado por Inglaterra e pela Alemanha, redigiu algumas cartas em 1560. Em 1562, após ter já regressado à Índia, escreveu também uma descrição etnográfica do "Tongue" (Donge) ou "Gambe", relativamente desenvolvida para a época e que foi já utilizada por vários autores⁹. Como os padres vieram a saber, Gwambe não era a única chefatura da região. Vizinhas a Gwambe havia outras, mais poderosas mesmo. Estas e outras, situadas em volta da baía de Inhambane e no caminho de Inhambane para Gwambe, não foram todavia identificadas pelos seus nomes¹⁰.

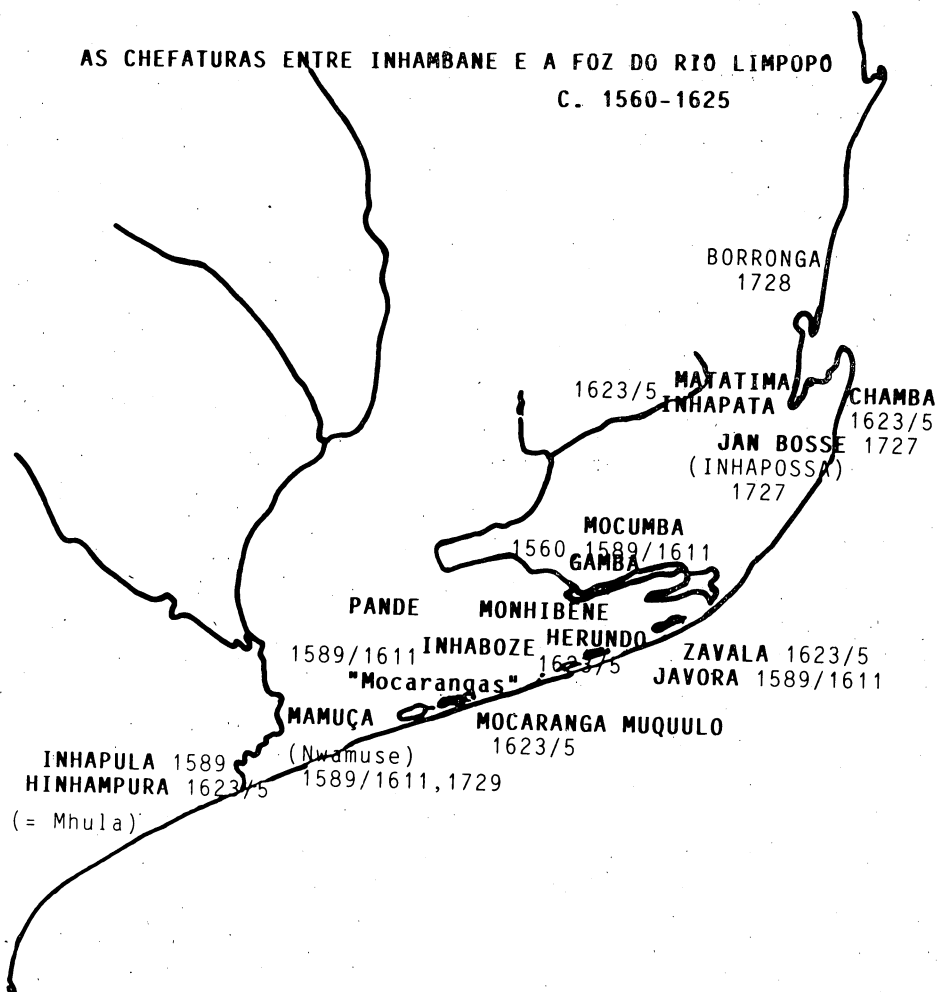
I.2.2. Inhambane e o Interior, ca.1560-1728

As cartas escritas pelos missionários permitem concluir que os mercadores já haviam desembarcado na zona da actual cidade em 1560 ¹¹. Viviam também ali, junto à povoação de um pequeno chefe cujo nome terá sido Tembe. Esse nome é mencionado pela primeira vez em 1623/25, mas a pequena chefatura já devia existir antes ¹². Segundo as tradições do século XVIII, foi este chefe que consentiu no estabelecimento de comerciantes na zona. O nome "Inhambane Velho", que já se encontra como designação de uma zona a noroeste da vila no século XIX, deve referir-se à zona originalmente habitada pelo clã Nyambe, do qual o nome Inhambane (Nyambane) provavelmente deriva ¹³. Na zona de Inhambane velho não existe ancoradouro para navios de alto mar e, por isso, está quase excluída a possibilidade de ter sido usada pelos portugueses. Não é de excluir, todavia, o seu uso num período anterior por mercadores servindo-se de barcos com um calado reduzido, que costumavam deixar encalhar no porto de destino. Mas os levantamentos arqueológicos feitos nesta zona não produziram até agora qualquer resultado ¹⁴.

À medida em que aumenta o conhecimento da zona em volta da baía são cada vez mais os chefes Tongas ou "Bitongas" mencionados. No século XVIII são já documentados todos aqueles que, ainda no século XIX e no começo do século XX, aparecem como régulos ou "cabos" importantes ¹⁵.

O interior ficou conhecido principalmente pelas descrições de naufragos, um dos quais foi o cronista Diogo do Couto, em 1589. Ele deixou-nos uma descrição da sua viagem. Trinta e quatro anos depois, um outro grupo, vindo do naufrágio da "S. João Baptista", em 1622, passou pela zona. Um dos naufragos, João Vaz, descreveu as peripécias por que passaram. O seu relato foi publicado em 1625, mas ao que parece com muitas gralhas. Cartógrafos também utilizaram as suas informações (baseando-se provavelmente no manuscrito) e, por isso, após a sua viagem surgem alguns nomes novos nos mapas da área. Evidentemente, os naufragos não fizeram as suas viagens em condições óptimas para fixar observações, mas dão-nos uma ideia daquilo que foi a zona antes de certos movimentos populacionais e das dinastias do século XVIII. O grupo de Diogo do Couto encontrou, na foz do rio Limpopo, o chefe Inhampura, nome que se transformou no de Mhula ¹⁶, um grupo clânico que ainda hoje se encontra na zona. Mais a Noroeste, encontraram o chefe Mamuçã, que corresponde ao Mamussa de 1729 e ao Nwamuse actual ¹⁷. Seguindo por perto do litoral

AS CHEFATURAS ENTRE INHAMBANE E A FÓZ DO RIO LIMPOPO
C. 1560-1625



evitaram a zona onde mais tarde (ou talvez já nessa altura?) se fixaram os chefes do clã Langa. Provavelmente na zona de Chidenguele desaviram-se com o chefe Karanga Muquulo, que parece ter dominado a zona antes do estabelecimento da dinastia dos Mungwambe e Inhatumbo¹⁸. Entraram depois nos territórios de Inhabuzi, que deve ter dominado a zona de Zandame la e parte de Zavala. Passaram nos limites de um chefe chamado Pande, não sendo de excluir tratar-se de um dos antepassados dos Makwakwa, visto que o nome ocorre outra vez na linhagem reinante, no fim do século XIX. Ao Sul do rio Inhar

rime, localizaram Monhibene e Zavara. Este último corresponde certamente a Zavala¹⁹, que vivia talvez na zona de Quissico. Ao Norte do rio Inharrime encontraram Gamba (provavelmente uma corruptela de Guamba), mais perto da costa²⁰ e Mocumba, no interior. Mocumba pode tratar-se de uma referência ao grupo Thama de Homoíne — o que consideramos ser mais provável — mas também a um grupo Tsonga que vivia no interior, designado noutras fontes por "Mocumbas" ou "Vacumbas".

Entre os nomes novos que João Vaz acrescenta ao mapa encontra-se "Quirundo", que Matos identificou com Xilundu (ou Guilundu)²¹. Foi colocado perto do rio de Zavara e deve fazer parte da zona onde Couto tinha localizado Monhibene²². Vaz menciona também, pela primeira vez, Nhatitima (Matatima ou "Matarina"), Chamba, Tembe (motepe) e ainda, mais ao Norte, entre outros nomes novos, "Sonho" ou "Sonha", a Oeste de Bazaruto²³. Trata-se, provavelmente, do "Osono" que é mencionado no século XVI em fontes de Sofala e deve ser idêntico ao "Sone" mencionado em 1760 por Monteiro de Mattos²⁴ e ao "Sono" referido por Bernardo de Castro Soares em 1729 e pelas tradições orais recolhidas por H.A. Junod.

A conclusão a que se chega após este levantamento de dados é que havia algumas chefaturas com longa tradição de existência na zona que ainda ocupavam no século XX, enquanto que noutras zonas parece ter havido descontinuidade. Até certo ponto a tradição oral pode esclarecer algumas das mudanças ocorridas. O ponto fraco dela é, todavia, a ausência de cronologia. As listas de chefes geralmente não abrangem mais que 80 anos e as genealogias, nas quais se contam apenas os antepassados directos, também não ultrapassam muito o dôbro, se é que chegam a tanto²⁵. Por isso as tradições de migração que existem em quase todos os grupos situam-se num espaço onde é difícil estabelecer uma cronologia, ainda que relativa. As escassas fontes escritas permitem aventar algumas hipóteses, ainda que sem segurança absoluta.

Podemos, por exemplo, afirmar a hipótese que dois grupos Chopi, um sob a dinastia Langa e o outro Valoyi (do Alto Limpopo) chegaram entre ca. 1622 e 1810, mas não temos muitos dados que permitam especificar melhor o período e as circunstâncias em que tal ocorreu²⁶. Uma fonte importante, a descrição de Bernardo de Castro Soares de 1729, é infelizmente muito sumária no que toca a esta zona. Apenas menciona alguns chefes ao Norte do rio Inharrime, numa descrição da zona a leste da baía de Inhambane:

"Da parte do leste da dita Bahia he o que propriamente se chama Inhãobane, [e] em que existe a nossa feitoria. Tem os fumos Chamba, Inhampossa, e Tempe. O primeiro domina quazi tudo the a costa de Zavara, o segundo algumas povoações, e o último apenas a pequena em que mora, por ser pegado a feitoria, e he subdito de Inhampossa, a estes pella costa do mar para o sul segue a Zavara, mais para dentro o Mocumbe e Bomgo, e ultimamente o Goamba, e pello mar o Mamuca, que hum e outro tem parte botongas, e parte Macomates, e neste se acabão os Botongas. E são fertilissimas as terras do Dongue, em que se fabricão os seus challos, panos de casca de pão [pau], que tanto usa a Botongage..."²⁷

A referência às terras do "Dongue" não vem aqui por acaso. Trata-se, de facto, de uma designação que engloba as terras de Guamba e alguns dos seus vizinhos não referidos aqui. O termo virá a englobar toda a zona Chopi em descrições redigidas em Inhambane no século XIX. Chopi é um termo tardio que ganha aceitação geral a partir de cerca de 1870²⁸.

A referência aos "Macomates" nesta zona a Norte do rio Limpopo é um indício de um movimento de populações do interior da zona do Incomati para Noroeste. Já se encontra assinalado este facto em escritos anteriores, e nesta altura o grupo estava, de facto, localizado mais a Sul.

É também de notar que nem todas as migrações e conquistas afectaram directamente a distribuição das línguas nesta zona. Muitas linhagens que conquistaram certas áreas e fundaram chefaturas adoptaram a língua dos conquistados, como provavelmente os "Karanga" de Gwambe, os Valoyi, que fundaram as chefaturas dos Nyantumbu e Mbanze, etc. Mas as migrações do século XVIII saldaram-se num avanço do Tsonga na zona a Oeste e Noroeste de Inhambane, e contribuíram provavelmente para reduzir a influência do Gitonga na zona Chopi.

I.2.3. A Fundação de Inhambane e as Invasões dos Macomates, Bila e Dzivi, ca.1728-1770

Em 1728 os portugueses ocuparam permanentemente Inhambane, medida que foi sancionada superiormente no ano seguinte. O fim principal da ocupação era evitar que os holandeses, que desde 1721 tinham um estabelecimento comercial fortificado na baía de Maputo, se fixassem também ali. (Os holandeses haviam visitado Inhambane em 1727, onde existia um posto comercial português que era ocupado apenas alguns meses por ano, e voltaram depois da ocupação, em 1728). Os portugueses já tinham enviado para ali, antes de 1728, alguns muçulmanos da Ilha de Moçambique para servirem de intermediários, mas não chegara a existir uma guarnição permanente²⁹.

Os primeiros vinte anos da existência de Inhambane não estão muito bem documentados. Mas não há dúvida que alguns

europeus e também, talvez, goeses, se fixaram ali, competindo assim com os intermediários muçulmanos que já por volta de 1760 tentaram ou chegaram a ter uma escola islâmica. Pelo menos por quatro vezes, no século XVIII, ocorrem conflitos entre os governadores e os habitantes islâmicos³⁰. Mas há-os também depois entre o governador e um dos principais moradores, Teodoro dos Santos Pinto. Na base deste conflito devem ter estado rivalidades comerciais, pois os governadores queriam enriquecer rapidamente, pondo de lado os concorrentes importantes.

Como já referimos, o capitão Bernardo de Castro Soares fez, em 1729, um levantamento detalhado da situação política e comercial. Menciona no interior a Norte do rio Limpopo (Bembe), dois grupos, os "Macomates ou Landins" e os "Mocumbas". Os régulos do primeiro grupo eram, começando a partir de perto do mar: "Jagal [Nyoko?, parentes dos Khosa], Mocacua [Makwakwa], Mocubadão, Molouela [Novele], Billa [Bila], Mossica³¹ e Chauca, e do outro lado do rio, Molloy [Loyi]". Os chefes "Mocumbas" eram "Golle, Hambaloane, Mossuana, Chullo, Mocangalla, Sono, Sono velho³², Jandul e Mendane que quazi confinão com a jurisdição de Sophalla". Havia entre eles uma diferença de armamento e também de vestuário. Os landins utilizavam "zagaia e rodela" e os "Mocumbas" "arcos e flechas"³³.

Sobre o interior há poucas notícias seguras entre cerca de 1730 e ca.1756-1760. Há referências a Chauke, em 1734 e 1760. Tal mostra que havia contactos comerciais com a zona a Norte do rio Limpopo e a Oeste do rio Changane³⁴. Em 1760 também já é mencionado o chefe Mazive ("Maziva"), que vivia na região de Funhalouro e cujo território se estendia mais para Sul, controlando dessa maneira o acesso a Chauke.

Sobre a zona junto à costa, mais densamente povoada, há menos notícias. Parece ter continuado a pressão dos "landins e macomates", e que grupos deles avançaram mais ou menos rapidamente para Norte e Nordeste. É provável que nestas migrações o chefe Mocumbi que, ao que parece, tinha vivido a Sul do rio (ou lagoa) de Inharrime, tenha sido forçado a mudar-se para Norte, vindo a ocupar uma parte dos territórios de Gwambe. É também de admitir que esta deslocação tenha estado ligada à imigração do grupo Loyi³⁵. Fixaram-se igualmente a Norte da lagoa Polela o grupo Inhanombe (Nyanombe), talvez ligado a Mocumbi, o Nhareluga, inicialmente mais dependente de Inhanombe, e o Cumbana. A linhagem reinante dos Cumbana fazia provavelmente parte do grupo dos "Macomates"³⁶. É possível que um conjunto de quatro aldeias fortificadas

dos "landins", situadas a Sudoeste de Inhambane e que foram destruídas numa guerra em 1760, constituíssem ainda uma extensão deste movimento ³⁷.

Por volta de 1750, um grupo conhecido por "Bilas" ficou-se temporariamente na área dos actuais distritos de Homoine e Morrumbene, onde a tradição, ainda por volta de 1970, conservou a memória da sua passagem ³⁸. A datação desta passagem tornou-se possível porque existem pelo menos duas fontes portuguesas que referem a sua presença nesta zona e por que é também possível datar aproximadamente a invasão seguinte, que os obrigou a deslocar-se mais para Norte ³⁹.

Os Bila foram expulsos pelos Dzivi, referidos como "mo dives" nos documentos da época. Um dos chefes dos invasores, que se fixaram na zona de Morrumbene, pode ser identificado nas tradições publicadas por Mukhombo. Trata-se de Masiye, que nos documentos da altura aparece como "Massia" ou "Macia". É o antepassado de Inguana ou Yingwane, que é mencionado pela primeira vez em 1783 ⁴⁰. Faltam porém referências a Hlavangwane (Savanguane), Zunguze e Masinge, nesta altura.

I.2.4. O Período do Domínio do Comércio de Escravos, ca.1770-1850

Por volta de 1760 o comércio dominante em Inhambane deve ter sido o do marfim, se bem que já se exportassem alguns escravos para a Ilha de Moçambique e para a Índia, onde eram geralmente empregados como pessoal doméstico visto que na Índia havia braços abundantes e baratos para a produção. Depois encetam-se contactos com os franceses, que começam a visitar mais ou menos regularmente a zona de Inhambane. São ali conhecidos por "mafutri", entre pelo menos ca. 1780 e 1840 ⁴¹. O comércio de escravos passa por diversas fases e sofre algumas crises em períodos de guerra, como por exemplo durante as guerras napoleónicas, mas permanecerá até cerca de 1850 como o interesse predominante da classe mercantil. É difícil avaliá-lo na sua totalidade pois desenvolveu-se parcialmente na ilegalidade ⁴².

Houve uma terceira e quarta fases de contradições com os muçulmanos, que chegaram a abandonar temporariamente a vila retirando-se provavelmente para a zona de Pomene.

O grupo Dzivi estabelece-se permanentemente na zona de Morrumbene, obrigando alguns chefes Tonga a pagar tributos. A partir de 1777 o chefe Yingwane (Inguana) consegue uma certa preponderância, que os sucessores parece terem mantido ⁴³. Mas está ainda por conhecer a história interna deste grupo até ca.1830-40.

Em 1812-13, 1817 e 1821, tropas de Inhambane intervêm por três vezes ao lado do chefe Makwakwa contra o seu tio "Dovo". Trata-se de Dzovo, um dos principais chefes do estado dos Mondlane, na zona de Mandlakazi ⁴⁴. Este facto mostra que o raio de acção de Inhambane era bastante amplo, chegando a Sudoeste a cerca de 200 km do estabelecimento.

Em 1824 surgem os primeiros indícios do aparecimento de um grupo Nguni na zona de influência de Inhambane. Com ele deparou, em terras do Makwakwa, um grupo de soldados que se dirigiam por terra a Lourenço Marques, em Junho-Julho desse ano ⁴⁵. Nos anos seguintes os Nguni aproximam-se.

Em 1834 um governador recém chegado parte com quase todos os soldados regulares e uma grande parte dos milicianos numa expedição a Zavala, aparentemente a pedido do "régulo" e para conseguir que marfim apresado possa passar para a vila. A uma certa distância de Inhambane a expedição é completamente aniquilada. Segundo indicações posteriores terão morrido 280 homens, um número considerável para uma povoação com apenas cerca de 2.000 a 2.500 habitantes ⁴⁶. No governo de emergência que se forma em seguida, dois elementos não teriam podido participar em situação normal: Agostinho José da Cruz, degredado por toda a vida e por isso vendo-se vedado do gozo dos seus direitos cívicos, e Carlos António Fornasi ni, ainda não naturalizado português.

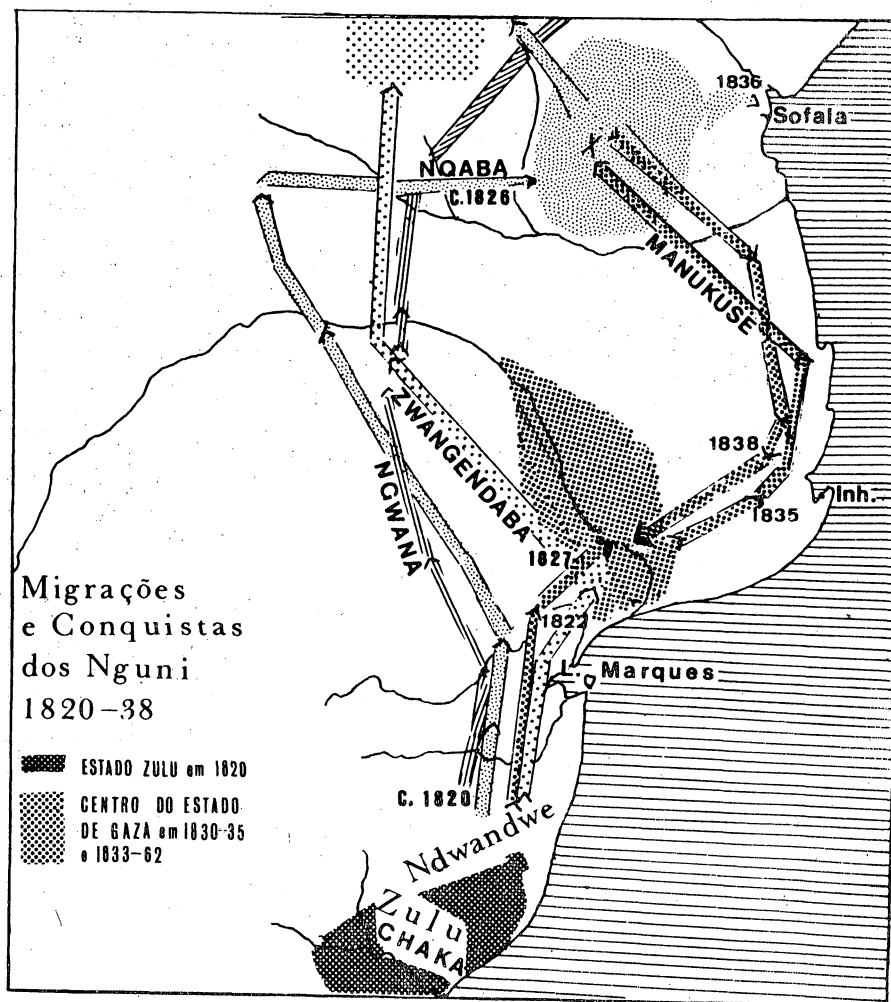
A partir de 1835 Inhambane encontra-se praticamente cercada por possessões de Gaza. Nesse mesmo ano, ao que parece, o rei de Gaza passa pelo interior da actual província, rumo ao Norte. Permanece em Mussapa ou Mussorize durante dois anos e regressa em 1837 ou 1838, consolidando o seu poder a partir do vale do Limpopo. Negociações entre um emissário de Inhambane e o rei de Gaza só confirmam o "status quo" ⁴⁷.

Em meados do século XIX, a distribuição dos grupos políticos e linguísticos na zona de Inhambane é a seguinte:

Em volta da baía viviam os Tonga ou "Bitongas", de Morrumbene a Norte até Cumbana a Sul. A Sul e Sudoeste estavam em contacto com os Chopi, ou "Mingongues". A Oeste e Noroeste havia os Tsonga ou Tswa, nessa altura conhecidos em Inhambane como "Landins". Entre esses "Landins" viviam em Morrumbene e Massinga, numa zona sem água à superfície mas relativamente fértil, os Ronga (Varonga) ou "Berrongueiros", um grupo antigo que antes da expansão dos Tsonga, no século XVIII, constituía um elo de ligação entre os Tonga e habitantes antigos da zona de Bazaruto, e os Nyai da foz do rio Save ⁴⁸.

Estes grupos estavam politicamente divididos. Sobre os Tonga e uma parte dos Tswa os portugueses estabeleceram uma certa hegemonia, instalando "régulos" e "cabos independentes", enquanto que no interior o estado de Gaza detinha o poder.

No tocante a formas culturais e instituições jurídicas, a colónia portuguesa de Inhambane difere do vale do Zambeze, Sofala e Ilhas Querimba. Não há aqui prazos nem terras de fattiota, conceitos do período feudal introduzidos em Moçambique no século XVI ou XVII, e depois elaborados. As propriedades que os portugueses adquiriam só tinham título legal dentro da vila, onde já nos inícios do século XIX havia alguma cobrança de foros a favor da câmara⁴⁹. Fora da vila a legalização da posse da terra parece datar só da década de



1880, se bem que a compra e venda de terras por contratos verbais ou escrituras notariais deva ter sido muito mais antiga. Mas a não legalização nos termos portugueses evitava também o pagamento de taxas e impostos ao fisco português. Por isso houve resistências neste domínio, mesmo no interior da própria vila, por volta de 1857 ⁵⁰. Essa resistência é um sinal de uma certa autonomia, alcançada em parte por força das circunstâncias, entre 1833 e 1850. Voltaremos ao assunto.

II. DADOS BIOGRÁFICOS SOBRE JOAQUIM DE SANTA RITA MONTANHA

II.1. 1806-1854

Joaquim de Santa Rita Montanha nasceu em Lisboa, provavelmente em 1806, filho de José Alexandre Montanha e Maria Liberata de Santa Rita ⁵¹. Sobre o pai sabe-se apenas que em 1842 ostentava o título de "cavaleiro professo da Ordem de S. Tiago de Espada". Pertenceu provavelmente à pequena burguesia da cidade e foi talvez comerciante. O padre tinha um irmão que era militar e serviu em Moçambique como alferes e tenente, entre aproximadamente 1841 e o ano da sua morte, em 1852 ou 1853. Esteve também em Inhambane, onde casou. O seu nome era Francisco de Salles Montanha e a sua letra, minúscula, muito parecida com a do seu irmão clérigo.

Na documentação consultada no A.H.M. nada consta sobre os estudos de Joaquim de Santa Rita Montanha, feitos provavelmente num seminário, nem porque veio para Moçambique com 29 ou 30 anos. As vilas e presídios de Moçambique tinham nesta altura uma grande falta de padres, verificada já antes da extinção das ordens religiosas, em 1834, mas acentuada por esta. Quando Montanha chegou a Inhambane, em Outubro de 1836, depois de uma breve passagem pela capital, a Ilha de Moçambique, pôde constatar que não havia padre desde 1833. O primeiro baptismo em que oficiou data de 10 de Outubro de 1836 ⁵².

Embora Portugal tivesse extinto as ordens religiosas, tal não significava uma separação entre a igreja e o estado. Esta só viria a existir no Moçambique colonial nos primeiros anos da República (ca. 1912-1926). O padre era um funcionário do estado. Tinha direito a um vencimento e além dos seus deveres com o culto (missas aos domingos e dias santificados, ritos de baptismo, casamento e enterro para os cristãos), elaborava também documentos com função jurídica. A A certidão de baptismo servia igualmente como certidão de nascimento em questões de nacionalidade. Nos anos 40, Monta

nha foi também encarregado de elaborar estatísticas mortuárias. As eleições para a câmara municipal realizavam-se geralmente na igreja e o padre fazia parte da mesa. Os não-cristãos eram também cidadãos, com direito a serem eleitores e eleitos (era tudo uma questão de possuírem propriedades com um certo valor, um rendimento certo como funcionários de carreira superior, um grau académico, etc.), mas na prática quem não fosse cristão nunca era eleito, embora o número de não-cristãos fosse quase o mesmo do dos cristãos. Só nos anos 60 e 70 é que alguns não-cristãos chegaram a fazer parte de comissões nomeadas⁵³.

O culto mostrava a estreita ligação entre o estado e a igreja católica. Os soldados tinham de assistir à missa (por essa razão um certo número de soldados foi baptizado, mesmo sendo oriundos de famílias parcialmente muçulmanas). Nos dias festivos os soldados formavam também guarda de honra no adro da igreja. As festas mais importantes eram os dias da padroeira, Nossa Senhora da Conceição⁵⁴, em Abril e Dezembro. No dia da padroeira disparavam-se três salvas a partir da igreja às quais o quartel respondia com vinte e uma (três vezes sete), e a procissão entrava depois no seu percurso que incluía também o quartel, onde a imagem da padroeira era recebida com honras militares⁵⁵. O padre estava também ligado à irmandade que tinha a seu cargo a manutenção da igreja em conjunto com toda a comunidade.

Como representante do poder espiritual, Montanha participou também num breve governo interino, em 1841⁵⁶, provavelmente na sequência de uma revolta dos soldados e da população contra o governador António de Azevedo Campos, que terá sido preso e devolvido à capital⁵⁷. Uma das questões que terá oposto alguns dos principais moradores representados na câmara municipal ao governador, foi a proibição de comprar bitongas súbditos da coroa que tinham sido aprisionados pelos Makwakwa de Mahuntse. Estes tinham-se fixado perto de Inhambane por o Manicusse ter ocupado as suas terras em Chibuto, em 1838-39⁵⁸. O governador Campos terá querido limitar o comércio de escravos, contrariando os interesses económicos dos moradores. O seu sucessor, Moules, teve atitudes semelhantes e não passou muito melhor. Dado que o próprio governador geral pertencia à "facção dos negreiros", houve apenas uma ligeira repreensão pela falta de paciência, visto um novo governador já estar a caminho⁵⁹.

A partir de 1840⁶⁰ Montanha era também "professor régio das primeiras letras" e batalhava com a câmara sobre uma sala condigna para tal fim⁶¹. Mas já em 1842 surgiam queixas

que os alunos não mostravam nenhum aproveitamento, talvez pela falta de assiduidade do professor⁶². Mas não se lhe tiravam o título e o vencimento.

Assim se passavam os anos, sem incidentes na carreira eclesiástica do padre, que baptizava uma média de cerca de 30 pessoas por ano, efectuava casamentos⁶³ e ia acumulando uma pequena fortuna.

O primeiro incidente deu-se em 1849. O governador António Paulo de Sousa, que durante o seu governo de quase quatro anos se tinha mantido um pouco à margem da sociedade inhambanense mas cuja actuação militar na zona de Morrumbene viria a estar na origem de graves problemas em 1849-50, suspendeu, como um dos seus últimos actos, o padre do seu cargo de professor. Justificou tal medida numa carta datada de 13 de Junho de 1849:

"... em 18 do mes proximo findo mandei suspender os ordenados do professor da Escola Regia de Primeiras Letras nesta vila o Padre Vigario Joaquim de Santa Rita Montanha porque não existe de facto há muito tempo a dita escola... a escola ficou inteiramente abandonada pelos rapazes e estes uns de motu proprio e outros por ordem dos seus pais passaram a aprender em outra escola. Parece impossivel que no longo espaço de 12 anos [sic, eram nove e meio] que é professor o dito vigário não tenha aprontado um só discípulo sabendo ler e escrever; mas não admira se se atender que o Reverendo Vigário além das obrigações do seu ministério é encarregado da extincta Companhia Commercial de Vicente Thomaz dos Santos, assiste diariamente à obra da sua casa que tem em construção, e outras diferentes que se encarrega por paga, reservando o pouco tempo que lhe resta das suas fadigas para passar nos balcões do perturbador do socego público, Carlos António Fornazini, a criticar com ele todos os actos do governo e fazendo-lhe opposição como por vezes tem verificado. Devo dizer a V.Ex^a que a única escola que aqui existe com aproveitamento dos discipulos é a de João Caetano Dias, aonde uns andam por paga e outros gratis, sendo destes o maior número"⁶⁴.

João Caetano Dias tinha tido, entre outros cargos, o de escrivão da câmara municipal. Nasceu em 24 de Abril de 1820 como "filho ilegítimo de Jeremias Dias e mãe bitonga" e foi baptizado com a idade de 11 dias⁶⁵. Em documentos referentes a ele próprio e seus filhos, a mãe foi sempre identificada como "Murrongó". Em 1844, quando João Caetano se encontrava já legitimamente casado e teve a sua primeira filha, os pais eram já falecidos⁶⁶. De facto, foi ele que veio a ser nomeado professor primário⁶⁷, cargo que ocupou cumulativamente com outros durante cerca de 15 anos. Parece ter sido uma pessoa inteligente, que aprendeu a escrever com o seu pai e que geralmente não hostilizava ninguém, sobretudo os portugueses metropolitanos, muito ciosos da sua origem.

O padre Montanha vivia num dos quartos do complexo da propriedade de Vicente Tomás dos Santos, que era uma feito-

ria que havia servido o comércio de escravos. Situava-se no bairro de Balane, segundo parece. A casa que ele tinha em construção deve ter sido aquela que se localiza a Sul da actual ponte-cais, que os seus herdeiros venderam ao estado em 1871 e que viria a servir de alfândega ⁶⁸. Em 1850 estava ainda em construção mas em 1854 estava já pronta. Nesse ano, a casa, coberta de capim — como a maior parte das casas da vila — ficou sem a cobertura por acção de um ciclone que passou por Inhambane. A igreja, havia pouco reparada, também sofreu, tal como os arredores onde palmeiras e cajueiros terão sido arrancados ⁶⁹.

Carlos António Fornasini era um comerciante e proprietário de origem italiana, chegado em 1831 como empregado da casa comercial de Vicente Tomás dos Santos. Em 23 de Junho de 1840 naturalizou-se português ⁷⁰. A sua fortuna e instrução permitiram que ocupasse a maior parte dos cargos electivos de Inhambane. Mantinha correspondência com dois naturalistas europeus ⁷¹. Parece que entre 1837 e 1844, e em 1845-46, se ausentou três ou quatro vezes para a Ilha de Moçambique e uma vez para a Índia ⁷². Entre os seus filhos figuram o brigadeiro João António Fornasini (n.1842), que em 1882 como tenente-coronel era o oficial mais graduado em Moçambique e fazia parte do Conselho do Governo, e o comerciante Paulino António Fornasini (n.1853).

Da acção do governo de António Paulo de Sousa fica-nos apenas, entre outras, uma crítica à falta de alinhamento das ruas de Inhambane e ao hábito de depositar lixo e entulho nas mesmas ⁷³. Práticas semelhantes tinham já sofrido críticas de um vereador da câmara em 1808 ⁷⁴. Existem alguns indícios de ele se ter envolvido, juntamente com alguns europeus interessados no comércio de escravos, em lutas na zona de Morrumbene ⁷⁵.

O sucessor de António Paulo de Sousa foi António Manoel Pereira Chaves. Era activo e vivo, mas pouco experiente. Depois de ter feito uma inspecção à vila e ao quartel e ter escrito alguns ofícios, partiu em 25 de Agosto para Morrumbene, onde o seu predecessor lhe tinha deixado um conflito. Quis defrontar um grupo de guerreiros armados à maneira dos Nguni e ao serviço do chefe Yingwane (Inguana). A operação correu-lhe mal e o governador morreu no dia 28 de Agosto, após um governo de 47 dias. A mesma sorte coube ao tenente Caetano dos Santos Pinto, último membro masculino notável de uma velha família inhambanense, a um sargento, a um cabo e dez soldados de uma força que contava trinta a quarenta homens ⁷⁶.

Após um breve governo interino dirigido por um oficial da guarnição, chegou Francisco Xavier Ferreira, com a mesma tendência fanfarrona e ferrabráz que caracterizara os seus dois predecessores nomeados em Moçambique. Não observou as instruções recebidas, que lhe recomendavam a conciliação com moradores e régulos. Acusou o irmão do padre, o tenente Francisco de Salles Montanha, de cobardia, e conseguiu uma ordem para o mandar preso para Moçambique⁷⁷. Envolveu-se ainda em querelas com a câmara, aparentemente em defesa de dois europeus e na sequência de um conflito que analisaremos adiante (IV.2). Foi preso em 22 de Outubro e substituído por um governo interino. Participavam nele Liberato Vaz, ao que parece natural de Inhambane e comandante da praça, o substituto do juiz ordinário António Luiz de Aragão, natural de Tete⁷⁸, e o padre Montanha. Evidenciando talvez o aumento da tensão, no dia 16 de Outubro Liberato Vaz, que em 14 anos nunca participara em nenhum baptismo, lembrou-se de mandar baptizar dois filhos naturais seus, um nascido em 1843 e outro em 1846⁷⁹.

O triunvirato governou até 15 de Dezembro do mesmo ano, altura em que entregou o poder ao governador Pedro Valente da Costa Loureiro e Pinho, capitão-tenente da armada, que havia sido nomeado em Lisboa a 11 de Abril e tinha passado pela Ilha de Moçambique. Pinho, relutante de início, acabou por defender a acção dos moradores de Inhambane. Mas o governador geral pensou estar a sonhar quando chegaram à Ilha, presos, o antigo governador, dois europeus e um oficial. Organizou então uma expedição contra Inhambane, que só resultou em mais despesas no erário deficitário da província, como se chamava então a colónia. O padre não foi visado nas investigações que se seguiram, já desde 1849 ostentava o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo⁸⁰.

O irmão, acusado de cobardia como já referimos, viria a morrer um ou dois anos depois. É possível que a morte do irmão tenha despertado no padre o desejo de regressar a Lisboa. Em 1853 e 1854 requer licença para se deslocar à metrópole. Ao requerimento de 1853 foi respondido ter ele que esperar por um substituto para não deixar desamparado o povo de Inhambane, enquanto que o de 1854, em que alegava motivos de saúde, também não foi aceite⁸¹. De qualquer maneira, o que é certo é que a sua saúde melhorou o suficiente para lhe permitir realizar uma viagem ao Transvaal, no ano seguinte. Talvez se tenha animado também com novas perspectivas comerciais.

De facto, em fins de 1854 o ambiente deve ter sido de expectativa para Montanha. Vicente Tomás dos Santos havia feito, na Ilha de Moçambique, o seu penúltimo testamento, e empreendia a sua última viagem aos "portos do sul"⁸², que duraria pelo menos até Agosto de 1856. No início de Dezembro abriu-se, na sua presença, a alfândega de Inhambane⁸³. Está presente também em Inhambane Mamud Amad Saibo, outro homem importante, ligado à navegação e ao comércio⁸⁴.

Outro acontecimento animador, desta feita para os proprietários de escravos entre os quais se encontrava também Montanha, foi o facto do chefe Mahuntse Makwakwa (Maunja) ter enviado para Inhambane mais de 30 escravos fugidos que os seus donos haviam pedido para resgatar. Entre esses escravos encontravam-se três do padre e três de Vicente Tomás dos Santos⁸⁵. O padre, com propriedades rurais na outra banda, em Mongo, e urbanas em Inhambane, além de dois botes⁸⁶ e segundo os registos de 1861, era um proprietário médio e deve ter possuído entre 30 a 50 escravos.

11.2. A carta vinda do Transvaal em 1855

No dia 18 de Maio de 1855, Bangalasse, súbdito do chefe valoyi Chivandane no Alto Limpopo, chegou a Inhambane com uma carta enviada pelos boers de Zoutpansberg. Este grupo de boers encontrava-se ali desde 1848 e tinha tentado, tal como outros grupos de boers estabelecidos no Natal desde cerca de 1840, em Ohrigstad e Lydenburg, estabelecer ligação com a costa oriental não controlada pelos britânicos⁸⁷. Os esforços deles convergiam geralmente para Lourenço Marques, perto da qual já haviam chegado com carros de bois em 1851, mas esse pequeno presídio não era também o sítio ideal para o comércio. É provável que tenham chegado a Zoutpansberg no tícias sobre as iniciativas inhambanenses, entre as quais se encontrava a abertura da alfândega. É até possível que ali tenham chegado cartas e recados, pois no Norte do Transvaal havia indivíduos que tinham passado por Inhambane ou tinham ali parentes.

Como aconselhavam a velha prática e as instruções dos governadores, o governador Oliveira convocou para o dia seguinte um "adjunto" (uma reunião dos principais moradores), que deveria ter lugar no dia 20 pelas onze horas, hora habitual para as reuniões de consulta⁸⁸. Visto que existe uma cópia da convocatória⁸⁹, vejamos quem eram os convocados.

O primeiro era o capitão ou major reformado Liberato Vaz, natural de Inhambane, proprietário na outra banda, que

tinha feito parte dos governos provisórios de 1840⁹⁰ e 1850. Em 1828 fora sargento de milícias em Inhambane e desde 1845 capitão do corpo militar que fazia serviço na vila⁹¹. Era, possivelmente, irmão mais novo de uma certa Elena Vaz e tio de Isidoro António Rosa (nº22 da lista da convocatória), e parente de Joaquina Vaz, casada com o coronel João dos Santos Pinto, que fora uma das pessoas mais importantes da vila por volta de 1800-1825⁹².

O segundo convocado era Manoel Pontes de Athayde Azevedo, capitão comandante da praça, casada com a viúva D. Ana de Guzmão Mascarenhas Arouca, que ainda em 1862 era uma importante proprietária, possuindo uma lancha e um bote⁹³. Era filha de Domingos Correia Arouca, de origem aristocrática, governador de Inhambane de 1825 a 1830⁹⁴, e de D. Josepha da Cruz, uma de três mulheres com as quais aquele governador teve filhos em Inhambane⁹⁵.

O terceiro convocado era Carlos António Fornasini, já acima mencionado, que tinha vindo em 1831 com António e João Albasini (que ficaram em Lourenço Marques) para trabalhar para a Companhia Comercial de Vicente Tomás dos Santos. Foi enviado para Inhambane a fim de ali tomar conta do estabelecimento da companhia, em substituição de Rafael António de Carvalho, cujo trabalho tinha deixado algumas dúvidas quanto à seriedade⁹⁶. Em 1855 Fornasini fazia 50 anos. A sua companheira, a viúva Albertina Gonçalves Damas, não pertencia a uma das famílias influentes de Inhambane mas em contrapartida ele era compadre de muitas das pessoas importantes da vila⁹⁷. Fora delegado do Procurador Régio e em 1855 era Presidente da Câmara Municipal.

Em quarto lugar estava o padre Montanha e em quinto Vicente Tomás dos Santos. Santos era natural de Lisboa e tinha vindo para Moçambique como capitão de um barco de escravos, antes de fundar a firma Santos & Oliveira Bolelle, companhia essa que faliu cerca de 1834-36. As propriedades em Moçambique tinham passado para o credor principal, Theodorico de Abranches, dos herdeiros do qual Santos readquiriu as propriedades em Moçambique. Vivia geralmente na Ilha de Moçambique, onde foi um dos moradores principais a partir de ca. 1832, e foi pela última vez a Lisboa em 1836. Visitou Inhambane em 1840 e provavelmente também em 1844 e 1854-56. Viria a morrer na Ilha de Moçambique em 1859, com 65 ou 66 anos de idade. A sua propriedade em Inhambane incluía uma grande casa com armazém, que terá servido para alojar escravos antes do embarque, e provavelmente de 30 a 50 escravos, entre os quais se contava o sapateiro Pinto, natural do Brasil,

que pertencia à aristocracia dos escravos, se assim se pode dizer⁹⁸.

O sexto lugar, na convocatória, era ocupado por Francisco António Rangel, capitão-mor das terras. Era natural de Inhambane, onde foi baptizado em 1826, e filho de pai do mesmo nome, natural de Goa, e de Maria Pulcheria dos Santos Pinto⁹⁹. Em 1851 era ainda solteiro, mas em 1853 encontrava-se casado com Antónia da Silva Reis¹⁰⁰. Já em 1851 tinha sido eleito presidente da câmara, e em 1853 era a autoridade principal a quem os africanos do distrito se tinham que dirigir quando queriam contactar com o governo¹⁰¹. Rangel conseguira aliás uma confirmação régia para este posto o qual, todavia, perdeu todo o seu valor quando em 1854 João Augusto Pereira Loforte, então com 31 anos e pouco mais velho que Rangel, num golpe hábil, se fez nomear "Commandante das terras da Coroa", um título que antes não existia, ficando Rangel como seu substituto. Rangel recusou servir sob as ordens de Loforte e só fazia serviço no impedimento deste¹⁰².

O sétimo era António Martins, natural da comarca de Vila Real em Trás-os-Montes, Portugal, capitão-mor da ilha de Maferrune, casado com D. Delfina Estachiol e residente em Inhambane havia mais de 14 anos¹⁰³. Verifica-se que um título como o de "capitão-mor de Maferrune", embora não trouxesse provavelmente benefícios materiais nem deveres, dava contudo um bom lugar na escala de precedências da vila.

O oitavo era João Caetano Dias, já atrás referido, filho de Jeremias Dias e de uma mãe bitonga de nome Murrongó. O padre que oficiara aos baptismos em 1820 achava os nomes das mães africanas pouco dignos de interesse, mas o pai, o filho e o próprio padre Montanha trataram de emendar isso mais tarde¹⁰⁴. Em 1843 era secretário da Câmara Municipal, tendo possivelmente aprendido a escrever com o pai, e estava casado com Joaquina d'Amaral, oriunda de uma antiga família da vila¹⁰⁵. Em 1861 tanto ela como ele possuíam, cada um, uma lancha¹⁰⁶. Como acima verificámos, Fornasini era seu compadre. Dias vivia ainda em 1888, residindo então em Machiche¹⁰⁷. Como também atrás notámos, substituiu durante muitos anos o padre como professor primário e foi juiz ordinário e presidente da Câmara Municipal.

No nono lugar encontrava-se António Martins Mascarenhas Arouca, filho do governador Arouca e de Catherina dos Santos Pinto, morta pouco antes do dia 10 de Julho de 1849¹⁰⁸. Era sub-delegado do procurador régio e vivia ainda em Inhambane em 1883, desempenhando a função de um dos vogais da junta de lançamentos de décimas¹⁰⁹.

Nos lugares 10, 13, 14 e 15 encontramos o cirurgião Colação (provavelmente natural de Goa), e três alferes já de certa idade¹¹⁰. Nos lugares 11 e 12 figuravam Assane Issufo e Ali Taju. Em 1841 e Setembro de 1849 Assane Issufo era o "comandante dos mouros" da vila, um título que ainda mantinha em 1863¹¹¹, enquanto que é provável que Ali Taju fosse o seu imediato. Ali Taju era talvez filho de um tal Taju Daut, mencionado em 1823 em Inhambane¹¹². Em 1861 Taju era ajudante das terras da coroa e em 1884, numa altura em que João António Fornasini ocupa por vezes o lugar de comandante das terras, sobe ao lugar de capitão-mor¹¹³.

Feliciano Ferreira Messias, no lugar 16, era membro de uma velha família e nascera em 1803 ou 1806, filho de Bernardo Francisco Messias e de "mãe moira", numa relação extramatrimonial¹¹⁴. Em 1851 era solteiro, alferes e "ajudante cirurgião"¹¹⁵. Em 1843 e 1848 era sargento e ajudante de cirurgia. Baptizou pelo menos quatro filhos seus, de mãe "moura", Rabia Faquira¹¹⁶. Parece ter sido monogâmico e não ter casado oficialmente por questões de religião.

José Correia, o número 17, era proprietário de duas casas e dono de uma loja. Tinha vindo para Inhambane como degredado. Era natural de Chaves, em Portugal, e os 18 anos de degredo tinham expirado em 1850¹¹⁷, voltando portanto ele a adquirir os seus direitos cívicos. Estava casado com Cândida Maria Mascarenhas Arouca, filha do governador Arouca. (O irmão da mulher de Correia, que era também padrinho de Egas, o filho do casal, tinha sido convocado em nono lugar)¹¹⁸.

Seguiam-se depois mais alguns proprietários e notáveis: No lugar 18, Mamod Amad Saibo, nascido provavelmente por volta de 1800, que por volta de 1829-1831 fora capitão-mor dos mouros da cidade de Moçambique, além de capitão e proprietário de navios mercantes¹¹⁹. Vivia ainda em 1866, ano em que transferiu 10 escravos para a Ilha de Moçambique¹²⁰.

O número 19, José de Souza Teixeira, era tabelião de notas e filho de Francisco de Sousa Teixeira e D. Albertina dos Santos Pinto. Havia casado em 1854 ou 1855 com Augusta Carolina Fornasini¹²¹. Era membro de uma importante família e parece que perdera um tio do mesmo nome na guerra de 1834. Terá aprendido a escrever na vila. Em 1856 ele e a mulher tornavam-se compadres de João Augusto Pereira Loforte. Nos anos 70 e 80 era um importador-exportador importante, o único que conseguia manter uma feitoria ombreando com os holandeses (Dunlop & Mees) e franceses (Fabre & Fils, Régis Ainé)¹²².

O número 20 era Pascoal Lopes, um proprietário de origem goesa sem aspirações políticas. Em 1851 era "casado e ne

gociente". Vivia ainda em Inhambane em 1865¹²³.

O número 21 era Caetano Luis Rangel. É possível que o seu pai tenha sido Zeferino Xavier Crisólogo Rangel¹²⁴. Em 1862 era proprietário de uma lancha e de uma baleeira¹²⁵.

Em 22º lugar figurava Izidro [Izidoro] António Rosa e em 23º Januário António Guerra. Trata-se dos dois membros da câmara que o governador Ferreira havia mandado prender em Outubro de 1850. Eram cunhados. Izidoro nasceu em 1819, filho ilegítimo de Vicente António da Rosa e Elena Vaz, e estava casado com Alexandrina António da Guerra¹²⁶, filha de Miguel António da Guerra e Catharina dos Santos Pinto. Em 1841 era "1º sargento porteiro amanuense da secretaria", e em 1848 um dos vereadores da câmara. Em 1852 tornou-se compadre de João Caetano Dias e de João Pereira Loforte¹²⁷.

O número 24, Francisco Manuel Fernandes, e o número 25, José Manuel de Miranda, eram ambos naturais da vila. Fernandes estava casado com Efregenia Piedade Rangel, filha de Francisco António Rangel e de D. Pulcheria dos Santos Pinto, sendo portanto cunhado do capitão-mor que figura como sexto convocado¹²⁸. Miranda, por sua vez, era filho de Manoel João Miranda, natural de Goa, e estava casado com Cândida Esmeralda. Quando nasceu a sua filha Hortênsia, em 1856, Caetano Luis Rangel (o número 21) tornou-se seu compadre. Tinha uma lancha em 1856¹²⁹.

Megagi Naná, o número 26, deve ter sido convocado na qualidade de representante dos comerciantes hindus, alguns dos quais residiam em Inhambane desde, pelo menos, 1850.

O número 27 da convocatória, Selemane Abuxamo, tinha uma lancha em 1862 e era provavelmente filho de um capitão de navio. É possível que Assane Issufo, convocado em 11º lugar, se tratasse de um seu tio paterno¹³⁰. Nasceu talvez em Inhambane, onde a sua mãe, Nunnu Xarifa Acobogi Sequenha, vivia em 1842¹³¹. Todavia, Abuxamo, por volta de 1840, vivia talvez na aldeia da Cabaceira, em frente à Ilha de Moçambique, de onde mandava, em 1840 e 1841, uma lancha para a Ilha do Ibo e baía de Pemba¹³². Em 1849 requerera e provavelmente conseguira o posto de capitão de milícias em Inhambane¹³³. Em Abril de 1871 encontrava-se entre os vereadores nomeados para a câmara municipal¹³⁴. Vivia ainda em 1879, e deixou descendentes em Inhambane, um dos quais, o xequê "Izidine Agy Selemane Abuxahama", ali morreu em 1940, com 75 anos de idade¹³⁵.

Os números 28 e 29, respectivamente Filipe Dias e Albino Coutinho, eram provavelmente naturais de Goa. Filipe Dias era escrivão da alfândega e "solteiro" em 1856¹³⁶. Albino Cou

tinho tinha assinado, em Maio de 1851, em Lourenço Marques, um projecto de regulamento do comércio com o sertão ¹³⁷, e es teve possivelmente uma vez no Transvaal. É provável que tenha mantido correspondência com comerciantes goeses no Transvaal.

Em 30º e último lugar figurava António de Sousa Teixeira, alferes às ordens. Filho de Francisco de Sousa Teixeira e D. Albertina dos Santos Pinto, era cunhado de João Pereira Loforte ¹³⁸. Em 1850 prestou provas e passou de soldado a aspirante a oficial ¹³⁹. Em Maio de 1854 é ainda aspirante a oficial mas também, já, ajudante interino e alferes por comissão ¹⁴⁰. É provável que tenha aprendido a escrever na vila. Em 1864 encontramo-lo já capitão ¹⁴¹, transferido para a Ilha de Moçambique e posteriormente para Lourenço Marques ¹⁴².

Falta ainda nesta lista João Augusto Pereira Loforte, provavelmente por não se encontrar na vila, pois em Janeiro do mesmo ano tinha sido convocado em primeiro lugar ¹⁴³. Encontrava-se em Inhambane desde pelo menos Outubro de 1844, aonde chegara como capitão do brigue Domingos Cardoso ¹⁴⁴. Casou talvez em 1845 com Delfina de Sousa Teixeira, irmã mais velha do alferes António de Sousa Teixeira, nascida em 1831 ¹⁴⁵. Este casamento dava-lhe o direito de figurar entre os cidadãos eleitores e elegíveis. Em Novembro de 1845 tinha já uma casa no centro da vila, perto da do seu falecido sogro ¹⁴⁶.

É evidente que entre os moradores importantes se encontra um grande número de descendentes de imigrantes de Goa e que os descendentes ou casados com descendentes de Pulcheria dos Santos Pinto e Albertina dos Santos Pinto detiveram posições importantes.

Voltando à carta de Zoutpansberg, uma das solicitações que esta fazia relacionava-se com a ida de uma pessoa branca ao Transvaal. Primeiro, o governador nomeou o capitão-mor Francisco António Rangel. Os moradores fizeram uma subscrição para as despesas da viagem.

A missão era do interesse dos moradores, dado que já em 1852 Fornasini constatará que desde 1849 o comércio de Inhambane tinha diminuído, devido à posição forte do "Manecussa" e às ligações comerciais dos "hollandeses estabelecidos no sudoeste deste districto que pela força tem avassalados o mesmo Manecussa e fazem comercio extenço de genros cafriais que transportão para Porto Natal e outros estabelecimentos ingleses do Cabo da Boa Esperança" ¹⁴⁷. Desviar o comércio dos boers para Inhambane e impôr-se ao mesmo tempo ao rei de Gaza era uma perspectiva aliciante para Inhambane.

Ao que parece, Rangel não manifestou grande vontade de fazer a viagem e terá sido o padre Montanha e os seus amigos quem insistiu que se devia ir. Assim, no dia seguinte o governador nomeou o padre para chefiar a missão. Rangel desistiu e foi substituído pelo Alferes António de Sousa Teixeira, que já em 1853 tinha feito uma viagem à capital de Gaza¹⁴⁸. Segundo tudo indica, falava o "landim" (tsonga) e o gytonga de Inhambane. No dia 23 o padre estava pronto e recebeu as suas instruções¹⁴⁹.

11.3. Uma viagem diplomática de machila e a cavalo

Montanha teve cinco dias para se preparar, e o seu companheiro, António de Sousa Teixeira, um jovem alferes ajudante do governador, de 22 anos, apenas dois. Sairam da vila de Inhambane no dia 25 de Maio de 1855, na lancha do padre. Via Chicunque foram a Mongo, onde pernoitaram, e no dia seguinte seguiram para Morrumbene, onde passaram cinco dias tentando arranjar alimentação e carregadores. Estes acabaram por aparecer quando se exerceu alguma pressão sobre os chefes. A caravana chegou a ser constituída por 95 pessoas, com posta da seguinte maneira: 54 carregadores bitongas recrutados na zona de Morrumbene; o padre Montanha com 17¹⁵⁰ escravos seus, dez deles com armas de fogo e munições, incluindo talvez quatro a seis machileiros; António de Sousa Teixeira com dois escravos seus; um cabo e quatro soldados da guarnição de Inhambane; o enviado de Zoutpansberg e três companheiros seus, incluindo um que tinha estado preso no forte de Inhambane¹⁵¹ e cuja libertação esse mesmo enviado tinha conseguido; um mercador de Mamud Amad Saibo com dez carregadores, que se dirigia para as terras de Chicualacuala e que viria a separar-se da caravana principal uns dias depois.

Partiram de Morrumbene no dia 30 de Maio e chegaram a 6 de Julho a casa de João Albasini, em Zoutpansberg. A sua rota não tinha sido directa porque antes de atravessar o rio Limpopo tentaram evitar as povoações principais.

Pelos vistos os moradores de Inhambane tinham acentuado a esperança de encontrar em Zoutpansberg muita gente já reunida, preparada para rumar de cavalo a Inhambane, para amedrontar ou mesmo derrotar o rei de Gaza, permitindo assim um grande afluxo de marfim à vila.

Os dirigentes do estado de Gaza interpretaram os acontecimentos da mesma maneira e enviaram uma expedição punitiva para a zona donde era natural o mensageiro Bangalasse e por onde a caravana tinha passado. Este facto já era conhe-

cido quando no dia 30 de Julho Montanha e Sousa Teixeira tiveram a possibilidade de apresentar a sua missão ao Comandante General S.J.Schoeman (o local da reunião era onde se encontra actualmente Louis Trigardt). A maioria dos cidadãos boers foi da opinião que a estação própria para realizar viagens já tinha passado. Finalmente, em inícios de Agosto, o padre teve que se resignar à ideia de ficar no Transvaal até a estação seguinte, ficando com a promessa de que a 1 de Junho de 1856 poderiam partir com uma força de 400 a 500 homens rumo a Inhambane¹⁵². Em Janeiro de 1856 o número de homens prometidos reduzia-se a "300 ou mais"¹⁵³. Entretanto, decorriam negociações com o Manicusse sobre a viagem. Tratava-se de negociações difíceis porque o rei de Gaza não queria admitir que os portugueses se fizessem acompanhar por mais de duas a cinco pessoas.

Ao mesmo tempo, e provavelmente sem que Montanha dissesse conhecimento, o Manicusse vigiava o presídio de Lourenço Marques com suspeição. Perto, um tenente havia feito sondagens no rio Incomati, em 1855. O seu barco fora confiscado e só uma parte devolvida no ano seguinte. Em Abril de 1856 não se pode processar a troca de correio entre Lourenço Marques e Inhambane. Possivelmente, o soldado que costumava vir de Inhambane não teve permissão para passar pelas terras de Gaza.

Mas do lado dos boers os voluntários para a expedição diminuíam rapidamente: no dia 23 de Junho de 1856 Montanha e a sua comitiva partiram acompanhados por 30 voluntários, 5 carretas e cerca de 50 cavalos. O "secretário" (induna do rei de Gaza) repetiu as suas exigências de que seguisse só uma carreta e duas até cinco pessoas¹⁵⁴. Assim, quando a comitiva chegou a Chicundo, perto da actual fronteira entre Moçambique e a África do Sul, permaneceram inseridos nela apenas dois dos novos elementos, um afrikaner, M.Marnitz, e um "russo", Johannes Wessel, que vivia provavelmente da caça¹⁵⁵. Separaram-se dos outros no dia 3 de Julho e atravessaram o rio Limpopo ("Bembe") no dia 9, levando ele então bastante água. A Oeste do rio "Aloize" (curso superior do rio Changane) encontraram no dia 16 o primeiro sinal de influência portuguesa. O chefe Hlengwe Bocotta (Bogota) declarou ser parente do alferes Teixeira. No dia 1 de Agosto chegaram a Inhambane.

Na baía de Inhambane, na outra banda, houve uma recepção calorosa por parte dos principais moradores e latifundiários. O novo governador Leotte, porém, que se interessava muito mais pela organização da vila de Inhambane e por

festas do que pelos assuntos do interior, estava doente de cama e não organizara nada. Para essa frieza terá também contribuído o receio das autoridades da Ilha de Moçambique relativamente a acordos (sobre fronteiras, etc.), quando souberam da realização da missão¹⁵⁶.

Montanha regressou como um conquistador frustrado, que em vez da projectada ausência de três meses tinha ficado fora um ano. Assumiu então o papel de explorador, para o qual se tinha preparado visto que desde o princípio da expedição que elaborara um diário de viagem. A 18 de Setembro ultima o relatório da viagem e a 1 de Outubro assina um anexo. No dia 23 de Setembro o alferes Teixeira acabou também o seu relatório, para o qual utilizou as notas do padre e que contém quase a mesma informação, embora menos desenvolvida¹⁵⁷. Devido ao interesse que despertou no Marquês de Sá da Bandeira, o relatório de Montanha foi publicado pouco tempo depois.

Mesmo da própria Ilha de Moçambique acabou por vir depois um louvor, tanto para ele como para o alferes Teixeira¹⁵⁸, tendo continuado este último a sua carreira em Inhambane e nos anos 60 em Lourenço Marques, onde a sua experiência e conhecimentos linguísticos foram utilizados em missões de contacto com o rei zulu Cetewayo.

11.4. A descrição da viagem deixada pelo padre Montanha

Mapas geográficos do Sul de Moçambique e dos territórios vizinhos elaborados entre ca.1860 e 1900 mostram geralmente, de forma mais ou menos esquemática, a viagem do padre Montanha. A rota que neles figura parece mais directa do que na realidade foi e do que como foi descrita.

O relatório do padre contém uma série de observações únicas neste período, como por exemplo sobre a tecelagem entre os Makwakwa, as relações entre os Tsonga e os guerreiros Nguni, a extensão do poder dos boers na zona a Leste de Zoutpansberg¹⁵⁹, os limites da área ocupada pelos portugueses a Oeste de Inhambane, na zona de Morrumbene/Mocodoene, etc. Viajou nos períodos frios de dois anos seguidos, com chuva suficiente e pouca fome, e fala do estado das machambas. Descreve também com certa facilidade os seus sentimentos, os mal-entendidos entre ele e o alferes Teixeira, etc. Depois da leitura das suas notas oficiais, que são de um laconismo extremo, não era isso que se esperava. O que falta no seu relatório, assim como na descrição do alferes Teixeira, baseada no mesmo diário¹⁶⁰, é uma elaboração monográfica sobre as regiões atravessadas.

Montanha não possuía grandes conhecimentos de zoologia, e quando fala de "camelos" refere-se, provavelmente, a zebras ou girafas¹⁶¹. Não parece ter tido um grande talento para a língua, dependendo sempre de intérpretes, tanto para o tsonga e o nguni como para a maior parte do afrikaans. Por isso as suas observações se limitam ao que viu ou lhe era traduzido. Mas tinha uma certa capacidade para a auto-crítica e auto-análise, qualidades que nessa altura de nada serviam nas correspondências oficiais dos governadores.

As particularidades das atitudes do padre só aparecem quando comparamos a sua descrição com, por exemplo, discursos feitos na Ilha de Moçambique, no Conselho de Governo, nesta mesma época. Aí dizia-se "selvagens" referindo os africanos, "semi-selvagens" referindo os boers, deixando muito poucas dúvidas quanto ao estar grande parte dos habitantes da vila muito perto da primeira categoria. "Selvagem" ou "malvado" é um epíteto que o padre não utiliza. Designa antes, uma vez, as acções dos seus "colegas de profissão" no culto dos antepassados como "esquesitices"¹⁶², mas fica-se por aí, abstendo-se de qualquer referência à inferioridade do negro, muito frequente na escassa literatura colonial portuguesa da época. Queixa-se antes dos europeus que não cumprem com as suas promessas, mas não de Manicusse que defende os seus interesses.

11.5. Elementos sobre a vida do padre, 1856-1870

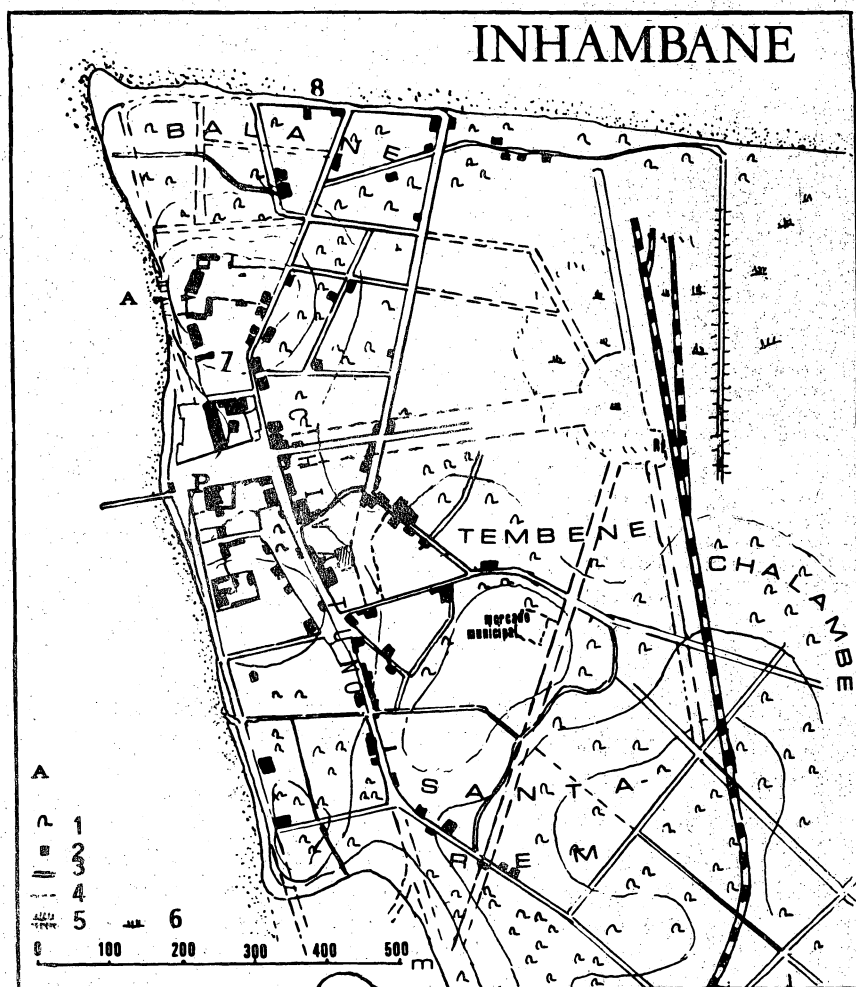
A partir de 20 de Agosto de 1856, o padre oficiava em baptismos¹⁶³ e, sem dúvida, também em casamentos. Quando ele voltou a igreja estava pronta e tratou, então, de obter paramentos, mas os cofres exaustos da província não tinham verba para tal¹⁶⁴. Existem indícios de o padre ter continuado a desempenhar o papel de homem social e aberto. Em 18 de Abril de 1859 e 17 e 25 de Julho de 1860 aparece como testemunha na alfândega¹⁶⁵. Em 1862 pede novamente licença para se deslocar à Ilha de Moçambique ou à metrópole. Houve primeiro uma recusa, acompanhada de um pedido para se juntarem mais documentos¹⁶⁶. Mas em 1863-64 Montanha parece ter estado ausente de Inhambane. Podemos apoiar isso em três fontes: uma refere-se ao embarque de dois servos seus para Moçambique no brigue Amizade, em 20 de Agosto de 1863¹⁶⁷. As outras duas mencionam a sua ausência, dizendo até uma que se encontrava na Ilha de Moçambique¹⁶⁸. Em 2 de Setembro de 1864 está já a tratar da sua propriedade em Mongo (ver adiante). Em 1865 João Caetano Dias foi suspenso das suas funções de professor e o padre vigário é outra vez nomeado para o cargo.

Dá desta vez alguns sinais de assiduidade¹⁶⁹. No mesmo ano enterrou com ritos cristãos a moradora Rosa Fernandes, que vivera maritalmente com um muçulmano durante mais de vinte anos. Ela tinha-se separado por volta de 1841 do marido, Manuel Ferreira Messias, que morreu em 1843. A família de Messias e seus aliados ainda não haviam esquecido o episódio na altura da morte de Rosa Fernandes¹⁷⁰. Houve queixas contra o padre, mas a sua actuação mereceu o apoio do administrador eclesiástico, Frei Joaquim da Virgem Maria ¹⁷¹.

II.6. A família do padre

Entre os escravos que Montanha havia baptizado em 1839 encontrava-se uma escrava sua "cathecizada por mim a ser christã de idade pouco mais ou menos de 20 anos, natural da terra dos Landins". Um dos seus padrinhos era o notário (tabelião de notas) João José Gonçalves¹⁷², de quem tomou o apelido, e a madrinha foi a viúva Josepha Apolinária. A escrava recebeu o nome de Leonor Josepha Gonçalves e foi libertada no acto do baptismo, com a obrigação "a servir-me e tratar com zelo e amor, como athé agora tem tratado"¹⁷³. Em 1844 foi por sua vez baptizada uma filha da "landina forra" Leonor Josepha Gonçalves e de "pai incógnito", filha essa que recebeu o nome de Eugenia Maria Ritta Montanha. Os padrinhos foram Manuel Vieira dos Santos, um português de origem europea, casado já por volta de 1841-2 com Albertina dos Santos Pinto, e Delfina de Sousa Teixeira, futura esposa de João Augusto Pereira Loforte, que nesse ano se viria a fixar em Inhambane¹⁷⁴. Os padrinhos pertenciam às famílias respeitáveis de Inhambane. Em 20 de Novembro de 1847 nasceu um filho a Leonor, também de "pai incógnito", baptizado em 25 de Dezembro de 1847 com o nome de Luiz da Natividade Montanha¹⁷⁵. Em 1853 Luiz da Natividade era já proprietário pelo menos de uma escrava¹⁷⁶. A partir de 1854, por sua vez, Eugenia, por tanto com os seus dez anos, participa como madrinha de baptismo principalmente de escravos¹⁷⁷. Em 1864 encontramos já Eugenia Maria casada com Henrique Augusto Guimarães e procede-se a uma escritura curiosa. Leonora Josepha Gonçalves vende metade do seu chuambo em Mongo a Henrique Augusto Guimarães e a sua mulher, enquanto que o padre Montanha, por seu lado, vendeu um chuambo seu em Machiche (Maxixe) a Leonora Josepha Gonçalves. Trata-se, pelo que tudo leva a crer, de um dote indirecto para sua filha, custeado pelo padre¹⁷⁸.

Outros parentes seus eram o já mencionado irmão Francisco de Salles Montanha e a cunhada, D.Emília Ferreira. Ela



INHAMBANE 1885-1960 : casas de alvenaria e de laca-laca existentes em 1885, com a extensão das ruas existentes em 1960

A casa de J. de Sousa Teixeira, existente em 1874, vendido ao governo depois de 1890; **P** casa do padre Montanha, vendido ao governo depois de 1871;

1 palhota, casa de laca-laca; **2** casa de alvenaria;

3 rua existente em 1885; **4** rua existente em 1960;

5 dique facilitando aterros; **6** pantano; **7** igreja;

8 mesquita em alvenaria dos meados do séc. 19.

era natural da vila de Inhambane e filha do patrão-mor João Vicente Ferreira, "natural de Vianna do Minho", e de Luiza Braz, natural da vila. Em 1843, quando é baptizada a primeira filha do casal, chamada Maria Luiza, Francisco é ainda alferes¹⁷⁹. O próprio padre é um dos padrinhos. A partir de 1852 Maria Luiza participa em baptismos de filhos de escravos, como madrinha¹⁸⁰. Posteriormente, Francisco manda também baptizar filhas bastardas, tidas com mulheres de origem tsonga¹⁸¹. A última filha legítima do casal, Francisca, foi baptizada em 22 de Janeiro de 1849. O padrinho era o velho Agostinho José da Cruz, natural de Tete e tio do Bonga, que viria a dar que falar em Massangano¹⁸².

A mulher, que havia sido madrinha de Luiz da Natividade em 1847, continua em casa do pai quando o marido é enviado para outros lugares em 1850, e em 26 de Março de 1853 já aparece como viúva¹⁸³.

O padre Montanha deixou, em 1870, uma casa grande que foi vendida, pelos seus herdeiros, ao estado, em 1871, porque este necessitava de um edifício que pudesse substituir a alfândega, destruída em 1870 por uma explosão de pólvora¹⁸⁴.

III. A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E A HETEROGENEIDADE CULTURAL EM INHAMBANE POR VOLTA DE 1820-1850

São dos anos 50 as primeiras estatísticas da população de Inhambane que se aproximam da realidade. Elas distinguem-na segundo a religião, o sexo e o estatuto jurídico (menor/maior, livre/escravo). Existiam em Inhambane cristãos, muçulmanos, hindus e praticantes da religião tradicional da região, devendo ter sido incluído nesta última o culto dos antepassados. Nesta altura as religiões não especificam ainda a classe nem a raça, factor certamente de importância.

POPULAÇÃO LIVRE								ESCRAVOS							
Sexo/Estado			Religião					Sexo/Estado			Religião				
M	F	M/F	Cr	Muç	RT	Hi	Tot	M	F	M/F	Cr	Muç	RT	Tot	
>12	>12	<12						>12	>12	<12					
275	315	223	321	301	186	5	812	1150	1297	745	31	370	2791	3192	

A POPULAÇÃO DE INHAMBANE EM 1855

(Fonte: Cod.447, fol.367, Inh.12.03.1855, assinado por C.A.Fornazini. Abreviações: Cr=cristãos, Muç=muçulmanos, RT=religião tradicional, Hi=hindus e parsis, Tot=total).

Nota-se uma distribuição por sexos muito equilibrada, que foi uma característica de Inhambane até ao século XX. (Notam-se apenas desequilíbrios na tabulação por grupos raciais).

O grupo de cristãos, muçulmanos e, mesmo, africanos livres, estava dividido em estratos diferentes. Havia, em cada grupo, famílias mais ricas e menos ricas. Os casamentos eram geralmente feitos no interior do mesmo estrato. No caso dos cristãos, envolviam a transferência de um dote para o novo casal. Quando, em 1840, Isabel da Guerra se preparava para desposar António Luis de Aragão, recebeu de sua mãe, Catherina dos Santos Pinto, o seguinte:

"uma morada de casa de pedra coberta de palha sita no pé da praia da parte do norte, um palmar sito em Mongo, escravos: Muando, Todomundo, muguema moleque, António calafate, Gabriel sapateiro, Malangueta muguema, Bento carpinteiro; escravas: Quimpata com duas crias, Felizarda, Não val nada, Manjuanna com sua cria, Maria costureira, Vaisago, Inhacudi, Ama Violante, Zeferina; e cinco arrobas de marfim grosso"[que nessa altura substituíam o dinheiro]¹⁸⁵.

Soldados cristãos naturais do país tinham por vezes um escravo e geralmente não casavam pela igreja. A maioria dos escravos também não casava, fazendo-o, quando muito "bitonalmente"¹⁸⁶.

No que toca a fortuna, algumas das famílias muçulmanas também têm que ser contadas entre as famílias poderosas. Ma mud Ahmad Saibo e Assane Issufo certamente que pertenciam às principais famílias. Participavam na defesa de Inhambane, mas apenas marginalmente na sua vida civil segundo as normas portuguesas. Mas havia também muçulmanos menos ricos, que sobreviviam como soldados.

Entre os africanos livres residentes em Inhambane existia também uma certa diferenciação. Em 1850 nenhum deles era convocado para os adjuntos. Entre eles contavam-se artesãos e pescadores, intermediários do comércio. A integração deste grupo na civilização da vila é documentada pelo testamento que um deles fez por escrito, estabelecendo a divisão de bens da sua unidade doméstica polígama, segundo os conceitos tradicionais¹⁸⁷.

O grupo mais numeroso eram os escravos. Havia também uma certa estratificação entre eles, baseada na divisão do trabalho. Alguns viviam em casa de seus amos, serviam de padrinhos em baptismos de outros escravos, etc. Do Ibo, onde existiam registos do cemitério, sabe-se que nem todos eram enterrados nas zonas mais baratas. Mas todos dependiam legalmente dos seus senhores, podendo ser vendidos. Mas quando a exportação de escravos se torna ilegal, as possibilidades

des de arrancar os escravos à sua região de origem tornam-se mais limitadas. Eles passam a poder ser apenas transferidos para outras zonas de Moçambique e só com consentimento e passaporte do governo.

Os governadores e o estado tentaram também várias vezes influenciar o estatuto da escravidão, mesmo antes da abolição formal do estatuto do escravo no interior da estrutura colonial, em 1876. Em 1820, Izidoro Manoel de Carrazedo, um governador que depois de 1834 se apresentaria como liberal radical na Zambézia, insistia sobre o controle do estado nos castigos a dar aos escravos:

"Faço saber que sendo uma constante os justos motivos que obrigaram o meu antecessor fazer público um bando proibindo aos moradores, e habitantes desta capitania, o castigarem rigorosamente os seus escravos por qualquer pretexto que seja em suas casas, ou fora dellas ao seu arbitrio, como costumam fazer... a ponto tal de lhes acabarem miseravelmente os dias da sua existência e dar-lhes sepultura nos proprios quintais, ou nos intervalos nocturnos para os mangais¹⁸⁸, sejam, ou não [sejam] eles christãos, como me consta ter acontecido e prezentemente continua em semelhante abuzo e deshumanidade sem temor de deus e das leis do soberano"¹⁸⁹.

Carrazedo insistia que os "delinquentes" fossem mandados para a "feitoria" (lugar que mais tarde se chegou a chamar "praça", embora quase não fosse uma fortaleza. Mas era ali que os soldados faziam serviço e onde se encontravam os calabouços da povoação). O castigo podia constar de trabalhos públicos (nesse caso o dono do escravo tinha que lhe fornecer a alimentação e perdia o seu trabalho) ou punições corporais. Em 1863 um governador insistia no controlo do estado sobre o castigo a aplicar. Dizia, numa ordem:

O Senhor Commandante da Praça mandará castigar os pretos escravos que entrarem na praça a pedido dos moradores para serem castigados correcionalmente com o número de açoites que entender que os ditos escravos merecem segundo as culpas porque foram mandados e não com o número de açoites excessivos que costumão pedir que se lhes deem, devendo o mesmo Senhor Commandante da Praça ter em atenção o sexo, idade e constituição dos castigados"¹⁹⁰.

A maneira de punir dependentes através de serviços públicos sobreviveu à vigência oficial do estatuto de escravo. Ainda em 1885 e 1886 "serviçais" eram entregues ao estado para serem empregados nas obras públicas como castigo¹⁹¹.

Há portanto uma nítida divisão em classes, mas também uma heterogeneidade cultural que divide os diferentes grupos. Certos estratos podem negociar, nomear-se como testamenteiros através dos limites étnicos, mas não participam da mesma maneira nos direitos cívicos. A maior parte da popula

ção estava excluída dos seus direitos cívicos pelo seu estatuto de escravidão.

Para lá dos limites da vila a estrutura política era diferente, mas também o estatuto do captivo (nkhumbi, pl. ti-khumbi) é ali introduzido.

IV: A REBELIÃO DE 1850 E O GOVERNO INTERINO DO PADRE

IV.1. As rebeliões nas povoações costeiras ca.1822-1854

As rebeliões de moradores contra os governadores enviada pela metrópole ou pela capital da colónia, eram relativamente frequentes em Moçambique, entre ca.1835 e 1855. Conhecemos casos no Ibo, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques. Mesmo na própria Ilha de Moçambique existem episódios de rebelião, geralmente por soldados¹⁹². Não as encontramos, ao que parece, no governo de Quelimane, mas em Tete e talvez em Sena houve também revoltas de soldados¹⁹³.

No Ibo, as rebeliões situam-se entre 1838 e 1842. A situação já tinha sido explosiva em 1835-36, mas fora amenizada pelo envio de um governador respeitado, que havia praticamente franqueado o porto nos anos de fome de 1831-1833¹⁹⁴. Mas em 22 de Dezembro de 1838 era preso e destituído o governador Manoel Joaquim Durindo. Em Abril ou Maio de 1841 o governador Domingos Francisco de Abreu e em Abril de 1842 o governador Custódio de Jesus Lopes tiveram a mesma sorte. Nestas rebeliões parece ter havido uma certa aliança entre os soldados e oficiais inferiores, por um lado, e alguns moradores que talvez se sentissem lesados por acções dos governadores em questão. Algumas pessoas foram depois levadas para a capital, outras escaparam-se. A partir de 1842 o Ibo oferece menos problemas ao governo geral e os governadores aos habitantes.

Em Sofala houve provavelmente duas revoltas, uma das quais em 1854¹⁹⁵, e pelo menos uma de soldados em 1850, em Lourenço Marques, contra um governador que viria a ter mais tarde a mesma sorte em Sofala.

O mau relacionamento dos governadores com as oligarquias locais que pontificavam nas câmaras municipais, as interferências por parte deles nas estruturas políticas locais eram factores importantes nestas revoltas, que ao mesmo tempo também terão sido inspiradas por movimentos políticos da metrópole. Deve também ter havido algum descontentamento relativamente às medidas de abolição do trato de escravos, que os governadores em princípio deviam apoiar, em-

bora alguns tenham criado problemas com os seus subditos de vido a uma participação desenfreada neste contrabando.

Em Inhambane houve, ao que parece, três revoltas. Na sequência da primeira, em 1840, foi preso o governador António Alves de Azevedo Campos, e remetido a ferros para acapital. Este governador, bastante enérgico, tinha conseguido que o seu governo sobrevivesse devido às divisões internas no seio dos moradores e às suas próprias ausências frequentes no interior do distrito. O seu sucessor, Moules, também teve o seu governo prematuramente interrompido. Como vimos, o governador geral só criticou na atitude dos moradores a sua falta de paciência, pois na altura o seu sucessor a quem o governo foi entregue sem demoras, estava já a caminho¹⁹⁶.

IV.2. A revolta de 1850 em Inhambane

Em 1850 pesava ainda no ambiente a morte do governador Chaves. O governador Ferreira guardava provavelmente um certo ressentimento pelo seu predecessor ter sido traído, enquanto os habitantes de Inhambane, que se debatiam com a falta de géneros para a exportação, que se encontravam endividados face aos seus fornecedores da Ilha de Moçambique e que tinham também perdido familiares na guerra, devem ter aderido à opinião de que tinha sido uma guerra desnecessária e prejudicial para os habitantes e para o comércio. O governador aguardava uma expedição militar vinda da metrópole, com posta apenas por soldados europeus, e em Maio de 1850 tinha já encontrado um local onde os alojar¹⁹⁷. Os soldados estacionados em Inhambane, que eram na sua maioria naturais da vila e ali tinham as suas famílias e machambas, haviam provavelmente sido informados que iriam ser transferidos para outra guarnição, o que significava separação das famílias, doenças e risco de morte por má alimentação, etc. A expedição da metrópole não chegou a vir mas a ideia de transferir a companhia de Inhambane continuava no ar.

A revolta de 1850 foi finalmente despoletada por contradições entre várias facções de moradores e por uma ingerência ilegal do governador nos assuntos internos do município. Um ofício do governador geral, Domingos Fortunato Torre do Vale, datado de 14 de Janeiro de 1851, narra os acontecimentos da seguinte forma:

"No dia 3 do corrente mês chegou a esta cidade o brigue português, 'Del fim' procedente de Inhambane, e trouxe as mui desagradáveis seguintes notícias a respeito do estado daquele Distrito. Em 5 de Outubro ultimo fizera a Câmara Municipal afixar nos lugares do estilo as listas do recenseamento [de eleitores e elegíveis] para os diferentes cargos muni-

cipais: no dia 10 do mesmo mês apresentou Carlos António Fornasini italiano de origem, e hoje naturalizado cidadão português, uma reclamação para que André Lopes Pereira da Silva, que ali reside há mais de dezoito anos, que é tenente coronel de milícias, confirmado por Sua Magestade e que então servia de Juiz Ordinário fosse eliminado do recenseamento alegando que é súbdito espanhol, oferecendo como documento para prova[r] a causa alegada uma certidão de um assentamento de batismo, no qual o mencionado André foi padrinho¹⁹⁸. No dia 14 de Outubro decidiu a Camara a reclamação, fazendo eliminar do recenseamento o referido André Lopes Pereira da Silva. É evidente que o recurso desta deliberação da Camara, era, na conformidade do Decreto de 18 de Março de 1842, artigo 34, para o Conselho do Distrito¹⁹⁹. Não obstante o governador interino, o major Francisco Xavier Ferreira, dirigiu em data de 16 um ofício à Camara, ordenando-lhe que reconhecesse o referido André como cidadão português, e como tal o fizesse recensear. A Camara não reconheceu a autoridade do governador, e este ordenou à Camara em data de 18, que se considerasse dissolvida, e que passasse as varas aos immediatos em votos. A Camara sabendo as ordens, que les eram mandadas, recusou receber o ofício alegando não estar em sessão e o governador, mandando chamar cada um dos membros, os fez reter na praça. Foi então que declararam que recebiam o ofício logo que estivessem soltos; e sendo-o com efeito, e reunindo-se em sessão, responderam que não consideraram a Camara dissolvida. Em consequência mandou o governador prender no dia 20 os membros da Camara, e os fez recolher na praça. Na noite do 22, pelas dez horas, estando o governador na sua residência, e achando-se também ali o capitão Jacintho Henriques de Oliveira Júnior, o Juiz Ordinário André Lopes Pereira da Silva, e os alferes Frederico Augusto Gourgelt e Mateus da Cunha Silveira, invadiam a casa entrando pelo fundo, vinte e dois indivíduos, capitaneados pelo escrivão da Feitoria, João Caetano Dias, e armados de espadas, zagaia e alguns de espingardas, gritando: 'Agarra! Mata, que a terra é nossa e não dos brancos!' É necessário observar que eram indígenas todos aquelles indivíduos que invadiram a residência²⁰⁰. Nessa ocasião foram presos o Governador, o Juiz Ordinário Lopes, e pouco depois o major de segunda linha António Luiz Ribeiro²⁰¹, e o alferes Gourgelt, e aos tres últimos lançaram ferros aos pés. Nessa mesma noite foram soltos os vareadores, que estavam presos na praça, e os quais no dia 23 pela manhã reuniram na praça a gentilha por eles amotinada, e a armaram com o armamento da companhia, que sem dúvida por ter sido seduzida deixara de tomar conta das armas. Devo aqui declarar que tendo a companhia mais de cem praças, só havia 15 que fossem europeias e estas mesmas não estavam no quartel. Na indicada manhã do dia 23 reuniu-se a Camara, e juntamente com a população amotinada procedeu à nomeação de um chamado Governo Provisório, que compôs da seguinte maneira: Presidente o vigário de Inhambane, o padre Joaquim de Santa Rita Montanha, e membros o capitão Liberato Vaz (filho de Inhambane), e commandante da praça, e o substituto do Juiz Ordinário António Luis d'Aragão. Depois procedeu a um informe processo contra os quatro presos, afim de os mandarem com esse processo para esta capital²⁰².

A narração dos factos condiz com a documentação existente. Não desenvolve a história da inimizade entre Lopes Pereira da Silva, que parece ter sido um morador relativamente abastado, e Fornasini. Silva estivera no auge do seu poder político por volta de 1836-1844, altura em que se opusera a Fornasini e se tornou compadre do governador Onofre Lourenço de Andrade²⁰³. Em 1849 Silva havia provocado Fornasini numa sessão na Confraria de Nossa Senhora da Conceição,

altura em que Fornasini lhe quisera aplicar algumas bofetadas. Pereira da Silva, nessa altura Juiz Ordinário, utilizou o incidente para organizar um processo contra Fornasini²⁰⁴. Segundo uma exposição da Câmara do dia 22 de Novembro, um dente de marfim que Silva reclamava como seu e que o chefe Inguana tinha mandado confiscar, enviando-o posteriormente ao rei de Gaza, estivera na origem da guerra em que tinha morrido o governador Chaves²⁰⁵. E o governador parece ter tratado dos contactos com Inguana e Manicusse por volta de Abril-Agosto de 1850, num círculo quase privado e sem convocar os adjuntos da praxe.

A inclusão de Ribeiro no grupo das pessoas a deportar ou se devia a um ajuste de contas ou se relacionava com a guerra na zona de Morrumbene, onde ele estivera depois da morte de Pinto e Chaves²⁰⁶. Quanto a Gourgelt, tinha insultado os membros da Câmara quando estes se encontravam presos na praça.

O barco Delphim estava fretado para ir a Lourenço Marques, levando reforços de tropa que o governador para ali enviava na sequência de uma revolta de soldados²⁰⁷, sendo portanto abrigado a retroceder para a Ilha de Moçambique, onde chegou em relativamente pouco tempo.

IV.3. As tentativas baldadas do governador geral para punir os rebeldes

Quando os presos chegaram, o governador geral não sabia ainda da instalação do governador Pinho como sucessor do governo interino. Os moradores tinham deposto as armas mas os soldados não sabiam se seriam punidos e pelo menos alguns mantinham-se em fuga. Em 7 de Janeiro o governador geral decide pois enviar 66 praças para Inhambane²⁰⁸.

Ao que parece no mês de Fevereiro parte para Inhambane um navio com ordens de transportar soldados da guarnição da vila para Lourenço Marques²⁰⁹. Dois meses depois o navio regressava com notícias que deixaram o governador geral bastante descontente. Oficiava ele para Lisboa em 22 de Abril:

"...a força expedicionária ali mandada regressou a esta capital sem conseguir outro fructo a não ser fazer uma avultada despesa ao cofre da Província...

... a portaria em Conselho, pela qual era dissolvida a Câmara revoltosa, e nomeada uma comissão para a substituir, não foi cumprida [já tinha sido eleita outra]²¹⁰; a portaria pela qual era demittido o subdelegado Carlos António Fornasini, por haver tomado activa parte na revolta, não foi cumprida²¹¹... O governador de Inhambane foi muito mais longe do qua a situação lhe permite e ousou prometter debaixo da sua palavra de honra o esquecimento dos crimes cometidos..."

A 15 de Abril de 1851 o Conselho do Governo votava unanimemente declarar o distrito de Inhambane em estado de rebelião ²¹².

Se houve alguém, no Conselho do Governo, que pensasse que a falta de fundos no cofre da província ia impedir que o governador geral levasse o conflito mais longe, estava redondamente enganado. A 26 de Junho, depois da fazenda ter contraído outro empréstimo, o próprio governador Torre do Vale partiu com dois navios em direcção a Inhambane²¹³. A 10 de Julho passam a barra de Inhambane e na noite do dia 11 o governador que vem para conferenciar recebe a ordem de tratar de tudo por escrito. No dia 12 o governador geral recebe a notícia "que a maior parte dos moradores e toda a companhia se haviam evadido para o mato levando cinco peças de campanha, armas e munições" ²¹⁴.

No dia 13 o governador geral entra na vila, onde encontra pouca gente para além do governador. Os habitantes haviam fugido para "Cobane", a "cinco legoas" da vila. O governador promete então um indulto aos moradores não envolvidos na rebelião e convoca os régulos para uma reunião. Ninguém se apresenta, mas os moradores respondem com uma súplica. Tal não aplaca o governador e uma força de "100 baionetas" marcha com todas as precauções duas léguas (cerca de 8 a 10 km) em direcção aos refugiados. Receando um contra-ataque, os moradores que haviam ficado em Inhambane embarcam os seus haveres em lanchas. Após ter avistado um grupo de cerca de 600 bitongas e landins com "armas de fogo e cafriaes" o corpo expedicionário recebe ordem de regressar pois o governador considerava que a própria vila estava exposta a um ataque ²¹⁵. Notara uma "oculta aliança dos cafres com os revoltosos".

Entretanto os mantimentos escasseiam e o governador geral sente que um desastre arriscaria a estabilidade de toda a província. Amplia o perdão, a que os refugiados respondem com nova súplica. Ele anui ²¹⁶. No dia 19 de Agosto, pouco mais de um mês após ter entrado na vila, o governador geral deixa Inhambane, atravessando a barra com os barcos D. João de Castro e Xac-Alam, chegando a salvo à capital no dia 28²¹⁷. No seu relatório posterior o governador geral descarregara as suas críticas sobre o governador Pinho que, contudo, com meios bem menores tinha conseguido idênticos resultados ²¹⁸.

A decisão de nomear o juiz Joaquim Pinto de Magalhães como sucessor de Torre do Vale deve ter sido inspirada pelas dificuldades de Moçambique. Pinto de Magalhães, que as-

sumiu o poder em 22 de Outubro de 1851, era o primeiro jurista após uma longa fila de militares. A sua área predilecta de actuação parece ter sido a administração local. Havia assim razões para prever que ele não tentasse resolver todos os conflitos com o recurso aos comandos militares.

V. AS RELAÇÕES COM O INTERIOR, CA.1834-1862

V.1. Introdução

Nas relações com o interior, entrelaçam-se interesses económicos dos habitantes do interior — tanto chefes como alguns dos súbditos —, dos moradores da povoação e dos governadores "civis e militares". Os governadores mudavam frequentemente (poucos terão chegado a ficar três anos) e tinham todos as suas inclinações, quer no que toca aos moradores, quer à política do interior e aos negócios. Os interesses dos moradores também não eram homogêneos. Alguns haviam estabelecido alianças pessoais. Uns comerciavam mais em escravos, outros em marfim e muitos em ambos os "gêneros".

Os diversos chefes hereditários, independentes ou confirmados pelos portugueses, também não formavam um grupo homogêneo e eram relativamente numerosos. Uma lista de 1840 menciona 17 mas omite alguns²¹⁹. Não inclui os Tonga (bitongas) em volta da baía, nem o estado de Gaza, onde havia contactos com o rei Manicusse e alguns filhos seus com interesses económicos próprios. Por volta de 1840 os mais importantes chefes quase independentes dos portugueses eram Inguana, na zona de Morrumbene, Mocumba em Homoine e Mocumbi na zona de Inharrime. Como imigrantes recentes salientavam-se os chefes Makwakwa, Mahuntse e Xindavane, das zonas de Inharrime, Cumbana e Homoine.

A aniquilação da expedição do governador Rocha, em 1834, tinha mostrado que os dias das expedições a terras longínquas sem qualquer risco, já tinham passado. Até cerca de 1859, portanto, o raio de operações ia de 20 a 40 kms, incluindo a zona de Chongola no Sul²²⁰. A operação conjunta das tropas de Inhambane e de Gaza em frente à circunvalação de Nyareluga, em 1859-60, alargou aquela distância a 80 kms de Inhambane, e só depois da retirada de Muzila para Mossurize (ou Massapá), em 1862, é que as tropas de Inhambane atravessaram outra vez o rio Inharrime. Em direcção ao Norte as distâncias eram ainda mais modestas. A zona de domínio português ia pouco além de Morrumbene, que se podia alcançar de lancha. Chiconguza, por exemplo, palco de uma ba-

talha com tropas de Gaza, em Outubro de 1886, distava apenas cerca de 60 kms em linha recta de Inhambane. Não obstante estas limitações, o território português, de Inhambane só era inferior em extensão às zonas de Quelimane e Rios de Sena, sendo mais vasto que as zonas de Cabo Delgado, Mossuril, Lumbo (frente à Ilha de Moçambique), Sofala e Lourenço Marques. Além disso Inhambane era uma zona densamente povoada.

V.2. Inhambane e Mahuntse Makwakwa

As relações entre Mahuntse Makwakwa e a vila de Inhambane figuram aqui em capítulo próprio devido às recordações e tradições históricas que deixaram no interior. Mahuntse e a circunvalação construída na zona de Nyarelua constituem um tema abordado em vários textos publicados por Mukhombo e num longo texto de Mucambe. Sem dúvida que foi um tema importante para a população africana. Trata-se também de um assunto sobre o qual devem ter havido alguns contactos com inhambanenses que conheciam documentos e datas, pois Mucambe menciona o ano do conflito principal e Mukhombo até datas da construção da fortificação que parecem correctas²²¹.

Mahuntse entra na história com salvas de 21 tiros de canhão disparadas em sua honra à entrada e saída de Inhambane em Novembro de 1839. Foi recebido com "abraços, licores em mesa, e casa com guarda à porta, e convite, que não tinha medo que Mocumbi [de Inharrime] o fosse bater, sendo um dos régulos que fornecia a vila [em géneros alimentícios]"²²². Devido ao estabelecimento de Manicusse nos limites do seu território, perto de Chibuto, tivera de retirar-se. O governador Azevedo Campos, que havia colaborado com os Makwakwa em 1838²²³, numa altura em que o rei de Gaza estava em digressão a "Mussapa", a norte do rio Save, digressão essa que durou três anos e da qual regressou apenas em Novembro de 1838, recebeu-o de braços abertos. (Não era o único chefe a ser recebido desta maneira numa possessão portuguesa: o chefe Mweri de Cabo Delgado tinha, nesta mesma altura, uma recepção semelhante).

Nos finais de 1839 os habitantes de Inhambane começaram a comprar captivos aos Makwakwa, que estes capturavam entre os próprios súbditos da coroa. Isto já era menos do agrado do governador, que em "bando" de 29 de Dezembro de 1839 proibia que se comprassem captivos a Mahuntse e Xindavane. Esta ordem foi também propagada "em Lingoa diante da Cafraria, dando desta maneira ousadia aos Caffres, sem que o mesmo Ill.mo Sr. Governador reflectisse que a grande par-

te dos escravos que possuem os habitantes, tanto ladinos como bucaes são Bitongas" ²²⁴. Na sequência, o governador prendeu o juiz da paz e dos órfãos Manuel Henriques, que se recusava a libertar um súbdito de Inhamulala. A 16 de Janeiro de 1840 ele despachava: "O supplicante ponha em liberdade o subditto do Regullo Inhamulalla, que como tal hé subditto de S[ua] M[agestade] F[idelíssima], as Leys e ordens de S. Magestade, não permitem que os seus subditos sejam escravos" ²²⁵. Devido à recusa de Henriques, o governador despacha: "Cumpre o Supplicante o despacho deste Governo, de Desaseis do corrente... pondo em liberdade o Bitonga subditto de Sua Magestade e do Regullo Inhamullala, que apesar de diferente cor tem tanto direito à Liberdade como o Supplicante" ²²⁶. Henriques libertou o captivo e foi por sua vez libertado após 9 dias de prisão ²²⁷.

Com isto Azevedo Campos colocava-se em confrontação com uma sólida frente de cristãos e muçulmanos, incluindo todas as donas importantes. Em requerimento à câmara eles solicitavam que pelo menos se deveria enviar um recado aos chefes vizinhos para que os escravos em fuga fossem devolvidos aos seus donos ²²⁸. Parece que Azevedo Campos terá enveredado por este caminho, incluindo este tema nas negociações com Manicusse, em Setembro de 1840 ²²⁹. Apesar de ter eventualmente ter concluído que um aliado que atacava os súbditos era perigoso, ter-se-á sentido incapaz de fazer alguma coisa contra ele.

Esta poderá ter sido a razão de um certo distanciamento entre os Makwakwa e os portugueses entre 1842 e 1845 ²³⁰. Em 1846 o chefe Macumba de Homoine, representante do clã Nkumbe dos VaThama, inicia uma ofensiva contra os Makwakwa, beneficiando do apoio dos Ngoni de Gaza. Em 1847, um ataque repentino das forças de Gaza obriga Mahuntse e Xindavane a fugirem para Inhambane. O governador descreve assim a situação em 9 de Agosto de 1847:

"O regulo Manicuca, chefe dos manhambozes, premeditando desapossar de suas terras, e acabar de uma vez com os regulos Macoaca, Chindavana e Mahunja, nossos aliados, e apossando-se delas estender o seu poder athe as nossas vizinhanças, despedio algumas mangas de negros, comandadas por um seu irmão, e outros chefes de guerra, com ordem de lhe levarem as cabeças dos ditos regulos... os ditos regulos abandonaram tudo, e recolheram-se nesta vila... o mesmo regulo Macoaca fugitivo trouxe consigo 2 a 3 mil negros seus subditos, e por isso se tornava impossivel... o fazer evacuar as nossas terras a força das armas... a família do regulo Macoaca... que excede o numero de 400 pessoas, pela maior parte suas mulheres..." ²³¹.

Durante os meses seguintes receia-se um ataque dos Nguni à vila, que contudo não se chega a realizar. Também nes-

ta altura um brasileiro estabelece "uma feitoria aberta de negros" na casa de Vicente Tomas dos Santos²³² e parece que alguns dos refugiados terão sido exportados por esta via como escravos. Outros terão sido vendidos aos moradores.

Talvez por volta de 1848-1849 outros tenham sido utilizados como aliados dos portugueses nas zonas de Maxixe e Morumbene, mas não existem referências da época que tal confirmem²³³. Por volta de 1850, contudo, os Makwakwa já estão de volta à zona de Inharrime e novamente em tensão com os portugueses. Entre Mahuntse e Xindavane, por sua vez, ter-se-á desenvolvido uma certa rivalidade, e em Dezembro de 1850, numa altura em que os inhambanenses se debatem com problemas internos, Xindavane morre assassinado por gente de Mahuntse²³⁴.

As tensões entre Mahuntse e os portugueses permanecem até finais de 1854, altura em que ele²³⁵, repentinamente, resolve enviar para Inhambane escravos que se tinham refugiado nas suas terras. Esta atitude visava possivelmente garantir uma rectaguarda segura caso ele tivesse que sofrer um ataque dos Nguni²³⁶. Todavia, Mahuntse consegue, aparentemente, estabelecer bons contactos com Modanissa, um dos filhos de Manicusse, e não surge qualquer ameaça séria à sua existência. Em 1857 inicia a construção de uma grande circunvalação na zona de Nyareluga, a Nordeste de Inharrime. Infelizmente para ele o seu protector Modanissa é um dos quatro filhos de Manicusse que Mawewe manda executar em Março-Maio de 1859, após ter sucedido a seu pai. Alguma gente de Modanissa refugia-se então junto de Mahuntse, nesta fortaleza de tipo novo, com valas cavadas, baluartes construídos com paus e sacos de casca de árvore para reter a areia.

Se bem que Mawewe ameaçasse nesta altura a zona perto de Lourenço Marques e do Transvaal, com exigências aos respectivos governos e ataques aos seus súbditos e vizinhos, mostra-se contudo conciliatório relativamente a Inhambane, entrando em negociações com o governo da vila em 1859. Ambos concordam em tomar a fortificação de Mahuntse e eliminar o seu domínio²³⁷.

Tal é levado a cabo em 1860, mas a vitória não é completa. Após três meses de cerco Mahuntse consegue fugir da fortificação, estabelecendo-se eventualmente na zona de Pan de onde o britânico St. Vincent W. Erskine o encontra em 1871²³⁸, numa povoação fortificada. Era o único chefe que mantinha algumas pretensões à independência e contava com gente armada. Mahuntse morreu cerca de 1872 e ficou sepultado um pouco a Norte do actual centro administrativo. Um bonito vaso de vidro azul assinala a sua campa.

Ele ficou lembrado não apenas como o guerreiro mas também como o chefe que acolhia refugiados e se manteve independente, embora à custa de muitos sacrifícios. A sua acção ilustra bem as limitações do domínio europeu neste período. Embora Mahuntse não tenha posto em questão a sociedade escravagista, dado que vendeu captivos, provavelmente para conseguir tecidos, armas, enxadas (que nesta altura circulavam como dinheiro) e pólvora, também acolheu fugitivos, muitos dos quais nunca foram devolvidos aos seus donos. Em 1860, a maior parte dos famintos que saíram da fortificação de Mahuntse foram prestar homenagem aos Nguni e não aos portugueses.

V.3. O papel da capitania das terras da coroa

Em 1858 Inhambane contava com uma população livre de 702 pessoas nos quatro bairros de Balane, Tembene, Chalambe e Chivatungo, e 22.318 fogos no distrito, com 56.444 habitantes, incluindo 19.255 considerados como "gente de guerra", ou seja a gente capaz de pegar em armas em caso de perigo²³⁹. Entre ca.1852 e 1880 a administração e mobilização desta população encontra-se basicamente nas mãos de João Augusto Pereira Loforte e Francisco Rangel. O primeiro teve maior impacto na memória, ficando na história como o "Inhafoco" (Nyafokwe), que propagou a cultura do caju e alargou o poder da vila. De facto, nos anos 80 o número de súbditos portugueses deve ter estado perto dos 200.000²⁴⁰. Loforte e Rangel terão estado também ligados a tentativas de intervenção a Sul do rio Inharrime²⁴¹. O sistema montado por eles merece uma análise mais profunda, razão pela qual não entraremos aqui em detalhes.

VI. TRANSFORMAÇÕES, 1862-1930

Foram vários os processos sociais e socio-económicos que contribuíram para a transformação do sistema existente por volta de 1860. Entre eles é de referir um maior controle do governo central sobre todo o distrito. Surgem sistemas educacionais que pela simples existência dentro de certas estruturas coloniais assumem um conteúdo político. Estabelece-se uma corrente migratória entre Inhambane e a África do Sul, que cria uma certa dependência económica e determina orientações socio-culturais. Esboçaremos em seguida esses desenvolvimentos, um por um.

Já por volta de 1862 se revela uma tendência que, embora sofrendo por vezes réviravoltas, se irá acentuar até aos

anos 90. Em 1860 o distrito de Inhambane constituiu-se como um estado praticamente africano, com um sistema tributário, jurídico e um aparelho de poder predominantemente preenchido por africanos, mas cujo controlo político é assegurado quase que exclusivamente por europeus e a favor da colónia. Existem alguns quadros mulatos e muçulmanos, que se enquadram na linha geral e serão facilmente substituídos por europeus quando se institui a organização por comandos militares, nas décadas de oitenta e noventa.

O caso mais flagrante é o de João António Fornasini, o "Farão" das tradições orais. Nasceu a 23 de Setembro de 1842 em Inhambane. Entrou para a tropa com 16 anos e em 1867, com 25 anos, foi promovido a alferes. Vai depois sendo promovido regularmente e a 18 de Dezembro de 1884 chega a coronel. Em 1880 foi governador de Sofala. Entre 24 de Outubro de 1891 e 1 de Junho de 1892 fica responsável pelo governo de Inhambane, em substituição de Alfredo de Cró e Castro Ferreira²⁴². Já em 1884 e 1885 a sua figura suscitava informações diametralmente opostas. Jorge Pinto de Moraes Sarmento, racista e desprezando tudo o que não era português, depois ligado durante algum tempo à Companhia de Moçambique, escrevia em 31 de Dezembro de 1884:

"Este official é extremamente orgulhoso, vingativo e pouco inteligente; estas qualidades fazem com que não seja satisfatório o desempenho do lugar que ocupa, nem me merece confiança".

Um ano mais tarde é a vez de Fernando Schwalbach, sucessor de Moraes Sarmento, escrever:

"Formo d'este official um óptimo conceito, e como capitão-mor das terras desempenha o seu lugar perfeitamente bem... vive bem, é subordinado e exacto"²⁴³.

Em 1887 é ainda capitão-mor, lugar que parece ter mantido nos anos seguintes.

Em 1892 o major Pinto Pizarro realiza uma viagem de inspecção a Inharrime, a fim de estudar planos de ataque contra Zavala, que Fornasini não aprovou. Após a sua viagem, Pizarro escreve, em Março, de Lourenço Marques:

"... o coronel Fornasini recebeu mal a minha chegada. Natural da Província, negro, com todos os defeitos da sua raça, autoritário até ao despótico, crendo-se o Senhor (Chungo) das terras de Inhambane, encarregado do governo e ainda mais que tudo isto Commandante geral dos cy-paes e chefe militar das terras..."²⁴⁴

Desta vez a Ilha de Moçambique reage e em 25 de Julho uma Portaria Provincial exonera-o do comando das "terras firmes"²⁴⁵. Ele é o último inhambanense a deter uma posição de

certa responsabilidade. Alguns manterão durante ainda algum tempo posições de agentes de linhas de navegação, de importadores e de fornecedores de mão de obra para o Natal, como José Ferreira Rosa e José de Sousa Teixeira, mas a sua posição está já minada ²⁴⁶.

A par da conquista do controle político vem a conquista da posse da terra. As propriedades de europeus expandem-se em volta da baía. Em 1885 havia já traços da ocupação europeia a 15 kms da costa. Todavia, era ainda preciso o consentimento dos chefes para se fazerem demarcações de terreno ²⁴⁷. Mas pouco tempo depois de 1890 ou 1895, é já na manipulação do estado colonial que os colonos colhem maiores vantagens. O processo de expansão mantém-se durante as primeiras décadas do século XX, altura em que Inhambane e a zona à sua volta são consideradas zonas de colonização europeia. Essa colonização centra-se nas baixas férteis (os "machongos"), onde é possível cultivar cana de açúcar. Essas baixas vão passando para as mãos dos colonos através do simples pagamento de uma pequena taxa de arrendamento ao estado. A cana de açúcar era prensada em pequenos moinhos e o sumo resultante transformado em bebida alcoólica ou simplesmente fermentado ou destilado. Os colonos mantêm a sua posição de vido à protecção que recebem do estado colonial, mas exploram unicamente o mercado local. Duas pequenas fábricas de açúcar que funcionam a Sul de Inhambane têm uma produção relativamente insignificante ²⁴⁸.

Esta ocupação e talvez outros factores contribuem para que nenhuma missão se fixe na zona de Cumbana que, em 1930 e nos anos seguintes mantém um baixo índice de escolarização.

O centro escolar mais importante no interior, até cerca de 1930, foi formado, na zona de língua Tswa, em Cambine (Morrumbene). A missão de Cambine manteve também algumas instalações no litoral, em Chicunque, a Norte de Maxixe, que durante algum tempo chega a ser a sede mas já em 1915 tinha menos alunos do que Cambine ²⁴⁹. Havia em Chicunque um hospital e uma imprensa. Outros centros onde era possível obter alguma instrução nesta altura são Inhambane, servindo principalmente europeus e assimilados, e Zavala, a Sul, oficialmente declarada reserva indígena. Entre o velho centro de Inhambane, onde alguns mulatos e descendentes de africanos da vila ainda conseguem manter algumas propriedades e defender-se da pressão dos novos imigrantes europeus que dominam a administração e a vida social e política, os indianos cujo número também aumentou, e o novo centro de Cambine, existem poucas relações. A Associação Africana de Inhambane, fundada em

1921²⁵⁰, mantém contactos com a sua congénere de Lourenço Marques, o Grémio Africano, assumindo em 1932 uma posição idêntica a ele contra um dos representantes dos colonos²⁵¹. É possível que em 1920-1922, altura da fundação da associação, tenha havido alguns contactos entre esta e Cambine que se terão perdido depois²⁵². Na associação ter-se-ão juntado pois homens com idéias semelhantes às do Grémio. Linhas mestras que norteavam o Grémio e o "Brado Africano" eram a defesa da "civilização", os protestos contra os excessos de tributação e do trabalho forçado, a crítica da discriminação dos assimilados por questões de raça, e o respeito pelos régulos e outras autoridades tradicionais, especialmente se eles se mostravam progressistas²⁵³. Nos trabalhos de Mukhombo transparecem posições semelhantes.

A partir de cerca de 1915 havia três grupos principais capazes de exprimir as suas idéias por escrito:

- a) os colonos, dos quais os governadores são os representantes;
- b) os descendentes das antigas famílias do tempo mercantil, bem como mulatos de uniões mais recentes; e
- c) os africanos formados nas missões, especialmente nas missões protestantes.

Estes três grupos desenvolvem-se lado a lado, procurando aproveitar as oportunidades que lhes surgem. Em cada grupo surge naturalmente um espectro mais ou menos largo de opiniões e também algumas contradições. Para os colonos o advogado Arouca constitui, nos anos 60, figura mais saliente do que o grupo de pastores formados nas missões, que afinal representam uma camada mais larga de população e, por isso, com um peso histórico maior. Há também em cada grupo uma experiência histórica bem diferente, pontos de identificação específicos. O trabalho de Mukhombo e Mucambe documenta alguns destes pontos de identificação. Por mais estaração ele adquire um valor especial para a história do século XX.

A corrente do trabalho migratório para a África do Sul afecta tanto as terras perto da vila como as do interior, tanto a nível cultural como social e económico. Em 1889 os trabalhadores registados para a emigração por via marítima têm nomes como Alberto, França, Luna, João. Em 1902 existe já um bom número que adoptou nomes como Penny, English, Faife, Jonas, Naite (Night) ou Xelene (Shilling)²⁵⁴.

Inicialmente os latifundiários e outros agentes queriam aproveitar a procura de mão de obra da África do Sul com destino às construções do caminho de ferro, minas de carvão e outros empreendimentos no Natal, por via marítima, para co-

brarem comissões por cada trabalhador. Em 1888 haviam também enviado várias centenas de trabalhadores para Bourbon²⁵⁵. A partir de pelo menos 1893-1894 são já muitos aqueles que emigram por via terrestre para as minas. Com o alargamento do trabalho migratório começa também a circular mais dinheiro, factor que será depois aproveitado pelo estado colonial para fazer a cobrança do imposto de palhota em dinheiro. Após a ocupação do interior também aí a emigração para as minas de ouro do Transvaal passa a ser controlada pelo governo e a W.N.L.A. abre alguns postos de recrutamento. Por volta de 1910 entre 20 a 30% dos homens acima dos 20 anos encontram-se no Transvaal ganhando dinheiro para o imposto, despesas de casamentos, compra de tecidos e outros fins.

Antes de 1930 é lenta a transformação operada no sistema de transportes. É construído um pequeno caminho de ferro até Inharrime, que começa a funcionar em 1913-14. Na década de 20 aparecem alguns camiões, e em 1932 os caminhos de ferro estabelecem uma ligação à base de trens e "camiões" (machimbombos), pela qual se podia viajar de Lourenço Marques para Inhambane em dois dias (aproximadamente 28 horas de viagem. Uma outra empresa, a Ngonyama, de Noronha & Companhia, em Vila Nova de Gaza (Xai-Xai), anuncia entretanto uma ligação de Magule a Inharrime a efectuar com 10 carros²⁵⁶. Ambas as ligações referidas devem ter utilizado a estrada aberta em Zavala por volta de 1929, com recurso ao xibalo local²⁵⁷. Mas só por volta de 1960 é que a ligação por estrada de Inhambane a Maxixe e Lourenço Marques causa uma redistribuição de funções no interior do distrito²⁵⁸. Maxixe, Morrumbene e outros lugares situados ao longo da Estrada Nacional nº 1 ganham maior importância e o comércio de Inhambane declina muito.

O novo traçado da estrada que permitia que as "saborosas tangerinas de Inhambane"²⁵⁹ fossem levadas para Lourenço Marques tinha sido reconstruído com o xibalo, nos anos 40, e a construção de pontes nos anos seguintes passava a permitir que o trajecto de cerca de 500 kms se fizesse num só dia.

Foi o xibalo e outros aspectos do indigenato que, além de outras contradições que haviam separado os grupos no passado mercantil, devem ter mantido os africanos do interior afastados dos mistos da vila e arredores. Os régulos e indunas que tinham que recrutar os trabalhadores forçados geralmente respeitavam as antigas distinções de classe, mesmo se não houvesse intervenção dos administradores.

VII. ARON S. MUKHOMBO E ELIAS MUCAMBE

VII.1. Introdução

Cerca de 35 anos após o cerco à circunvalação de Mahuntse (cf.V.2.) e de 15 após a morte deste, nasce na zona de Cambine, a uns 10 kms de Morrumbene, Aron Samu Mukhombo. Na altura existia ainda o estado de Gaza e o poder Nguni chegava até perto de Cambine. Um representante de Ngungunyane via relativamente cerca, a alguns quilómetros ao Norte de Morrumbene. Em Pande vivia e governava Magandane, um filho de Mahuntse que se manteve do lado do rei de Gaza e se refugiou no Transvaal cerca de 1895 ou 1897. Uma parte dos Tswa mantém-se na altura ao lado de Gaza e por isso Mukhombo poderá escrever mais tarde, com alguma razão, que Ngungunyane era também rei dos Tswa²⁶⁰. É pois em Cambine que se estabelece a primeira missão metodista. Assim, Mukhombo pertence quase à primeira geração daqueles que, na zona de Inhambane podem usufruir do ensino missionário, ministrado por uma missão que deliberadamente deixou a vila e se estabeleceu mais para o interior, numa área linguística diferente da de Inhambane.

Aron Samu Mukhombo nasceu por volta de 1885-1887, David Maperre, que lhe forneceu depois alguns textos, em cerca de 1894, e Naftali Mbanze, outro dos seus colaboradores e também autor de um pequeno livro, em cerca de 1898. Elias Sautemucambe vem ao mundo em 1906, já quase uma geração após Mukhombo. O primeiro bispo da Igreja Metodista Unida, Escrivão Zunguze, nasceu em 1914, e o segundo, o Dr. Almeida Penicela, em 1928. Em termos de experiência social Mukhombo viveu pois ainda um tempo pré-colonial quando era pequeno. Mucambe, quanto a ele, nasce quando a estrutura colonial se encontra já inquestionavelmente instalada. Em termos de poder político e de controle sobre as instituições, tanto Mukhombo como Mucambe pertencem a gerações de precursores, num período em que surgiam já algumas contestações à estrutura da missão e a aspectos da sociedade colonial, mas na qual não se prescrevia ainda uma transição política definitiva. Tal só virá a acontecer nos anos 50, após a morte de Mukhombo e numa altura em que Mucambe se encontra já doente.

VII.2. Elementos da biografia de Aron S. Mukhombo

A mãe de A.S.Mukhombo era Mkhambani wa Maphophe (ou Nwa Maphophe). Ela encontrava-se em 1861 na paliçada de Marukwe, perto de Nhamussua, até onde os milícias muçulmanas perse-

guiram os Makwakwa fugidos da circunvalação de Nyareluga²⁶¹. Ela terá nascido por volta de 1850, ou mesmo antes, e o filho perto de 1885, como referimos. Sobre o pai nada consta nas publicações históricas do filho. Por alturas da guerra dos boers e da "fome de Paul Kruger" ('ndlala ya Pewule'), ca.1899-1901, Mukhombo era já um rapaz que desenvolvia algumas actividades próprias e se movimentava de um lado para o outro ('kutitshotsha')²⁶². Vivía na altura em Mahoxe, onde havia bastante mandioca fresca e "em pau". É também provável que tenha frequentado a escola nesta altura. Em Dezembro de 1909 regressa da África do Sul, onde terá trabalhado nas minas, casando no dia 2 de Março de 1910, como nos conta num relato sobre a fome de 'nyamudavati', em 1912-13²⁶³. Depois do casamento instala-se na zona de Morrumbene, trabalhando na machamba e entrando depois ao serviço da Missão Metodista Episcopal. Em 1914-15 era professor auxiliar (assistant teacher) em Makodweni (Mocodoene) e estava previsto que fosse para Rikatla (a uns 15-20 kms ao Norte de Lourenço Marques) para frequentar o curso de formação de professores da Missão Suíça, onde se esperava que obtivesse um certificado reconhecido, ao que parece, pelo governo colonial²⁶⁴. Parece que de facto foi para Rikatla. Na década de 20 e inícios de 30 trabalha provavelmente como professor. Em 1923 inicia as suas investigações históricas²⁶⁵. Trabalha também na redacção da folha semanal 'A kuxa ka mixo', e durante a ausência do editor principal, J.A.Persson, em 1930, parece tê-lo substituído nesta posição. Um dos seus trabalhos consistia na sumarização das cartas dirigidas a 'A kuxa ka mixo'²⁶⁶. Este trabalho deve ter desenvolvido a sua capacidade de compreensão e de expressão. Subscribia os seus artigos com o pseudónimo 'Mbhuri yo kala malevu' (jovem sem barbas). Participou também na tradução do Novo Testamento para o Tswa²⁶⁷.

A transferência da Inhambane Mission Press para o Transvaal, onde se estabeleceu como Central Mission Press (ao que parece a precursora de Sasavona) terá sido a razão porque Aron Mukhombo também se passou para a África do Sul. Esta transferência terá sido causada, pelo menos em parte, pela política do governo colonial português contra as línguas nacionais e também pela censura e hostilidade do governo de Inhambane, cujo último governador antes da incorporação de Inhambane na Província do Sul do Save, repetia a velha queixa sobre as missões e o clero protestante com algumas variantes:

"A influência das missões protestantes é manifestamente nefasta para a soberania portuguesa — menos pela actividade escolar e pedagógica exer

cida nas Sedes (Chicuque, Cambine, Chambone, Inhamachafo) do que pela proliferação de mafundiças de que essas são infatigáveis viveiros. Mafundiça é o termo indígena que designa o catequista presto espalhado no mato. Chamei-lhe já flagelo e não exagerei. Letrado... não falando nem se considerando português (pela aparente consideração que lhe dispensa hipocritamente o pastor estrangeiro inglês ou americano da sua igreja)... vive permanentemente... ao arrepio das imposições administrativas, em surda mas latente rebeldia contra as respectivas autoridades"²⁶⁸.

No sistema colonial português, para onde os novos colonos e funcionários, além talvez da crise económica mundial, tinham trazido um aumento de racismo, os letrados eram uma anomalia. Pretendiam-se apenas trabalhadores manuais não muito qualificados. O governador opunha-se a qualquer educação que permitisse a um africano competir com europeus por empregos de escritório e gabinete. Muitos pastores continuavam com o estatuto de indígenas e mesmo que assimilados sofriam por vezes pressões arbitrárias.

No "cadastro das missões" de 1934-35 Mukhombo não é mencionado. Provavelmente já teria deixado Inhambane para a África do Sul²⁶⁹.

Em 1938 é publicado o primeiro livro da autoria de Mukhombo de que temos notícia, uma colecção de contos de animais chamada "Hwavundlani ni bangana bakwe"²⁷⁰. Ao mesmo tempo o "Mulaveteli" já estava provavelmente pronto e mesmo impresso. Algum tempo depois, por volta de 1945²⁷¹, deve ter sido publicada a colecção "Nkutsulani". É possível que a primeira edição tenha já sido póstuma, surgida após a morte de Mukhombo que terá ocorrido na África do Sul. "Tinha dedicado dez anos da sua vida ao trabalho de preparação de livros em língua xiTswa", referiu Persson²⁷².

É provável que Eduardo Mondlane tenha conhecido a colecção "Mulaveteli" quando esteve em Cambine nos inícios da década de 40, mas não deve ter conhecido o seu autor²⁷³.

VI.3. A obra histórica de Mukhombo

Escreveu J.A.Persson, seu chefe e colega, no prefácio à colecção "Nkutsulani":

"Uma coisa que muito o incomodou foi ter visto muita gente a desprezar a antiga maneira de viver, as tradições históricas que relatavam as coisas dos dias passados. Ele nunca se cansava de pedir a outros que lhe contassem o que sabiam sobre o passado. Tudo aquilo que ele ouvia registava então por escrito para não se esquecer e não se perder. O resultado são dois livros que testemunham o seu esforço neste trabalho. Quando me desloquei ao meu país [em férias sabáticas] ele ficou a editar o nosso jornal. Nesse espaço de tempo debruçou-se sobre os muitos assuntos que as pessoas expunham em cartas. Quando regressei verifiquei que muitos dos assuntos dessas cartas se encontram neste livro"²⁷⁴.

Daqui se deduz que Persson estava ao corrente de que a recolha já estava em curso em 1930. Também assim se explica o facto de muitos artigos da colecção virem assinados por autores diversos, alguns dos quais conhecidos como colegas de Mukhombo: Saul Muzilwane Ngale, Davida G. Marrengule²⁷⁵, Paul le Yinguane e Natala Sambo, Jimu Yinguane, M.M. Simango, Benjamini Gwabane, Johane Matingani Matsimbi, D.M. Maperre, Jakob Mhalamhala (ao que parece um dos veteranos da Missão Suíça)²⁷⁶.

Entre os que contribuíram para o volume "Nkutsulani" contam-se Tizora Navess (com provérbios), Jose P. Maviye, Luka Maganda, Enosi Humbane, Filemone Mabote, N. S. Bahule, Bramford Magijani e outros, mas a maior parte daqueles cujos nomes foram citados no final dos textos deve tratar-se de informadores orais.

"Mulaveteli" tem um certo programa nacionalista. Abre com uma fotografia de Ngungunyane nos Açores, com o título: "Ngungunyane, o último rei dos VaTshwa". Aborda depois a história da maior parte dos grupos da actual Província de Inhambane onde se fala xiTswa²⁷⁷. No final apresenta três textos sobre a história dos Nguni de Gaza. De salientar que a batalha de Xikhungusa, que colocou em campos opostos alguns dos chefes Tswa e o estado de Gaza, em 1886, não figura neste texto. O último texto ('Hlaselo wa hombe wa Vanguu' = Boa narrativa sobre os Vanguu) baseia-se num trabalho de Grandjean, de 1899, que se apoia por sua vez na tradição oral da zona de Magude e nos trabalhos de Theal, mas pelo menos no que toca a datas não é muito "wa hombe"²⁷⁸. Após ter redigido o "Mulaveteli", Mukhombo ficou ainda com muitos textos de grande valor. Juntou-os com o título de "Nkutsulani" (restos). Esta colecção, para além de alguns textos sobre fomes com reminiscências autobiográficas, inclui elementos sobre grupos Chopi, especialmente sobre a guerra de Ngungunyane contra os Chopi refugiados na ilha (hoje península) de Bahule, entre 1890 e 1892. Refere-se também, mais pormenorizada mente à fortificação de Mahuntse em Nyareluga (Nyanombe). Inclui ainda um texto sobre os Nyasengo (do grupo Bitonga) e os Novele (Tsonga), bem como pregões sobre relações e gravidezes extramatrimoniais, sobre mentiras, casamentos, e textos sobre costumes.

A colecção "Mulaveteli" foi composta de 33 textos exclusivamente de natureza histórica, narrando acontecimentos. O volume "Nkutsulani" é composto por 54 textos, alguns dos quais formam uma sequência, como os seis sobre os Bahule (pp.27-38). A natureza fragmentária ou inacabada do manus-

crito é manifesta no facto de um texto se interromper após 6 linhas, para depois continuar com um tema totalmente diferente²⁷⁹. Faltavam provavelmente uma ou duas páginas ao manuscrito. "Nkutsulani" inclui também três séries de provérbios e dois textos sobre gafanhotos, cujo aparecimento era cíclico. O facto de não se referir a praga de 1933, que se prolongou até cerca de 1940, leva a concluir que os textos estavam já escritos antes de 1933 e não sofreram entretanto nenhuma alteração²⁸⁰. Além dos provérbios, que não vêm acompanhados de qualquer explicação histórica, estão também incluídos 9 textos de descrição de costumes, crítica de comportamentos imorais, etc. Estes textos revelam uma clara posição política: Mukhombo encontra-se do lado dos chefes tradicionais e outros que defendiam os costumes antigos. Encontra paralelismos entre o Velho Testamento e a tradição africana e insiste no valor e na utilidade desta. Estes textos ideológicos vão no sentido da linha mestra que se consegue traçar na colecção "Mulaveteli".

VII.4. Elementos da biografia de Elias Mucambe

Elias Saute Mucambe nasceu a 3 de Outubro de 1906 em Mandlhakazi, provavelmente em Tavane²⁸¹, para onde o pai, ao que parece natural de Cambine, tinha ido trabalhar. A notícia biográfica de N.Mbanze salienta que "era pobre" e teve que se sustentar em Cambine e Tavane a custa de trabalhos manuais, nomeadamente carpintaria". Terá frequentado a escola em Tavane e talvez em Cambine, e posteriormente a escola de formação de professores da Missão Suíça, em Rikatla²⁸². Casou em 3 de Janeiro de 1934 com Isabel Makamu, natural de Phakule, na zona de Morrumbene. Trabalhou como redactor do jornal "Kuxa ka Mixo" (Alvorada)²⁸³ e é provável que tivesse continuado como professor na escola após o seu casamento. Em 1936-37 faz a recolha de tradições históricas e outras informações contidas no seu livro. Em 1938, Feliciano Njetimane encontra-o como professor da "escola portuguesa" numa escola primária que preparava para o exame de 2º grau (4ª classe), conjuntamente com Naftal Job Mbanze e Alfabeto Mungwambe. Frequenta depois um curso teológico em Old Umtali, na Rodésia do Sul, numa instituição da Missão Metodista (perto da actual Mutare). Quando regressa encontra a escola primária encerrada. A administração colonial só concedera uma escola rudimentar para Cambine. Quem quisesse frequentar a escola primária tinha de se deslocar a Morrumbene, onde havia uma escola do estado. Segundo Njetimane Mucambe, ele faz

um requerimento à administração e consegue que a escola reabra em 1942-43. Ao mesmo tempo Mucambe era pastor na paróquia de Morrumbene. Segundo Mbanze, foi enviado para o curso teológico em Lourenço Marques, em 1950. Tratava-se de um curso conjunto de quase todas as missões protestantes de Moçambique e foi instituído com forte apoio do clero africano, que conseguira impor-se a algumas vozes contrárias de missionários de uma ou duas missões²⁸⁴, que queriam uma formação separada. Em 1953 declarou-se-lhe uma diabete que necessitava de tratamento. Njetimane menciona que ele regressa novamente à Rodésia (ou à Beira?) para trabalhos de extensão. Volta um pouco melhor e é pastor na paróquia de Xisiku perto de Morrumbene²⁸⁵. Devido à sua doença teve que ser reformado mais cedo que os outros pastores. Morreu em 29 de Setembro de 1969²⁸⁶. Pessoas que o conheceram em Cambine disseram, em 1981, que ele era uma pessoa destemida, de certa maneira "revolta", que inclusivamente não tinha medo de confrontar missionários europeus²⁸⁷.

VII.5. As tradições Tswa recolhidas por Elias Mucambe

A maior parte dos textos do volume "A matimuya Batswa" foi recolhida em Julho de 1936, como se pode deduzir das indicações que aí figuram²⁸⁸. Uma parte do último capítulo, que trata de tradições ligadas a lagoas e rios na zona de Homoïne, data de 1937²⁸⁹. Como não refere a nomeação de Khe to Mahuntse Makwakwa como sucessor do regulado Cocoloane (Khokholwani) na área de Panda, ocorrida em 1938²⁹⁰, é de crer que o manuscrito já estivesse concluído e talvez mesmo entregue à editora nesta altura, embora a sua publicação da te apenas de Maio de 1948.

Mucambe menciona alguns dos seus informadores, como por exemplo o pastor Tomas S.Navess, que por sua vez se teria baseado em Solomon Muhungu e Majuwungele Mathothele Nhebe, no que toca à história dos Hlengwe de Chauke²⁹¹.

Esta história dos Hlengwe de Chauke (Tswawuke) em Moçambique é o objecto do primeiro capítulo do livro. Mucambe omite os ramos dos Chauke que nesta altura se encontravam na Rodésia do Sul e alude apenas brevemente àqueles que foram para o Transvaal.

O breve segundo capítulo constitui uma tentativa de ligar o grupo dos Hlabi do vale do Limpopo aos Loyi, Maluleke e Khosa²⁹². O terceiro capítulo delinea a história do grupo dos Mhandla, ao Norte de Inhambane. Segundo Mucambe a sua principal linhagem, os Bilankulu (Vilankulu, que devem ser

identificados com os Bila do século XVIII), teve contactos com os Dzivi, para os quais perdeu uma parte do seu território. Ao marcharem para o Norte desalojaram e substituíram os Tonga na área de Vilankulu²⁹³. Uma outra parte do mesmo capítulo leva-nos ainda mais a Norte, até Macovane, e trata de uma intervenção de tropas de Ngungunyane por volta de 1886, o que permite introduzir alguns dados sobre os Nguni neste período²⁹⁴.

No capítulo 4 voltamos novamente para o Sul. Este capítulo é dedicado ao grupo Nwanati, mais especificamente à linhagem dos Makwakwa, que formou um estado relativamente extenso nos séculos XVIII e XIX, antes da vinda dos Nguni de Gaza. Foca depois as guerras de Mahuntse, no centro das quais integra também, numa ligeira distorsão etnocêntrica, o conflito entre Mawewe e Muzila²⁹⁵. Seguem-se depois algumas tradições sobre a lagoa Nyavare, e o rio Nyatokwe, na zona de Homoine, talvez ainda remotamente ligado aos Makwakwa.

Mucambe dedica apenas quatro das 59 páginas ao grupo Dzivi (portanto, a história do seu grupo paterno, na zona do qual estava fixada a missão de Cambine). Também são quase omitidos os grupos Thama e Matimbi de Homoine, bem como os Mondlane e Manyike da zona de Manjacaze, que também tinham "o direito" de serem abrangidos pela narrativa já que todos os Nwanati foram incluídos entre os Tswa²⁹⁶. É provável que ele tivesse conhecimento da colecção preparada por A. Mukhombo, que abrange alguns dos grupos excluídos por Mucambe. Mas é também possível que não tivesse tido acesso a bons informadores ou lhe tivesse faltado tempo para mais investigações. Todavia a escolha parece de certa maneira estruturada, focando grupos que não tinham tido muitos contactos com os portugueses, outros que resistiram durante a maior parte do tempo e nenhuns dos que colaboraram com os portugueses ou ganharam essa fama. Nas referências aos Nguni predominam as constatações factuais das guerras, da organização guerreira e o seu envolvimento no ataque a Mahuntse em 1860²⁹⁷. Provavelmente era grande, para ele, a distância social e política entre o estado de Gaza e os estados próximos de Inhambane, mas não tão grande quanto a que separava o regime dos balungu das formações de Inhambane. Mas há evidentemente a tentativa de transmitir as coisas tal como foram ditas, indicando contudo os nomes portugueses em português, mostrando assim que dominava também este mundo²⁹⁸. É evidente que as posições ideológicas de Mukhombo e Mucambese distinguem.

Nos primeiros três capítulos nota-se uma grande preocupação em juntar as principais linhagens numa árvore genealó

gica única onde aparece em margem mesmo uma referência aos bantu²⁹⁹. É possível que estejam incluídos alguns elementos fictícios. Pelo menos surgem problemas de cronologia: os Mazive e Tsenane encontram-se enxertados na genealogia dos chefes Chauke. Ora Mazive já se encontra referido na documentação portuguesa em 1760, algumas décadas antes da data sugerida pelo cálculo genealógico³⁰⁰. Notam-se igualmente etimologias populares como o nome Bilankulu³⁰¹.

Não obstante estas limitações, o trabalho é também valioso como fonte narrativa e não apenas um reflexo das aspirações do período em que Mucambe escreveu.

Este trabalho histórico não é a única publicação de Mucambe. A bibliografia de Rita-Ferreira menciona ainda dois pequenos volumes de contos tradicionais e um de provérbios e adivinhas³⁰².

VII.6. Pistas a seguir no futuro

Mukhombo, Mucambe e Gabriel Macavi, professor, pastor e poeta que recolheu por volta de 1927 o testemunho de um velho sobre o império de Gaza e o fixou num texto do qual existe uma cópia³⁰³, frequentaram todos a escola de formação de professores de Rikatla. É possível que tenham ali recebido algum estímulo para a recolha de fontes orais da história ou que essa ideia tenha chegado posteriormente.

Um dos temas a explorar no futuro seria a produção da Inhambane Mission Press e o seu impacto. Para isso seria indispensável reunir uma colecção da "Kuxa Ka Mixo" (e ainda a sua distribuição em microficha por, pelo menos, duas ou três bibliotecas de diversos países para evitar o seu eventual desaparecimento). Seria igualmente importante estudar o funcionamento dos cursos de formação de professores de Rikatla nos anos 20, e o seu impacto. Essa investigação permitiria estudar a geração dos pais dos nacionalistas dos anos 60. Uma fonte indispensável para esses estudos seriam os arquivos das missões protestantes, neste caso metodistas e da Mission de la Suisse Romande.

Verifica-se também um desfazamento entre a recolha do material e a sua publicação. O facto de ter havido publicações deve ter sido devido a circunstâncias relativamente favoráveis. Por exemplo, um membro zimbabweano da igreja metodista fez uma recolha de dados na zona do velho reino de Manica (Manyika), mas o seu material não foi publicado. Seria precipitado atribuir a publicação a uma nova fase de nacionalismo, mas certamente que fez parte de uma reacção à poli

tica linguística portuguesa, que fora acompanhada, primeiro, pela obrigação de fechar as pequenas escolas de catequese em línguas nacionais no mato, instituindo e depois abandonando a formação de "professores indígenas" numa instituição estatal, e finalmente entregando todas as escolas rudimentares à igreja católica, por volta de 1942, a qual também se opunha à formação de professores protestantes nas suas instituições³⁰⁴.

VIII. PALAVRAS FINAIS

A zona de Inhambane é uma das zonas de Moçambique onde a tradição oral recolhida e as fontes contemporaneas permitem uma reconstrução histórica bastante pormenorizada, se bem que haja ainda muitas questões em aberto, grande parte das quais talvez nem possam nunca vir a ser resolvidas.

Já se comerciava em Inhambane antes de haver ali uma colónia mercantil. Nos séculos XVIII e XIX essa colónia existia na povoação. Estava dependente do comércio com a região independente do "hinterland", donde vinha o marfim e uma parte dos géneros alimentícios consumidos na vila. Para evitar interrupções do comércio e outros prejuízos, os conflitos com os chefes do interior eram limitados. As armas utilizadas pelos portugueses também não eram superiores às utilizadas no interior, especialmente quando nas mãos de pessoas pouco experientes e em inferioridade numérica. Nas guerras que se fizeram, os portugueses utilizaram o seu acesso aos géneros procurados no interior, especialmente os têxteis, para aliciar um número suficiente de voluntários que lhes permitisse vencer esses conflitos limitados. Assim se explica a preponderância portuguesa em volta da baía já por volta de meados do século XVIII e a expansão do seu território no século XIX. Para esse fim os soldados europeus e regulares eram perfeitamente inúteis, pelo menos tomados por si só. Mesmo os voluntários da própria vila não eram melhores. Tal ficou provado nos acontecimentos de 1834 e 1849.

Os conflitos tinham pois que ser sustentados pelos próprios habitantes da região, sustentados pelos portugueses. E para que estes os pudessem limitar tinha que haver uma rede de alianças com chefes do interior, contactos a nível de famílias, etc.

Pouco depois de 1895-7 este sistema deixou de ter utilidade para os portugueses e deixou de funcionar. Há um influxo de novos colonos e a contradição directa entre colonos e africanos aparece como factor dominante do sistema so-

cio-político. Mas surgem também outros elementos novos: a administração colonial (embora ao serviço dos colonos), o trabalho migratório, que os colonos não controlam directamente, e as missões protestantes, cuja hierarquia não é também controlada pelos colonos. É nessas bases que cedo se estruturam as contradições. No seio deste sistema, as antigas famílias mercantis de Inhambane, em escasso número, ficam submersas e sem grande peso na estrutura colonial, embora gozando ainda de certos privilégios. Conseguem que filhos seus estudem na escola primária numa altura em que esta é frequentada por poucas dezenas de alunos, e sempre que no sistema ocorrem aberturas tiram dele melhor proveito que a maioria dos camponeses, já nas últimas décadas do período colonial. Mas a discriminação é suficientemente forte para que eles se sintam também vítimas do sistema.

Contrariamente aos mitos sobre a "terra da boa gente" e sobre a harmonia a que um representante do conselho de governo já fazia alusão por volta de 1932, existiram fortes contradições em Inhambane entre o pequeno grupo de colonialistas e os africanos. Outra coisa não seria de esperar se tivérmos em conta a incidência do xibalo até cerca de 1960.

Há evidentemente diferenças regionais e a necessidade de periodizações específicas em certas zonas da província. Por exemplo, algumas das zonas que por volta de 1930 estavam quase totalmente desprovidas de possibilidades de educação, experimentavam melhorias significativas em 1970. Surgem também contradições tanto no próprio aparelho colonial como dentro das missões protestantes e dentro do campesinato africano, onde nalgumas zonas começam a surgir pessoas com mais terras que outras. Mas não se pode perder de vista que, entre ca.1900 e 1930, a contradição básica era entre colonos e colonizados. Essa contradição transparece mais nos escritos de Mukhombo que no trabalho de Mucambe, talvez porque para Mucambe houvesse já mais oportunidades de colher qualquer coisa do aparelho colonial e porque ele próprio estava de certa forma em conflito com as atitudes conservadoras da missão.

No que diz respeito a proto-nacionalismos no Sul de Moçambique, é possível que os anos 30-40 constituam uma espécie de viragem. O grupo numericamente fraco dos descendentes moçambicanos da burguesia mercantil perde a sua base política no jornalismo e divide-se em pequenos sub-grupos, embora continuando em parte a existir como estrato social definido na estrutura social colonial. Mas a partir desta altura surgem africanos que se iniciam em carreiras académicas,

que publicam livros, que participam mais activamente na discussão política³⁰⁵, etc.

Foi possível, através da análise das informações contidas nos próprios documentos, datar melhor os trabalhos de Mukhombu e Mucambe. "Nkutsulani" parece ter sido publicado quase tal qual foi deixado em 1930. "Mulaveteli" data provaavelmente do mesmo ano mas é natural que Mukhombu tenha "lido algumas arestas" antes da sua publicação. Mucambe recolheu os seus dados e redigiu o texto por volta de 1936-7, e a publicação terá sido feita sem que esse texto sofresse alterações.

Por outro lado, uma descrição do que Montanha viu durante a sua viagem mostra que não se encontram no texto alguns dos preconceitos do seu tempo. Mas é essencialmente um diário bastante factual de uma viagem que tinha um fim político, que aliás não foi atingido, não só pela resistência do imperador de Gaza, que já era esperada, mas também pela fraqueza do poder dos boers, que tinham atingido os seus limites geográficos. Eles constituíam uma espécie de sociedade segmentaria que só era forte quando os interesses de todos se revelavam ameaçados, reagindo rapidamente contra um inimigo que não dispunha do mesmo armamento. Com isto não contava o padre e por isso os boers e o falhanço da missão constituem o tema principal. O resto são observações extremamente valiosas (inclusivamente sobre o próprio território administrado por Inhambane).

Neste trabalho entroncamos a experiência de dois autores da primeira metade do século XX numa narração do passado pre-colonial e das contradições que existiram no período mercantil. Com isso pretendemos mostrar que para além de todas as descontinuidades trazidas pela conquista imperialista há também aquelas que foram trazidas pela própria dinâmica cultural e política africana, e que também existem continuidades, uma das quais exemplificada pela cultura e memória histórica. Mukhombu e Mucambe localizaram-se nesta continuidade. Montanha introduziu-se nela como espectador e também, de certa maneira, como actor histórico, embora com certas limitações.

ABREVIATURAS

A.H.M. - Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo.

A.H.U. - Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Cod. - Códice (livro de registo de correspondência).

Cx. - Caixa com documentação.

Fol. - Folio (folha de códice).

Fol.r. - Folio recto.
Fol.v. - Folio verso.
Inh. - Inhambane.
Moç. - Moçambique (geralmente Ilha de Moçambique).
V. - Veja.

NOTAS

¹Sinclair 1982, Duarte 1987, Khoury 1983.

²Lanham 1955, sobre 'pant' e 'livandze', 'libande', palavra para designar 'cinco' também atestada por Sequeira 1933:38, Bleek 1856:nº1132.

³Estes grupos são culturais e geográficos, definidos por uma língua e costumes sociais comuns, que no entanto não têm muitas vezes um limite muito claro. Nunca houve uma estrutura política central para todo o grupo. Dentro destes grupos existem linhagens de origens diversas. Isto é válido do tanto para o grupo (Bi)Tonga como para os Tswa, como para os Chopi em relação aos quais estudos de H.P.Junod (1927) e Matos (1973) já o haviam salientado. Entre os Tonga há elementos de origem Nyai (p.e. Nyaposse), Zulu-Tsonga (Cumbana), Tswa, etc. Entre os Tswa existem elementos de origem Nguni-Tsonga (os Dzivi), Tsonga (Vilankulu), Hlengwe (ou Vacumba), Chopi (Xisiku, Matsimbi), e Tonga-Ronga. Entre os Chopi os principais são o Karanga (hoje dito Venda-Sutu, Gwambe, Zavala, etc., talvez incluindo os Nyai de Mocumbi), "Zulu" (Dengo, Langa), e Tsonga (Loyi dos Nyantumbu, Banze, etc., e os elementos Nyanombe que vêm talvez mais do Baixo Limpopo).

⁴Cf. existência de Tonga no vale do Zambeze, que não tem nada que ver com o grupo Tonga de Inhambane.

⁵Theal, Records, Vol.II:59, carta datada de "Otongue", 24-6-1560. Na leitura dos nomes próprios e pedaços de texto em línguas africanas, em cartas de Fernandes, há uma série de erros devido talvez ao facto das cartas só existirem em cópias, e dos copiadores, transcritores e impressores geralmente não estarem familiarizados com nomes africanos, trocando vogais como o 'a' pelo 'o', consoantes como o 'h' pelo 'c', etc.

⁶Cf. H.P.Junod 1927, Mukhombo 1955:97, Matos 1973:27, Rita-Ferreira 1982. Entrevistas em Coguno T.O. nº234-35, 3-10-1981.

⁷Além de "El Rei de Inhambane" como se chamava erroneamente o chefe de Gwambe, estava já na agenda o "Monomotapa", que o missionário Gonçalves da Silveira viria a baptizar em 1561 e onde haveria de morrer. Cf. Wicki 1956 (vol.IV):352, 437-38, 492-94.

⁸Deduz-se isto do facto que o texto de uma canção que Fernandes registou é redigido em Swahili simples (cf. Wicki 1958 (vol.V):683), e que a língua de comércio em Sofala era nesta altura o Swahili. O texto é "Gombe huco virato, e mbuze capana virato", em Swahili moderno "Gombe huku viatu, a mbuzi hapana viatu" (o boi tem [couro para] sapatos [sandálias] o cabrito não tem [couro para] sapatos). Esta língua veicular comum facilitou também a propagação de palavras como "muzinga" (canhão), cujo conhecimento se generalizou apenas com a vinda dos portugueses, e não a propagação do termo português.

⁹Publicado em Theal, vol.II (não foi publicado na colecção Documentos sobre Portugueses em Moçambique e na África Central, provavelmente porque não mencionava portugueses), mas há outra em Wicki, vol.V. Foi referida

por H.-P. Junod, Fuller, L.C. de Matos, Rita-Ferreira, Feliciano dos Santos, A.K. Smith, etc.

¹⁰Wicki ed., vol. IV-V.

¹¹A descrição do padre Gonçalo da Silveira, que tinha estado duas vezes em Inhambane (na ida e na volta) é a mais clara. Diz (Wicki 1956:592), escrevendo em Agosto de 1560, já da Ilha de Moçambique: 'É a mão esquerda dele [rio de Inhambane = prolongamento do vale do Mutamba na baía], indo de qua [cá = Ilha de Moçambique] fica este sítio que digo tão gracioso [Inhambane], da mão direita do rio, doutra banda, há lugares de muitas laranjas, limões e sidrões e outras frescuras...'

¹²Cf. Vaz (de Almada) 1625.

¹³Há possivelmente uma ligação entre esse clã e o chefe Chamba que domina esta zona mas não temos informações suficientes para definir esta inter-relação.

¹⁴V. Korfmann e Smolla que percorreram a zona em 1968 (Korfmann, Liesegang e Smolla 1986).

¹⁵Bernardo de Castro Soares escreveu em 1729: '...a barra [de Inhambane] para o sul tem alguns fumos que dominão muitas terras, e outros que só as suas povoações, e só naquella jurisdição que comprehende a marinha da Bahia de Inhambane há onze [fumos] feitos pello feitor [que tinha sido a autoridade máxima antes de haver um governador], que são da parte de Borronga [corresponde ao interior dos distritos de Morrumbene e Massinga], Macoca, Macumbo [ou Magumbo], Maocha, e Tinga Tinga. Destes só o Tingatinga tem domínio de muitas terras, e os mais só das suas povoações, e inda esse são sogeitas ao dito Tinga Tinga. A este segue o Inhamussa [Inhamussua = Nyamuxwe], Inhampate, Colongo, e Namotita [Nhamutitima]. O primeiro se fosse obedecido, não seria muy fácil o contender com ele pelos dilatados domínios que tem sem proveito algum, pois lhe não obedecem os tres últimos, não tem jurisdição mais que as suas povoações...' AHU, Documentos anexos a plantas, Vicerey João de Saldanha da Gama ao rei, Goa, 2-1-1730. Num mapa que o AHU conservou anexo a este documento mas que data possivelmente de 1750-62, são referidos os nomes das regiões seguintes: Coche, Inhallingue, Borronga, Marranja e Burra, e dos chefes seguintes: Mocumbo, Tingatinga, Inhapatta, Collonga, Inhamussa, Macatta, Inhapossa, Tembe e Chamba.

¹⁶Devido provavelmente a mudanças linguísticas. A maior parte dos nomes clânicos dos Bitonga e muitos dos Chopi começam com Nya- (Inha-), mas hoje fala-se o Tsonga na zona, -mpura e -mhula é uma correspondência regular.

¹⁷Cf. Matos 1973:18-19 (Também em Theal, ..., AHU, Bernardo de Castro Soares...1729, Earthy 1933.

¹⁸Conclusão baseada unicamente no aparecimento do termo Kalange nas tradições dos Maviye e Bahule em Mukhombe, Nkutsulani, pp.25,26,28.

¹⁹Nas tradições orais Zavala (Zavale) figura como irmão mais novo de Gwambe (AHM T.O.234, 235 Coguno 3-9-1981). Isso é mais um argumento para identificar Gamba e Gwambe, porque a fixação do irmão mais novo deve ser posterior à do mais velho, achando-se o fundamento da hipótese da fixação dos Gwambe ser posterior a 1560.

²⁰Não concordamos com L.C. de Matos que depois de desfazer o relato de Dio

go do Couto com argumentos em parte inadmissíveis, porque exige dele um rigor de descrição cartográfica, de medição de distâncias, etc., impossíveis para os séculos XVI-XVII, insiste que Gwamba (Guambe) e "Gamba" são grupos diferentes. Propõe encontrar o "Gamba" ou "Otongue" do século XVI a Noroeste de Inhambane, embora não se encontre ali nenhum rio grande sem maré, nenhum "Otongue" (que sobreviveu no termo 'midongues' ou ndongue, etc. (cf. Matos 1973:33-37). Também acusa Couto de confundir o rei D.Sebastião com o G.de Moçambique. Mas o que provavelmente aconteceu foi que em 1589 estava a governar em Gwambe o homem que tinha sido baptizado ca. de 1558, na Ilha de Moçambique, com o nome do governador Bastião de Sá, e que tinha dois filhos que eram fulanos de Sá (cf. Wiski ed.IV:437).

²¹Matos 1973:22.

²²Silveira 1957, vol.II:260, estampa 414. Silveira data o mapa erroneamente de 1582, mas esse erro é corrigido na obra de Cortesão e Mota 1960, vol.IV,V.

²³Vaz 1625, in Theal, vol.VIII:60-65, Silveira 1957, II:260.

²⁴AHU Moç. cx.9, Inh.29-12-1760, Matos ao GCG.

²⁵Há uma sucessão colateral com sucessão de irmãos, tios, sobrinhos, que exclui geralmente aqueles que descendiam de pessoas que não governaram. Como aqueles que governaram eram já, geralmente, de certa idade, a maior parte dos seus filhos estava já morta num período de 40 anos do seu governo, razão pela qual não era preciso remontar muito tempo para enumerar o último chefe que ainda tinha descendentes vivos. Diferente da lista de chefes que governaram eram as genealogias individuais, que tinham uma profundidade um pouco maior sem ser contudo, geralmente muito grande. Muitas vezes não ultrapassam 4 ou 5 gerações, portanto ca.100 a 150 anos.

²⁶Talvez tivesse sido ainda mais cedo visto que uma tradição oral da região liga o grupo Xilundu aos Khosa (AHM T.O.).

²⁷Castro Soares, Cópia da informação 1729.

²⁸Segundo H.P.Junod e outros autores, bem como segundo a informação oral, este termo é derivado do verbo 'uku-chopa' (atirar com flecha) e refere-se à arma principal dos Chopi.

²⁹Este período é tratado na tese em preparação por Cândido Teixeira, que põe algumas dúvidas ao exposto.

³⁰Os primeiros de que há notícias surgiram no tempo do feitor Manuel Gomes, que fez supliciar cinco muçulmanos, como relata Manuel Correa Monteiro de Matos, que em 1760 e 1762 teve mais conflitos com eles, deportando alguns num navio que naufragou. É um filho deste governador que refere que em 1775 e 1787 houve mais conflitos (AHU cx.24, Inh...Set. de 1787, G.Luis Correa Monteiro de Matos ao GCG). Essas contradições com muçulmanos ainda não foram detalhadamente estudadas. Um dos governadores gerais, Baltasar Manoel Pereira do Lago, parece ter apoiado medidas visando a expulsão dos muçulmanos (cf.Andrade ed.1954), mas houve também outros que desaconselharam o governador de Sofala a enveredar por esse caminho.

³¹É possível que se trate do chefe 'Musika' dos Vilankulu, mencionado por Mucambe 1948:28, e que em 1729 vivia ainda perto do Limpopo.

- ³²Dos "Mocumbas" apenas os Sono são de fácil identificação, porque já tinham sido identificados por Vaz de Almada (1625) e aparecem nas tradições dos Chauke tal como foram fixadas por H.A.Junod (Junod 1927, I:24). Foram também mencionados como uma zona de destino dos mercadores de marfim baseados em Inhambane em 1760 (AHU Moç. cx.9, Inh.29-12-1760, nº48, Monteiro de Mattos ao GCG).
- ³³Cópia da informação que faz o capitam e feitor da viagem de Inhambane, Bernardo de Castro Soares..., inclusa na carta do Viceroy João de Saldanha e Gama ao rei, Goa 2-1-1730. AHU Documentos anexos a plantas. Trata-se provavelmente de uma cópia de cópia, o que explicará alguns erros. Não sabemos se na Índia existe ainda o original ou outra cópia.
- ³⁴AHU cx.3, cópia de informações de Pedro da Costa Soares, Moç.14-111760; cx.8, Inh.29-12-1760, nº48, G.Correa Monteiro de Matos ao GCG.
- ³⁵O primeiro a fixar estas tradições do elemento loyi no papel parece ter sido o administrador Manuel Alves, a quem se refere Henriques 1916:242-3.
- ³⁶AHM T.O. Entrevista com Boaventura dos Santos Paruque, Inhambane 31-8-1981, e diversos da linhagem de Cumbane 1-9-1981, Cumbane. Dizia-se que os Cumbana tinham sido originalmente "Khumayo" e que vieram da Zululândia.
- ³⁷AHU Moç.cx9 (n.a.) Inh.29-12-1760, nº48, M.C.Monteiro de Mattos ao GCG. A guerra foi feita em Outubro de 1760 na zona da Marranja, em terras de "Inhamussa". Os chefes landins eram Beo, Gembe, Macouana e Baquene.
- ³⁸Entrevista com o regedor Matimbi perto de Homoine, em 1971.
- ³⁹Inácio Caetano Xavier 1758, em Andrade 1955:156, Dias 1954:177, 187. Fragmento de uma carta não datada do governador Manoel Gonçalves de Almeida Barreto (de ca.1756-9) em Santana II:474-475, que também já fala dos Dzivi (Madives), que tinham vindo do "Cabo das Correntes" agregados aos Billa e se revoltaram contra eles, obrigando-os a refugiarem-se na zona de Burronga. Em 8 de Maio de 1760 já fala do "Billa destruido, por das terras deste estarem senhores e de assento os Matives" (AHU cx.8, Inh.7-5-1760, M.C.Monteiro de Mattos ao GCG).
- ⁴⁰Mukhombo, Mulaveteli:16,30, AHU cx.8 (n.a.), Inh.28-5-1760. M.C.Monteiro de Mattos ao GCG, nº31, refere Massia e a sua obstrução no caminho para o régulo "Maloyo". Cx.19 (n.a.), Inh.6-6-1783, José Ferreira Nobre ao GCG. A carta menciona "Masso" sucessor de "Massia que se achava dominante das terras do regulo Billa" e refere que "o tal Inguana por ser mais apotentado, e por ter mais sequito há perto de seis anos tinha arrogado a si o governo daquellas terras que de direito pertencem ao dito Masso". Além desses dois grupos existia ainda um terceiro, chefiado por "Luan-go" e os filhos de "Mapamane" que eram "legitimos sobrinhos do referido Massia".
- ⁴¹Pinto 1917 (1840).
- ⁴²Cf. Capela e Medeiros 1986:14-50.
- ⁴³Um estudo detalhado da dinastia ainda não foi tentado. Talvez não seja possível. Parece que em 1829 um certo "Macholuane" dominou a área de Morumbene (Santana I:798). Não se sabe se estava na linha de sucessão (co lateral) deste reino.
- ⁴⁴Liesegang 1968:23, 183 (n.47). A documentação correspondente encontra-se

- no AHU e estava em 1965 nas caixas 57, 59, 64 e 67, de Moçambique.
- ⁴⁵Liesegang 1968:47, 190 (n.107). Os Nguni ameaçaram também Maziva (em Funchalouro), nessa data.
- ⁴⁶Entre os falecidos encontra-se Bernardo Archer (cod.1226, fol.148).
- ⁴⁷Pinto 1917 (1840).
- ⁴⁸Cf. Xavier 1881:481; Cardoso 1887, etc.; Liesegang 1968:19-24.
- ⁴⁹Cod.448.
- ⁵⁰Em 1857 o padre Montanha, J.A.Pereira Loforte e Policarpo Damas declinam respeitosamente participar numa comissão de recenseamento para a décima predial (AHM Inh.Gov.Distr. cx.8-27-M1(16) Doc.1-3). Depois aborda-se Francisco António Rangel (ibid.M1(18), Doc.1-2).
- ⁵¹Filiação na notícia obituária em Bol.Off.1871:51.
- ⁵²AHM Cod.1226.
- ⁵³E mesmo nessa altura os cristãos por vezes não aceitavam servir em posição subordinada, Cf.AHM.
- ⁵⁴v. Pereira 19 para o tipo de imagem.
- ⁵⁵Cod.764, fol.66v, 12-1-1861; Cod.1535, 23-3-1851.
- ⁵⁶Os outros membros eram o comandante da Guarnição (Liberato Vaz), que era o oficial de patente mais elevada, e Zeferino Crisologo Rangel (goês) na qualidade de representante do poder judicial (ou da Câmara?).
- ⁵⁷As fontes são pouco explícitas e em alguns códigos há falta de escrituração neste período, Cf.abaixo, cap.IV, 1.
- ⁵⁸Cod.447, fol.32, representação contra Campos.
- ⁵⁹Cod.385, fol.18-19v.
- ⁶⁰Cod.1226, desde 26-1-1840.
- ⁶¹Cod.447, fol.14v., 7-1-1840.
- ⁶²Cod.385, fol.8, GG João da Costa Xavier ao G.de Inhambane Cândido Máximo Moules, Moç.27-5-1842. É também possível que a acusação tenha vindo de membros da câmara que queriam assistir ao exame e matrícula dos alunos (Cod.447, fol.31, representação da Câmara ao conselho governativo da Província, 5-3-1840).
- ⁶³Não sobreviveu nenhum registo dos casamentos e só há alguns documentados indirectamente. Existem registos do Ibo para este período e os feitos em Inhambane eram provavelmente do mesmo tipo).
- ⁶⁴A.H.M., Cod.1544, fol.59r-v.
- ⁶⁵Cod.1226, fol.46v., assento nº10 de 1820.
- ⁶⁶Cod.1226, fol.149, 2-4-1844.

- ⁶⁷Mencionado como tal em Cod.447, fol.324v., Nov.1851.
- ⁶⁸Bol.Off.1872:1; Dionísio 1965 (agradeço a A.Sopa esta referência). Agradeço a C.Teixeira, que consultou o testamento, a informação sobre este facto.
- ⁶⁹Cod.11-1659, fol.73r., 25-2-1854. Deve ser esta a "caia" ou "monomocaia" que era mencionada em Sarmento 1912.
- ⁷⁰Cod.447, fol.324, Nov.de 1851.
- ⁷¹Nasceu em 1805 em Bolonha, Itália, e morreu em Inhambane em 1868. Cf.Souza 1939:54, 67. Contrariamente ao que diz Sousa não casou formalmente em 1839, mas vivia maritalmente em 1835-36 e 1842-55 com a viúva Albertina Gonçalves Damas, e provavelmente em 1837-8 com a viúva D. Albertina dos dos Santos Pinto, que em 1842 estava casada novamente com Manuel Vieira dos Santos (cf. Cod.1226, fol.86-86v., 95, 137, 142, 152, 176, 183, 249, 277).
- ⁷²Cf. Correspondência de Candido da Costa Soares com João da Costa Xavier, 12-3-1846; cf.Liesegang 1986, nota 58). Também em 1838 parece ter estado ausente durante algum tempo (Cod.447, fol.6).
- ⁷³Cod.447, fol.196v., 28-6-1848, G. A.P.de Sousa à Câmara.
- ⁷⁴Cod.448, fol.69, Queixa de José António Maxencio de Oliveira "vereador mais votado", que "chuambos [quintais cercados] fora dos limites tomaram os caminhos, não falando nas esterqueiras por pertencer isso aos senhores almotaceis...".
- ⁷⁵Cod.447, fol.231r., relatório da câmara.
- ⁷⁶Cod.1544, fol.63-68v.
- ⁷⁷Cod.385, 65v.-66, nº69, 24-4-1850.
- ⁷⁸Provavelmente levado para Inhambane por Agostinho José da Cruz, que viveu ali degredado mas tinha ganho bastante prestígio e uma casa com, ao que parece, um grande numero de escravos.
- ⁷⁹Cod.1226.
- ⁸⁰Cf.Cod.1226, fol.203, 14-7-1849.
- ⁸¹Cod.385, fol.92 (requerimento de 8-2-1853, despacho Moç.23-V-1853); Cod.11-1659, 89v., G. Jacintho Henriques de Oliveira ao GG, 9-9-1854), nº20).
- ⁸²Cod.11-1143, fol.2-3v., datado de 26-10-1854.
- ⁸³Cod.1535, fol.30, nº78, 1-12-1854.
- ⁸⁴Era contado como residente em Inhambane porque uma das suas mulheres vivia ali.
- ⁸⁵Cod.1535, fol.40v. e 53.
- ⁸⁶Em 1861, registou em seu nome a lancha "Gasta Dinheiro" de 7,6t e o bote "Skomane" de 4,5t. Na mesma altura Carlos A.Fornasini tinha 3, João Loforte 5, João Eduardo Ribeiro 3, Alfredo Loforte 4, algumas pessoas duas embarcações, e a maioria só uma (cf.Bol.Off.1863:29).

- ⁸⁷Sobre a tentativa de abertura de um caminho cf. Kruger 1938, de Vaal 1953.
- ⁸⁸Estes adjuntos tinham uma longa tradição em Sofala e no vale do Zambeze, mas eram mais raramente convocados em Lourenço Marques, onde não havia câmara, e possivelmente não no tempo de alguns dos predecessores de Oliveira. Para este era pelo menos a quarta que convocava desde a sua chegada (Cod.764, fol.17v., 18, 20v.).
- ⁸⁹Cod.764, 21r.-v.
- ⁹⁰Fonseca 1850.
- ⁹¹Santana 1967 I:481, Cod.11-385, 41r., 21-8-1845.
- ⁹²Cod.764, fol.7v. (capitão 1-IV-1853), reformado 5-9-1853 e major 12-9-1855 (op.cit.fol.24v.), Cod.1226, fol.71, assento de 11-4-1828 (Joaquim na Vaz era mãe de Pulcheria dos Santos Pinto).
- ⁹³Bol.Off.1863:29.
- ⁹⁴Sobre os seus contactos com a maçonaria e os constitucionais anti-migue listas neste período v. Capela 1989. Ainda nos anos 42-47 tinha contactos com Moçambique através de Cândido da Costa Soares e João da Costa Xavier (v.AHM SE aIII, p.10, nº243).
- ⁹⁵Cod.1226: fol.251v.-252r.
- ⁹⁶Carvalho esteve depois na Ilha de Moçambique, teve uma passagem aventureira por Inhambane mas ainda não era governador de Cabo Delgado, provavelmente para fazer contrabando de escravos sob a capa de grande defensor das ilhas contra comerciantes indianos de Zanzibar e contrabandistas de escravos.
- ⁹⁷Entre eles António Martins e Caetano Dias. Cf. Cod.1226.
- ⁹⁸Cf. Nobre 1835:15-16,22; Cod.1143; Cod.1226; Cod.5322, Fol.5, etc.
- ⁹⁹Cod.1226, fol.59, 31-7-1826, nº13.
- ¹⁰⁰Cod.1226, fol.165 e 243, assento nº20, 30-4-1853.
- ¹⁰¹Cod.1381, fol.8, 19-1-1851.
- ¹⁰²Cod.764, fol.24, 12-9-1855; Cod.385, fol.124, nº388.
- ¹⁰³Cod.1226, fol.121, 20-5-1841, 181r. (nº15, 29-8-1847); fol.277v., 12-9-1855; B.O.1863:29; Cod.447, fol.324 (Nov.1851).
- ¹⁰⁴Cod.1226, fol.46v.
- ¹⁰⁵Cod.1226, fol.176v., 226v., 236.
- ¹⁰⁶B.O.1863:29.
- ¹⁰⁷Cod.1226, fol.249r.-v.; Inh. cx.29-M 1(4)-5, João Caetano Dias ao G. Distrito, Machiche 26-8-1888.
- ¹⁰⁸Cod.1226, Cod.447.
- ¹⁰⁹AHM Inh.cx.1.

- ¹¹⁰O cirurgião Caetano Florencio Collaço, que já tinha feito parte de uma comissão referente a uma aldeia em Mucucune (Cod.1544, 11-12-1854, era possivelmente natural de Goa; José António da Cunha.
- ¹¹¹Cod.1544, fol.81, 27-4-1849; em 31-5-1842 tanto ele como Cassimo Cabir tinham sido propostos para capitão-mór dos mouros e o G. devia escolher um (Cod.385, fol.1v-1r., pv.-10r.); Cod.764, fol.146, 24-8-1863, exoneração do cap.dos mouros Assane Issufo.
- ¹¹²Cod.448, fol.98, 31-8-1823, Juramento de Taju Daut e Amad Saibo. Em 1836 "Taju Daudó" e "Assane Issufo" assinaram com caracteres em guzerati (Cod 448, fol.251v.-252r., 6-10-1836, eleição do comandante da guarda cívica, Agostinho José da Cruz), o que faz pensar que eram naturais de Damão, na Índia.
- ¹¹³Cod.447.
- ¹¹⁴Cod.1226, fol.19v., 31-1-1803 e 18-4-1803, fol.26v. (18-12-1806, nº 41, 18-12-1806 e fol.29v., mas v. também fol.84v.-85r. (nº18, 17-5-1837 onde se fala de Feliciano Ferreira Messias, filho natural de Luis Ferreira Messias, que mandou nessa data baptizar a sua filha natural Guilhermina.
- ¹¹⁵Cod.447, fol.324, Nov.1851. Havia na família também um Apolinário Ferreira Mexias, "cazado e sangrador" (Cod.447, fol.324r., Nov.1851).
- ¹¹⁶Cod.1226, fol.141, 20-1-1843, batismo de Januario Ferreira Messias, fol.192, 28-10-1848, segundo batismo da filha que nasceu a 23-2-1847 e que já tinha sido baptizada em casa (provavelmente periculi mortis). V. também Cod.1544, fol.58, 23-3-1849.
- ¹¹⁷Cod.1544, fol.116, 4-3-1850.
- ¹¹⁸Cod.1226, fol.222, nº19, 25-11-1851, 274r.-v., nº36, 1855. O filho Egas Correia viveu em 1886 no Bairro de Santarem (Inh.Gov.do Dist. cx.8-36).
- ¹¹⁹Santana I:1031 (Ag.1829), Santana II:122, 354, 477. Navios: Santana III: 64-5 (Ag.1831); Cod.448, fol.128v., 29-1-1827, proprietário do brigue Furão; 143v., Inh.23-1-1829, pagamento de sisas para a compra do brigue-escuna Flor de Inhambane. Já em 1830 estava também casado em Inhambane com Rabia Amad Sá (ou Nunnu Rabia Saib, cf.Santana II:41) que morreu no começo de 1844 (Cod.5876, fol.8v., 31-1-1844).
- ¹²⁰Cod.1124, fol.44, 24-8-1866; Cod.11-329, fol.18v., 24-8-1867. Deviam em barcar no Estrella de Damão.
- ¹²¹Cod.1226, fol.276, nº2, 20-8-1856; Cod.447, fol.324-5, ainda o refere em Nov. de 1851 como "solteiro proprietário".
- ¹²²Cod.1124, 98-101v.(1879-1880); White 1974:178-9; mapa:"Villa de Inhambane"1893.
- ¹²³Cod.447, fol.325r., Nov.1851; Inh.G.Dist. cx.8-27-M3(3), circular 1-7-1865. Só se notabilizou uma vez, quando obstruiu um caminho pela sua machamba. Em 1862 tinha duas lanchas de 7,6 e 7,5t (B.O.1863:29).
- ¹²⁴Figura de destaque ca.1830-1840 e falecido em 1848. Cf.Cod.447; Cod.1226.
- ¹²⁵B.O.1863:29. No Cod.1226, fol.281, diz-se que em 23-10-1856 estava casa do com Josepha Michaela Rodrigues. Trata-se provavelmente de um erro de

copista, querendo referir Josepha Michaela Reis, baptizada em 1-5-1827 e filha de João da Silva Reis e Michaela de Sousa Teixeira, tendo sido padrinhos o governador Domingos Correia Arouca e Josepha da Cruz (Cod. 1226, fol.61). O pai de Zeferino Xavier Crisologo Rangel, natural de Goa, e Caetano Luis Rangel (Cod.1226, fol.178v.-179r., 26-6-1847). Estava casado com Josepha da Silva Reis.

¹²⁶Faleceu em 1849 depois do casamento da filha "Elena Vaz da Rosa", cf. Cod.1226, fol.197, 17-2-1849.

¹²⁷Cod.1226, fol.44 (nº10, 19-4-1819), 125, 168 (17-1-1846), 231 (24-7-1852), 234, 264; Cod.447, fol.198r.(6-7-1848, reunião em casa do leitor I.A.Rosa), 324v.(Nov.1851).

¹²⁸Cod.447, fol.325 (Nov.1851, "cazº proprietário"); Cod.1226, fol.265v., 275.

¹²⁹Cod.1226, fol.281; Montanha 1857:348.

¹³⁰Cod.448, fol.151, mencionando a escuna Flor de Inhambane, de Abuxame Issufo em 1831. B.O.1863:29.

¹³¹Cod.5876, fol.2, 1-10-1842, carta de alforria de Abdala, nativo de Mujuncual (Mogincual), que devia trabalhar como sacristão da mesquita. Tinha um irmão chamado Amad Abuxame (Nunnu significa senhora).

¹³²Cod.1175, fol.227v., 21-10-1840, e fol.261.

¹³³Cod.1544, fol.70, 8-8-1849; Cod.1381, fol.16v., nº236, 15-7-1850, Ferreira a Selemene Abuxamo.

¹³⁴B.O.1871:64.

¹³⁵Cod.1124, fol.97, 5-4-1879; Brado Africano, 22-6-1940, necrológio em ronga por Agy Taju.

¹³⁶Cod.1226, fol.280v.(15-10-1856).

¹³⁷AHM GG cx.Corr. rec.de LM. G.Ant.P.Baptista Gonçalves a S.G. J. F. de Borja Xavier Soeiro, nº50, L.M., 31-5-1851, incl. nº2, Projecto... LM. 23-5-1851, assinado por Albino Coutinho, J.F. Santinmano, Casimir Simões, Antonio Gabriel de Gouveia, Miguel Agostinho Abranches.

¹³⁸Cod.1226, fol.73, nº73, 29-9-1833, a sua irmã era Delfina de Sousa Teixeira (ibid., fol.185).

¹³⁹Cod.1381, fol.14, nº229.

¹⁴⁰Cod.764, 29-5-1854, nº71.

¹⁴¹Cod.764, fol.217, 28-11-1864.

¹⁴²Cod.11-239, 26-8-1864.

¹⁴³Cod.764, fol.20v., convocatória de 7-1-1855, e 21r.-v., circular nº 7, Inh.19-5-1855.

¹⁴⁴Cod.11-385, fol.33v.

¹⁴⁵Cod.1226, fol.71v., 24-8-1833. Nasceu em 28-5-1831.

- ¹⁴⁶Cod.447, fol.105r.-v., 11-11-1845.
- ¹⁴⁷Cod.447, fol.355v., Inh.28-12-1852.
- ¹⁴⁸Cod.1535, fol.10v.
- ¹⁴⁹Montanha 1857:317-319; Cod.1353, fol.48v., 25-5-1855, nº167 e 168.
- ¹⁵⁰Saiu da vila com 13 e depois teve 17 (Montanha 1858:319). Quatro devem ter vindo da propriedade do padre, na outra banda, em Mongo.
- ¹⁵¹Tratava-se provavelmente de um mercador que não tinha sido capaz de voltar com marfim correspondendo ao valor das mercadorias recebidas e que tinha sido preso a pedido do fiador.
- ¹⁵²Montanha 1857:334.
- ¹⁵³Op.cit.:335.
- ¹⁵⁴Op.cit.:337.
- ¹⁵⁵Op.cit.:339; na versão publicada o nome deste "russo" é deturpado para "Janes Werbes". Outros nomes, especialmente de chefes africanos e de grupos são-no também, aparentemente porque o impressor não sabia ler a letra de Montanha e ninguém fez a revisão. Este problema existe nos livros impressos desde o século XVI.
- ¹⁵⁶Cf. Cod.385, fol.105, artigo nº3 das instruções de Leotte.
- ¹⁵⁷É no entanto útil para a ortografia dos nomes porque o relatório de Montanha saiu com muitas gralhas e o seu manuscrito parece hoje perdido. O relatório encontra-se no AHU Moç.Div. cx.2, Doc.Imp.215/22.
- ¹⁵⁸Cod.385, 24-11-1856, nº275, só tinha mandado um agradecimento pelos relatórios enviados.
- ¹⁵⁹Sobre este tema cf. Neves 1878, que passou por esta zona quatro anos de pois.
- ¹⁶⁰Montanha 1857:350.
- ¹⁶¹Op.cit.:326.
- ¹⁶²Op.cit.:347.
- ¹⁶³Cf. Cod.1226.
- ¹⁶⁴Cod.385, fol.121, nº316, Moç. 13-5-1857 sobre "pretensões de J.de Santa Rita Montanha".
- ¹⁶⁵Cod.1224, fol.12, 27, 28.
- ¹⁶⁶Cod.11-388, 16-9-1862, nº24.
- ¹⁶⁷Cod.11-239, fol.6v., tinham os nomes Francisco e André Manuel.
- ¹⁶⁸Cod.5745, fol.51v.-52, contrato de núpcias entre Luis Augusto da Camara e D.Elvira Antonia Rosa.
- ¹⁶⁹Cod.11-388, Moç. 6-5-1865, nº5.

- 170 Cod. de 27-3-1843, fol.3. A avó de Manoel Ferreira Messias era D. Lezarda Messias, que parece ter sido bastante influente.
- 171 Cod.11-388, 13-3-1866, nº8, SG ao G.de Inh. (Ribeiro 1940:193-4 menciona o nome do administrador eclesiástico).
- 172 Gonçalves era natural da vila e casado (Cod.1226, fol.109). Em 1848, quando era presidente da camara, foi acusado numa representação de 13 mouros e banianes de ser falido e não ter mais do que a palhota na qual vivia, Cod.447, 196v. seqq., v., também 192r.
- 173 Cod.1226, fol.109, nº17, 10-11-1839.
- 174 Cod.1226, fol.137, 7-8-1842 e 1844, assento nº21. Delfina de Sousa Teixeira faleceu em 27 de Junho de 1870 com 39 anos de idade (B.O.1871:170).
- 175 Cod.1226, fol.184; esta vida familiar do padre não deve ter sido um segredo e em fins de Janeiro de 1851 o governador geral informa o ministro: "So direi a V.Exã que dos costumes do Padre Vigario Joaquim de Santa Rita Montanha tenho muito más informações que infelizmente elle acaba de confirmar aceitando o lugar de Presidente de hum governo, filho de revoltosos actos" (Cod.11-25, fol.40v., Moç. 31-1-1851, GG Torre do Vale ao Ministro).
- 176 Cod.1226, fol.254v., 25-12-1853, escrava Angelina, cujo filho João foi baptizado nesta data.
- 177 Cod.1226, fol.260, nº13-1854 (23-4-1854), fol.285, 28-12-1856, etc.
- 178 AHM, Cod.5745, fol.156v.-157r., 2-9-1864.
- 179 Cod.1226, fol.141v.
- 180 Cod.1226, fol.227 "Maria Luisa, filha da captiva de nação landina chamada Domingas", padrinho J.A.P.Loforte, madrinha M.L.Montanha. A criança foi declarada livre e forra.
- 181 Cod.1226, fol.141v., fol.157, fol.176.
- 182 Cod.1226, fol.196v.
- 183 Cod.1226, fol.242, nº17.
- 184 Informação particular de Candido Teixeira.
- 185 Cod.5876, fol.7v.-8r., 5-9-1840. O pai de Miguel António da Guerra já tinha falecido. Isabel morreu em Abril ou Maio de 1843 depois do parto do segundo filho (Cod.1226, fol.134r.-v., 143v.), ficando o marido, que não voltou a casar pelo menos até 1851, com o palmar e outros bens.
- 186 Expressão utilizada por Montanha no Cod.1226, fol.139.
- 187 Cod.5876.
- 188 Segundo uma indicação havia poucas latrinas e a maior parte da população ia à praia como acontece nesta altura na Ilha de Moçambique, Ibo e muitos outros locais da costa de Moçambique. Inhambane estava nesta altura cercada de mangal e Norte e Este, e talvez também a Sudoeste.

- 189 Cod.448, fol.82, Inh.23-4-1820.
- 190 Cod.764, fol.149v, Ordem nº 194, 1-9-1863 de Guilherme de Portugal. Em 11-4-1864 ordenou que depois de castigado o escravo devia ser solto, (op.cit., fol.175).
- 191 A.H.M., Inh.Gov.Dis. Cx.8-36 M4(3), serviços Patarata e Chambolane de Joaquim da Cruz, 4-1-1886, Salemo bin Salemo de Ibrahimo Mussagy, por 8 dias, 23-12-1886, etc.
- 192 Cf. rebelião dos soldados em 16 de Dezembro de 1822, que opunha os naturais do país aos europeus (cf.Gavetas XII:209-10, carta de João Manuel da Silva a J.B.Ribeiro de Andrade, Moç.21-2-1823) e onde se teria gritado "morra tudo quanto é branco".
- 193 Informação particular de J.Capela, 1-12-1989.
- 194 Cod.1175 (originais em parte sumariados em Santana I-III). Trata-se de Custódio Jose Bernardes, que depois ainda foi procurador do governo do Ibo em Moçambique e também o seu representante ou candidato em eleições.
- 195 O governador Joaquim Carlos de Andrade tinha sido preso em Dendira, ao norte de Sofala, e Zacarias Herculano da Silva, Hermenegildo Exequiel da Silva e António Baptista Monteiro foram acusados e julgados no dia 11-5-1855 (Bol.Off. nº 21, 26-5-1855). Serviram algum tempo como degredados no presídio recém-fundado do Bazaruto, como intérpretes.
- 196 Cod.385, fol.18r, Moç.4-4-1843, exoneração de Cândido Maximo Moules, fol.18v-19r, Moç.18-4-1843, resposta ao ofício do G.Interino Sant'Anna Pitta de 3 de Abril, 21v. 15-4-1843 Instruções para G.O.L.de Andrade, referindo as "horcilações [sic, oscilações] porque esses moradores tem passado, e as revoltas que tem presenciado...", recomendando "juízo discrecional e conciliação com os habitantes", etc.
- 197 Cod.1544, Francisco Xavier Ferreira ao S.G., nº72, 4-5-1850. Tinha posto os olhos no grande armazém de Vicente Tomás dos Santos, administrado pelo padre.
- 198 Cod.1226, fol.96v, assento nº 6/38, baptismo de António Pereira Caldeira, nascido a 14-6-1835.
- 199 O Conselho de Distrito era um grémio que reuniu na capital, sob a presidência do Governador Geral. Não confundir com o Conselho do Distrito que reuniu mais ou menos regularmente nas capitais dos distritos como Inhambane ou Ibo.
- 200 Indigenas no sentido em que eram ou naturais de Inhambane ou pessoas de cor. Encontrava-se também entre eles o mestre saateiro João Pinto, natural do Rio de Janeiro, que era "meio captivo da casa de Vicente Thomas dos Santos e Companhia" (Cod.1226, fol.255v, assento nº 4 de 8-1-1852, do baptismo da sua filha Michaela). A presença de um escravo irritou Ferreira especialmente, que exigiu que ele fosse levado para a Ilha de Moçambique para aí receber um castigo exemplar.
- 201 O major de milícias tinha sido juiz ordinário, e tinha mandado distribuir, nessa capacidade, o espólio de D^a Felizarda Mexias, defunta em 1845. Foi acusado e mandado preso para a Ilha de Moçambique, mas regressou de lá como Feitor da Fazenda (Cod.1544, fol.31v, 13-8-1847).

- 202 Cod.11-25, fol.30v-32, G.Domingos Fortunato do Vale ao Ministro e Secretário de Estado do Ultramar, nº319, 14-1-1851. É possível que esta carta tenha sido preparada por um secretário de Torre do Vale com alguns conhecimentos jurídicos.
- 203 Cod.448, fol.212v, 215v (A.L.Pereira da Silva, provavelmente juiz ordinário em 1835), 254v, 257 (1836, A.L.Pereira da Silva e Ag.J.da Cruz, contra eleição de C.A.Fornasini para a guarda cívica) fol.302 (2 - 1-1837), Cod.447, fol.6; Cod.1226, fol.154, 15-9-1844. No tempo de G.O. L.de Andrade, A.L.de Aragão tinha sido multado com a perda do foro de cidadania pelo espaço de três anos (Cod.447, fol.129v, Janeiro de 1846).
- 204 Cod.1544, fol.59-61, 24-5-1849.
- 205 A.H.U., P.11(1851), Inh., 14-8-1851, G.Pedro Valente da Costa Loureiro e Pinho ao Ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar, incl.nº1, exposição da Câmara 22-11-1850.
- 206 Cod.1544, fol.9v-91r, Francisco Xavier Ferreira ao S.G. int. 24-12-1849. Em 5 de Maio de 1850, o governador tinha proposto António Luís Ribeiro para subdelegado do procurador régio, porque "Francisco Jacob Couto [que desempenhava esta função]... não tem conhecimento algum para desempenhar as funções do seu cargo por estar inteiramente dependente de ideias alheias" propondo "Ribeiro, cuja conducta, e imparcialidade na justiça é por mim conhecida" (Cod.1544, fol.120, nº73).
- 207 Cod.54, fol.21, sessão 49 de 26-11-1850.
- 208 Cod.54, fol.124r-25r, sessão nº52 do conselho do governo.
- 209 Cod.11-25, 46v, 48v, 19-2-1851, nº329.
- 210 Cod.447, fol.290, 29-12-1850.
- 211 No entanto, parece ter havido uma comunicação sobre esta portaria (cf. Cod.11-1381, fol.82).
- 212 Cod.11-25, fol.52r-v, Moç.22-4-1851, fol.55v, Moç.3-5-1851. Nessa altura constatou que "o Tenente Coronel André Lopes Pereira da Silva sofreu o prejuízo de 190 cabeças de gado vacum que os rebeldes mataram".
- 213 Cod.11-25, fol.61r-v, Moç.4-9-1851.
- 214 "Fazendo o governador esta participação por escripto no dia immediato", Cod.11-25, fol.61v.
- 215 Cod.11-25, fol.62r, 64. (Na hemeroteca do AHM existe a microficha do ofício enviado para Lisboa, contendo todos os documentos anexos que faltam no códice 11-25).
- 216 Cod.11-25, fol.65v.
- 217 Cod.11-25, fol.64.
- 218 Cod.11-25, fol.66v, 4-9-1851, nº353.
- 219 Pinto 1917:274. Entre os esquecidos está p.e. Gwambe, que aparentemente não estava em boas relações com Inhambane (cf.p.270).

- 220 Nesta zona, ou entre Cumbana e Jangamo, parece ter-se localizado o acampamento de "Inhamuxinga", donde António Netto, em 1838, e Caetano dos Santos Pinto, em 1846, mandaram cartas aos governadores (A.H.M., Inh., Gov.do Distr., Cx.30, M3(1), doc.1 e 2, M4(1), M4(2).
- 221 Mucambe 1948:41; Mukhombo Nkutsulani:18-19.
- 222 Cod.447, fol.28v, extracto de um libelo acusatório preparado pela Câmara (principalmente Rafael Antonio de Carvalho e José Manuel da Costa, com Zeferino Chrisóstemo Rangel assinando vencido) e datado de 5 de Março de 1840.
- 223 A.H.M., Inh., G.Distr. 8-30 M4(1) Inhamuxinga 2-11-1838, A.Neto para G. A.Alves de Azevedo Campos, mencionando que o "secretário de Macuaqua" tinha proposto uma acção conjunta dos Makwakwa e portugueses contra Changola (Chongola).
- 224 Requerimento dos moradores de 8 de Janeiro de 1840, dirigido à câmara, cópia in Cod.447, fol.24r-25r. Na cópia do requerimento se escreve "Manuja e Oquindavane". Manuja deve ser um erro por Maunje (Mahunja) como o nome se pronunciava em giTonga. Mukhombo, Mulaveteli: escreve "Mahuntse" e "Xinzhavani".
- 225 Cod.447, fol.26v.
- 226 Cod.447, fol.27v, 23-1-1840.
- 227 Cod.447, fol.26r, ofício de M.Henriques à Câmara.
- 228 Cod.447, fol.24r, requerimento de 28-1-1840, assinado por 48 pessoas, incluindo o padre.
- 229 Pinto 1917:271, 274.
- 230 No agradecimento da Câmara Municipal ao Governador Onofre Lourenço de Andrade, datado de 31 de Janeiro de 1846, diz-se que Andrade tinha "passado um ar de guerra para as terras de Inguana" o que teria resultado também em que o "Regulo Macuaqua" depusesse a "mascara" da sua perfídia; porque... "o título de Imperador e subditto de S.Magestade servia-lhe de cometer, como cometia, quantas atrocidades lhe parecia, mostrando-se sempre amigo..." (Cod.447, fol.131r).
- 231 Cod.1544, fol.23v.
- 232 António Martins, Carlos António Fornasini e João Pereira Loforte queriam abrir um processo contra Francisco Januário Martins, o negociante de escravos, que foi, ao que parece, abafado pelo Governador e autoridades da capital (cf.Cod.1544, fol.27v-29v).
- 233 A.H.M. Inh. Gov.Distr., Cx.8-52, M1(7), Morrumbene, 11-10-1849, Francisco de Salles Montanha ao G.Francisco Xavier Ferreira, mencionando um ataque conjunto de Inguana, Savangoana, "Zunguza e alguns Berrongueiros" em combinação com um filho de "Manecussa, por nome Quiono [Chihono] a quem estes dão tributo". Chihono foi outro dos filhos de Manicus se morto por Mawewe em 1859.
- 234 Cod.1544, fol.150.

- 235O Cod.764, fol.20v, convocatória para Adjunto de 7-1-1855, menciona os "régulos Maunja [Mahuntse] e Quibi [Chibi]" que, em matéria de recepção de resgate parece que operavam com caixas separadas.
- 236Cod.1535, fol.35, 36v (7-1-1855), 40v, 50 (5-6-1855) sobre ataque de Manicusse contra a fortificação de Mahuntse, 51v (resgate de captivos em Junho de 1855). Idem, Cod.764, fol.22r-v.
- 237Provavelmente para preparar o terreno também correspondiam com a capital sobre a fuga de escravos (Cod.11-388, nº17, Moç.17-5-1859, respondendo a cartas de 11 de Abril).
- 238Chama o Mahonti (cf.Erskine 1875, 1890).
- 239B.O.1859:87.
- 240White 1974, citando estimativas do Rev.E.W.Richards.
- 241Pelissier 1987/8, vol.II:198-9, 209, 212, 221-226.
- 242Cod.11-765.
- 243A.H.M., Distr.de Inh., Cx.8-9 M1(1-17).
- 244A.H.M., Gov.Distr. Inh. 8-52 M3(8), L.M. 8-3-1892, Ant.Júlio de N.Pinto Bizarro (chungo só significa branco ou senhor descendente de "brancos", e não senhor de Inhambane).
- 245Cod.11-765, fol.124v, Inh.1-8-1892.
- 246Cod.11-1521.
- 247White 1974:164.
- 248Cf.Henriques 1916. O mesmo autor calcula que cada adulto consome em média, por volta de 1915, pelo menos cem litros de bebidas fermentadas, o que para ele equivalia a outros tantos dias perdidos por bebedeira.
- 249Mantemos aqui a grafia muitas vezes deturpada dos nomes, nem a pronúncia gytonga nem a da língua tswa (xitswa).
- 250Entre os membros fundadores contavam-se Tomas Sanduan, Francisco de Haan, João António da Conceição e Rufino Arouca (Ribeiro 1940:649).
- 251Cf. apoio de João Loforte como vogal da Associação Africana de Inhambane ao Gremio e seu presidente Pott na contenda com António Nobre de Mello (Brado Africano 9-4-1932 e 30-4-1932).
- 252Numa entrevista em Cambine, em Outubro de 1981, um dos presentes referiu-se a uma tradição que diz que em 1922 tinha sido contratado como advogado em Lisboa para pedir a independência de Moçambique. Mais provável é que também em Cambine se tenham recolhido fundos para conseguir a aprovação dos estatutos da Associação, e que ali alguns tenham contribuído.
- 253Cf. crítica do doutor Nobre de Mello, no Brado Africano de 9-4-1932, constatando que esse jornal nunca protestou contra régulos, cabos e in dunas.

- 254 Cod.11-1521.
- 255 White 1974:186; Cod.1501, que tem registos de trabalhadores emigrados de 1886, 1889-1891, 1892, 1893-6, 1900-1902. A emigração deve ter sido mais contínua mas possivelmente não havia escrivão para passar as listas soltas para o livro.
- 256 Brado Africano, 6-2-1932, e anúncio em 9-4-1932.
- 257 C.f. T.O. (entrevistas em Coguno e Inharrime, 1981).
- 258 Cech 1974. A partir de 1981/82 esta redistribuição de funções está mais ou menos suspensa, com o recuo do transporte terrestre, reabertura do porto, etc.
- 259 Cf. poema de J.Craveirinha, ca.de 1980.
- 260 Reprodução de uma fotografia com o título "Ngungunyani a hosi yo gume-sa ya vaTshwa" na sua primeira obra "A mulavetli..." como frontespício.
- 261 Mulaveteli 23-4, Nkutsulani 43-44.
- 262 Mukhombo, Nkutsulani, pp.83-84.
- 263 Nkutsulani, p.85. Essa fome é também conhecida em outras zonas por fome de 'mitzondzo', etc.
- 264 Minutes 1915:10.
- 265 Mukhombo, Mulaveteli: 15.
- 266 J.A.Persson in Nkutsulani, p.3.
- 267 Nkutsulani, 3-4, prefácio de J.A.Persson.
- 268 Santos 1937:100-101. O termo "mafundiça" é aportuguesado. O singular em Tswa para "pastor" e "mufundisa", plural "vafundisa", uma palavra derivada de fundisa (ensinar). A única influência benéfica que Santos cons tata é o combate ao alcoolismo.
- 269 A.H.M., Ad.Civil, Cx.1214, Processo Cadastro missões estrangeiras 1934-35, Nota, Morrumbene 4-1-1935. Esse cadastro menciona entre outros Da vida Maperre, Naftali Mbanze, Elias Mucambi, etc.
- 270 Rita-Ferreira 1961, nº592. Publicado por Central Mission Press, Cleveland (Tvl) 79pp. Em 1949 foi publicado um outro livro da autoria de Mukhombo com o título muito semelhante de "Tikaingani ta nwavundlani no vanghana vakwe" Cleveland (Tvl): C.M.P., 64pp. É possível que se trate de uma segunda edição, já na nova ortografia adoptada ca.1948-9.
- 271 A.Rita-Ferreira assinala uma edição dos Nkutsulani de 1945, de 111pp. Trata-se possivelmente da primeira edição (nº593).
- 272 Prefácio de J.A.Persson em Nkutsulani, p.3.
- 273 Mencionamos o facto porque Mondlane se interessou pela cultura tradicional desta região, regressando com o conhecimento do "hino nacional" dos Dzivi da região de Cambine para Manjacaze.

- 274 Persson in Nkutsulani, pp.3-4.
- 275 Em 1912, Marrengule era evangelista anglicano em Homoine (cf. Sanches Miranda 1912).
- 276 Cf. Butselaar 1984:38-9, 83. Baptizado em 1878 em Spelonken, evangelista desde 1882, e em Moçambique desde 1890. O nome é escrito Jakob Mhalambala (Mulaveteli 69, 72) mas o assunto tratado, história de Gaza, deixa pensar que fosse realmente um membro da família Mhalambala, que devia estar familiarizado com a história de Gaza.
- 277 Uma excepção constitui o texto "A timu hi va Nyokweni", pp.47-49.
- 278 Indica, no entanto, a data correcta da morte de Manucusse, 1858 (p.73).
- 279 Nkutsulani, p.49, começa com um texto sobre os Matsinye de Mandlakazi, para continuar com alguns elementos sobre Xikungusa (Morrumbene).
- 280 Nkutsulani, p.99, fala dos gafanhotos do período ca.1894-1902, e diz: "Estamos contentes porque actualmente não existem", sem fazer a mínima alusão à invasão espectacular de 1933.
- 281 Mbanze 1970:2. É possível que Saute fosse o apelido da mãe.
- 282 Entrevista com o pastor Feliciano Njetimane, Mapuro 1986, T.O. 235 B. As informações de Njetimane e Mbanze não coincidem e em parte são aparentemente contraditórias.
- 283 Mbanze 1970:2, 20.
- 284 Informação do pastor Nhancale, 1986.
- 285 Não confundir com Quissico, em Zavala. A área corresponde ao "Quissico Grande", que está documentado como perto de Morrumbene desde ca.1827 e provavelmente já ali existia no século XVIII. É provável que a linhagem de Xisiku se tenha dividido devido a guerras e que uma parte tenha ficado em Quissico enquanto que a outra foi arrastada para norte. O acontecimento deve ser anterior às guerras dos Nguni, no século XIX.
- 286 Mbanze 1970:20.
- 287 Entrevista em Cambine, 7-9-1981, com Manuel Matcekano Mukhambi, Nathaniel T.Navesse, Sikovele F.Njetimane e outros (citada de memória porque a cassetete original desapareceu).
- 288 Mucambe 1948:5 (em casa do pastor Tomas S.Navess); 54 "nyamukla lezi", (1936).
- 289 Mucambe 1948:58, baseados provavelmente em narrativas do evangelista Jotamo Meheme.
- 290 Mucambe 1948:34,50; cf.com o relatório de Montanha, ISANI, A.H.M. Adm. Civil, Cx.30.
- 291 Mucambe 1948:5-6.
- 292 Idem, 21-2.
- 293 Idem, 29.

- ²⁹⁴Op.cit., p.31, dá também uma lista de 14 dos mais de 20 regimentos dos Nguni de Gaza, havendo provavelmente algumas informações erradas nesta lista.
- ²⁹⁵Op.cit., p.42, 47-48.
- ²⁹⁶Cf. Mucambe 1948:24-28, sobre a conquista do país pelos Dzivi, pp.33-35 sobre os nwanati. O dialecto antigo dos nwanati na zona de Mandlakazi, substituía os laterais por g ou k. P.e. kuga (comer) em vez de kudla, nklanu, nyamukla, em vez de ntlanu, nyamunthla, e por isso a sua inclusão entre os Tswa parece aceitável. As gerações mais novas desta zona falam geralmente o Changana, talvez um efeito tardio das conquistas dos Nguni e da divisão administrativa moderna.
- ²⁹⁷Mucambe 1948:15, 21, 30-31, 35-51 (sobretudo os Makwakwa e Mahuntse).
- ²⁹⁸Idem, 42.
- ²⁹⁹Op.cit., p.8.
- ³⁰⁰Mucambe 1948:11, 16-17, 19.
- ³⁰¹Op.cit., p.29.
- ³⁰²Rita-Ferreira 1961:140: nº588, Tikaringani ta vanhu va wuTshwa, Cleveland (Tvl), C.M.P., s/d, 51pp.; A mabingu ya baTshwa, Cleveland (Tvl), C.M.P., 1945, 56pp., e nº591, Munghana wa zivanana, Cleveland (Tvl), C.M.P., 1959, 64pp.
- ³⁰³Está prevista a sua edição bilingue com o título "a matimu ya Gaza/história de Gaza". Makavi nasceu em 1897, em Gaza, e morreu em 1982 em Maputo.
- ³⁰⁴A presença de Mondlane em Cambine deve-se ao facto de já não ter sido possível enviá-lo para a escola de Alvor (ou uma escola normal para professores, que devia substituí-la). Cf. entrevista do pastor Daniel Conwane (Nkonwane) concedida ao Notícias, Notícias 24-1-1989, p.3.
- ³⁰⁵Sugerimos uma análise dos colaboradores e correspondentes do Brado Africano neste sentido. Talvez haja mais cartas como a do então jovem Abner Sansão Muthemba, que pergunta em 1940 se o Brado Africano não podia ser traduzido por Huwa ya bana ba Africa (Brado Africano de 8-6-1940).

FONTES

Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, Códices 25, 54, 183, 239, 385, 388, 447, 448, 611, 764, 1124, 1143, 1175, 1226, 1227, 1381, 1535, 1544, 1659, 1721, 4499, 4543, 4638, 5745, 5876, Inh., Gov. do Distrito, C.8-30, 8-52.

Inspeções... Cx.30, 31 Relatórios das inspeções às circunscrições de Inhambane por A.A.Furtado Montanha (1938) e Raul Candido dos Reis (1944), Júlio Augusto Pires 1947.

Fundo de Tradição Oral: Transcrição da cassete T.O. 235 B, 238, etc.

Sumários de entrevistas de Vicente Mainga 1981 (segundo notas tomadas durante a própria entrevista). Notas de Teresa Oliveira, 1981.

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Moçambique Avulsos (em Caixas, segundo a data do documento, cópias na hemeroteca do A.H.M.), mas citado em parte segundo a organização existente em 1964.

National Archives, Pretoria, Serie SS (Staatssekretaris) e Landdros Lydenburg.

OBRAS

(citadas por autor ou título [revistas, colecções])

Alberto, M. Simões e Francisco A. Toscano 1942: O Oriente Africano Português: Síntese Cronológica. Lourenço Marques (omite os governos interinos e rebeliões de Inhambane).

Andrade, A.A. Banha de, 1955: Relações de Moçambique Setecentista, Lisboa, A.G.U.

Annaes do Conselho Ultramarino, parte não official. Lisboa, 7 vols. 1854-1866.

Arquivo das Colónias (Rev., Lisboa 1917 até ca.1933).

Bandeira, Visconde de Sá, 1861: Zambézia e Sofala. Mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos, portugueses e estrangeiros. Lisboa (mostra a rota de Rita Montanha).

Bannerman, J.H., 1981: Hlengweni: The history of the Hlengwe of the lower Save and Lundi rivers, from the late eighteenth to the mid-twentieth century. Zimbabwean History XII:1-43.

Barnard, F.L., 1848: A three years' cruise in the Mozambique Channel for the suppression of the slave trade. London 1848 (existe também um reprint).

Beach, D.N., 1980: The Shona and Zimbabwe 900-1850. London & Gweru.

Bleek, W.H.D., 1856: The languages of Mozambique. Vocabularies of the dialects of... from the manuscripts of Dr. Wm. Peters, London.

Boletim Oficial do Governo Geral de Moçambique, desde 1854.

Brado Africano, Lourenço Marques.

Butselaar, Jan van, 1984: Africains, missionaries et colonialistes: Les origines de l'Eglise Presbyterienne du Mozambique (Mission Suisse), 1880-1896. Leiden: Brill (Studies on Religion in Africa, V).

Cabral, A., 1910: Raças, usos e costumes dos indígenas do districto de Inhambane. Lourenço Marques, Imprensa Nacional.

Cabral, J. Ricardo Pereira, 1912: Districto de Inhambane: Relatório do Governador 1910-11. Lourenço Marques.

Cabral, J.R. Pereira, 1913: Districto de Inhambane: Relatório do Governador 1911-12. Lourenço Marques.

Capela, J, e Medeiros, e., 1986: O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902. Maputo, NE, UEM.

Cardoso, A.M., 1887: Expedição às terras de Muzilla em 1882. Bol. da Soc. de Geogr. de Lisboa VII:153-190 (relatório datado de 18 de Abril de 1883. Início e fim da missão em Inhambane).

Cech, D., 1974: Inhambane: Kulturgeographie einer Küstenlandschaft in Südmoçambique. Wiesbaden: Braunsch. Geogr. Studien 4.

Cortesão, A. e Mota, A. Teixeira da, 1960: Portugaliae Monumenta Cartographica. Lisboa (com interesse principalmente os volumes IV e V).

Cunha, J.d'Almeida, 1885: Estudo acerca dos Usos dos Banianes, Bathiás... e Indígenas... Moçambique, XLII e 150pp.

de Vaal, J.B., 1953: Die Rol van João Albasini in die Geskiedenis van die Transvaal. Archives Year Book for South African History, XVI, vol.I, 1-154.

Dias, L.F. de Carvalho, 1954: Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique (sec.XVIII). Lisboa, J.I.U., Anais, vol.IX.T.I.

Dionísio, A.M., 1965: Inhambane no passado: o mais antigo edifício público de Inhambane. Brado Africano 5/6, 1965, pp.1,6.

Dionísio, A.M., 1968: Praça de Nossa Senhora da Conceição e Forte de S. João da Boa Vista. Monumenta 4:25-28.

Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central. Lisboa 1962-19 (8 vols. cobrindo 1497-1580).

Duarte, R.T., 1987: Moçambique e o Índico. Maputo, Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, nº 3: 3-20.

Earthy, E.Dora, 1933: Valenge Women. London.

Erskine, St.Vincent W., 1875: Journey to Umzila's in 1871-2. Journ.of Roy. Geogr. Soc., vol.45: 45-128.

Erskine, St.Vincent W., 1890: Five journeys of exploration in South Eastern Africa. (Manuscrito e cópia dactilografada no Arquivo da Sociedade de Geografia de Londres).

Fernandes, M.R.Pinto, 1966: Apontamentos para a história de Inhambane sob D.Miguel. Monumenta 2: 31-50.

Fonseca, Duarte Manuel da, 1850: Boletim nº 50, referência ao mez de Janeiro de 1850, Duarte Manuel da Fonseca, Escrivão encarregado do Brigue de Guerra Nacional = D.João de Castro = [folha impressa, talvez a bordo do navio, de tamanho 45,5 X 32,5cm, contendo um catálogo dos governadores de Inhambane e lista de chefes tributários, bem como dos 16 principais residentes. Raro. Uma cópia no A.H.U., papéis do Marquês de Sá da Bandeira, maço 2].

Franco, A.de Mendonça, 1887: Relatório do Facultativo da Expedição. Bol. Soc. Geogr. Lisboa VII:190-210 (v.Cardoso 1887, dados sobre agricultura perto de Inhambane, etc.).

Fuller, Charles Edward, 1955: An ethnohistoric study of continuity and change in Gwambe culture. Ph.D. dissertation: Northwestern University(University Microfilms).

Fuller, Charles Edward, 1959: Ethnohistory and the study of culture change in Southeast Africa. In William Bascom & Melv.J.Herskovits, Continuity and Change in African Cultures. Chicago:113-121.

Gavetas (as) da Torre do Tombo. Vol.XII, Lisboa 1977.

Gomes, A., 1648 [1959]: Viagem que fez o padre António Gomes, da Companhia de Jesus, ao império do Monamutapa, e a assistência que fez nas ditas terras durante alguns annos. Notas de E.A.Axelsson, Studia 3, 1959:155-242.

Helgesson, A., 1971: The tshwa response to Christianity. A study of the religious and cultural impact of protestant Christianity on the Tshwa of Southern Mozambique. Johannesburg: Witwatersrand M.A. Thesis (286pp.).

Henriques, C.Côrrea, 1916: Districto de Inhambane. Relatório do Governador 1913-15. Lourenço Marques.

Homem, Arthur Borges Pinto, 1910: Relatório da Circunscrição de Homoine, 1909-1910. A.H.M., S.E.a III, p.7, nº 108-1.

Junod, H.P., 1927: Some notes in Tshopi origins. Bantu Studies III:57-71.

Khoury, I., 1983: As-Sufaliyya "The poem of Sofala" by Ahmad ibn Magid, translated and explained by.... Coimbra, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Série Separatas 148.

Korfmann, M., Liesegang, G., e Smolla, G., 1986: Afrika-Kartenwerk, Blatt S., Historische Karte. Berlin & Stuttgart: Borntrager.

Kruger, D.W., 1938: Die Weg na die see. Argief-Jaarboek vir Suid-Afrikaanse Geskiedenis I, vol.1:31-232.

Kuka (A) ka Mixo (folha semanal publicada pelo menos de 1915 a 1930 pela Inhambane Mission Press, provavelmente em Chicouque, mais tarde reunida na África do Sul por Mahlahle).

Lanham, L.W., 1955: A study of Gitonga of Inhambane. Johannesburg: Witwatersrand U.P. Bantu Linguistic Studies 1, 264pp. (multicópia).

Liesegang, G.J., 1968: Beitrage zur Geschichte des Reiches der Gaza Nguni im sudlichen Moçambique 1820-1895. Köln (Tese de Doutoramento de 1967).

Liesegang, G.J.,(ed), 1986: [A.J.Nobre] A Guerra dos Reis Vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais Reinos Viziños contra o Presídio da baía de Lourenço Marques. Maputo: AHM & NE, Documentos 1.

Liesegang, G.J., 1989: Sofala, Beira e a sua Zona (c.900-1894).Arquivo 6: 21-64.

Longle, A., 1886: De Inhambane a Lourenço Marques. Bol.Off. 1886: 59 - 67 (também Bol.Soc.Geogr. Lisboa 6, 1886:13-36).

Makavi, Gabriel, 1980: Muambi wa Vubumabumeri. Braamfontein: Sasavona.

Makavi, Gabriel (Ms de 1927, a publicar): A Matimu ya Gaza.

Mapa, Colónia de Moçambique, Província do Sul do Save 1:100.000, Compartimento 41 e 42. Lourenço Marques, Serv.Geogr. e Cadastr.

Matos, M.L. Correia de, 1973: Origens do povo Chope segundo a tradição oral. Mems. Inst. Inv. Cient. Moç. 10, série C.

Mbanze, Neftali Job, 1970: Elias Saute Mucambe. O amigo do pastor, Maio-Setembro, 1970:1-3, 20.

Mbanze, Neftali J., 1981: A Ngango wa muTshwa. Braamfontein: Sasavona [re impressão da 6ª edição]. Mbanze nasceu ca. 1898. A primeira edição deve datar dos anos 30 ou 40. A 5ª foi publicada antes de 1954 pela Central Mission Press de Cleveland (Tvl).

McLeod, Lyons, 1860: Travels in Eastern Africa; with a narrative of a residence in Mozambique. London, 2 vols.

Minutes of the East Central Africa Mission Conference of the Methodist Episcopal Church held at Old Umtali, Rhodesia, Jan. 20-27, 1915, 11th session (Chicue): Inhambane Mission Press 1915 [70pp.].

Miranda, Artur Edm. Sanches de, 1911, 1912, 1913: Homóine, relatórios 1910-11, 1911-12, 1912-13. A.H.M., S.E. aIII, p. 7.108-2.

Montanha, J. de Santa Rita, 1858: Relatório da viagem de ida, estada e volta aos Holandeses da Republica Hollandeza Africana, existente no interior do sertão da costa de África, por... Annaes do Conselho Ultramarino, parte não official I: 317-354.

Montanha, António Alberto Furtado, 1938: Relatório e documentos referentes à inspecção ordinária às circunscrições do distrito de Inhambane. AHM, Inspeções, Cx. 30 [Inclui o documento seguinte].

Montanha, António Alberto Furtado, 1939: Relatório duma inspecção às circunscrições dos distritos de Inhambane, 1938 (40pp., datado de L.M., 23 de Fevereiro de 1939), A.H.M., Inspeções, Cx. 30.

Montez, C., 1958: Arquivo Histórico de Moçambique, Inventário do Fundo do Século XVIII. Lourenço Marques (também publicado em Moçambique, Documentário Trimestral, em varios locais).

Moreira, Ed., 1936: Portuguese East Africa: a study of its religious needs. London, Word Dominion Press.

Mucambe, Elias Saute, 1948: A matimu ya Batswa. Cleveland (Tvl): The Central Mission Press (1ª edição).

Mudenge, S.I.G., 1988: A political history of Munhumutapa c. 1400-1902. London & Harare: James Currey & Zimbabwe Publishing House.

Mukhombo, A.S., 1954: A mulaveteli wa ntumbulukulu wa vaTshwa. Cleveland (Tvl): Central Mission Press (5ª edição).

Mukhombo, A.S., 1955: A nkutsulani wa matimu ya VaTshwa. A timhaka ta kale ti khedzelwako hi... Cleveland (Tvl): The Central Mission Press (3ª edição).

Neves, Diocleciano Fernandes das, 1878: Itinerário de uma viagem à caça dos elephantes. Lisboa, 283pp., coautorizado por Ilídio Rocha, com o título: Das terras do império vatua às praças da república boer. Lisboa, ed. D. Quixote [posfácio biográfico de Ilídio Rocha útil, traz elementos novos mas não se refere a algumas das fontes existentes no A.H.M., em Moçambique. Está datado de 1986].

[Nobre, António José, 1835]: A guerra dos reis vátuas... Maputo:AHM & NE, 1986 (série documentos 1).

Nunes, Joaquim 1919-21: Inspecção das circunscrições civis do districto de Inhambane: Relatório dos serviços executados nos anos económicos de 1913-14 e 1914-15. Bol.Soc.Geogr. de Lisboa, 37-39.

Peixe, J.dos Santos, 1962: Ligeiros apontamentos sobre a curandice espírita entre o povo Ba-Tswa. Bol.Soc. de Est. de Moç., nº 130:5-24.

Pélissier, René, 1987-8: História de Moçambique: Formação e oposição 1854-1918. Lisboa, Imprensa Universitária, Ed.Estampa, 2 vols. [Titulo original: Naissance du Mozambique: Résistances et Revoltes anti-coloniales. Orgeval 1984, 2 vols.].

Persson, J.A., 1928: An English-Tswa dictionary. Cleveland (Tvl), 2ª edição 1957.

Persson, J.A., 1933: Vardagsliv och hogtidsstunder i Inhambane [Vida dos dias de trabalho e horas festivas em Inhambane]. Stockholm: Nya Bokförlags AB.

Pinto, Caetano dos Santos: Viagem de Inhambane às Terras de Manicussé em 1840. Arquivo das Colónias, I, nº 6, 1917:269-274.

Ranger, T., 1989: Missionaries, migrants and the Manyika. In: Vail, L.ed. The Creation of tribalism in Southern Africa. London: James Currey.

Rego, Paulo do, 1918-1919: Esboço Corográfico do districto de Inhambane levantado sob a direcção do Governador do Districto 1:250.000.

Pires, Júlio Augusto, 1947: Relatório da Inspecção administrativa, Inhambane. A.H.M., Inspecções, Cx.30.

Pires, J.A. Megre, 1939: Inhambane: usos e costumes indígenas. Anuário da escola Superior Colonial, 18, 1937, 93-115.

Ribeiro, A.Sousa, 1940: Anuário de Moçambique. Lourenço Marques.

Ribeiro, M.F., 1877: A província de S.Tomé e Príncipe e as suas dependências ou... Lisboa [trata todas as colónias portuguesas, e Inhambane em pp. 286-299, ca.1870-75].

Rita-Ferreira, António, 1957: Esboço sociológico do Grupo de povoações Meu. Bol.da Soc. Est. de Moç. 26(106):77-180.

Rita-Ferreira, António, 1961: Bibliografia etnológica de Moçambique (das origens até 1954). Lisboa, J.I.U.

Rita-Ferreira, António, 1982: Presença luso-asiática e mutações culturais no sul de Moçambique. Lisboa: Est.Ensaio e Doc., nº 139.

Rita-Ferreira, António, 1989: A sobrevivência do mais fraco: Moçambique no 3º quartel do século XIX. In: Santos ed., 1989:299-348.

R.S.E.A. = Records of South Eastern Africa, v.Theal, G.Mc.Call.

Santana, Fr., 1964-1974: Documentação avulsa moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino, I-III, Lisboa.

Santos, Carlos Affonso dos, 1937: Relatório do Governo do distrito de Inhambane nos anos de 1931-1932-1933 e 1934. Lisboa.

Santos, Luis Feliciano dos, 1941: Gramática da língua Choape. Lourenço Marques.

Santos, Luis Feliciano dos, 1949: Dicionário Português-Chope e Choape-Português. Lourenço Marques [na capa, ano de publicação 1950].

Santos, Maria Emília Madeira, 1988: Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África. Lisboa (2ª edição. A 1ª em 1978).

Santos, Maria Emília Madeira, 1989: I Reunião Internacional de História de África. Relação Europa-África no 3º Quartel do século XIX. Actas. Lisboa.

Sarmiento, (José?), 1912: 4ª Circumscrição civil de Inhambane-Morrumbene: Resposta ao questionário sobre os usos e costumes. Ms in A.H.M., Secção Especial III p.6, nº 62.

Sequeira, A.de Melo, 1933: Vilanculos (Bol.da Soc.Est. de Moç. 8:37-64;9:41-61; 11:33-63; 12:17-59 (também como separata com paginação diferente).

Silveira, Luis da [1957]: Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar. Lisboa, J.I.U., 3 vols [de interesse o vol.2, sobre África].

Sinclair, P., 1982: Chibuene: a early trading site in Southern Mozambique. Paideuma 28:149-64.

Soares, Bernardo de Castro 1729 (documento cit. na nota 34).

Sousa, Alice M., 1938: A Terra da Boa Gente. Moçambique Documentário Trimestral, nº 13, 21-34.

Sousa, António de Figueiredo Gomes de, 1939: Exploradores e naturalistas da flora de Moçambique. Moç.Doc.Trimestral, nº 18:49-85 (sobre C.A.Fornasini 1805-1868).

Theal, Geo.Mc Call 1898-1903: Records of South Eastern Africa. London (Reprint Cidade do Cabo 1964).

Vaz (de Almada), João, 1625: Tratado do sucesso que teve a nau S.João Baptista...Lisboa, Reimpressão em Theal, vol.VIII:1-68. [Na reimpressão e provavelmente já na impressão de 1625, um grande número de nomes locais são deturpados por má leitura (p.e.Quevendo em vez de Quirundo), mas alguns cartógrafos parece terem tido acesso ao manuscrito original ou outras fontes mais directas, transmitindo os nomes com menos deturpações (ou com outras, como p.e. Xenba em vez de Chamba)].

Vaal, J.D.de,v.de Vaal.

Villa de Inhambane, Escala 1:10.000. [Pormenor do mapa "Província de Moçambique: Carta dos districtos de Lourenço Marques e de Inhambane". 1:1.000.000. Lisboa 1893 (L.Couceiro des.)].

White, Ch.B., 1974: New England Merchants and missionaries in coastal nineteenth century Portuguese East Africa. Boston Ph.D. (Univ.Microfilms).

Wicki, I ed. Monumenta Missionum Societatis Jesu... Documenta Indica.vol. IV (1557-1560), Roma 1956; vol.V (1561-1562), Roma 1958.

Xavier, A.A.Caldas 1881: O Inharrime e as guerras Zavalla. Bol.da Soc. de Geogr. de Lisboa 2:477-528.



O REI MAHUNTSE MAKWAKWA: RELATOS DE TRADIÇÃO ORAL

Compilação de Teresa Maria Santos Oliveira

Introdução

O programa de recolha de tradições e reminiscências históricas existe no Arquivo Histórico de Moçambique desde 1981.

A colecção sonora resultante deste programa reúne já centenas de relatos e entrevistas que abrangem uma diversidade temática, regional e linguística significativas.

O Arquivo Histórico de Moçambique pretende divulgar extractos ou compilações destes documentos sonoros já transcritos e traduzidos, com eventual valor como fontes para a pesquisa histórica.

Durante o mês de Setembro de 1981, uma das brigadas do Arquivo Histórico de Moçambique percorreu algumas localidades situadas na região entre Chidenguele e Morrumbene, e para o interior até Pande, onde recolheu e registou diversos relatos orais.

Neste nº 8 do Boletim "ARQUIVO", cujo tema é a região de Inhambane, divulgamos as tradições do grupo "Makwakwa", seleccionando dois relatos feitos por um dos descendentes da linhagem da dinastia real¹, que narra não só a versão de origem deste grupo como da dinastia que dominava no século XIX, e a narração de um descendente da linhagem chefal na região de Nyaruluka², que se viu confrontada nos anos sessenta do século passado com o poder político dos Makwakwa. O segundo narrador relata os momentos dramáticos vividos pela corte de Mahuntse e dos grupos familiares Makwakwa, quando o cerco das tropas portuguesas de Inhambane, aliadas aos regimentos Nguni de Mawewe, pretendia aniquilar o poder de Mahuntse Makwakwa na região de Inhambane.

As narrativas orais recolhidas em 1981 confirmam as versões recolhidas cinquenta anos atrás e publicadas em 1945 e 1955, em língua xi-Tswa, por Elias Mucambe e Aron Mukhombo³, assim como as fontes escritas portuguesas, que datam a presença do grupo Makwakwa desde o século XVIII e

destacam o rei Mahuntse Makwakwa como um dos importantes chefes políticos da região, não avassalado quer ao poder português de Inhambane quer ao poder Nguni instalado em Gaza ⁴.

Gerhard Liesegang⁵, orientador em 1981 da brigada do Arquivo Histórico de Moçambique e profundo conhecedor das fontes escritas portuguesas, apresenta no artigo publicado neste Boletim uma visão da panorâmica histórica de Inhambane nos séculos XVIII-XIX, que nos permite compreender a narrativa que passamos a transcrever.

Solomoni Makwakwa :

"Eu sou Muhambi, filho de Khokholo, filho de Mehuntse, de Ndindani, de Xilatani, de Makumbani, de Makumba-ku-Risi, de N'wa-Nghonya-Livati, de Xinengana-xa-Nyaxinjiri, de N'wa-Xixungwe-xa-Makuti, de N'wa-Xipulepule, de Nkome, de Makwakwa.

Pande foi o primogénito de Mahuntse. Fixou-se aqui [onde de mais tarde] os portugueses vieram instalar a Secretaria [da Administração].

O nome que lhe foi dado pelos pais era Magandani, mas por saber muito sobre drogas (raízes) deram-lhe o nome de Pande.

Mahuntse veio de Chibuto com o seu pai Ndindani⁶.

Os antepassados tinham vindo de Vecha [Zimbabwe] e haviam-se fixado próximo do rio Nkomati. Aqui lutaram com os Mahlangana.

Os que vinham de Vecha usavam uns frutos chamados Makwakwa como armas, e com estas armas venceram os Mahlangana. Por este motivo as populações daquela área passaram a denominá-los por Makwakwa. Antes, eram de apelido Nkome, e quem os chefiava era N'wa-Xiga-Vanhu, Hiliolovela, que significava 'come pessoas quando se zanga'.

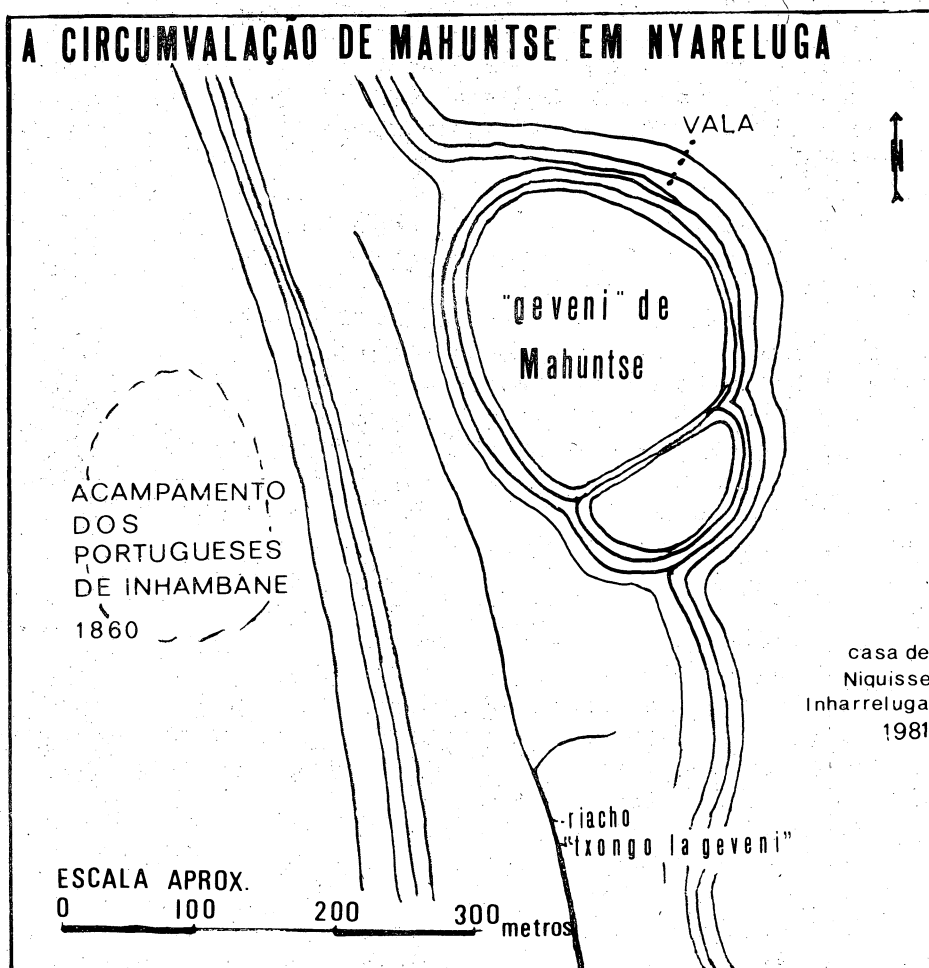
N'wa-Xiga-Vanhu gerou Nghony-Livati, que gerou Makumbani e Makhumba-ku-Risi, que gerou Xilatani, que gerou Ndindani, que gerou Mahuntse, que gerou Nagandani (Pande).

Mais tarde, Xilatani e Makumbani vieram fixar-se em Chibuto, e foi aqui que Xilatani morreu.

Os seus filhos, Mahileni, Ndindani e Mahuntse vieram fixar-se em Hon'wini [Homóine]⁷.

Mahuntse fixou-se depois em Nyanombe, em Inharrime.

Foi em Nyanombe que Mahuntse soube que os portugueses e os Nguni pretendiam atacá-lo porque recebia os escravos que fugiam⁸. Então Mahuntse construiu um grande fosso e fortificou-o ('geve')."



Nikisi M. Nyaruluka

"Eu cheguei a ver a paliçada, embora alguns paus estivessem queimados e outros podres ⁹.

A gente daqui, ao ver-se atacada e as suas machambas pilhadas pelos Makwakwa, foram pedir ajuda aos portugueses.

Nesta altura o chefe desta zona era Maiete (Columbina ni) de apelido Nyaruluka. Foi ele que participou na guerra contra Mahuntse.

O cerco durou muito tempo e começou a haver muita fome.

Como havia várias saídas, mandavam grupos de dois homens cada em busca de alimentos. Saíam de noite, pilhavam e regressavam à fortificação.

Os donos das machambas seguiam as pegadas e procuravam acertar-lhes com as suas flechas, gritando: '— Lá vai ele! Lá vai ele! Cerca essa Vatswa!'

Fugiam com as setas espetadas no corpo. Os que não tinham sido bem alvejados, os mais fortes, conseguiam chegar até à fortificação. Nesse dia tinham feito um bom trabalho! Se um dos atacados regressasse sem nada, era obrigado a regressar em procura de comida, mesmo ferido.

Nesse tempo utilizavam setas difíceis de extrair. Feriam-se as cascas das árvores 'ntshalu' e 'ntshula', e gota a gota derramava-se sobre a ferida, limpando-a e estancando a hemorragia.

Os indunas, ao verificarem que muita gente morria atacada, e perante tanta fome, aconselharam a que se comesse a cozinhar o 'njowo' [vestuário de pele de animal], para comer. Mas as peles acabaram.

'A fome é grande! Mata-nos!'

Começaram a utilizar cascas de árvore que serviam para fabricar medicamentos ('miriva').

Quando já não havia alternativa, resolveram-se a comer crianças ¹⁰. Cada chefe de família devia entregar uma ou duas crianças. Os primeiros a cumprir estas ordens foram os indunas.

Mais tarde, foram atacados por uma praga de piolhos e de matabanha.

Morria tanta gente que não era possível sepultar todos. Então chegou a varíola e morreram ainda mais pessoas.

Os anciãos juntaram-se e foram pedir a Mahuntse para abandonarem a fortificação: 'Era bom que saíssemos daqui, já não enterramos os nossos mortos!'. Porém, Mahuntse recusava-se. E os que concordavam com a ideia de abandonar a fortificação eram condenados à morte.

Em seguida, a sua mãe Ndindani, aconselhou-o novamente a abandonar a fortificação.

Finalmente Mahuntse convenceu-se. Convocou os anciãos e disse-lhes: 'Aceitamos partir!

Contudo ninguém lhe respondia, com receio de ser condenado à morte. Com Mahuntse estavam outros chefes Makwakwa: Vulcanjani, Mangwenyani e Magongolani.

Os anciãos avisaram os regimentos Nguni que iriam abandonar o 'geve' e estes, por sua vez, comunicaram ao chefe Colombinani (Maiete), dizendo: 'Se aparecer alguém trajando peles de animal e com as orelhas furadas, não mates pois são os Makwakwa que vão sair da paliçada e regressar à sua terra'.

A primeira a sair foi Ndindani, mãe de Mahuntse. Mas foi morta por um tiro, pois estava destinado que ela precisava de morrer para Mahuntse se salvar¹¹.

Ao saírem da paliçada invadiram as machambas, desesperados pela fome, arrancando e comendo as mandiocas, mesmo com casca.

Mas tudo isto se passou devido à fome.

Foram saindo durante todo o dia. Os que não conseguiram fugir foram mortos [e a fortificação incendiada].

Mais tarde o chefe Colombinani ocupou a área da fortificação e ali fez a sua machamba".

Solomoni Makwakwa

"Mahuntse subornou os portugueses com pontas de marfim e os indunas de Mawewe com escravos.

Quando Mahuntse e o seu povo saíram do 'geveni' foram refugiar-se no khokholo (fortificação) de Nyamuxwe, em Homoine.

Chocholozzi, o chefe dos regimentos Nguni, regressou à corte de Mawewe e avisou-lhe que os Makwakwa tinham sido exterminados pelos canhões dos portugueses.

Porém, quando Mawewe lhe perguntou por Mahuntse ele não soube responder. Mawewe verificou assim que ele havia sido subornado e condenou-o à morte¹².

Os portugueses continuaram a perseguir Mahuntse, que se viu obrigado a abandonar a fortificação de Nyamuxwe e a refugiar-se em Nyavari (Pande), onde também existia uma fortificação. Então os portugueses desistiram e regressaram a Inhambane.

Foi aqui em Pande que Mahuntse morreu [1872] e lhe sucedeu o seu filho Magandani.

Quando Magandani e a sua mãe N'wa-Kuwomani estavam instalados nesta região chegaram os portugueses, que pretendiam conhecer e falar com o filho primogénito do chefe.

N'wa-Kuwomani aconselhou o seu filho a não se apresentar e a refugiar-se.

Foi assim que Khokholwani, irmão de Magandani, foi registado como chefe Makwakwa, quando chegaram os primeiros portugueses a Pande".

NOTAS

¹Entrevista com : Khokholwani Makwakwa, Solomoni Makwakwa, Zeferino Makwakwa e Celina Makwakwa; conduzida por Gerhard Liesegang, Teresa Oliveira, Mucojuane M.Vicente; interpretada por Cardoso Francisco. Panda (sede do distrito), 4 de Setembro de 1981. Língua Xi-Tswa. Gravação depositada na "Colecção de Fontes Orais da História" do Arquivo Histórico de Moçambique, n.ºs 238 (A/B), 239 (A/B), 240 (A/B), 241 (A/B). Transcrição e tradução de Mucojuane Mainga Vicente. AHM T/T n.º IB12 (209 páginas manuscritas em Xi-Tswa e Português).

²Entrevista com: Nikisi Munothi Nyarutuka: relato sobre o "geveni de Mahuntse"; conduzida por Gerhard Liesegang, Teresa Oliveira, Mucojuane M. Vicente; interpretada por Cardoso Francisco, Francisco Mbanze. Chongola, distrito de Inharrime, 2 de Setembro de 1981. Língua Ci-Copi. Gravação depositada na "Colecção de Fontes Orais da História" do Arquivo Histórico de Moçambique. C. n.º 232 (A/B). Transcrição e tradução de Mucojuane Mainga Vicente. AHM T/T n.º IB06 (30 páginas manuscritas em Ci-Copi e Português).

³A Matimu ya Batswa, de Elias S. Mucambe. Cleveland, Transvaal: Central Mission Press, 1948. A Nkutsulani wa Matimu ya Vatswa, de Aron S. Mukhombo. Cleveland, Transvaal: Central Mission Press, 1955 (3ª ed.). Os capítulos referentes a Mahuntse, pp.18-22 da obra de Mukhombo, e os capítulos da obra de Mucambe, entre as páginas 39 e 50, encontram-se traduzidos pelo Arquivo Histórico de Moçambique. Tradução de Mucojuane M. Vicente, revisão de Gerhard Liesegang e Teresa Oliveira. AHM n.º IB13.

⁴O extracto da notícia do capitão Bernardo da Costa Soares, de 1729, citado no artigo de Gerhard Liesegang publicado neste boletim (vide nota seguinte), refere Makwakwa como uma das chefaturas políticas importantes do interior de Inhambane, a Norte do rio Limpopo.

⁵Gerhard Liesegang, "Acheegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da História de Moçambique II-III: Três autores sobre Inhambane: Vida e obra de Joaquim de Santa Rita Montanha (1806-1870), Aron S. Mukhombo (ca.1885-1940) e Elias S. Mucambe (1906-1969)", no presente número deste boletim "ARQUIVO".

⁶Elias Mucambe (1948) relata ainda com mais detalhe: "Quando Ndindani morreu o seu lugar foi ocupado pelo seu filho Mahuntse. Este rei encontrou tudo preparado: os bens do governo, os regimentos para as guerras, as azagaias e espingardas para lutar contra os seus inimigos. Ele apenas precisava de usar tudo isto. Nessa altura, o reinado dos N'warati não pagava tributo aos brancos nem aos Nguni" (p.39).

⁷Segundo Liesegang (1990), a saída de Mahuntse para Homoine relaciona-se com a expansão do governo de Manicusse para a área de Chibuto.

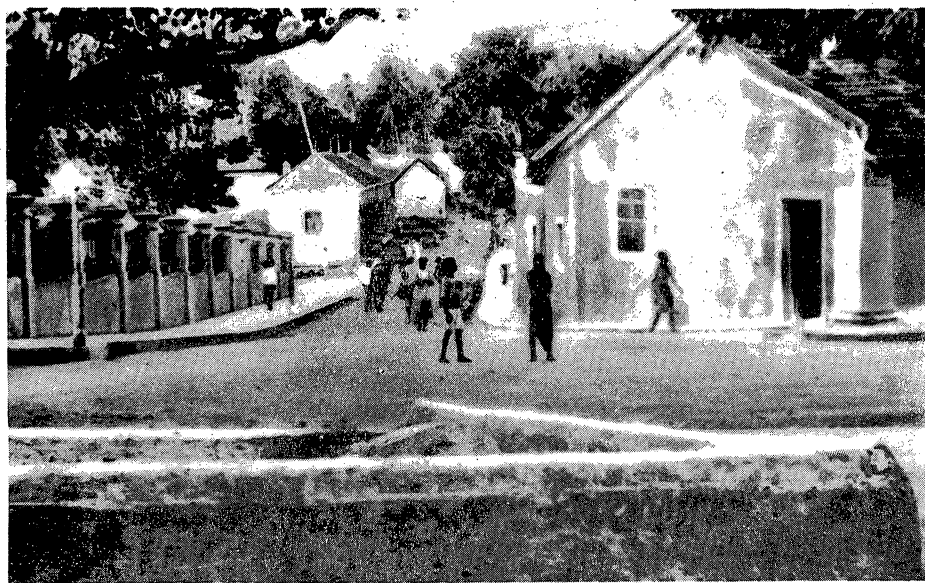
⁸A causa próxima do conflito que leva ao cerco da fortificação de Nyaruluka é o conflito gerado pela fuga de escravos de Inhambane e do Estado de Gaza para as terras de Mahuntse. Porém, o nosso narrador em Nyaruluka apresenta como causa a opressão de linhagens Copi pelo poder Makwakwa. Mucambe (1948) apresenta a aliança entre Mahuntse e Muzila como o factor principal que leva Mawewe a pedir o apoio dos portugueses de Inhambane na realização de um ataque a Mahuntse (op.cit., p.39).

⁹De todos os relatos existentes sobre o geveni de Mahuntse, o de Mucambe (1948) é o mais completo: "(...) o fosso levou 3 anos a ser construído e era comprido e fundo e lá espetaram paus aguçados. (...) uma paliçada circundava todo o fosso. Esta paliçada era compactada com cascas de árvore e terra seca, de forma a evitarem os canhões inimigos. (...) havia uma cobertura de paus que servia de ponte para se entrar e sair. (...) na parte alta da paliçada havia vigias para as sentinelas, que dia e noite vigiavam o movimento dos inimigos (...)" (op.cit., pp.40-1).

¹⁰O relato trágico é também apresentado em Mucambe (1948) e Mukhombo (1955), embora em Nyaruluka o nosso narrador tenha ainda apresentado uma descrição mais exagerada.

¹¹Segundo Mucambe (1948), Ndindani foi apanhada durante a perseguição que os portugueses moveram a gente de Makwakwa e morreu por não querer revelar o esconderijo do seu filho Mahuntse (op.cit., p.45).

¹²Segundo Mucambe (1948), após o fim do cerco ao 'geveni de Mahuntse' Chocholozzi foi apresentar-se a Muzila, que mais tarde foi apoiado por regimentos Makwakwa na guerra contra seu irmão Mawewe (op.cit., p.47). Porém em Pande, os nossos informadores afirmaram que a guerra no 'geveni' havia sido a última de Mahuntse.



A ESTRUTURA DO COMÉRCIO MARÍTIMO DE INHAMBANE NOS MEADOS DO SÉCULO XIX *

Gwyn Campbell**

Inhambane, a região mais meridional de Moçambique depois de Lourenço Marques, apresentava já, nos finais do século XIX, uma população de 480.000. O porto de Inhambane, a capital da região, possuía vantagens naturais consideráveis, na forma de um excelente ancoradouro de abrigo e de um fértil "hinterland"¹. Porém, apesar da abolição, em Outubro de 1853, do monopólio detido pela Ilha de Moçambique sobre o comércio externo², Inhambane, tal como a maioria dos outros portos da colónia, só marginalmente beneficiou do aumento do comércio externo directo.

MOVIMENTO DE NAVIOS LOCAIS E ESTRANGEIROS NOS PORTOS DE MOÇAMBIQUE
NOS FINAIS DA DÉCADA DE 1850³
(navios com origens/destinos declarados)

<u>Porto</u>	<u>Comércio Local</u>	<u>Comércio Externo</u>	<u>Período</u>
Sofala	97.44	02.56	1857-59
Bazaruto	93.10	06.90	1856-58
Inhambane	89.36	10.64	1856, 1858-59
Quelimane	88.98	11.02	1856-58
Lourenço Marques	74.19	25.81	1857-60
Ilha de Moçambique	53.90	46.10	1855-60
Ibo	42.69	57.31	1857-60

Para além do Ibo, do qual se pode dizer que pertencia mais à rede marítima swahili do que a Moçambique, e de Lourenço Marques, mais de 88 por cento das unidades navais de todos os principais portos de Moçambique, exceptuando a Ilha de Moçambique, dirigia-se para, ou saía de, outros portos da colónia. Na verdade, considerando a superioridade de Lourenço Marques, a sul, e a distância em relação à costa swahili, a norte, é de certa forma surpreendente que mais

* Traduzido do inglês

** Universidade de Witwatersrand

de 10 por cento dos navios que entravam em Inhambane, nos anos 1856 e 1858-59, viessem de, ou partissem para, portos estrangeiros ⁴.

A dominância da navegação costeira nos portos de Moçambique, exceptuando a Ilha de Moçambique (e o Ibo), surge reflectida na reduzida tonelagem do tráfico naval entra

MOÇAMBIQUE: TONELAGEM POR PORTO NOS FINAIS DA DÉCADA DE 1850
(para barcos e portos de que há informação)

<u>Porto</u>	<u>Período</u>	<u>Média Anual</u>	<u>Média/Navio</u>
Ilha de Moçambique	1858	33,567.00	84.55
Quelimane	1856-58	2,780.33	93.72
Lourenço Marques	1857, 1859	2,739.00	148.05
Inhambane	1856, 1858-59	2,194.67	149.64
Sofala	1857-59	985.33	86.94

do e saído desses portos. Não dispomos de dados da tonelagem relativos ao Ibo ou a Bazaruto, embora os haja sobre comparação de unidades navais, que parecem confirmar a posição do Ibo como segundo maior porto da colónia, Inhambane como o quinto, próximo de Lourenço Marques, e Bazaruto como o mais pequeno de entre os portos principais.

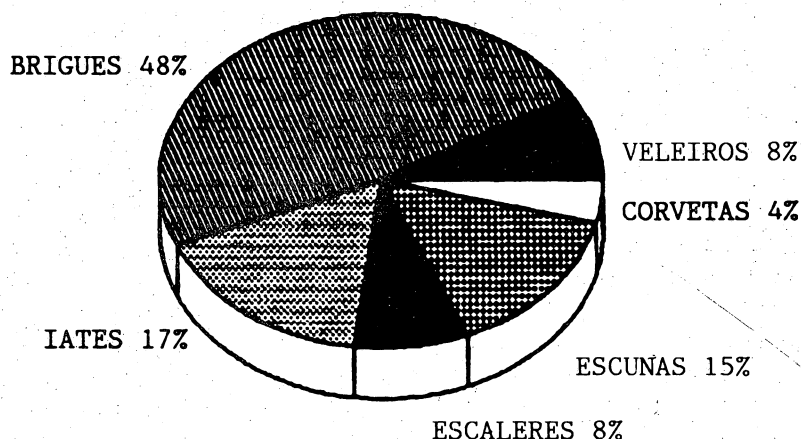
MOÇAMBIQUE: UNIDADES NAVAIS POR PORTO NOS FINAIS DA DÉCADA DE 1850

<u>Porto</u>	<u>Período</u>	<u>Média Anual</u>
Ilha de Moçambique	1858	422.00
Ibo	1857-60	106.00
Quelimane	1856-58	39.33
Lourenço Marques	1857, 1859	19.69
Inhambane	1856, 1858-59	15.67
Sofala	1857-59	15.33
Bazaruto	1856-58	11.67

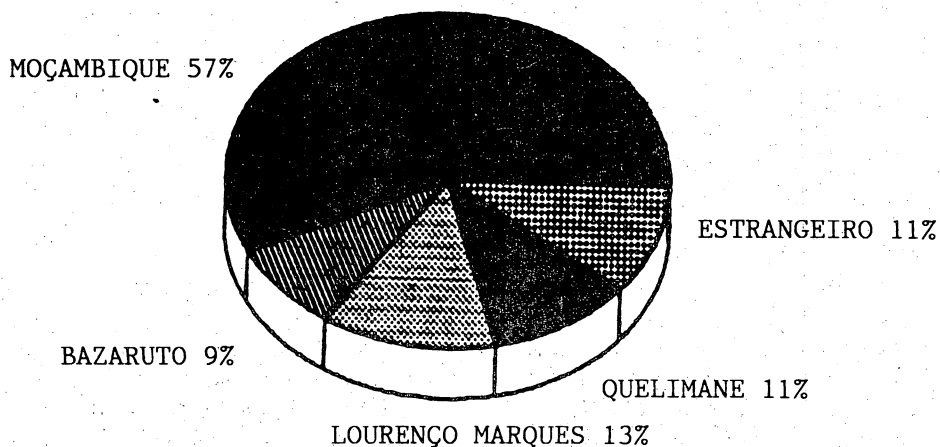
Verifica-se que, em termos de tonelagem, Inhambane manuseou uma média anual apenas 500 toneladas menor que a de Lourenço Marques, enquanto que estes dois portos apresentaram uma média de tonelagem por navio bastante mais elevada que as dos outros portos. Isto explica-se em parte pela distância que os separava da costa swahili, cuja rede marítima, centrada em Zanzibar, alcançava, a sul, até à Ilha de Moçambique. A principal embarcação da rede swahili era o "dhow", cuja tonelagem era bastante menor que a da maioria dos outros tipos de embarcações. Assim, a tonelagem média dos "dhows" que visitaram a Ilha de Moçambique entre 1856 e 1860 era de 40.60 — menos de um terço da tonelagem me-

Inhambane, 1856, 1858-59

TIPO DE EMBARCAÇÃO



DIRECÇÃO DA NAVEGAÇÃO



dia dos barcos que visitaram Inhambane ou Lourenço Marques. Contudo, se bem que eles tivessem contribuído com 50.11 por cento do movimento do Ibo (1857-60), e com 38.51 e 24.56 por cento do tráfico marítimo da Ilha de Moçambique (1856-60) e Quelimane (1856-58), respectivamente, os "dhows" não tiveram qualquer papel no movimento dos outros portos da colónia⁵. Em Quelimane, a embarcação mais corrente era o brigue, uma embarcação à vela de dois mastros, com velas redondas em ambos os mastros e variando em comprimento entre os 22 e os 40 metros, e que podia atingir as 350 toneladas. Os brigues que visitaram Inhambane entre 1856 e 1860 variavam entre as 91 e as 348 toneladas, sendo a sua média de 175.56 toneladas⁶. Os "dhows" estavam assim grandemente limitados ao comércio marítimo de longa distância entre a África Oriental e os arquipélagos ocidentais do Oceano Índico, nomeadamente Mascarenhas, Madagascar e Comores, assim como com a Arábia e a Índia, enquanto que os brigues dominavam o tráfico costeiro no interior da colónia.

Quase 90 por cento do movimento de Inhambane tinha origem em, ou dirigia-se para, portos da colónia. É interessante observar que a escassa informação disponível leva a crer que as viagens de ida para Inhambane, a partir de qualquer porto de Moçambique levavam pelo menos mais um dia que as viagens de regresso.

TEMPO DE VIAGEM DAS EMBARCAÇÕES DE MOÇAMBIQUE VIAJANDO PARA E A PARTIR DE INHAMBANE, EM DIAS

Porto de Origem e Destino	Duração Média de viagem para Inhambane	Duração Média de Viagem a partir de Inhambane
Lourenço Marques	7.00	2.50
Bazaruto	5.00	4.00
Quelimane	?	6.00
Ilha de Moçambique	11.67	10.21

A maioria (64.24 por cento) do movimento de navios de Inhambane com a colónia de Moçambique desenvolvia-se com a Ilha de Moçambique (para a qual Inhambane representava uns escassos 6 por cento do seu movimento de navios dentro da colónia). Tratava-se de menos do que a parte representada pela Ilha de Moçambique na navegação dentro da colónia com Quelimane (95.24 por cento), Ibo (91.04 por cento) e Sofala (82.05 por cento), todos eles portos mais próximos da Ilha de Moçambique, geograficamente, do que Inhambane. Segundo o mesmo princípio, a parte da Ilha de Moçambique no

movimento da colónia com Lourenço Marques (61.29 por cento) era menor do que a do movimento com Inhambane. Todavia, uma proporção muito menor (37.93 por cento) do movimento do Bazaruto com Moçambique era dirigida à Ilha de Moçambique em bora Bazaruto se localizasse a norte de Inhambane⁷.

MOVIMENTO DOS DIVERSOS PORTOS DE MOÇAMBIQUE COM O INTERIOR DA COLÓNIA
(percentagens)

Porto Corresp.	Ilha de Moçambique 1858-60	Inhambane 1856, 1858-59	Quelimane 1856-58	Ibo 1856-60	Sofala 1857-59	Lourenço Marques 1857-60	Bazaruto 1856-58
Local	42.04						
Moçambique		64.29	95.19	94.48	84.21	82.61	40.74
Inhambane	04.61		01.00			17.39	29.63
Quelimane	12.33	11.90					25.93
Ibo	31.79						
Sofala	03.73						03.70
L. Marques	03.12	14.29			05.26		
Bazaruto	01.79	09.52	03.81		10.53		
Outros	00.59			05.52			
	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

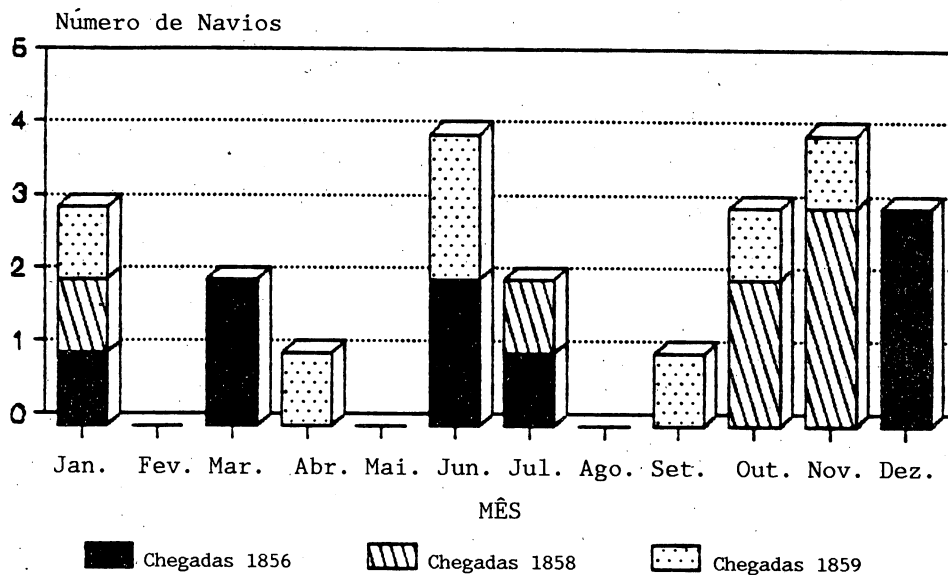
A distância era também o factor determinante no movimento dos outros portos de Moçambique com Inhambane. Respectivamente 17.39 por cento e 29.63 por cento do tráfico marítimo de Lourenço Marques e Bazaruto eram conduzidos com Inhambane, o seu porto vizinho mais próximo. No tocante aos outros portos da colónia, os laços marítimos com Inhambane eram largamente insignificantes, menos que 5 por cento do seu movimento de navios saídos de, ou com destino a Inhambane. É provável que muitas embarcações costeiras navegando entre Lourenço Marques e os portos setentrionais da colónia fizessem de Inhambane um porto de escala, mas as suas ligações marítimas com Lourenço Marques eram ainda mais ténues do que com Inhambane, nunca ultrapassando os 6 por cento do seu tráfico marítimo dentro de Moçambique⁸.

As flutuações no padrão do movimento marítimo da Ilha de Moçambique, principal parceiro comercial de Inhambane, eram geralmente ditadas por comerciantes indianos, muçulmanos e hindus, cuja extensa rede comercial no Oceano Índico era, por sua vez, moldada pelo sistema das monções. Os barcos dos muçulmanos partiam dos portos indianos nos meses de Janeiro e Fevereiro, com a monção de nordeste, chegando à Ilha de Moçambique por volta de Março. As cargas eram então

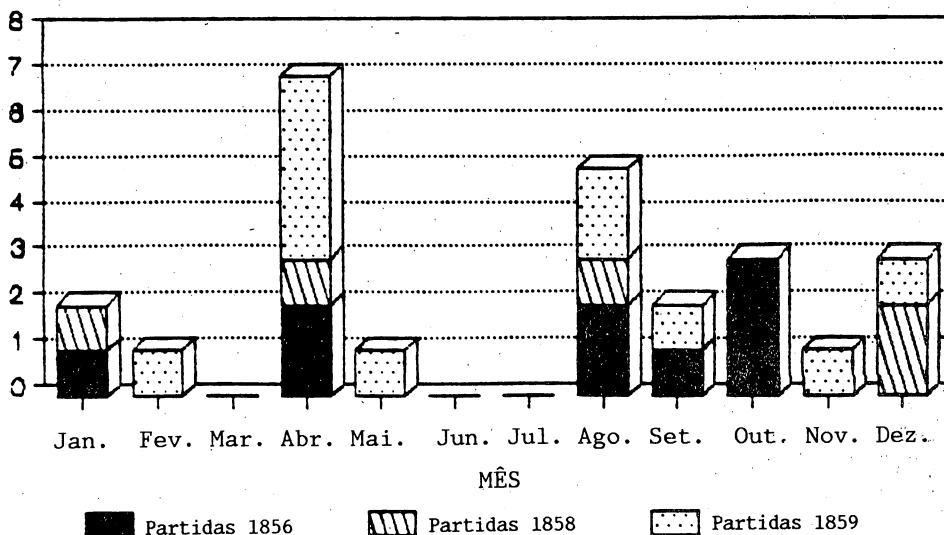
1856, 1858-59

FREQUÊNCIA DA NAVEGAÇÃO

Chegadas



Partidas



descarregadas, e até meados de Abril os navios eram enviados aos portos meridionais de Moçambique, de onde regressavam para a Ilha de Moçambique por volta de Agosto. No fim de Agosto regressavam então à Índia, com a monção de sudoeste⁹. Este padrão é parcialmente confirmado pelos registos portuários relativos a 1855-60, que mostram que a chegada de embarcações atingia os seus pontos altos em Março e de Agosto a Setembro. Todavia, a época mais movimentada, no que diz respeito à partida de navios, ia de Maio a Outubro. As embarcações escalavam Inhambane à média de uma vez por ano, sendo os meses de Junho, e de Outubro a Janeiro, os mais movimentados relativamente às chegadas, e os de Abril e Agosto os principais meses de partida de Inhambane¹⁰.

Sebastião Xavier Botelho queixava-se, em 1835, que o comércio de Moçambique era dominado, a partir da Ilha de Moçambique, por baneanes, membros de uma casta brãmã do Induistão, renovada devido à sua aptidão comercial. Ele referia-se assim a eles:

"Todo o comércio de Moçambique anda em mãos de Baneanes estabelecidos na cidade com lojas de mercadorias de toda a sorte, de que fazem um só monopólio, e no cabo de certo tempo voltam a Damão, e a maior parte deles a Diu sua pátria, carregados de riquezas. São ardilosos, falsários, interesseiros, usurários, mentirosos, não conhecem boa fé nos contratos, apostam o qual há-de enganar e roubar mais os cristãos, o que entre eles é moral religiosa: ao mesmo tempo são humildes, pacíficos e bons pagadores; ninguém é mais franco a dar crédito avultadas porções de fazenda como nas primeiras que fiam há já com eles boa correspondência; mas à sombra desta falsa liberalidade carregam os géneros no dobro do seu valor, e findo o prazo, se o pagamento se retarda, executam os devedores, e por esta via se têm apossado de muitos prédios urbanos por lhes ser vedado possuírem-nos de outra natureza. Não podem residir nos portos da Capitania nem nas terras firmes, e para irem a elas recrear-se, ou estanciarem alguns dias, o fazem com licença, e pena de prisão se ali mercadejarem. Assim mesmo não só o comércio externo é deles, senão o de cabotagem que fazem por interpostas pessoas e não há ir-lhes à mão¹¹.

Em relação à dominação muçulmana e hindu do comércio de Moçambique, vale a pena observar que dos 30 diferentes capitães de embarcações registadas em Inhambane nos anos 1856, 1858 e 1859, envolvidos na navegação no interior da colónia, 5 (16.67 por cento) eram portugueses e um americano. Os restantes 80 por cento possuíam nomes islâmicos ou hindus. Muitos dos navios registados em Inhambane transportavam também comerciantes, a maioria dos quais era de origem indiana ou árabe, ou descritos variavelmente como "baneanes", "mouros", "gentios" e "persas" (literalmente aderentes do zoroastrianismo, uma seita persa que fugiu para a Índia na sequência da perseguição islâmica dos séculos VII e VIII¹².

Os artigos de maior nomeada exportados de Moçambique, durante o século XIX, eram os escravos e o marfim. Tem sido tradicionalmente defendido que a exportação de escravos decaiu acentuadamente na sequência do virtual encerramento do mercado brasileiro em 1850, da pressão britânica de finais da década de 1850 para banir o transporte de "colonos" para as plantações das ilhas francesas de Reunião e Comores, e da intensificação das patrulhas britânicas contra o comércio de escravos, na década de 1870¹³. Investigações recentes têm demonstrado que a exportação de escravos de Moçambique permaneceu activa até finais da década de 1880 de vido principalmente à procura de escravos nas ilhas do Oceano Índico, nomeadamente em Madagascar, para onde eram possivelmente embarcados, anualmente, 12.000 escravos de Moçambique, na década de 1880¹⁴. Todavia, a maioria desses escravos, originários da região do Chire-Lago Niassa, eram exportados principalmente dos entrepostos do norte de Moçambique, nomeadamente do Ibo, Santo António e Quizungo, embora também se embarcassem escravos a partir de Quinga, Angoché e Quelimane nos finais do século XIX¹⁵. O navio de guerra britânico "Lyra", que visitou Inhambane em Abril de 1858, não encontrou evidências do embarque de escravos, e isto é confirmado por um estudo dos registos do porto, que demonstra não existirem discrepâncias entre os números de embarque/desembarque de passageiros e as listas de chegada/partida de tripulações. Ao mesmo tempo, todos os escravos legalmente entrados como parte da carga de um navio, chegaram ao seu porto de legítimo destino¹⁶.

A partir de 1836, Sá da Bandeira planeou divergir os escravos do comércio de exportação para as plantações, para o cultivo de legítimas culturas de rendimento para exportação. A isto seguiu-se, na década de 1850, uma nova política colonial em Moçambique, visando a colonização do interior por colonos portugueses, com o intuito específico de explorar recursos agrícolas e outros, do país¹⁷. O "hinterland" de Inhambane, tal como o da Zambézia, produzia uma ampla variedade de produtos tropicais como o sésamo, copra, borracha, gomas, cera de abelha, côco, mandioca, ananás, laranja e milho. Os produtos específicos de Inhambane incluíam a mafurra, a partir da qual se confeccionava um produto chamado "cebo", considerado mais rico que o azeite de palma, e o fruto de uma trepadeira do qual se extraía um óleo contendo elevada percentagem de ácido "sílico"¹⁸. Contudo, os projectos de colonização do interior foram rapidamente abandonados, devido em parte à escalada da insegurança no

interior. Ao mesmo tempo, os baneanes, que dominavam o comércio, mostraram-se relutantes em providenciar qualquer investimento fixo, na forma de plantações ou infraestruturas de comunicações, devido à manutenção de fortes laços com a sua Índia natal, para onde acabavam quase invariavelmente por regressar¹⁹.

Na lista de cargas partidas de Inhambane, os artigos de exportação compreendem o marfim (95.83 por cento de todas as cargas de exportação listadas), cera de abelha (62.5 por cento) e arroz (25 por cento), seguidos de urzela e "mantimentos" (12.5 por cento cada). Mafurra, sésamo e cor da encontravam-se entre uma outra pequena gama de mercadorias que contribuíam muito pouco para as exportações de Inhambane nos anos 1856, 1858 e 1859²⁰.

COMÉRCIO MARÍTIMO INHAMBANE-ILHA DE MOÇAMBIQUE, 1856, 1858-59
(percentagem de todas as cargas listadas)

<u>Importações de Inhambane</u>	<u>Exportações de Inhambane</u>
Marfim.....95.83	"Panos".....53.57
Cera de abelha.....62.50	Ferro.....53.57
Arroz.....25.00	"Fazenda de Lei"...39.29
Urzela.....12.50	Missanga.....17.86
"Mantimento".....12.50	

À chegada a Moçambique, os artigos de Inhambane eram exportados para diversos mercados. O seu marfim era exportado principalmente para a Índia, que representava mercado para 89.66 por cento de todos os carregamentos de marfim, embora fossem também efectuados pequenos carregamentos para os E.U.A. e Portugal (6.90 e 3.45 por cento, respectivamente). A principal procura de marfim vinha de Gujerat²¹. A cera de abelha, tal como a maior parte da urzela, era embarcada exclusivamente para Lisboa durante o período em causa. O arroz e outros mantimentos eram sobretudo consumidos localmente, pelos habitantes da Ilha de Moçambique ou por navios em trânsito²².

Em troca, Inhambane recebia sobretudo tecidos, que totalizavam 92.86 por cento de todas as cargas embarcadas a partir de Moçambique, seguindo-se aros e barras de ferro (53.57 por cento) e missanga (17.86 por cento). O tecido predominante era provavelmente constituído por peças de algodão americano, que no decorrer do século XIX se tornou mais apreciado no interior que os tecidos de fabrico indiano²³. 67.65 das cargas que incluíam peças de algodão eram

importadas indirectamente para a Ilha de Moçambique via Zanzibar ou, em menor escala, Ilhas Comores e Madagascar (17.65 por cento). Só 8.82 por cento dos algodões eram importados directamente da America por Moçambique. Contudo, as peças de algodão americano representavam apenas 44.62 por cento de todas as cargas de tecidos importados para a Ilha de Moçambique, em comparação com 40 por cento de tecidos de origem inquestionavelmente indiana, e 15.38 por cento de tecidos de origem desconhecida. Não é portanto certo que os algodões americanos tenham suplantado os tecidos indianos no mercado de Moçambique, por volta de 1860²⁴. Os tecidos eram tanto consumidos directamente quanto usados como crédito, operado principalmente por comerciantes indianos²⁵. Os aros e barras de ferro, tal como a missanga, eram fornecidos directamente a partir de Marselha, ou indirectamente através de Zanzibar.

SUMÁRIO

Nos finais da década de 1850, Inhambane não era um porto muito importante de Moçambique porque não participava significativamente no comercio externo. Todavia, manuseou uma tonelagem consideravel no quadro da navegação no interior da colónia. Os seus artigos de comercio eram escassos e limitados a mercadorias "legítimas"; as exportações reduziam-se a uma pequena gama de produtos primários, nomeadamente o marfim, destinado ao mercado indiano, enquanto que as importações eram dominadas por tecidos americanos e indianos. O comércio e a navegação eram dominados por indianos baseados na Ilha de Moçambique e integrados no sistema comercial Árabe-Indiano, centrado na Índia e na costa swahili, mas abrangendo todos os países costeiros da parte ocidental do Oceano Índico.

NOTAS

¹Leote do Rego, Guia de Navegação: Costa de Moçambique (Lisboa, 1904), 36-7.

²Boletim do Governo da Província de Moçambique (daqui para a frente designado BGPM) nº 1 (13 de Maio de 1854).

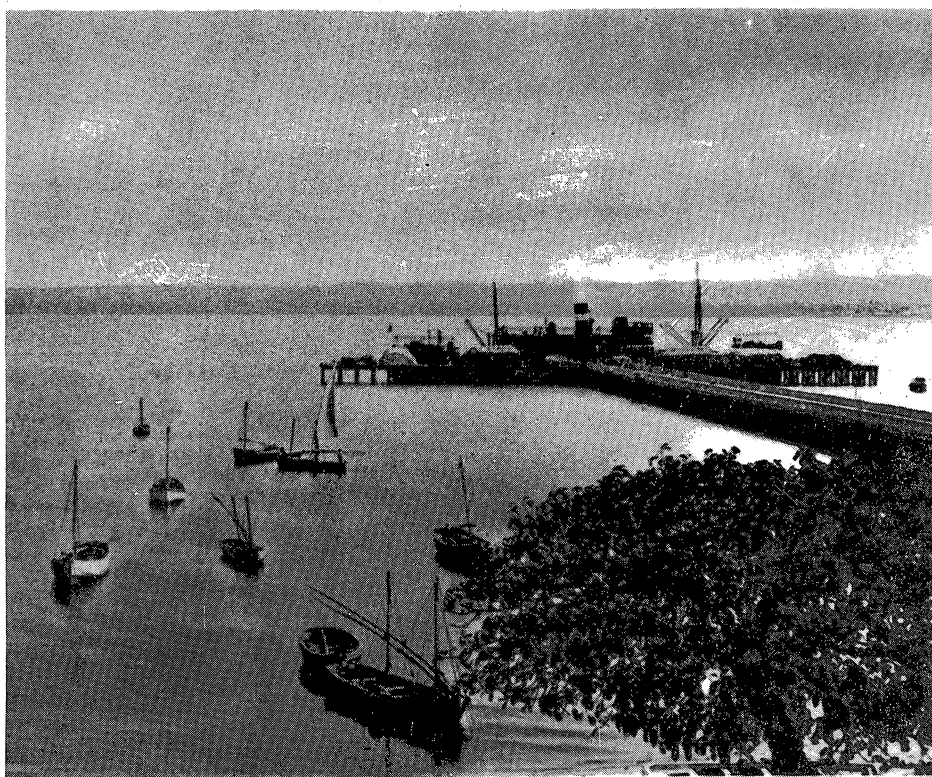
³Todos os gráficos e quadros baseados em BGPM, 1856-61.

⁴BGPM (1856-61).

⁵BGPM (1856-61).

⁶BGPM (1856-61); The New Columbia Encyclopedia (New York & London, 1975).

- ⁷BGPM (1856-61).
- ⁸BGPM (1856-61).
- ⁹Valentim Alexandre, *Origens do colonialismo português moderno* (1822-1891), II (Lisboa, 1979), 83.
- ¹⁰BGPM (1856-61).
- ¹¹Sebastião Xavier Botelho, *Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental* (Lisboa, 1835), citado em Alexandre, *Origens* II, 3-4.
- ¹²BGPM (1856-61).
- ¹³Pedro Ramos de Almada, *Portugal e a escravatura em África* (Lisboa, 1978), 85-92; ver também Edward E. Alpers, *Ivory and Slaves in East Central Africa* (London, 1975); R.W. Beachey, *The slave trade of Eastern Africa* (London, 1976); Paul E. Lovejoy, *Transformations in slavery* (Cambridge, 1986); Abdul Sheriff, *Slaves, Spices and Ivory: Integration of an East African Commercial Empire into the World Economy* (London, 1987).
- ¹⁴Gwyn Campbell, *The East African Slave Trade, 1861-1895: The "Southern" Complex*, *International Journal of African Historical Studies*, 22, 1 (1989).
- ¹⁵de Almada, *Portugal e a Escravatura*, 92; Campbell, *East African Slave Trade*, 16.
- ¹⁶"Inhambane. Despachos de Escravos na Alfândega", 11-239, *Arquivo Histórico de Moçambique*; BGPM (1856-61).
- ¹⁷Alexandre, *Origens* I, 45-6, 58.
- ¹⁸Leote do Rego, *Guia de Navegação: Costa de Moçambique* (Lisboa, 1904), 36-7.
- ¹⁹Alexandre, *Origens* I, 55, 58; ver também Gwyn Campbell, *Madagascar and Mozambique in the Slave Trade of the Western Indian Ocean, 1800-1861*, in William Gervase Clarence-Smith (ed.), *The Economics of the Indian Ocean Slave Trade* (London, 1989), 166-93.
- ²⁰BGPM (1856-61).
- ²¹Botelho, *Memória...*, in Alexandre, *Origens* II, 85-6.
- ²²BGPM (1856-61).
- ²³Alexandre, *Origens* II, 122.
- ²⁴BGPM (1856-61).
- ²⁵Botelho, *Memória...*, in Alexandre, *Origens* II, 84.



SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA INDÚSTRIA DA BALEIA EM MOÇAMBIQUE

Bartolomeu Rungo

I

Linga-Linga: um marco histórico da nossa indústria da baleia. Uma indústria que desapareceu com o tempo.

"Toda a baía de Pungua ou de S. Sebastião é abundantíssima em peixe de variadíssimas qualidades. Ali tenho visto a bicuda (pescada), o par-go, a tainha, o linguado, o carapau, o peixe serra, a lagosta, o camarão, uma espécie de cherne, diferentes espécies de cações, a raia, o tubarão, a toninha, o salmonete e muitas outras variedades cujos nomes desconheço. Os cachalotes e baleotes também abundam fora da baía de tal forma que Lawlei, da Beira, ali quer montar uma estação de pesca da baleia"

— dizia Augusto Melo Pinto Cardoso, governador do distrito de Inhambane, em 1909.

A baleia é um mamífero da ordem dos cetáceos. Vive principalmente nos mares polares e é o maior animal que existe. Não raro atinge o comprimento de mais de 25 metros e o peso de 150 toneladas. A sua maxila superior tem, em vez de dentes, lâminas corneas dispostas lateralmente. É pescada para se lhe aproveitar o óleo, as chamadas barbas, as lâminas corneas da maxila superior às quais se dão aplicações várias. Alimenta-se de crustáceos, moluscos e peixes, e dizia Buffon que pode viver mil anos.

As espécies que frequentavam as costas de Inhambane eram as 'Humpback', 'Sperm Whales', 'Baleia Azul' e 'Finnback'.

As 'Humpback' eram geralmente apanhadas a cerca de 8 milhas da costa da Burra (Burra Falsa). Havia casos em que estas espécies eram apanhadas dentro do limite máximo de 3 milhas.

As 'Sperm Whales' eram encontradas a 30 milhas, próximo do farol da Burra Falsa.

As 'Baleias Azuis' e 'Finnback' eram encontradas de 25 a 30 milhas da costa, aproximadamente.

A zona piscatória de Inhambane ia de Chicacha para Sul, até ao paralelo 22.20 Sul, abrangendo as ilhas de Santa Carolina, Bazaruto Grande, Benguerua, Bangué e Lunene, nas suas margens voltadas para o continente.

A partir de 1909, muitas empresas começaram a interessar-se pela sua exploração, situação essa que levou a que as autoridades coloniais se mostrassem optimistas quanto à sua instalação na Linga-Linga. O governador do distrito dizia, no seu relatório de 1907-1909, dirigido ao governador-geral da Província de Moçambique, o seguinte:

"Foram feitos alguns pedidos de terrenos para instalação de indústrias derivadas da pesca da baleia. Estes pedidos foram por mim informados com entusiasmo, pois o estabelecimento d'esta indústria tem a dupla vantagem de distribuir salários a indígenas e outros, e de fornecer à agricultura adubos baratos e ricos. Estes pedidos estão ainda pendentes das instâncias superiores (...)"

A bibliografia por nós consultada trouxe-nos o conhecimento de generalidades, sempre úteis, mas que para o nosso objectivo imediato — o impacto desta indústria na estrutura económica da Província e no equilíbrio ecológico dos mares de Moçambique — não fornecem resposta cabal. De sejariamos fundamentar o nosso juízo em outros testemunhos directos destas experiências, para além dos relatórios que referimos. Assim, dentro do condicionalismo presente, este estudo não pretende ser mais que um breve apontamento.

II

A concessão feita a Johan Bryde pela Portaria nº 211, de 15 de Março de 1911, é o único dado oficial do início da actividade relacionada com a indústria da baleia na Ponta Linga-Linga, circunscrição de Morrumbene, Província de Inhambane, apesar de haver indicações de Bryde ter iniciado a sua actividade anteriormente. A Johan Bryde, súbdito norueguês, foi concedido um terreno de 100.000 metros quadrados, devidamente demarcado por um agrimensor. Rapidamente foram erguidas numerosas e amplas edificações, que deram a Linga-Linga o aspecto de povoação, ali se instalando assim a 'The Mozambique Whaling Company Limited', que pagava de renda 5 réis por metro quadrado. Estas infraestruturas animaram muito a entrada da baía, com os navios que ali usualmente fundeavam. Inicialmente, a estação norueguesa operou com dois pequenos vapores, que a 31 de Julho do mesmo ano haviam pescado já 68 baleias.

A uma outra empresa é concedida licença para se instalar no mesmo local — a Ponta Linga-Linga — através da Portaria nº 220 de 15 de Março de 1911, num terreno de 8.000 metros quadrados. Trata-se da 'Inhambane Whaling Syndicate Limited', com sede em Durban, que pagava de renda 50 réis por metro quadrado. Ambas as concessões tinham uma validade de vinte anos, a contar da data das portarias.

A pesca da baleia em Inhambane, sendo uma indústria de sucesso seguro e lucros elevados, permitia que o Estado colonial dela retirasse um rendimento bastante superior ao que de facto retirava. Esta situação levou a que o governador do distrito, José Ricardo Pereira Cabral, no seu relatório de 1911-1912, afirmasse o seguinte:

"(...) as estações de pesca do Natal, dos mesmos proprietários, pagam por cada baleia que entra no porto cinco libras, de renda nos terrenos um shilling por metro quadrado e de direitos de exportação 10 por cento 'ad valorem'. Ora entre nós esta indústria não paga imposto algum pelas baleias que entram no porto, as rendas dos terrenos são para uma 5 réis por metro quadrado e para a outra 50 réis, e os direitos de exportação reduzem-se a 2 por cento 'ad valorem'.
À vista de tantas facilidades, julgam-se os felizes exploradores destas empresas, positivamente em país conquistado. Concedida justamente a isenção do pagamento de direitos para todos os artigos empregados nesta indústria, levaram a exigência ao ponto de quererem importar, livres de direitos, os géneros de alimentação que da Noruega directamente importam (...)"

Muito havia a esperar desta indústria, pela exportação que representava e pelo grande auxílio que prestava à agricultura do distrito, fornecendo-lhe adubos e emprego.

A 'Inhambane Whaling Syndicate Ltd.' operou inicialmente com uma frota de 3 vapores, e fazia a extracção do óleo de baleia a bordo de um magnífico vapor, o Capella 19.

Para o ano de 1913 as previsões da captura da baleia eram prometedoras, pois que a época da pesca da baleia tinha começado sob bons auspícios, tendo sido pescadas até meados desse mesmo ano, pelas duas empresas, 343 baleias. As previsões assentavam fundamentalmente nos resultados alcançados pela 'The Mozambique Whaling Company Ltd.', de Johan Bryde, no seu segundo ano de exercício (1912) na Linga-Linga, em que produziu 1.230 toneladas de óleo, no valor de 92.287\$500 réis e equivalendo a 263 baleias pescadas, tendo também exportado 5 toneladas de osso no valor de 250\$000 réis.

As estações de pesca da baleia, com o rápido crescimento que denotavam já no seu segundo ano de actividade, tornaram mais sensível a necessidade de alumiamiento dos dois primeiros enfiamentos da entrada do porto de Inhambane, tendo até uma das companhias pedido para o fazer por sua conta. O melhoramento das condições de navegação, além de favorecer a navegação em geral, favorecia essencialmente as estações de pesca, pois nessa altura todos os navios que demandavam o porto chegavam à barra às primeiras horas da manhã.

III

A indústria da pesca, a extracção do óleo e derivados, começou, nos finais de 1915, a denotar um decréscimo progressivo. Tal decréscimo era resultado da sua fraca administração e viria a apressar o fim da actividade. Outro factor — o mais importante — foi o desaparecimento dos cetáceos dos mares de Moçambique. Esta ideia viria a ser veiculada pelo governador do distrito, José Botelho Carvalho Araújo, no seu relatório de 1917, quando, analisando a indústria do óleo de baleia em Moçambique, dizia:

"O desaparecimento de cetáceos nos mares de Moçambique foi a causa única desta importantíssima indústria ter terminado, mas depois de os capitais terem já colhido os frutos da arrojada iniciativa (...)"

O desaparecimento dos cetáceos das costas de Inhambane foi assunto de controvérsia, pois as ideias sobre as suas causas variavam desde o abate indiscriminado, em função dos grandes lucros que se obtinham, até à mudança estrutural dos mares de Moçambique*.

No relatório de 1913-1915, que o governador do distrito, Caetano de Carvalhal Correia Henriques, enviou ao governador geral da Província, está bem ilustrada essa diminuição progressiva das baleias apanhadas, e do consequente aproveitamento.

- Baleias apanhadas em 1913.....	501
- Baleias apanhadas em 1914.....	412
- Óleo produzido em 1913.....	3.859.056
- Óleo produzido em 1914.....	2.788.841
- Barbas.....	924
- Guano em 1913.....	1.358.672
- Guano em 1914.....	934.843

A publicação do 'Regulamento para a pesca da baleia no mar de Moçambique', pela Portaria provincial nº 124, de 8 de Julho de 1916, e a sua revogação pela Portaria provincial nº 556, de 18 de Agosto de 1923, deixam bem patente a preocupação das autoridades coloniais em proteger os indivíduos ou empresas nacionais em função dos grandes lucros que se obtinham, e não os cetáceos, pois esses dois regula

*A actividade mundial relacionada com a baleia está actualmente subordinada a um conjunto de regras que constituem um acordo estabelecido entre os países que se dedicam a ela, que se intitula Convenção Baleeira Internacional, a qual criou uma Comissão Baleeira Internacional. São pontos principais desse acordo a protecção das crias, a limitação das capturas (interdição no que toca as espécies mais ameaçadas) e a criação de reservas.

mentos não limitavam o número de cetáceos a capturar pelos vapores baleeiros.

Não só o desaparecimento dos cetáceos fez mudar o sentido da actividade principal — pesca e processamento dos derivados — como afectou também o movimento alfandegário. Alguns exemplos servem para corroborar a tese. A Estatística Aduaneira da Província de Moçambique, publicada no Anuário de Moçambique relativo a 1917, apresenta um quadro onde se podem observar as principais alterações sofridas pelo movimento de exportações desta indústria, durante os anos em exercício:

Mercadorias	Países de destino	Unidade	Quantidades	Por destino e espécies	
				Valores declara dos em escudos	Direitos
Adubos de Baleia		Quilo	1.180.496	29.478	885\$02
	Bélgica	"	949.046	23.676	710\$98
	Inglaterra	"	231.450	5.802	174\$04
	(possessões)				
Óleo de Baleia		Quilo	2.854.297	217.516	10.535\$13
	Alemanha	"	1.632.632	113.541	5.677\$07
	Bélgica	"	342.920	30.043	1.502\$16
	França	"	742.538	62.576	3.128\$78
	Transvaal	"	136.207	11.356	227\$12

IV

A indústria do óleo de baleia de Linga-Linga, que teve um período muito curto, mas de notável actividade, animando o porto de Inhambane e o movimento alfandegário, paralizou parcialmente em 1918, quando as empresas aí instaladas venderam os seus vapores de pesca e, inclusive, as suas magníficas instalações.

Pela Portaria nº 767, de 23 de Março de 1918, foram anulados todos os direitos da firma 'Inhambane Whaling Syndicate Limited' sem indemnização alguma, por abandono da actividade e falta de cumprimento das cláusulas 4ª e 12ª* da Portaria provincial nº 220, de 17 de Março de 1911.

Apesar de muitos terem afirmado que a pesca da baleia na Linga-Linga terminara, em 1924 a 'The Mozambique Whaling

*Cláusula 4ª — "A taxa da licença é de 400\$000 réis anuais, paga adiantadamente"; Cláusula 12ª — "O aproveitamento do terreno é de um ano, a contar da data d'esta portaria".

Company Ltd.' continuou a exercer a sua actividade por conta da 'T.Dannevig & Company', sociedade comercial com sede em Cristiana (Noruega), em regime de aluguer, com 4 vapores baleeiros, nomeadamente Skarpjeden, Hogni, Norman e Blink.

Essa época de pesca decorreu entre 1 de Setembro de 1923 e 4 de Novembro de 1924, data em que os navios receberam ordem para abandonar as operações. O resultado conseguido foi o seguinte:

- Sperm Whale.....	28 (23 fêmeas e 5 machos)
- Humpback.....	53 (16 fêmeas e 37 machos)
TOTAL.....	81 (39 fêmeas e 42 machos)

Nesta altura o desaparecimento das baleias era já um facto consumado, tendo a 'The Mozambique Whaling Company Ltd.' afirmado no Relatório Anual Estatístico e Elucidativo sobre a Pesca da Baleia, que:

"Nos princípios de Setembro todas as baleias seguiam rumo norte, mas em meados do mesmo mês umas continuaram a seguir aquele rumo enquanto outras seguiam o rumo sul. Certa de 25 do referido mês, houve uma mudança geral, passando todas as baleias a seguir o rumo sul (...)"

É interessante saber que a barriga da maioria das baleias que eram capturadas nesta altura se apresentava vazia, fazendo supor que estas pouco ou nenhum alimento encontravam desde alguns dias antes de a sua captura.

A falta de alimento nos mares obrigava as baleias a nadar a uma velocidade considerada excessiva para as espécies em causa, a fim de obterem os alimentos de que necessitavam noutros lugares. Esta situação dificultava em certa medida as operações de captura levadas a cabo pelos vapores baleeiros.

Pela Portaria nº 709, de Maio de 1924, foram anulados também todos os direitos da firma 'The Mozambique Whaling Company Limited', sem direito a indemnização alguma, por se ter dado o caso previsto na alínea c) da condição 13ª* da Portaria provincial nº 221, de 17 de Março de 1911. Pela Portaria nº 783, de 30 de Agosto do mesmo ano, a firma de Durban 'Grindrod Whaling Company' provou o seu direito de propriedade sobre os edifícios e maquinismos, com todos os seus acessórios, existentes no terreno da concessão ca-

*A alínea c) da condição 13ª considerava anulada a concessão no caso de uma interrupção no aproveitamento do terreno durante três anos consecutivos.

ducada pela Portaria provincial nº 709, de 10 de Maio de 1924, na Ponta Linga-Linga, pois adquirira-os por compra feita em Sandefjord, na Noruega, em 12 de Fevereiro de 1918, contrato esse legalizado pelos vice-cônsules de Portugal, Grã-Bretanha e Irlanda, naquela localidade.

A actividade teve um fim inglório. Os tanques, depósitos de ferro e outro equipamento da 'The Mozambique Whaling Company Limited', da 'Inhambane Whaling Syndicate Limited', da 'T.Dannevig & Company' e da 'Grindrod Whaling Company', foram, aos poucos, vendidos ao desbarato, ou levados pura e simplesmente por quem teve possibilidade de os transportar, vindo a servir para armazenagem de cereais ou como reservatórios de água.

Em 1956, Octávio Gonçalves, então governador do distrito de Inhambane, afirmava:

"(...) foi tudo abandonado e todos os que puderam, e o tempo, apoderaram-se do que lhes foi possível, só ficando os tanques, difíceis de remoção, que o tempo se está encarregando de corroer (...)"

BIBLIOGRAFIA

- Barradas, Loreno - Inhambane de Outrora, 1972.
- Gonçalves, Octávio - Inhambane: seu Esboço Histórico, in Album Comemorativo da Viagem Presidencial a Moçambique [1956?].
- Relatório do Governador do Distrito de Inhambane, 1907-1909.
- Idem, 1910-1911.
- Idem, 1911-1912.
- Idem, 1913-1915.
- Anuário de Lourenço Marques, 1916.
- Idem, 1917.
- Anuário de Moçambique, 1917.
- Idem, 1940.
- Dicionário Prático Ilustrado, Porto, 1978.
- Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Lisboa, 1967.
- Relatório Anual Estatístico e Elucidativo sobre a Pesca da Baleia, Linga-Linga, 1924.
- "Diário", Lourenço Marques (19 de Janeiro de 1964).



A APROPRIAÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES DE INHAMBANE NO INÍCIO DO SÉCULO *

Ana Maria Loforte

Os conflitos existentes nas relações entre Portugal e a África do Sul exprimiam a natureza da aliança entre os dois países no processo de acumulação de capital, e os limites impostos ao estado colonial português dada a fraqueza do seu capital.

A África do Sul, necessitando de mão-de-obra moçambicana para o desenvolvimento da sua indústria e para possibilitar uma acumulação mais rápida, recorreu a um sistema de mão-de-obra migratória paga a salários baixos.

Dado que os colonos também necessitavam da mesma mão-de-obra, surgiu uma competição pela mão-de-obra moçambicana que colocou problemas tanto políticos como económicos, para o governo colonial.

Se, por um lado,urgia fixar um mínimo de força de trabalho para a sustentação do estado colonial, ou para a realização do capital agrícola dos colonos, por outro era necessário exportá-la para garantir a entrada de receitas (grande parte delas em divisas), advenientes, indirectamente, do imposto de palhota e, directamente, da cobrança de taxas de emigração e recrutamento.

No que respeita à apropriação dos rendimentos dos trabalhadores migrantes, o Estado colonial detinha um lugar proeminente, como o indica o seguinte quadro ¹:

RECEITAS E DESPESAS DO CAMPESINATO EM INHAMBANE EM 1906

RECEITAS	: DESPESAS
Dinheiro vindo do Transvaal	: Imposto de palhota
630.000 réis	: 350.000 réis
Vendas de amendoim e outros	: Compra de algodões, cobertores,
produtos do solo 125.000 réis	: etc. 180.000 réis
Salários diversos 50.000 réis	: Compra de vinho 90.000 réis
	: Saldo indígena 185.000 réis
Soma 805.000 réis	: Soma 805.000 réis

* Artigo baseado na tese de licenciatura da autora, com o título "Alguns Aspectos Ligados à Exploração da Força de Trabalho Migrante na Província de Inhambane, 1897-1928".

Este quadro indica igualmente que os comerciantes também se apropriavam destes rendimentos (270.000 réis). Ele não indica, contudo, o montante do numerário dedicado à compra de bebidas destiladas e fermentadas. Podemos deduzir através do quadro que há uma taxa de tesourização da parte do campesinato no valor de 23%.

Examinaremos neste artigo os diversos meios utilizados pelas diferentes categorias sociais que procuravam apropriar-se dos rendimentos dos trabalhadores migrantes.

1. A APROPRIAÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS MIGRANTES PELO ESTADO COLONIAL: O AUMENTO DO IMPOSTO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA

É conhecido o papel do imposto de palhota na compulsão da mão-de-obra camponesa para o trabalho assalariado. Ele tinha também por função fazer circular uma parte das libras, adquiridas nas minas. Na verdade, e não obstante as diversas artimanhas utilizadas pela população para se furtar ao seu pagamento e as dificuldades do seu controlo, as receitas aumentaram significativamente, como o ilustra o quadro seguinte²:

<u>ANOS</u>	<u>IMPOSTO DE PALHOTA</u>	<u>OUTRAS RECEITAS</u>
1896-1897.....	134 ³	242
1897-1898.....	297.....	176
1898-1899.....	278.....	186
1899-1900.....	300.....	219
1900-1901 ⁴	184.....	148
1901-1902.....	136.....	126
1902-1903.....	286.....	161
1903-1904.....	344.....	149
1904-1905.....	368.....	174
1905-1906.....	350.....	169

As receitas provenientes do imposto reflectem a capacidade administrativa do governo e o grau de controlo sobre a população. Embora Mouzinho de Albuquerque afirme⁵:

"Como título de soberania e ocupação efectiva é a cobrança do imposto o mais irrecusável e indiscutível mesmo de entre todos"

em locais mais remotos do distrito, onde a acção do governo se fazia sentir de forma menos acentuada, não se fazia integralmente a cobrança do imposto. Tal é o caso de Vilanculos, onde em 1910 existiam cerca de 10.000 palhotas, que deveriam concorrer, segundo dados fornecidos pela administração, com uma cobrança de cerca de 50.000.000 réis, mas onde se perdiam anualmente 14% desta importância, ou sejam, 7.000.000 réis.

Outras razões explicam as deficiências verificadas na recolha do imposto: uma má administração; a inexistência, muitas vezes, de dinheiro para pagamento dos funcionários e de um numeroso séquito de auxiliares fornecidos pelos chefes de povoação para cobrança dos impostos; o facto dos arroladores enfrentarem dificuldades no controlo das populações pelas fugas constantes ao pagamento do imposto.

Paulatinamente, o imposto veio a constituir uma importante fonte de receitas para o Estado colonial, estando a economia do distrito de Inhambane totalmente a ele subordinada.

Assim, em 1913-1914, um relatório do governador do distrito de Inhambane⁶ indicava que as receitas totais do distrito orçavam em 1.072.500 escudos, sendo 60,6% (650.000 escudos) destas receitas constituídos pelo imposto de palhota e 18,6% (200.000 escudos) pelas taxas de emigração pagas pelos mineiros.

Deste modo, 79,2% das despesas da administração colonial em Inhambane eram pagas com dinheiro proveniente das minas. O imposto de palhota era pago com o salário das minas. Esta situação manteve-se durante um período bastante lato, pois em 1930 o governador do distrito ainda afirma⁷:

"O distrito vive do Imposto indígena (81% das receitas publicas) que o preto paga pontualmente enquanto lhe é possível ir ganhar dinheiro a país estrangeiro. O distrito vive da emigração do seu indígena. Paga os seus funcionários, serviços publicos, melhoramentos materiais e policiamento, alimenta o seu comercio interno, a sua restrita industria, a sua modesta agricultura de generos pobres, os seus transportes e vias de comunicação, com o dinheiro que o seu indígena vai buscar fora das fronteiras nacionais".

O imposto de palhota aumenta vertiginosamente e engendra certas contradições. Em 1917, o governador de Inhambane escreve⁸:

"Nesta questão do imposto de palhota, temos abusado da bondade do indígena, trazendo-o esmagado sob tão pesada obrigação. De 2,50 escudos subiu o imposto para 5,00, de 5,00 escudos para 7,30, de 7,30 escudos para 8,30, de 8,30 escudos para 9,00 escudos, tudo isto no curto prazo de alguns anos, e tudo sem tomarmos em consideração que o indígena tem também que pagar o adicional para corporações municipais e tem ainda outras obrigações, que não paga com dinheiro, mas com trabalho.

Diz-se que o imposto não tem subido porque é sempre a mesma libra em ouro, que o indígena vai esgravatar nas minas do Transvaal, mas não se diz que o Estado não paga os seus salários em ouro, nem obriga os particulares a isso e que o imposto não pode ser uma libra em ouro pela simples razão de não ser essa a moeda corrente na Província. (...) O que não se compreende é que se pague ao indígena o sebastissimo papel do famoso Banco Ultramarino e depois se lhe peça uma libra de imposto ou nove escudos em moeda portuguesa. É preciso ter em

consideração que nem todos os indígenas vão ao Transvaal buscar libras para satisfazer as exigências do Estado. Há mulheres indígenas que pela sua idade, pelo seu pouco vigor ou pelo seu sexo não podem emigrar, como hão-de estes contribuintes pagar os seus impostos em ouro ou que meios têm eles de adquirirem os nove escudos que o Estado exige e mais 50 centavos para as corporações municipais, trabalhando nos machongos⁹ a 10 centavos por dia?

E quantos dias precisariam trabalhar para juntar 9,00 escudos por cá da palhota e satisfazerem ao mesmo tempo os seus encargos de família, as necessidades de alimentação, de vestuário, de adornos, etc. Nem trabalhando todo o ano, vendendo os seus produtos agrícolas, só para o imposto de palhota, é necessário juntar mais de meia tonelada de mafurra¹⁰.

Conscientes que o imposto representava uma importante forma de apropriação dos rendimentos obtidos na África do Sul, os camponeses procuravam por diversas formas fugir ao seu pagamento. As estatísticas coloniais observam que em 1914-1915, de 23.430 camponeses registados como tendo emigrado, regressaram somente 13.244. Alguns haviam emigrado definitivamente. Os camponeses chegavam a desmanchar as palhotas e a internar-se na floresta logo que pressentiam a aproximação do arrolador.. Albergavam duas ou três mulheres numa só palhota. Por vezes, davam como falecidas ou fugidas do lar, mulheres que apenas por combinação se ausentavam temporariamente, as quais voltavam às povoações logo que sabiam terminada a operação do recenseamento.

Em Setembro de 1914, a resistência ao pagamento do imposto de palhota toma grande amplitude. Surge uma crença de que Gungunhana ou algum dos seus parentes, munidos de um poder sobrenatural, libertariam a raça negra do domínio dos brancos. Esse indivíduo traria um "passe" que recomendava que no ano seguinte ninguém pagasse o imposto de palhota, deixando-se prender pelos brancos, que estes, depois, baixariam o imposto para 1,00 escudo por palhota. Não chegando este imposto para a sustentação dos brancos, estes seriam forçados a abandonar voluntariamente a África. Preconizava-se que não se vendesse o produto disponível das colheitas, que no ano seguinte não se fizessem sementeiras, porque assim não só dificultariam a vida dos brancos, como também dos comerciantes asiáticos, fazendo com que uns e outros tivessem que abandonar estas terras.

A adesão da população a este apelo foi enorme. Joaquim Nunes constata em 1914, ao efectuar uma inspecção a algumas circunscrições do distrito, que os camponeses se recusavam a fornecer qualquer tipo de alimentação ou água aos brancos que compunham a sua delegação. Ele mandou prender imediatamente os chefes de povoação que permitiam a propagação desta crença.

Este movimento de carácter mágico constituiu uma forma de luta contra o pagamento coercivo do imposto. Desenvolveu-se em virtude de ter sido determinado que na recepção do imposto de palhota a equivalência à libra fosse computada em 6,00 escudos, ficando assim aumentado em mais de um escudo o imposto para os camponeses que apenas possuíam prata nas suas reservas.

2. A APROPRIAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO CAMPESINATO PELO COMÉRCIO

O rápido aumento do número de migrantes empregados no Rand após a assinatura dos acordos entre Portugal e o governo sul-africano, conduziu a uma importante penetração de numerário no seio do campesinato. Este facto faria supor um novo impulso nas trocas a nível do distrito, uma rápida expansão do comércio já estabelecido na zona pelos asiáticos e um maior volume de importações de tecidos, álcool e armas de fogo. Mas não foi o caso: a única actividade florescente, sob o ponto de vista comercial, era a venda de bebidas destiladas e fermentadas, praticada essencialmente pelos agricultores-comerciantes que se dedicavam à monocultura da cana sacarina.

a) Importância e limites do comércio no distrito de Inhambane

Não obstante a montagem de uma rede comercial bastante extensa (com cerca de 451 estabelecimentos comerciais em todo o distrito, em 1906), as estatísticas de 1900 a 1907¹¹ calculam um valor médio de importações para o comércio local em apenas 183 contos de réis, os quais divididos pelos 200.000 habitantes adultos, representam 933 réis per capita, assim repartidos:

Algodões, cobertores, enxadas.....	648 réis
Vinho colonial.....	290 réis
TOTAL.....	938 réis ¹²

Quais terão sido as causas do fraco desenvolvimento comercial interno?

Uma das origens da fraqueza do comércio nesta época reside na concorrência exercida pelos comerciantes sul-africanos.

"Em outros anos quando a emigração não estava regulamentada, fazia-se um comércio mais activo de generos que o indigena apreciava mais, tais como tecidos, caixas de musica, fatos, etc. Mas, esse comércio tem tendido a diminuir sensivelmente sobretudo porque no Transvaal os indigenas com facilidade compram esses generos que os comerciantes dali fazem toda a diligencia para vender-lhes, mais ainda, porque de ali são mais baratos do que aqui, pelo menos uma parte deles"¹³.

Em 1906, o valor das fazendas importadas pelos migrantes em Inhambane atingia o montante de 516 constos de reis elevando-se a 703 a soma das compras anuais da população, assim descriminadas:

Fazendas compradas no Transvaal.....	516.000,000.....	74%
Fazendas compradas em Inhambane.....	187.000,000.....	26%
TOTAL.....	703.000,000.....	100%

Assim, o direito acordado aos emigrantes pela convenção de 1909 (artigo XI), de poderem trazer 60 kg de bagagem sem pagarem direitos e sem verificação formal, constituiu um entrave ao desenvolvimento do comércio local.

Em 1910, o governador do distrito, visualizando as repercussões que teria sobre o comércio a aplicação do artigo XI da convenção, afirmava ¹⁴:

"O indigena de Inhambane como é igualmente sabido não gasta por ano 5 kgs de vestuário e portanto, aquele que, aproveitando-se da faculdade concedida pelo convénio de importar 60 kgs, veste pelo menos 12 indigenas quer estes sejam ou não da sua familia. Assim, os indigenas regressados do Transvaal (12.000 por ano) fornecerão vestuário a 144.000 habitantes; sendo a população adulta do distrito aproximadamente de 203.000 almas, só uma parte insignificante dela constitui a clientela do comércio local".

Com efeito, se cada migrante podia importar 60 kgs de bagagem, temos para um total de 12.000 o elevado montante de 720 toneladas de bagagem, mostrando as estatísticas aduaneiras que a importação anual de artigos para o comércio no meio rural — algodões, cobertores, etc. — nunca ia além das 212 toneladas.

Nos termos da convenção de 1909, dado que as mercadorias trazidas pelos migrantes estavam livres de direitos, a título de compensação por direitos alfandegários que Portugal deixava de receber, o governo do Transvaal pagava às alfândegas de Moçambique, por cada trabalhador regressado, 7 xelins e meio. Assim, a troco desta quantia, o governo colonial prejudicava grandemente o comercio do distrito.

Para ajudar de algum modo o comércio a chamar às mãos dos mercadores uma parte da riqueza acumulada pelos campo-

neses, uma circular do governo distrital, de Maio de 1907, impunha a obrigatoriedade de todos andarem "decentemente vestidos" ¹⁵.

"É proibido a todos os indígenas dos dois sexos, maiores de nove anos, transitarem ou comparecerem nesse comando, seja de seu motu próprio ou quando ali sejam chamados, sem estarem convenientemente vestidos. O vestuário consistirá, para os homens, além de capulana ou calças, que ambos devem chegar, pelo menos até ao joelho, em camisa, camisola ou casaco: o colete sem mangas, só por si, não constitui vestuário decente e só pode ser admitido quando usado sobre camisa ou camisola. As mulheres usarão, além dos seus panos habituais ou saias, um quimão com mangas que cheguem pelo menos, a meio braço. Os delinquentes serão punidos pela primeira vez, com 15 dias de trabalhos correccionais nesse comando ou onde porventura ulteriormente seja determinado, e na reincidência, com 30 ou 60 dias da mesma pena. Antes, porém da aplicação da pena Vossa Excelência interrogara os delinquentes sobre os motivos porque andam despidos, e se lhe responderem que não têm dinheiro para comprar fato, dir-lhes-a que procurem trabalho para isso, pois trabalho remunerado não falta neste distrito. Sejam avisadas as autoridades cafreais de que serão punidos aqueles que não comparecerem à banja e não possam justificar tal falta".

Esta medida, que conduzia a destruição do artesanato local do ramo têxtil (até então as populações andavam essencialmente vestidas com tecidos de casca de árvore), logrou colocar no mercado local uma parte dos tecidos baratos da indústria têxtil portuguesa, pois que determinou um esgotamento rápido do 'stock' de chita ¹⁶ e uma tiragem de mais de 20 licenças de alfaiate no interior do distrito. Mas como o próprio governador reconhecia,

"esta determinação só por si não põe em movimento nem um por cento dos valores acumulados pelos indígenas".

Embora esta última asserção nos pareça um pouco exagerada, ela mostra, com efeito, a preocupação que existia em acabar com o entesouramento ¹⁷.

Em 1914 são criadas feiras comerciais em diversas partes do distrito, para estimular as vendas e minimizar o problema dos transportes, que dificultava o escoamento da produção camponesa. Eram escassos os produtos que a elas afluíam porque os comerciantes asiáticos interceptavam o comércio, espalhando-se pelas estradas que conduzi^{am} as feiras.

Foram concedidas várias facilidades aos comerciantes portugueses para obtenção de licenças, e uma vez concedidas estas, para a venda geral, o mercador tinha direito a negociar em tudo, sem mais impostos do que os tributados pela pauta aduaneira. Todavia, estas medidas não encontravam grande receptividade por parte dos colonos, interessados que estavam apenas no comércio das bebidas destiladas e fermentadas.

b) Redes mercantis asiáticas

O distrito de Inhambane conheceu, desde séculos recuados, uma intensa actividade mercantil exercida por comerciantes indianos espalhados por todo o interior do território. Estes mercadores importavam da Índia, geralmente, tecidos de algodão cru e branco, que eram pagos em libras. Compravam os algodões tintos e estampados às casas europeias que exerciam o comércio de exportação, a troco de borraça, amendoim ou gergelim (ver nota 12).

Os portugueses procuraram por todos os meios ir contra as actividades destes comerciantes e submetê-los ao capital colonial. Estes tinham uma actuação independente do governo português e a sua acção fugia ao controlo estatal: importavam alguns dos produtos directamente da Índia e todos os lucros obtidos (em libras) eram drenados igualmente para a sua pátria.

Em 1898, Mouzinho de Albuquerque preconiza a "nacionalização" do comércio. Tratava-se, por um lado, de aumentar a importação dos vinhos e tecidos de algodão da metrópole, e por outro de substituir gradualmente os comerciantes asiáticos, que no interior monopolizavam o comércio, por comerciantes portugueses.

Ele expunha assim o conjunto de medidas que propunha para "desalojar o comerciante asiático substituindo-o pelo português" 18:

"1º - Criar uma contribuição análoga à 'Indian tax', cobrada sobre o asiático que desembarque nos portos de Moçambique.

2º - Proibir como já se fez no distrito de Moçambique as lojas a mais de 500 m de distância dos comandos e postos militares.

3º - A pouco e pouco, e conforme o desenvolvimento for tomando cada localidade, ir aí proibindo o exercício do comércio em palhotas e casas que não satisficam a certas e determinadas condições de salubridade e segurança.

4º - Impor o pagamento da taxa militar em troco do serviço de guerra.

5º - Não permitir que a venda de pólvora e armas seja feita por asiáticos. Mais tarde poder-se-ia incluir nesta proibição a venda de bebidas alcoólicas".

Outras disposições surgem, pressionando a saída dos indianos: a obrigatoriedade do pagamento das contribuições industriais em ouro para evitar que este seja canalizado para a Índia, e o grande aumento de taxas (10 vezes mais) sobre as lojas estabelecidas fora das povoações-sede de distrito ou comando militar. Esta determinação representava um rude golpe no comércio indiano. Era no isolamento no interior, livre da concorrência e longe de toda e qualquer fiscalização, que o mercador retirava os seus maiores lucros.

Em 1902 os comerciantes asiáticos são igualmente afetados pela crise. Em 1908, esta crise atingiu tal amplitude que culminou num avultado número de falências e na partida para a Índia de grande número de mercadores que deixavam aqui de ter campo para a sua actividade.

Outros, querendo lutar a todo o trãse pela colocação das mercadorias e permitir a saída do numerário, começaram a vender a crédito, esperando que os camponeses os reembolsassem com o ouro proveniente das minas.

Aberta a venda sem pronto pagamento, as dívidas dos comerciantes aumentaram, sendo cada vez maior a impossibilidade de as saldar. O crédito continuou entretanto, e com ele a deplorável situação para o comércio, sem dinheiro nem fazendas. Na absoluta necessidade de satisfazer os seus encargos para com os fornecedores, os comerciantes recorreram a letras, empréstimos e, atrás deles, vieram os protestos, o aumento do juro, a perda irremediável a curto prazo.

Apesar da vontade de "nacionalizar" o comércio, este continuou, na sua maioria, na mão dos asiáticos. Não obstante os investimentos importantes do Estado no comércio, depois de 1912, os europeus recusavam-se a viver as condições de vida precárias que os asiáticos enfrentavam no interior do distrito.

Carvalho de Araújo, governador de Inhambane em 1917, apresentou o seguinte quadro do comércio do distrito ¹⁹:

"Todas as firmas exportadoras usam sensivelmente os mesmos processos para realizarem as trocas com os indígenas. Espalham por todos os cantos do distrito, ainda que os mais afastados, um verdadeiro enxame de asiáticos, que, como as abelhas, andam sugando o néctar pelo mato para depois depositarem o mel nos cortiços.

Os asiáticos fornecem-se de panos variados e de bujigangas diversas e os indígenas, em troca dessas mercadorias, entregam os produtos do solo aos terríveis especuladores dando muito em troca de coisas mínimas.

Não há possibilidades de os comerciantes europeus poderem competir com os asiáticos, que constituem uma verdadeira praga, que não chego a considerar nociva porque ainda não vejo quem os substitua, mas que considero improdutiva e negativa como elemento civilizador, porque eles só pensam na sua Índia, e depois da sua saída do distrito, nada de útil fica marcando a sua efêmera passagem, porque até as próprias barracas de zinco, em que vegetam, são desfeitas e vendidos os materiais em hasta pública ou entregues ao seu sucessor".

c) A produção e venda de bebidas fermentadas e destiladas: conflitos entre os colonos locais e o Estado colonial

Um dos meios de trazer ao giro comercial o pecúlio acumulado pelos emigrantes era a fabricação e venda, pelos agricultores-comerciantes, das bebidas destiladas e fermentadas.

Como indica um relatório do governador do distrito de Inhambane ²⁰:

"Havia antigamente um magnífico veículo de transferência de riqueza das mãos do indígena para a comunidade em geral, era o fabrico e venda de bebidas cafreais fermentadas".

Esta prática apresentava uma dupla vantagem:

— Enriquecia os colonos portugueses instalados no distrito de Inhambane. Estes, na sua grande maioria, consagravam-se à extracção do suco de cana, para fabricar o "sopé" e da seiva das palmeiras para fabricar a "sura". Esta actividade era bastante remuneradora e não necessitava de grandes investimentos à partida;

— Impedia os investimentos produtivos dos mineiros. Estes investimentos possibilitariam a formação de produtores independentes, o que determinaria o facto de deixarem de constituir reserva de mão-de-obra. Como indica o mesmo relatório do governador do distrito ²¹:

"Os perigos que podem advir no futuro de uma acumulação anual de 185 contos de réis nas mãos da população indígena pois que em poucos anos esta será tão rica que não haverá maneira de a fazer trabalhar, seja no Transvaal, seja no Distrito".

Contudo, a fabricação e venda de bebidas destiladas e fermentadas prejudicava os interesses do comércio metropolitano. O distrito tornou-se um foco de luta entre dois grupos: por um lado o dos viticultores metropolitanos que tentavam a todo o custo colocar o seu produto em mercado aparentemente fácil, e por outro, os agricultores colonos que desejavam absorver as libras provenientes das minas.

Em 1902, um decreto visando proteger a indústria vinícola da metrópole, interdita o fabrico e venda das bebidas destiladas e fermentadas.

Mas, em Inhambane, este decreto não foi seguido de um aumento da importação de vinho colonial, pois as populações estavam habituadas ao sopé, à sura e ao caju. O camponês, não encontrando à sua disposição os licores fermentados que anteriormente bebia, começou a fabrica-los clandestinamente.

São os seguintes, os números relativos à importação de vinhos ordinários pela alfândega do círculo aduaneiro da África Oriental ²²:

Distrito de Inhambane:	1902:	187.354 litros
	1903:	123.711 litros

Em 1 de Dezembro de 1906, a propósito do decreto de 1902, o governador do distrito emitia um violento protesto²³:

"É injusto e anti-económico proteger uma indústria na metrópole a troco da destruição não de uma, mas de todas as indústrias do distrito de Inhambane"

A partir de 1907, a fabricação e venda de bebidas é de novo tolerada. Esta tolerância permitiu:

"Evitar a ruína completa e certa da grande maioria, senão da totalidade dos concessionários e proprietários de terreno que desta indústria viviam"²⁴.

Em 20 de Junho de 1912 publica-se um decreto que tentava pôr cõbro ao abuso que se seguiu à tolerância. Procurava simultaneamente valorizar pela agricultura os terrenos ocupados pelos colonos. Uma parte dos lucros obtidos com o fabrico das bebidas deveria ser investida no cultivo de produtos susceptíveis de serem exportados. Mas este decreto foi de efeito precário.

Levanta-se, seguidamente, grande celeuma contra a sua execução. Salvo algumas excepções de agricultores que se dedicaram às plantações de café, mafurreiras, coqueiros e outras, a resistência por parte dos colonos aumentou de tal forma que um novo regulamento é publicado (decreto nº38 de 15 de Julho), satisfazendo as reivindicações dos "agricultores" e recriando as facilidades antigas. Este decreto proporcionava e consentia a concorrência.

O movimento para obtenção de licenças para o fabrico e venda de bebidas tomou grandes proporções com a chegada de novos colonos. O quadro que se segue ilustra este fenómeno para os anos 1913, 1914 e 1915²⁵:

RESUMO DO MOVIMENTO DE LICENÇAS CONCEDIDAS PARA O FABRICO DO SOPÉ E DE SURA (AGOSTO DE 1913 - JUNHO DE 1915)

Fabrico de Sopé			Fabrico de Sura
Ano	Nº de licenças	Ha. de Cana	Nº de licenças
1913	73	273	7
1914	300	813,5	339
1915	225	823	311

O fabrico de bebidas aumentou de tal forma que examinando o ano de 1914, o governador do distrito calculava a produção de sopé em 13.910.850 litros.

Em pouco tempo a produção tornou-se superior ao consumo e os preços baixaram. Chegou-se ao ponto de vender um garrafão de sopé pela insignificante quantia de 30 centavos, e mesmo 25 centavos.

Produzindo em média cada hectare 200 garrações, ao preço de 30 centavos por unidade, era possível obter a quantia de 270 escudos, ou seja cerca de 30 libras por hectare. A taxa anual de licenças para o fabrico e preparação do sopé era de apenas 20 escudos por hectare. Convém recordar que este montante de 270 escudos surgiu quando o garração passou a ser vendido pela quantia irrisória de 30 centavos, o que faz supor que anteriormente os rendimentos eram muito maiores.

Em 1914, para o fabrico de sura, foram extraídos 183.060 litros de 3.330 palmeiras, operando-se diariamente em dez palmeiras e produzindo cada uma em média três decilitros. A lavoura durava seis meses. O total do sopé e sura somava 14.093.910 litros. Adicionando a este número a produção clandestina de outras bebidas, nomeadamente a do caju, o mesmo governador estimava em cerca de 20.000.000 litros a produção total de bebidas, o que distribuído por 197.300 adultos de ambos os sexos, dava uma média de 101,3 litros por ano por cada adulto. Como este número incluía velhos, doentes e mulheres que consumiam menos bebidas, o consumo por indivíduo era certamente maior.

Os elevados lucros desta indústria, obtidos sem grande trabalho e sem dispêndio de avultados capitais, conduzia a uma situação tal que até os funcionários do Estado e as missões religiosas se dedicavam ao fabrico e venda de sopé.

Joaquim Nunes, inspector das circunscrições civis de Inhambane em 1913-1914, apresenta-nos, a propósito do comércio de bebidas, o seguinte quadro ²⁶:

"Nos tempos em que se fabricava sopé para vender aos indígenas o agricultor era rico e gastava às largas, as libras provenientes do seu negócio. Pouco trabalho tinha com a cultura. Em regra, era a companheira indígena que fazia a venda, dando-lhe à noite contas do produto vendido, depois de arrecadar certamente a sua percentagem. O agricultor — se agricultor se podia chamar ao fabricante de sopé — descansava, dormia, bebia e nos seus dias de boa disposição, que deviam ser frequentes, vinha à vila gastar o que tão pouco lhe tinha custado a ganhar. Segundo afirmam pessoas antigas, Inhambane tinha muita vida. Havia muito negócio; os produtores do sopé na sua maioria de modestíssima origem e de mui frequentes profissões, com muitas libras no bolso, circulavam cheios de importância e davam liberdade aos seus vícios, especialmente o jogo".

Contudo, em 1914 o Regulamento do fabrico de bebidas alcoólicas e fermentadas do distrito de Inhambane, elaborado pela Comissão de Melhoramentos do distrito e denotando uma certa protecção dada pelo governo local ao fabrico de bebidas, marca a necessidade de se tomarem medidas que encorajassem a produção agrícola para exportação.

O artigo 6º deste Regulamento preconizava que a licença para o fabrico do sopé fosse concedida aos proprietários, concessionários ou possuidores de terrenos, que pudessem provar que exploravam na mesma ou em outras propriedades ou concessões suas, determinadas culturas regulares numa área que correspondesse pelo menos a um hectare por cada hectare de cana sacarina. Eram consideradas culturas regulares as plantações de: palmeiras, mafurreiras, café, tabaco, algodão, agaves, milho, amendoim, mandioca, mapira, meixoeira, que estivessem assentes em terrenos devidamente desbravados, conservados e aproveitados segundo os perceitos gerais da agricultura.

Mesmo assim, os agricultores recorriam a todos os meios para obter as vantagens consignadas no regulamento em vigor. Manifestavam terrenos onde à pressa haviam mandado colocar alguns pés de palmeiras, cafezeiros, agaves, terrenos que a maior parte das vezes nem sequer eram limpos; cultivavam hectares de mandioca que ficavam indefinidamente na terra, ou plantavam mafurreiras e cajueiros a compasso o mais largo possível, a fim de ocupar maior área.

No início dos anos 20, e no quadro das medidas destinadas a estimular o cultivo de produtos para exportação, o agricultor colono foi encorajado a produzir simultaneamente a cana de açúcar para fabrico de bebidas e para a produção de açúcar.

Propôs-se a associação de agricultores para a criação de novas fábricas no distrito, com o duplo objectivo de criar mais postos de trabalho e, por conseguinte, restringir a emigração, e de garantir uma entrada de fundos provenientes da exportação do açúcar.

Os responsáveis pela administração colonial em Inhamitanga nesta época, estimavam que acabar brutalmente com o fabrico de bebidas ou colocar obstáculos insuperáveis poderia provocar uma crise difícil de ultrapassar, tornando absolutamente inutilizáveis numerosos hectares de cana e prejudicando o objectivo que se tinha em vista, o fabrico de açúcar.

Passar, sem transição, de um regime que no decorrer dos anos se introduziu profundamente no meio rural e que permitia acumular volumosos lucros, não lhes parecia recomendável. Era preferível, segundo eles, atingir gradualmente o objectivo fixado.

Contudo, no fim da década, o Estado colonial tomou uma posição extremamente radical no que diz respeito ao fabrico de bebidas. Uma das primeiras medidas foi a interdição

da concessão de novas licenças para o fabrico do sôpe, e o aumento progressivo das taxas sobre as licenças do fabrico de bebidas, cujo montante se situava, em 1926, em 25 libras por hectare. Finalmente, um decreto legislativo de 23 de Agosto de 1930 viria a proibir toda a cultura de cana para o fabrico do sôpe.

A nova posição adoptada pelo governo colonial parece ter estado ligada ao surgimento, em Portugal, de um novo regime político que exerceu um controlo mais eficaz sobre a colónia e tentava satisfazer os interesses da burguesia metropolitana.

NOTAS

- ¹Relatório do governador, distrito de Inhambane (1907).
- ²Relatório do governador, distrito de Inhambane (1906).
- ³Em contos de réis.
- ⁴Em 1901 e 1902 não houve migração devido à guerra do Transvaal e alguns camponeses pagaram o imposto em amendoim. O lobolo, habitualmente pago em libras, foi por vezes pago em moeda de prata portuguesa.
- ⁵Mouzinho de Albuquerque (1934), p.406.
- ⁶Relatório do governador, distrito de Inhambane (1913-1915).
- ⁷Relatório do governador, distrito de Inhambane (1930-1931).
- ⁸Relatório do governador, distrito de Inhambane (1917-1919).
- ⁹Solos ricos, geralmente apropriados pelos colonos.
- ¹⁰Planta oleaginosa.
- ¹¹Relatório do governador, distrito de Inhambane (1907-1909).
- ¹²A exportação não ultrapassava 132 contos de réis, ou seja 662 réis por pessoa repartidos do modo seguinte:
Milho, amendoim, farinha de milho.....480 réis.
Produtos de extracção: borracha.....182 réis.
- ¹³Relatório do governador, distrito de Inhambane (1907).
- ¹⁴Relatório do governador, distrito de Inhambane (1911).
- ¹⁵Augusto Cardoso (1909), governador do distrito de Inhambane, circular nº 47, p.23.
- ¹⁶Tecido utilizado para a confecção de vestuário das mulheres.
- ¹⁷A decisão contida na circular constitui igualmente uma medida para punir a mão-de-obra. Os camponeses são forçados a trabalhar para obter o dinheiro necessário à compra de tecidos e a não observância da lei é punida com trabalho correcional.
- ¹⁸Mouzinho de Albuquerque (1934).
- ¹⁹Carvalho Araújo (1920), p.214.
- ²⁰Relatório do governador, distrito de Inhambane (1907).
- ²¹Ibidem.
- ²²Freire de Andrade (1949), volume I, p.15.

Records of South Eastern Africa collected in various libraries and archive departments in Europe. - London : William Clowes, 1898. - 9 vols.

TOSCANO, Francisco e QUINTINHA, Julião

A derrocada do império Vátua e Mousinho de Albuquerque. - Lisboa : Editora Portugal Ultramar, [s.d.]. - 473 p.

TOSCANO, Francisco

Os grandes chefes da Africa Austral e alguns usos e costumes dos indigenas do Sul do Save // In: Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique. - n.º 44 (1941); p.1-83

- GOMES, António** ; notes by, Eric Axelsson
Viagem que fez o Padre Ant^o. Gomes, da Comp^a. de Jesus, ao Império de de (sic) Manomotapa; e assistência que fez nas ditas terras d.e alguns annos // In: Studia. -nº3 (1959); p.155-242
- LIENGME, George Louis**
Un potentat africain : Goungounyane et son regne // In: Bulletin de la Societe Neuchateloise de Geographie. - vol.13 (1910); p.99-135
- LIESEGANG, G. J.**
Beitrag zur geschichte des reiches der Gaza Nguni im Sudlichen Moçambique 1820-1895. - Kohn: University of Cologne, 1967. -292 p.
[Tit. em inglês: Contribution to the history of the Gaza Nguni kingdom in Southern Mozambique, 1820-1895. (Darch, C. e Pacheleke, C. 1987: 66)]
A guerra dos reis Vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o Presídio da Baía de Lourenço Marques. - Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Núcleo Editorial da UEM, 1986. - 84 p.
Sofala, Beira e a sua zona (c. 900-1894) // In: Arquivo. - nº6 (1989); p.21-64
Vassalagem ou tratado de amizade? História do acto de vassalagem de Ngungunyane nas relações externas de Gaza. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique. Núcleo Editorial da UEM, 1986. - 36 p.
- MATOS, Leonor Correia de**
Origens do povo Chope segundo a tradição oral // In: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique. - vol.10 (1973); p.3-101
- MOÇAMBIQUE.** Intendência dos Negócios Indígenas e de Emigração
Relação dos regulados, régulos, chefes, indunas, cábados e cabos das diversas circunscrições dos distritos de Lourenço Marques e Inhambane e Companhia de Moçambique ao Sul do paralelo 22º. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1914. - 42 p.
- MOURA, Armando Reis**
Contribuição para o conhecimento da fauna malacológica subfossil de Bartolomeu Dias (Inhassoro- Moçambique) // In: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique. - vol.12 (1976); p.41-87
Contribuição para o conhecimento da fauna subfossil do Mucoque (Vilanculos) // In: Revista de Ciências Bológicas . - p.55-96
- MUDENGE, S.I.G.**
A political history of Munhumutapa c. 1400-1902. - London and Harare : James Currey and Zimbabwe Publishing House, 1988. - 420 p.
- NEVES, Diocleciano Fernandes das**
Itinerário de uma viagem á caça dos elefantes. - Lisboa : Typographia Universal, 1878. - 283 p.
A 2ª edição, [Lisboa : Dom Quixote, 1989], é co-autorizada por Ilídio Rocha, e figura com o título: Das terras do Império Vátua ás praças da República Boer.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira**
A provincia de S. Thomé e Príncipe e suas dependências ou a salubridade e insalubridade relativa das provincias do Brazil, das Colónias de Portugal e de outras nações da Europa. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1877. - 705 p.
- RUFINO, José dos**
Albums fotográficos e descritivos das colónia de Moçambique : Volume V. Gaza e Inhambane = Photographic and descriptive albums of Portuguese East Africa. - Hamburgo : Broschek, 1929. - 110 p.
[Possui matérias sobre todas as ex-colónias portuguesas e faz, nas pp.286-299, referências á Inhambane c. 1870-75]
- SANTOS, Luis Feliciano dos**
Gramática da língua Chope. - Lourenço Marques.
Dicionário Português-Chope e Chope-Português. - Lourenço Marques
- SEQUEIRA, A. de Melo**
Vilanculos // In: Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique. - nº8 (1933); p.37-64. - nº9 (1933); p.41-61. - nº11 (1933); p.33-63. - nº12 (1933); p.17-59
- SINCLAIR, P.**
Chibuené : a early trading site in Southern Mozambique // In: Paideuma. - nº28 (1982); p.149-164
- THEAL, George McCall**

em Moçambique. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1954. - 148 p.

SOUSA, António de Figueiredo Gomes e

O café de Inhambane // In: Moçambique. Documentário Trimestral. - p.5-49

(36) **ROCHA**, Ilídio

Catálogo dos periódicos e principais seriados de Moçambique : da introdução da tipografia à independência (1854-1975). - Lisboa : Edições 70, 1985. - 173 p.

(37) **SOPA**, António Jorge Diniz

Catálogo dos periódicos moçambicanos precedido de uma pequena notícia histórica, 1854-1984. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1985

[Trabalho de licenciatura].

(38) **SOPA**, A. J. D. op. cit.

(39) **SOPA**, A. J. D. op. cit.

Outras obras não mencionadas, mas com interesse para o estudo de Inhambane.

ALBERTO, M. Simões e **TOSCANO**, Francisco A.

O Oriente africano português : síntese cronológica da história de Moçambique. - Lourenço Marques : Minerva Central, [1938]. - 303 p.

ANDRADE, A. A. Banha de

Relações de Moçambique setecentista. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1955. - 637 p.

BANNERMAN, J. H.

Hlengweni : the history of the Hlengwe of the lower Save and Lundi rivers, from the eighteenth to the mid-twentieth century // In: Zimbabwean History. - vol.12 (1981); p.1-43

BORGES, Alexandre

Depósitos terciários e post-pliocenos do distrito de Inhambane // In: Boletim dos Serviços da Indústria e Geologia. - nº3 (1939); p.5-19

BUTSELAAR, Jan Van

Africaines, missionnaires et colonialistes : les origines de l'Eglise Presbyterienne du Mozambique (Mission Suisse), 1880-1896. - Leiden : Brill, 1984. - 230 p.

CUNHA, Xavier da e **CUNHA**, F. A. Font Xavier da

Grupos sanguíneos de alguns grupos étnicos do Sul do Save // In: Revista de Ciências Biológicas. - vol.5; (1972); p.93-104

DE VAAL, J. B.

Die rol van João Albasini in die geskiedenis van die Transvaal // In: Archives Year Book for South African History. - vol.1 (1953); p.1-154

DICKINSON, R. W.

Archaeological investigations at Nova Mambone, Moçambique, May 22nd-4th June, 1971 // In: Monumenta. - nº7 (1971); p.23-33

EARTHY, E. Dora

Valenge woman : the social and economic life of the Valenge woman of Portuguese East Africa. An ethnographic study. - London : Frank Cass, 1968. - 251 p.

ERSKINE, St. Vincent W.

Journey to Umzila's in 1871-2 // In: Journal of Royal Geographical Society. - vol.45 (1875); p.45-128

FERREIRA, António José de Liz

An anthropological analysis of the problem of chronic diseases among the Tonga peoples of Southeast Africa : a study in applied anthropology. - Columbia : University of Columbia, 1952. - 216 p.

[Tese de doutoramento]

FRANCO, A. de Mendonça

Relatório facultativo da expedição // In: Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. - nº7 (1887); p.190-210

FULLER, Charles Edward

An ethnohistoric study of continuity and change in Gwambe culture. - Evanston : Northwestern University, 1955. - 277 p.

[Tese de doutoramento]

Ethnohistory and the study of culture change in Southeast Africa. - In: Continuity and change in African cultures / ed. by, William Bascom, Melville J. Herskovits. - Chicago, 1959. - p.113-121

A alimentação do indígena de Vilanculos // Anais do Instituto de Medicina Tropical. - vol.10; nº3 (1953); p.1129-1155
SEQUEIRA, A. de Melo

O totemismo nas tribos do distrito de Inhambane // In: Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique. - vol.3; nº23 (1934); p.427-439. - nº 24 (1934); p.460-472
(29) HELGESSON, Alf

The Tswa response to christianity : a study of the religious and cultural impact of protestant christianity on the Tswa of Southern Moçambique. - Witwatersrand : The University of Witwatersrand, 1971. - 286 p.

(30) PERSSON, J. A.

An English-Tswa dictionary. - Cleveland, 1928.

Vardagsliv och hogtidsstunder i Inhambane. - Stockholm : NYA Bokforlags, 1933.

WILSON, R. L. e MUCAMBE, Elias

Dicionário prático Português-Tswa. - Cleveland : The Central Mission Press, 1955

MBANZE, Neftali J.

Ngango wa muTswa. - Cleveland : The Central Mission Press, (1954 ?). - 111 p.

Foram feitas 6 edições desta obra, datando a 1ª dos anos 30 ou 40. A sexta foi editada em 1981.

LANHAM, L. W.

A study of Gitonga of Inhambane. - Johannesburg : Witwatersrand University Press, 1955. - 264 p.

MUCAMBE, Elias

Mabingu ya baTswa ni titekatekani. - Cleveland : The Central Mission Press, 1945. - 56 p.

A matimu ya baTswa. - Cleveland : The Central Mission Press, 1948. - 54 p.

MUKHOMBO, Aron S.

A nkutsulani wa matimu ya baTswa. - Cleveland : The Central Mission Press, 1945. - 111 p.

A mulaveteli wa ntumbuluku wa vaTswa. - Cleveland : The Central Mission Press, 1954. - 77 p.

(31) CRUZ, Adelino da

Código dos milandos cafreais (distrito de Inhambane) // In: Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. - nº3 (1878); p.173-180

CUNHA, J. de Almeida da

Estudo acerca dos usos e costumes dos Baniões, Bathiás, Parses, Mouros, Gentios e indígenas. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1885. - 196 p.

MOÇAMBIQUE. Secretaria Geral do Governo-Geral

Código dos milandos inhambanenses : litígios e pleitos. - Moçambique : Imprensa Nacional, 1889. - 28 p.

CARDOSO, Júlio Justo Alfaro

Monografia etnográfica sobre os Tsuas // In: Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique. - nº108 (1958); p.153-206

(32) LOFORTE, Ana

Alguns aspectos ligados à exploração da força de trabalho migrante na província de Inhambane entre 1897 e 1928. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, 1983. - 80 p.

[Tese de licenciatura]

(33) LIMA, Alfredo Pereira de

História dos caminhos de ferro de Moçambique. - Lisboa : Edição da Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, 1971. - 3 vols.

[O 3º vol. possui um capítulo sobre os caminhos de ferro de Inhambane].

(34) LOPES, M. Eugénia S. A. Moreira

Inhassoro e Bartolomeu Dias : as actividades da população e a organização do espaço // In: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique. - vol.10 (1974); p.197-240

(35) Ver a nota (23).

CRUZ, Joaquim de Sousa

A posse de terra em Inhambane, 1885-1930 : textos e documentos seleccionados e anotados. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique. Universidade Eduardo Mondlane, 1985. - 301 p.

[Tese de licenciatura].

LAINS e SILVA, Subsídios para o fomento da cultura do café

(22) **CUNHA, Silva**

Documentos para a história de Inhambane // In: Arquivo das Colónias. - vol.2; nº7 (1918); p.13-31. - vol.3; nº15 (1918); p.97-104.

(23) **INHAMBANE**. Comissão Executiva das Comemorações dos 260 anos da Implantação da Cidade de Inhambane

As brochuras pertencem à colecção "Conhecer Inhambane".

nº1- Inhambane : alguns aspectos sócio-económicos.

nº2- Inhambane : breve resenha da cidade.

nº3- Culinária de Inhambane : alguma informação.

nº4- Contos, provérbios e adivinhas.

nº5- Música e dança.

(24) **BILL, Mary Cameron, MASUNGA, Sarah Hlekani**

Tsonga bibliography = Mbita ya vutivi : tibuku ta Xitsonga 1883-1983. - Braamfontein : Sasavona Publishers and Booksellers, 1985. - 216 p.

(25) **NEL, L. A. (comp.)**

Bibliography of the Bantu languages in the Republic of South Africa. VI- Tsonga. - Pretória : Department of Bantu Education, 1963.

(26) **RITA-FERREIRA, António**

Bibliografia etnológica de Moçambique (das origens até 1954). - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1961. - 254 p.

Etno-história e cultura tradicional do grupo Angone (Nguni) // In: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique. - vol.11; (1974); 274 p.

Tradição gnómica em Homoine // In: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique. - vol.2; (1960); 112 p.

Esboço sociológico do grupo de povoações Meu // In: Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique. - vol.26; nº106 (1957); p.77-180.

Presença luso-asiática e mutações culturais no Sul de Moçambique (até c. 1900). - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical. Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982. - (Estudos, ensaios e documentos; 139). - 279 p.

Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1958. - (Estudos, ensaios e documentos; 50). - 133 p.

(27) **JUNOD, H. P.**

Some notes on the Tsopi origins // In: Bantu Studies. - vol.3; (1927); p.57-71.

Bantu heritage. - Johannesburg : Hortors, 1938. - 155 p.

Vutlhari bya Vatsonga (Machangana) = The wisdom of the Tsonga-Shangana people. - Transvaal : Swiss Mission In South Africa, 1970. - 383 p.

A primeira edição data de 1936.

JUNOD, Henri A.

The life of a South African tribe. - London : MacMillan, 1927. - 2 vols.

A 1ª edição foi publicada em Neuchâtel, pela Imprimerie Frères, 1912-1913; 2vols. Foi traduzido para a língua portuguesa, [Usos e costumes dos Bantos : a vida de uma tribo Sul-africana], a partir da edição na língua francesa [Moeurs et coutumes des Bantons : la vie d'une tribu Sud-Africaine]. ver: Darch, C e Pacheleke, C. 1987: 92.

(28) **RITA-FERREIRA, António.** Ver nota (26)

SIMÕES, Alberto

Genealogia dos chefes tribais do Baixo-Save em Moçambique. - Lisboa, 1971.

Referenciada por Ana Loforte.

CABRAL, Augusto

Raças, usos e costumes dos indígenas do distrito de Inhambane acompanhado de um vocabulário em Shitsua, Gitonga e Shishope. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910. - 190 p.

PIRES, Júlio António Megre

Inhambane : usos e costumes indígenas // In: Anuário da Escola Superior Colonial. - nº18 (1937); p.95-115.

PEIXE, J. dos Santos

Ligeiros apontamentos sobre a curandeirice espírita entre o povo Ba-Tswa // In: Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique. - nº130 (1962); p.5-24.

RODRIGUES, Francisco Castelo

[Refere-se aos artigos escritos no Jornal Brado Africano (1964-1967), Notícias (1963-64, 1966-70), Diário (1963-64) e A Gazeta (1969-70). Eram publicados nas rubricas : Inhambane antigamente ou Inhambane no passado e retratavam aspectos á evolução histórica da cidade e seus arredores, e na rubrica : Vultos que deixaram o seu nome ligado á Terra da Boa Gente onde ele retratava de forma sumária as actividades quer dos presidentes da Câmara quer dos governadores da provincia ou ainda de personalidades que de uma ou de outra forma contribuíram para o desenvolvimento da cidade].

(14) **PINTO**, Caetano dos Santos

Viagem de Inhambane ás terras de Manicusse em 1840 // In: Arquivo das Colónias. - vol.1; nº6 (1917); p.269-274

(15) **FERNANDES**, Maria Regina Pinto

Apontamentos para a história de Inhambane sob D. Miguel // In: Monumenta. - nº2 (1966); p.31-49

Inhambane 1849 a 1878 Capitania-Mor das terras da coroa. - [Lourenço Marques : Arquivo Histórico de Moçambique], [s.d.]. - 2 vols.

O segundo volume aparece com o seguinte título, e sem indicação da autoria: Catálogo de documentos da capitania-mór das terras da coroa de Inhambane (1851-1892). Trata-se de textos dactilografados que, ao que parece, não chegaram a ser publicados.

(16) **ENES**, António

Moçambique : relatório apresentado ao governo. - Lisboa Agência Geral das Colónias, 1946. - 625 p. [3ª edição]
A primeira edição data de 1893.

(17) **ALBUQUERQUE**, J. Mouzinho de

Moçambique 1896-1898. - Lisboa : Manuel Gomes, Editor, 1899. - 365 p.

Existe uma segunda edição datada de 1913

(18) **DIAS**, L. F. de Carvalho

Fontes para a história, geografia e comércio de Moçambique (séc. XVIII). - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1954. - 367 p.

Possui um artigo sobre Inhambane da autoria de Ignacio Caetano Xavier p.171-215.

(19) **BARRADAS**, Lereño

Inhambane de outrora // In: Monumenta. - vol.6; nº6 (1970); p.11-29

Foi publicado na revista Studia; nº35; 1972; p.11-44

A primitiva Mambone: e suas imediações // In: Monumenta. - vol.3; nº3 (1967); p.23-41.

Também foi publicado nos Trabalhos do Instituto de Investigação Científica de Moçambique nº14; 1967; 25 p.

O sul de Moçambique no roteiro de Sofala do piloto Ahmad Ibn-Madjid // In: Trabalhos do Instituto de Investigação Científica de Moçambique. - nº13; 1967; 22 p.

Terra da Boa Gente Agua da Boa Paz // In: Trabalhos do Instituto de Investigação de Moçambique. - nº21 (1969); 22 p.

(20) **CARDOSO**, Augusto M.

Distrito de Inhambane : relatório do governador 1907 a 1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909. - 107 p.

Distrito de Inhambane : relatório do governador 1906-1907. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1907. - 140 p.

CABRAL, José Ricardo Pereira

Distrito de Inhambane : relatório do governador 1910-11. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1912. - 165 p.

Distrito de Inhambane : relatório do governador 1911-12. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1913. - 161 p.

HENRIQUES, C. Correia

Distrito de Inhambane : relatório do governador 1913-1915. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1916. - 258 p.

ARAUJO, José Botelho de Carvalho

Relatório acêrca da administração do distrito de Inhambane : ano de 1917. - Coimbra : Imprensa da Universidade, 1920. - 386 p.

Ana Loforte (ver nota 32), cita mais dois relatórios mimeografados referentes a 1922 e ao biénio 1930-1931

(21) **NUNES**, Joaquim

Inspecção das circunscrições civis do distrito de Inhambane. // In: Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. - nºs 1-2 (1920); p. 7-12.

ainda um trabalho de interesse publicado em 1975 com o título :
Dicionário de nomes geográficos de Moçambique- sua origem /
António Carlos Pereira Cabral. - Lourenço Marques : Empresa
Moderna, 1975. - 180 p.

(2) **MOÇAMBIQUE**. Comissão Nacional do Plano:

Informação Económica. - nº1 (1984). - Maputo : CNP

Informação Estatística. - nº1 (1980). - Maputo : CNP

Informação Estatística. - nº1 (1982). - Maputo : CNP

Informação Estatística : alguns indicadores económicos e
sociais. - nº1 (1980). - Maputo: CNP [em circulação]

(3) **CECH**, Diethard

Inhambane : kulturgeographie einer kustenlandschaft in
SudMoçambique. - Wiesaden : Franz Steiner Verlag, 1974. - 141 p.
[Tit. em inglês: Inhambane : the human geography of a coastal
area in Southern Mozambique. (Darch, C. e Pacheleke, C. 1987. 19)

(4) **Kuder**, Manfred

Moçambique : eine geographische, soziale und wirtschaft-
liche landeskunde. - Darmstadt : Wissenschaftliche Buchgesell-
schaft, 1975. - 347 p.

[Tit. em inglês: Mozambique : a geographical, social and econom-
ic country survey. (Darch, C. e Pacheleke, C. 1987. 18)

(5) **LEOTTE DO REGO**

Costa de Moçambique : guia de navegação. - Lisboa : Impren-
sa Nacional, 1904. - 600 p.

Existe ainda uma obra com interesse para o aspecto da navegação,
publicado em duas edições, sendo a primeira em 1923 e a segunda
em 1924: Lista dos faróis, boias luminosas e sinais horários
existentes na costa de Moçambique / Repartição de Faróis da
Província de Moçambique. Serviços de Marinha. - Lourenço Marques:
Imprensa Nacional, 1923. - 27 p.

(6) Entre eles figuram os seguintes:

Reconhecimento do Limpopo : os territórios do Sul do Save e
os Vátuas / A. A. Caldas Xavier // In: Boletim da Sociedade de
Geografia de Lisboa. - nº3 (1894); p.127-176

O Inharrime e as guerras Zavalla / A. A. Caldas Xavier //
In: Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. - nº2 (1881);
p.477-528

Referem-se à hidrografia, navegabilidade do rio Limpopo,
citando-lhe os afluentes e recursos naturais da região.

Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane /
Alfredo Freire d'Andrade, J. A. Matheus Serrano // In: Boletim
da Sociedade de Geografia de Lisboa. - nº6 (1894); p.397-447. -
nº5 (1895); p.295-391

(7) **A. W. BAYLY E Co**

Anuário de Lourenço Marques. - 1908-1947

Anuário da Colónia de Moçambique. - 1948-1949-1950

Anuário da Província de Moçambique. - 1951/1952-1974/1975-
1978/1979

SECRETARIA GERAL. Repartição Técnica de Estatística

Anuário de Moçambique. - 1908; 1917; 1940

(8) **XAVIER**, Caldas. Ver nota (6)

(9) **ANDRADE**, Alfredo Freire de. Idem

(10) **SERRANO**, J. A. Matheus. Idem

(11) **MONTANHA**, J. de Santa Rita

Relatório da viagem da ida, estada e volta aos hollan-
dezes da República Hollandeza Africana, existente no interior do
sertão da costa de Africa // In: Annaes do Conselho Ultramarino
(parte não official). - nº1 (1858); p.317-354

(12) **LONGLE**, Armando

De Inhambane a Lourenço Marques // In: Boletim da Sociedade
de Geografia de Lisboa. - nº6 (1886); p.13-36

Foi publicado no mesmo ano no Boletim Official, p.59-67

SOUSA, Alice M.

A terra da boa gente // In: Moçambique. Documentário
Trimestral. - nº13 (1938); p.21-34

(13) **LOFORTE**, João

Inhambane: mapa estatístico das terras que pertencem á
coroa portuguesa no terceiro distrito militar de Moçambique //
In: Annaes do Conselho Ultramarino (parte não official). - 5ª
série; (1864); p. 77-79

DIONISIO, Armando Maria

Inhambane : relação dos artigos de história de Inhambane

agricultura de subsistência, e das outras actividades económicas em Inhambane. Nas festividades dos 260 anos da implantação da cidade, a Comissão já referida publicou várias brochuras de interesse para o estudo dos aspectos sócio-económicos da província (35).

A imprensa periódica de Inhambane teve início com a publicação do jornal "Alvorada". Os catálogos do Rocha (36) e do Sopa (37) constituem as principais fontes para o seu estudo, com destaque para este último por ser o mais actualizado e substancialmente extenso. Sopa identificou, numericamente, 14 referências contra 8 do Rocha referentes a Inhambane tendo, por outro lado, inventariado periódicos publicados nos distritos de Inhambane quer por escolas secundárias, primárias e técnicas, quer por escolas missionárias.

Sopa inclui normalmente, uma pequena notícia histórica do percurso de cada periódico, o que para além da exaustidão já mencionada o faz ganhar muita prestimosidade. Nos artigos de Armando Maria Dionísio existe uma pequena notícia histórica referente à imprensa periódica em Inhambane (ver nota 13).

Caracterizando o primeiro jornal de Inhambane, diríamos que ele marcou um início duma obra editorial periódica muito irregular, atestado não só pelos poucos títulos que foram publicados em Inhambane mas também pelo facto de os que existiram não terem se prolongado para além do segundo ou terceiro ano de existência. Alvorada teve o seu primeiro número publicado a 9 de Janeiro de 1913 depois de a 1 de Dezembro se ter publicado o número programa. O último número, 46, é referente a 20 de Novembro de 1913. Foi seu proprietário José Flores que dois anos mais tarde depois deste jornal, fundou O Jornal de Inhambane 1915-1916 (38). Mas antes deste jornal, surgiu o "Distrito de Inhambane" em 1914 do qual apenas se conhecem dois números. Depois destes jornais que se sequenciaram, houve um período de 5 anos de interregno até que se publicou o "Debate" em 1921.

Estes foram os primeiros órgãos periódicos de Inhambane e que como se pode depreender, tinham uma circulação e anos de vida menores. Publicações periódicas especializadas começaram 20 anos depois com o "Boletim Médico" publicado pelo Círculo de Saúde do Sul do Save (1948-1949).

Para uma compreensão da história da imprensa periódica em Inhambane Sopa (39), se torna de indispensável leitura.

Relação das obras citadas no texto

(1) **PILILÃO, Fernando**

Moçambique : evolução da toponímia e da divisão territorial. 1974-1987. - Maputo : Divisão Gráfica da Universidade Eduardo Mondlane, 1989. - 128 p.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Planeamento Físico

Classificação dos distritos : estudo preliminar do grau de desenvolvimento e do potencial dos distritos da R. P. M. - Maputo : INPF, 1985. - 120 p.

Proposta de classificação das cidades e vilas : estudo preliminar sobre os centros urbanos em Moçambique. - Maputo : INPF, 1986. - 1 vol. (paginação irregular)

Moçambique : divisão territorial. - Maputo : INPF, 1986. - 139 p.

Antes da independência, a Repartição (mais tarde Direcção) dos Serviços Geográficos e Cadastrais publicou uma série de brochuras contendo uma listagem hierarquizada de povoações, vilas concelhos e postos criados nas províncias segundo matérias legislativas. Inicialmente foram publicados sob o nome de Mapas das povoações, durante os anos 1957, 1960 e 1961. Depois passaram a ser designadas de Listas das povoações e se conhecem as dos anos 1968, 1970-74. Eram impressos e editados em Lourenço Marques pela Imprensa Nacional. Com interesse toponímico, a mesma Direcção publicou "Primeira relação dos nomes geográficos da província de Moçambique. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1962". Existe

Mas, a história de Inhambane não se resume apenas às campanhas de ocupação já mencionadas, ela tem a paradoxal felicidade de ter sido o primeiro lugar a que as naus portuguesas da expansão portuguesa aportaram, iniciando assim um contacto duradouro que pouco justifica o volume bibliográfico existente. L. F. de Carvalho Dias (18) reúne alguns dados para o período imediatamente a seguir à chegada dos portugueses a Inhambane, sendo também Lerenô Barradas (19) de leitura aconselhável apesar da pouca consistência dos seus artigos.

Uma vez derrotados politicamente e militarmente os Nguni, Inhambane vai conhecer algum desenvolvimento sócio-económico, com a entrada dos portugueses para as zonas do interior implementando e consolidando a sua presença, e comunicando com o governo central na capital (Ilha de Moçambique e, posteriormente, Lourenço Marques) através de governadores e administradores. Duma forma geral, no período compreendido entre 1906-1930, existiu uma vasta produção bibliográfica assente quer sob forma de monografias por engenheiros agrónomos, veterinários e outros, quer ainda por administradores e inspectores coloniais. Normalmente os administradores submetiam ao governador-geral da colónia um relatório anual sobre o estágio do desenvolvimento da província ou distrito. Os da província de Inhambane compreendem a administração de 9 anos 1906-1915, embora nos pareça que se tenham sido publicos outros em 1922 e em 1930-1931 (20). Compreendem matérias fornecidas por inspectores que trabalhavam junto dos "distritos civis", com base nos diferentes aspectos da vida sócio-económica da província, constituindo assim, fontes de grande valor. Ainda sobre a evolução e desenvolvimento da província merecem destaque os artigos de Joaquim Nunes (21) e do Silva Cunha (22).

Depois da independência conhece-se a brochura publicada pela Comissão Executiva das Comemorações dos 260 anos da Implantação da Cidade de Inhambane (23).

Com relação aos povos de Inhambane as bibliografias existentes são de carácter geral se destacando duas publicadas na África do Sul das quais se conhece uma de co-autoria de Mary Cameron Bill e Sarah Hlekani Masunga (24) e outra citada por estes, compilada por L. A. Nel (25), enquanto isso dentro da colónia, A. Rita-Ferreira (26) frequentava como a única bibliografia da colónia.

Os livros escritos, foram feitos por missionários e por administradores. Junod (27) lidera o primeiro grupo com uma vasta e oportuna produção bibliográfica sobre os povos do Sul de Moçambique. Ao outro grupo pertencem A. Rita-Ferreira, Alberto Simões, Augusto Cabral e Júlio António Megre Feres (28). Entretanto, o trabalho mais recente é a tese de doutoramento do missionário Alf Helgen-son (29) publicada na Witwatersrand University. Foi também na África do Sul onde foram publicados obras etno-linguísticas com interesse para o estudo dos povos de Inhambane de J. A. Pearson, R. L. Wilson, Elias Mucambe e Aron S. Mukhombo (30). Outra obra aconselhável é o código do direito tradicional que pela sua natureza e tipo, também se aplica às matérias legislativas da cidade de Inhambane (31).

Importa referir que, maioritariamente, as obras sobre esta cidade e regiões limítrofes foi levada a cabo no período colonial. Depois da independência, pouco se escreveu sobre Inhambane e mesmo sobre Moçambique no seu todo, a maior parte dessa produção diz respeito aborda a luta de libertação nacional e a descolonização.

No que concerne à economia da província, o trabalho mais actualizado, é a tese publicada por Ana Loforte (32) sobre o trabalho migratório, existindo sobre a mesma temática, um artigo da autoria de Joaquim Nunes focalizando a área de Homoine.

Alfredo Pereira de Lima (33) dedica um capítulo sobre a história dos caminhos de ferro de Inhambane.

Uma das particularidades da província, é a actividade pesqueira nas zonas de Inhassoro e Santa Carolina que constituiu uma das fontes às quais Inhambane complementava os rendimentos da exportação da mão de obra para a África do Sul em paralelo com o turismo que também se concentrava nessas zonas. Estes factores compensavam ainda a agricultura de fraco significado na economia da província que practicamente se resumia numa agricultura de subsistência. A actividade pesqueira foi o tema investigado pela M. Eugénia Moreira Lopes (34). É aconselhável consultar também os relatórios por fornecerem dados sobre a escala dos rendimentos da

APONTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A CIDADE DE INHAMBANE

por. PEDRO ROQUE

A província de Inhambane situa-se ao sul de Moçambique, tendo, na costa, Nova Mambone a Norte e Quissico a Sul como pontos extremos na costa. A Norte o limite da província é feito pelo rio Save fazendo fronteira com as províncias de Manica no interior e Sofala junto à costa, a sul e a oeste é limitado pela província de Gaza e a leste pelo Oceano Índico. O seu clima enquadra-se no clima geral do país (tropical) com variações determinadas pela corrente do Canal de Moçambique que influencia todo o litoral sul.

Inhambane possui, segundo a toponímia mais recente, os seguintes distritos: Homoine, Inharrime, Morrumbene, Vilanculos, Govuro, Massinga Mabote, Panda, Jangamo, Funhalouro, Inhassoro, Maxixe e Zavala (1). A Informação Estatística lhe confere o 49 lugar no número de habitantes (1190700) distribuída numa área de 68 615 km². É a 6ª em densidade populacional com índice de 17.4 (2).

Particularidades geográficas da província, estão de forma exaustiva identificadas por Cech (3) e de forma geral por Kuder (4) e Leotte do Rego (5). Também contém matérias de interesse geográfico, os relatórios produzidos aquando dos reconhecimentos anteriores à campanha de 1895 contra o potentado de Gaza, Ngungunhane, (6) e a informação periódica dos Anuários de Moçambique (7).

Para o estudo da história da cidade e arredores de Inhambane, não existe bibliografia elaborada. Esta inexistência pode, por um lado, se justificar no facto de Inhambane ter sido, durante o período colonial, uma das províncias de Moçambique em que o governo colonial português incentivou um lento desenvolvimento urbanístico e económico e, por outro lado a própria evolução histórica de Inhambane assim o ter determinado, pois ela no seu contexto nunca ofereceu focos de resistência à ocupação colonial. Afóra o Império de Gaza no período histórico em que se estendia de Mossurize até Gaza. É dentro desta perspectiva, que Inhambane aparece parcialmente documentado, porque os interesses coloniais se obrigavam a um conhecimento consistente da área geo-política sob domínio do Gungunhana. É nesta sequência que Inhambane é citada nos trabalhos de reconhecimento que visavam, sobretudo a preparação da campanha militar de 1895, nas condições de navegabilidade do Limpopo, de conhecimento e recenseamento dos principais régulos da região dos territórios do Save Sul como elementos de força a empregar contra os Vátuas, especialmente os que se encontravam insurrectos a estes e de, posteriormente, a organizar Inhambane como distrito militar que garantisse a presença pacata dos portugueses não só na costa, mas também no interior. Para este período e temática existem trabalhos de Caldas Xavier (8), Alfredo Freire d'Andrade (9) e J. A. Matheus Serrano (10), Santa Rita Montanha (11), Armando Longle (12) e também de João Loforte (13) que se tornaria figura preponderante na vida cidadina de Inhambane. Menos extenso mas de leitura recomendável é o artigo de Caetano dos Santos Pinto (14). Sob forma de síntese cronológica dos acontecimentos históricos em Inhambane, no período 1849 a 1878, existe um trabalho da autoria de Maria Regina Pinto Fernandes (15).

Os relatórios de António Enes (16) e Mouzinho de Albuquerque (17), registam factualmente a campanha de 1895 que, por assim dizer, permitiu a fixação definitiva dos portugueses, ao sul do Save dando-nos de igual modo a correlação de forças e as estratégias dos pólos em contenda.

APONTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A CIDADE DE INHAMBANE

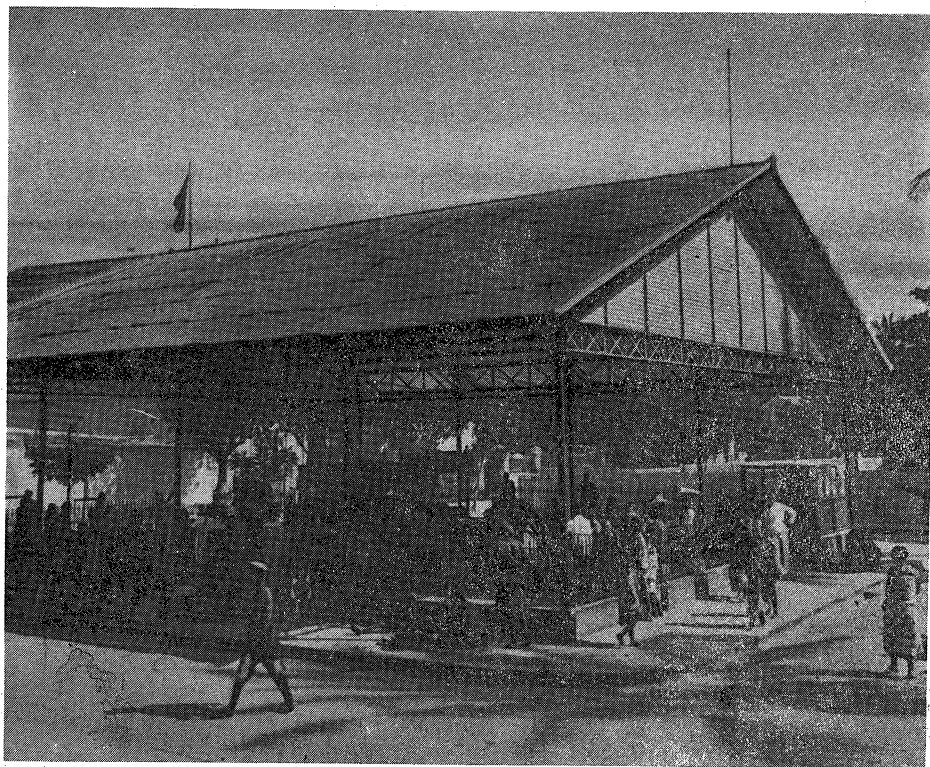
Pedro Roque

O presente trabalho pretende, sobretudo, orientar o estudioso, o investigador e o leitor interessado na história de Inhambane. A acompanhar a série de instrumentos de pesquisa publicados no Boletim ARQUIVO desde o seu segundo número, pretendemos desta forma diversificar esses instrumentos. É nessa sequência que não só arrolamos as obras referentes à história de Inhambane, como também enquadramos esas obras nos contextos históricos da evolução da cidade e seus arredores. Pretendemos com isso, modestamente, que o leitor possa avaliar não só o conteúdo das obras referidas mas também enquadrá-las na sua época.

O corpo central deste trabalho contém as obras que julgamos de indispensável leitura, quer por focalizarem de forma incisiva a cidade de Inhambane, quer ainda por, em alguns casos, não se conhecerem outras que as possam substituir na temática que abordam e na época a que se referem.

Anexadas a este corpo incluímos outras obras de carácter geral, que retratam a cidade e seus limites, no contexto do Sul de Moçambique.

* * *



²³Freire de Andrade (1949), volume I, p.23.

²⁴Relatório do governador, distrito de Inhambane (1916), p.41.

²⁵Relatório do governador, distrito de Inhambane (1913-1915).

²⁶Joaquim Nunes (1920).

Impresso em offset
na Divisão Gráfica da U.E.M.
1990

